



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FILIPÉ NOÉ DA SILVA

**GÊNERO E PODER NO IMPÉRIO ROMANO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPERADOR ADRIANO**

CAMPINAS

2016

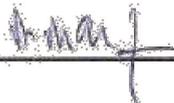
FILIPÉ NOÉ DA SILVA

GÊNERO E PODER NO IMPÉRIO ROMANO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPERADOR ADRIANO

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História, na Área História Cultural.

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. PEDRO PAULO ABREU FUNARI

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO FILIPÉ NOÉ DA SILVA, E ORIENTADO PELO PROF. DR. PEDRO PAULO ABREU FUNARI.



CAMPINAS

2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Silva, Filipe Noe da, 1988-

Si38g Gênero e poder no Império Romano : considerações sobre o imperador Adriano / Filipe Noe da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.
Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Adriano, Imperador de Roma, 76-138. 2. Gênero. I. Funari, Pedro Paulo Abreu, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Gender and power in Roman Empire: some remarks on Hadrian emperor

Palavras-chave em inglês:

Gender

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Pedro Paulo Abreu Funari [Orientador]

Renata Senna Garraffoni

Maria Aparecida de Andrade Almeida

Luciane Munhoz de Omena

Cláudio Umpierre Carlan

Data de defesa: 26-02-2016

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 26 de Fevereiro de 2016, considerou o candidato Filipe Noé da Silva aprovado.

Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari (Orientador)

Profa. Dra. Renata Senna Garraffoni

Profa. Dra. Maria Aparecida de Andrade Almeida

Profa. Dra. Luciane Munhoz de Omena (Suplente)

Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan (Suplente)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

*Aos meus pais,
Geraldo e Maria Aparecida.*

*À minha avó,
Maria Aparecida da Silva.*

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para que esta dissertação pudesse ser finalizada. Agradeço imensamente:

À minha família (Maria Aparecida, Geraldo, Fernanda, Bruno e Gabriela), a quem eu devo uma porção significativa de apoio e apreço despendida a mim em (quase) todas as minhas empreitadas: a aventura da Pós-Graduação não teria sido possível sem eles. Espero, sinceramente, que algum dia eles perdoem minha ausência.

À Cynthia, pelo companheirismo, pela paciência, e também pelas palavras de incentivo à minha formação desde o início da graduação. Também à sua família, que gentilmente permitiu que a casa deles fosse a minha própria casa durante boa parte do mestrado. Serei eternamente grato.

Ao meu orientador, o professor Pedro Paulo A. Funari, pela generosa acolhida junto à sua equipe de trabalho, pelas oportunidades de leitura e orientação (sempre seguras) em relação à minha pesquisa, pela confiança nos últimos anos, e também pela possibilidade de aperfeiçoamento na docência por meio da realização, sob sua supervisão, do Estágio Docente (PED) na disciplina de História Antiga na graduação da Unicamp.

Menciono ainda, professores e professoras de diversas universidades brasileiras e do exterior que contribuíram de maneira decisiva para a minha formação na Unicamp, e consequente realização desta pesquisa. Destaco o apoio de Renata Senna Garraffoni (UFPR) e Renato Pinto (UFPE) – que aceitaram o convite para participar do meu Exame de Qualificação -, Lourdes Conde Feitosa, Julio Cesar Magalhães de Oliveira, Fabio Augusto Morales, Luzia Margareth Rago, José Remesal, Pedro Luís Machado Sanches, Lourdes Sarah Domínguez, Cláudio Carlan, Aline Carvalho, José Geraldo Costa Grillo, Nathalia Monseff, Luciane Omena, Glaydson José da Silva, Carmen Lúcia Soares, Margarita Díaz-Andreu, André Chevitarese, Pedro Vasconcellos, Isabella Tardin Cardoso, Patrícia Prata, Carol Martins da Rocha, Flávio Ribeiro, Marina Cavicchioli, Carlos Fabião, Neil Silberman, Lynn Meskell, Juliana Poloni, Tobias Vilhena, Carlos Augusto Machado, Maria Aparecida de Andrade Almeida (que aceitou com grande prontidão e solicitude o convite para participar da banca examinadora deste mestrado), Janaína Camilo, Karla Fredel e Ana Teresa Marques Gonçalves.

Agradeço também aos colegas de Unicamp (companheiros de disciplina na Pós-Graduação, alunos da Graduação em História, estudantes vinculados ao Laboratório de

Arqueologia Pública Paulo Duarte), e também de outras universidades (Unifal, UFPR, UFG e PUC Campinas), sem os quais a trajetória de aprendizagem que marca este mestrado teria sido infinitamente menos proveitosa. Meus sinceros agradecimentos a Jefferson Ramalho, Thiago Biazotto, Natália Ferreira Campos, Isabela Frederico, Christopher Salatti Alves, Daniel Pacheco, Fernando Pesce, Tami Coelho Ocar, Victor Menezes, Rafael Patiri, Rodolpho Rodrigues da Silva, Patrícia Bertozzo, Diego Miguel Pires, Isabella Backx, Varlei Couto, Francisco Brito Vaz, Mariléa Almeida, Letícia Nogueira, Marina Fontolan, Andrés Alarcón, André Luiz Leme, Gabriela Carvalho, Suiany Bueno Silva, Guilherme Ketzer, Aline Grasiela Ramalho, Patrícia Oliveira, Giovanni Pédico Archangelo, Franciely Oliveira e Raquel Faustino.

Da Grande Mogi recebi o apoio inestimável de amigos, professores e alunos que, em diferentes momentos da minha vida, contribuíram de modo significativo para a realização deste mestrado. Agradeço aos amigos: Rodolfo Malandrin, Rafaela Cinquini, Tamires Barboza, Yara Oliveira, Jéssica Aline Ribeiro, Ruanna Luz, Dr. Carlos de Camargo, Renan William de Oliveira, Amanda Furtado e Leonardo Capra. Meu agradecimento, enfim, àquela que talvez tenha desejado com maior intensidade a finalização desta etapa, mas resolveu partir antes de sua conclusão: minha avó Maria Aparecida da Silva.

Aos colegas das Faculdades Integradas Maria Imaculada, onde tive o privilégio de lecionar nos últimos anos ao lado de Marcelo Rocha Campos, Sueli Barzon, Luiz Marcos Ferreira, Alex Barreiro, Samantha Lôdi-Corrêa, Denise Cavenaghi, Glauber Biazo e Joana Clímaco. Aos alunos Douglas Bonfá, Cristina Lucio, Sidinei Lemes, Denis Pacheco Fabio, Carlos Henrique Souza, Tiago de Freitas, Vanessa Carolina, Thielis Simão, Airton Azarias, Lucas Mestriner e Lucas Campos: estudantes a quem lecionei, mas com quem também aprendi muito, em diversas ocasiões.

Agradeço também todo o apoio institucional do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp: às Secretarias de Graduação e Pós-Graduação em História (especialmente o Leandro e o Daniel), os funcionários da Biblioteca Octávio Ianni (IFCH), do IEL, do NEPAM e da Faculdade de Educação.

Agradeço, enfim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é discutir as designações de gênero atribuídas ao Imperador Romano Adriano. Partindo da premissa de que a caracterização deste personagem como um ícone homossexual repousa em critérios modernos sobre a sexualidade, este estudo examina parte da vasta documentação com as representações de Adriano com o intuito de analisar quais seriam os conceitos, discursos e representações sobre a referida questão. A escolha pela fonte literária e a documentação numismática está relacionada aos diferentes lugares de fala e aos sujeitos envolvidos nas produções de ambos os discursos, dos quais espera-se estabelecer alguma diferenciação.

PALAVRAS-CHAVE:

Imperador Adriano; Gênero; Sexualidade; Antiguidade Romana; Império Romano.

ABSTRACT

This research aims to discuss the gender discourses attributed to the Roman emperor Hadrian. Presuming that the characterization of this character as a gay icon rests in modern criteria of sexuality, this study examines some of many sources about Hadrian trying to analyze the concepts, discourses and representations on that question. The choice of literary and numismatic sources is related to the different talking places of those involved in the production of both discourses. For them, we are expected to establish some differentiation.

KEYWORDS:

Hadrian; Gender; Sexuality; Ancient Rome; Roman Empire.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I.....	14
I - Sobre o Conceito de História.....	14
II - Adriano: Um Príncipe da <i>Hispania</i> . Ou da Espanha?	19
III - Das fileiras militares à Adoção por Trajano	27
IV – Adriano, um Imperador Filo-Helênico.....	34
V - Adriano, um Imperador Homossexual?	41
VI - Considerações Finais	49
Capítulo II	51
I – Introdução – Gênero: Uma Questão Atual.....	51
II – As Origens dos Estudos de Gênero	53
III – Mulheres, Gênero e História	55
IV – Estudos sobre Masculinidade (s): Gênero, Poder e Sexualidade.	61
V – Arqueologia e Gênero	67
VI – Antiguidade Romana e Gênero: Estudos sobre a Mulher	72
VII – Masculinidades Romanas: Virilidade, Sexo e Poder	77
VIII - Do Masculino x Feminino ao <i>Queer</i>	96
IX – Considerações Finais.....	99
Capítulo III.....	101
I – Introdução – A Documentação Sobre Adriano	101
II – A História Augusta – História, Contexto e Crítica	105
III – O Texto Biográfico da Antiguidade	115
IV – A Vita Hadriani.....	118
V- Considerações Finais.....	129
Capítulo IV.....	131
I – A Moeda e Antiguidade – Aproximações Iniciais	131
II – Entre Economia e Política – O Surgimento da Moeda Antiga	134
III – A Moeda Romana e a Experiência Imperial no Mediterrâneo	137
IV – Aspectos Econômicos e Políticos do Principado de Adriano	145
V– Gênero, Sexo e Poder nas Cunhagens de Adriano	149
VI – Considerações Finais.....	156
Conclusão	157
Bibliografia	159
Catálogo	175

INTRODUÇÃO

Ainda na graduação deparei-me com os textos de Suetônio. À época, por ocasião da elaboração de uma monografia a partir da *Vida de Augusto* narrada por este biógrafo, constatei que uma melhor compreensão sobre os pormenores daquela obra só seria possível mediante um conhecimento pormenorizado do contexto histórico que assegurava-lhe inteligibilidade. A aproximação com a vida e os feitos de Adriano, então, aos poucos tornou-me cada vez mais motivado em conhecê-lo de maneira aprofundada.

A cada nova leitura da historiografia sobre o seu período, novos e inquietantes questionamentos eram levantados por diversos estudiosos: comentavam-no como o melhor dos cinco bons imperadores, do príncipe que viajava para as províncias, do apreço pela cultura grega, do Muro de Adriano na atual Inglaterra, do conflito com os judeus e também do seu romance com Antínoo. A assertiva da *História Augusta* sobre o fato de Adriano ter “chorado como uma mulher”, em particular, intrigava-me e convidava-me a observar uma questão de gênero bastante incômoda à historiografia e a mim também.

O personagem em questão, portanto, deveria ser estudado noutra ocasião, quiçá durante um possível mestrado. Concluída a primeira fase de formação, apresentei minha proposta de estudo ao professor Pedro Paulo Funari, e empolguei-me ainda mais quando descobri que um dos temas que ele e seus orientandos vinham trabalhando nos últimos anos, tanto em *História Antiga* quanto em *Arqueologia*, era precisamente gênero.

Nesse ínterim, optamos pelo desenvolvimento de um estudo que, embora tratasse preponderantemente da Antiguidade, também pudesse estar inserido nos debates intelectuais, sociais e políticos de nossa época. Às premissas do imperador homossexual, então, seguiram-se, então, os estudos sobre sexo, gênero, pederastia e homoerotismo: aos poucos o estudo sobre Adriano tornava-se mais complexo e distinto conforme as leituras avançavam. O retorno à documentação antiga, então, fez-se imprescindível.

Convencidos da importância da interdisciplinaridade, procuramos comparar os testemunhos oriundos da tradição textual antiga com aqueles propiciados pela cultura material sobre Adriano. Como esta última era demasiado abundante, optamos por uma categoria específica: a numismática. A justificativa para esta escolha era poder efetuar um breve exercício comparativo entre um testemunho oficial do imperador sobre questões de

gênero e sexo, e as assertivas oriundas da tradição textual senatorial. Ainda que este cotejo, conforme ficará patente ao leitor, tenha ocorrido de maneira suscinta, a ideia principal era mostrar que interpretações históricas divergentes podem ser feitas a partir de suportes documentais oriundos de âmbitos distintos.

Para tanto, desenvolvemos este estudo em quatro capítulos principais. No primeiro capítulo, após apresentarmos os referenciais teóricos que embasam esta pesquisa, discorreremos acerca das discussões históricas concernentes ao nosso personagem. Em outras palavras, revisamos alguns dos principais temas abordados pela historiografia contemporânea sobre Adriano. Dentre os temas principais, destacamos o ítem destinado à ideia (moderna) de um imperador homossexual em decorrência do suposto envolvimento com Antínoo.

No segundo capítulo apresentamos a origem e os desdobramentos sociais, históricos, educacionais e políticos do conceito norteador desta pesquisa: gênero. Após argumentarmos a propósito dos êxitos obtidos a partir de sua utilização para o estudo da História e da Arqueologia, elaboramos uma revisão da bibliografia concernente às questões de gênero, sexo e poder na Antiguidade.

No terceiro capítulo apresentamos os pormenores de uma fonte histórica específica: a *Vita Hadriani*, narrada na compilação biográfica que conhecemos atualmente por História Augusta. Neste trecho da dissertação aludimos ao caráter arbitrário e discursivo inerente à tradição textual antiga e à necessidade de certo ceticismo quanto às assertivas proferidas a propósito dos personagens apresentados nas biografias antigas. Por fim, a avaliação das questões de gênero e sexualidade atribuídas a Adriano encerra o referido capítulo.

À luz das discussões históricas e arqueológicas sobre a utilização das moedas como fonte para o estudo da Antiguidade, no quarto (e último) capítulo revisitamos as tradições mediterrânicas de cunhagens metálicas até a criação da moeda. Neste percurso atravessamos o Mediterrâneo até a Península Itálica com o fito de comentar a introdução e consolidação do fenômeno monetário entre os romanos, desde o período republicano. Já sob o Império, discutimos a sua apropriação como veículo de disseminação de uma pretendida imagem imperial, em geral, e sob Adriano, em particular. Novamente, a questão de gênero e sexo em relação a este imperador é o nosso objeto de análise.

Um breve catálogo de fichas com especificidades sobre as moedas analisadas encontra-se à disposição do leitor no final da dissertação. Antes de qualquer coisa,

ressaltamos que as informações apresentadas neste catálogo não se constituem como interpretações absolutas e irrefutáveis sobre as moedas analisadas. Ao contrário, sua elaboração teve como objetivo maior a compilação de dados que possam ser úteis para outros pesquisadores, noutras ocasiões: cientes, portanto, de que a História carrega consigo uma dimensão interpretativa, e só pode ser escrita e reescrita respondendo aos anseios e pretensões do tempo presente.

CAPÍTULO I

ADRIANO AUGUSTO - PERSONAGEM DO PASSADO, INTERPRETAÇÕES DO PRESENTE

I - SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA

Revisitar os paradigmas históricos referentes à vida e ao principado de Adriano, *princeps* romano entre 117 e 138 d.C.¹, pode nos conduzir à precipitada conclusão de que o fim último deste estudo é reiterar as fundamentações de uma narrativa histórica centrada na experiência dos grandes líderes estadistas, destinada a obliterar as experiências femininas e concebida com o fito de fazer eco à história dos grupos sociais abastados. Visando nos desvencilhar dessas premissas, e nos posicionar quanto à construção do conhecimento histórico, convém, de antemão, tornar explícito o aporte teórico que embasa este trabalho.

Outrora considerados conservadores, aristocráticos e isolados das demandas políticas e sociais do tempo presente, os estudos sobre a Antiguidade têm se modificado de maneira expressiva nas últimas décadas e vêm adquirindo novas feições que os fazem trafegar à contramão de um eventual desinteresse pela dinâmica social de nosso tempo (BERNAL, 2005:13). Impactada por uma reformulação epistemológica das Ciências Humanas, como um todo, a História Antiga, em particular, não ficou imune às mudanças ocasionadas pela crítica chamada de pós-moderna: essa, por sua vez, impugnou os paradigmas normativos de interpretação sobre as sociedades e estimulou a abertura da disciplina a novas abordagens e perspectivas (FUNARI, 2005A:05; SILVA, 2011:05).

Em primeiro lugar, a contenda teórica acerca dos critérios de cientificidade (ou não) da História, bem como os debates sobre objetividade *versus* subjetividade que, do mesmo modo, permeavam o domínio epistemológico da disciplina, tornou imperativa a reflexão sobre a dimensão discursiva inerente às tradições interpretativas que versam a propósito da História da Antiguidade (FUNARI, 2003:18; 2005A:06; SILVA, 2011:05). Resulta dessa postura teórica uma avaliação crítica não apenas dos anseios individuais e subjetivos envolvidos na produção do discurso histórico, mas também acerca da inserção do (a) historiador (a) em um determinado contexto, sua filiação ideológica, o público e a instituição para quem a narrativa se destina (FUNARI, 2003:21; JENKINS, 2013:105; SILVA, 2011:05). Sobre o intento supracitado, Keith Jenkins (2013:105) argumenta que:

¹ Exceto quando indicado, todas as datas empregadas neste estudo são concernentes ao período d.C.

Trabalhar assim é adotar um método que descontrói e historiciza todas aquelas interpretações que têm pretensão à certeza e que não questionam suas próprias condições de produção; interpretações que esquecem de indicar sua subserviência a interesses ocultos, que não conseguem reconhecer seu próprio momento histórico e que mascaram os pressupostos epistemológicos, metodológicos e ideológicos que (...) mediam em todos os lugares e em todos os momentos a transformação do passado em história (JENKINS, 2013:105).

Ocasão profícua para a elaboração de identidades nacionais, a História Antiga viabilizou, impulsionou e legitimou, sob a égide de discurso científico, interesses políticos e culturais envolvendo os Estados nacionais europeus (FUNARI, 2005A:05; SILVA, 2011:04). Glaydson José da Silva constata que a reivindicação de uma suposta herança cultural dos antigos foi evocada “ora para legitimar ascendências étnicas gloriosas ou para conferir direitos territoriais assentados na ancestralidade de ocupação do espaço” (SILVA, 2011:04).

Sempre arbitrária e às vezes perniciosa, a concepção histórica de que o passado da Europa, e quiçá do Ocidente, se encontrava entre os gregos e romanos antigos, passou a ser questionada por suas pretensões coloniais, racistas e antisemitas. Ao revisar os cânones interpretativos da academia europeia no século XIX, Martin Bernal (1993:264; 2005:31), cujo pioneirismo acadêmico é avaliado como um verdadeiro ponto de inflexão nos estudos clássicos, identifica nas narrativas históricas sobre a Grécia Antiga os ideais de pureza racial e cultural pertinentes ao nacionalismo germânico à época. Teria sido no ‘legado de civilização da Antiguidade’ que a invasão neocolonial buscou subterfúgios para justificar a invasão e domínio político sobre outros territórios e populações (BERNAL, 2005:30; KELLY, 2006:124; HINGLEY, 2010:69-71; GUARINELLO, 2013:27).

Trata-se, como assevera Richard Hingley (2010:69-70), da utilização, sempre no presente, dos chamados discursos de dominação originados nos escritos antigos que, sob a dicotomia civilização *versus* barbárie, justificavam a supremacia imperial romana sobre outros povos. Herança pleiteada junto à Antiguidade, tornou-se usual entre as nações europeias a emulação dos movimentos de expansão imperial de outrora. De acordo com Hingley:

A definição de ‘barbárie’ à sociedade colonizada pelos seus senhores romanos foi usada para dar uma justificativa direta para a dominação política, militar e territorial desses povos, por meio do argumento de que o controle imperial permitia a transmissão de uma civilização superior a povos culturalmente

inferiores. (...) Essa ideia poderosa foi recebida e transformada pelas potências ocidentais durante o século XIX, para justificar relações imperiais (HINGLEY, 2010:70).

Outrossim, ainda são merecedoras de menção as ocasiões em que imagens da Antiguidade foram resgatadas, reinventadas, adaptadas e rivalizadas por diversos países de modo a convergir com doutrinas políticas autoritárias. Por meio de estudos realizados tanto em âmbito nacional quanto estrangeiro, tem-se procurado evidenciar apropriações de figuras, personagens, símbolos e eventos antigos em discursos concebidos à época do regime de Vichy (1940-1944), nos textos de Mussolini (cujas pretensões fascistas o alinhavam à expansão imperial romana de outrora), e, também, entre os partidários da *Falange Española* nos anos de 1939 e 1940 (KELLY, 2006; SILVA, 2007; RUFINO, 2013).

Por vezes reproduzidos em suportes distintos, que não necessariamente se enquadram no formato de narrativa histórica, trata-se, todavia, de discursos dotados daquilo que Pedro Paulo Funari (2003:20) chama de *estética persuasiva*, cuja análise crítica permite “justamente, estudar qualquer documento como construção complexa, estruturada, com autoria, públicos e objetivos específicos” (FUNARI, 2003:21). Versando acerca da arbitrariedade e das relações de poder inerentes às formas discursivas, Michel Foucault (2013) argumenta que:

(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (p.08-09). (...) Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2013:09-10).

Ademais, a despeito da incomensurabilidade entre a História e outras formas de memória social, já reivindicada por alguns estudiosos (CHARTIER, 2010:23-24), aderimos à perspectiva de que tanto os discursos históricos quanto os outros trabalhos de reconstituição do passado (comemorações, políticas de patrimônio e lugares de memória consagrados para fins identitários), carregam consigo um denominador comum que os faz tributários do tempo presente (JENKINS, 2013:52; HARTOG, 2013:156). Daí a imprescindibilidade de reconhecer nas tessituras discursivas (sejam elas oriundas da

História, ou não) os interesses ideológicos e anseios individuais e/ou coletivos que promovem, de maneira permanente, a intermediação de nossas relações com o passado (FUNARI, 2003:21; HARTOG, 2013:132).

Em segundo lugar, a intersecção entre as premissas discutidas em âmbito intelectual, associadas ao expressivo aumento dos sujeitos sociais entre as décadas de 1950 e 1960, teve como desdobramento uma verdadeira reviravolta no plano epistemológico da História: colocava-se em xeque, definitivamente a partir de então, as tradições interpretativas produzidas sob o signo confortável da homogeneidade social (FUNARI, 2005A: 05-06).

Interpretado de maneira desprovida de anuência (inclusive quanto à periodização² que lhe é cabível), o pós-modernismo, ao menos na História, tem arrematado para si o crédito sobre a abertura epistemológica operada na disciplina histórica a partir do aviltamento das metanarrativas (ANDERSON, 1999:32). Conforme os estudos de Perry Anderson (1999:74-75) e Stuart Hall (2006:20), as teorias da pós-modernidade teriam enfraquecido as tradicionais formações de classe e aberto espaço para outros grupos sociais promoverem os seus respectivos questionamentos políticos. Nesse ínterim, a integração capitaneada pela globalização promoveu a desarticulação das identidades estáveis de outrora. Igualmente, de maneira concomitante, orientou os movimentos sociais³ na criação de sujeitos que têm procurado fragmentar “as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos fornecia sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2006:21).

À suposta uniformidade humana reivindicada pelo Iluminismo opuseram-se ressalvas teóricas que, ordenadas e vistas de maneira retrospectiva, nos possibilitam vislumbrar um respeitável acúmulo de conhecimento pensado de modo interdisciplinar entre as ciências humanas e sociais. De acordo com Hall (2006:34), seria forçoso reconhecer que a conjectura filosófica norteada pela premissa de uma essência racional e uniforme do homem – segundo Clifford Geertz (1989:26), constante, geral e universal – foi sendo progressivamente desconjuntada por distintos discursos do conhecimento moderno.

² Para uma discussão acerca das periodizações atribuíveis ao pós-modernismo vide: ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p.96-100. Na sua urdidura argumentativa, Anderson salienta que apenas “na virada dos anos 70 o terreno estava preparado para uma configuração totalmente nova” (ANDERSON, 1999:100).

³ Convém ressaltar, conforme já fora demonstrado por Funari (2005A:06), que a ampliação dos sujeitos sociais associados aos movimentos religiosos ocorreu tanto entre vertentes de esquerda quanto de direita, como é o caso da Teologia da Libertação e da Opus Dei: ambos os exemplos apresentados pelo autor (p.06).

Para Hall (2006:34-46), teriam operado rupturas fundamentais nesse trabalho de descentramento do sujeito cartesiano: as tradições marxistas; a ‘descoberta’ do inconsciente por Sigmund Freud; a Virada Linguística fomentada pelos estudos de Saussure e Jacques Derrida; a genealogia do sujeito capitaneada por Foucault; e, por fim, o feminismo enquanto crítica teórica e movimento social (HALL, 2006:44).

Ainda que de modo tardio, a História Antiga aderiu às discussões sobre a multiplicação dos sujeitos sociais e, desde então, tem procurado pensar sobre as sociedades antigas de uma maneira descentralizada, a partir de perspectivas que privilegiam o caráter fluído e arbitrário das identidades (FUNARI, 2005A:06-07; WALLACE-HADRILL, 2007:355-356). Ao avaliar o impacto dessas discussões sobre o estudo da Antiguidade, Renata Senna Garraffoni (2008) comentou que, a despeito da resistência por parte dos estudiosos mais conservadores e adeptos de uma visão mais normativa sobre o mundo antigo, teria ocorrido profundas modificações na maneira de se pensar e escrever sobre o passado antigo:

Embora essa interpretação tenha permanecido quase inalterada entre os estudiosos mais tradicionais, as mudanças ocorridas no pós-guerra, em especial nos anos de 1960, provocaram um deslocamento na visão de uma parcela de classicistas. Assim, a descolonização da África, as manifestações do movimento feminista, dos homossexuais, as lutas do movimento negro contra o racismo, culminaram em mudanças na escrita da história (GARRAFFONI, 2008:174).

O Império Romano, nesse ínterim, passou a ser interpretado enquanto uma ordem social desprovida de uniformização e homogeneidade (GUARINELLO, 2009:149-150). Se, por um lado, compreende-se que o uso oficial do grego e do latim teria atuado de maneira centrípeta, fomentando uma unidade linguística imperial, por outro lado, a relação entre Roma e suas províncias tem sido repensada desde uma perspectiva pautada nas múltiplas identidades, reconhecendo a imprescindibilidade de superar dicotomias simplórias e homogeneizantes como “civilização *versus* barbárie”, “superiores e inferiores”, “vencedores e derrotados” (FUNARI & GRILLO, 2014:206).

Empregados e reproduzidos sem a devida apreciação, conceitos carregados de arriscada arbitrariedade como Romanização⁴ e Helenização, por exemplo, têm sido submetidos à crítica a partir dos estudos pós-coloniais, passando a coexistir com novos

⁴ De acordo com Hingley (2010:70. Nota nº. 22), o conceito de Romanização ainda não caiu em desuso, e possui inúmeros adeptos entre os estudiosos sobre a Antiguidade, tanto no âmbito da História, quanto da Arqueologia.

paradigmas historiográficos produzidos sob signos do hibridismo, da mestiçagem e da creolização: aproximações que, em última instância, enaltecem as trocas culturais e sociais (BOATWRIGHT, 2000:13-14; WALLACE-HADRILL, 2007:356; HINGLEY, 2010:91; FUNARI & GRILLO, 2014:210).

Sob a guarida das perspectivas teóricas supracitadas, julgamos conveniente explicitar que a nossa pretensão ao analisar as categorizações de gênero relacionadas e/ou atribuídas ao imperador romano Adriano, não condiz com o enaltecimento da sua figura como grande líder político e militar, imperador ou filósofo. Ao contrário, na esteira de Andrea Giardina (1991:10), interpretamos que, até mesmo uma ampla abstração como “O Homem Romano”, implica totalizações e na criação de um tipo ideal, parcial e generalizante. Incompatível, portanto, com a experiência social do Império Romano.

Com efeito, Adriano foi um personagem *sui generis* na História da Antiguidade Greco-Romana, e a sua experiência histórica nos permite constatar, por um lado, a heterogeneidade étnica e cultural das populações que residiam na bacia do Mediterrâneo Antigo, mesmo sob a influência uniformizante e centrípeta imprimida por Roma durante a sua empreitada imperial. Por outro lado, a análise dos estudos modernos sobre as diversas identidades de Adriano, implica o reconhecimento de que os imperativos modernos, por vezes, são determinantes na maneira como interpretamos as sociedades antigas. Nesse sentido, sem pretensão à exaustão, convém apresentar algumas das principais discussões concernentes ao personagem deste estudo. Com isso, por meio de um movimento metodológico que vai do geral (Adriano e suas identidades) para o específico (Adriano e a sexualidade) pretendemos discorrer a propósito das identidades sexuais, étnicas e nacionais modernas que comumente são atribuídas (quicá exigidas) de Adriano.

II - ADRIANO: UM PRÍNCIPE DA *HISPANIA*. OU DA ESPANHA?

Não fosse a compilação documental capitaneada por Alicia Canto (2004), cujo impressionante ensaio, *a priori*, parece pôr termo de maneira satisfatória a um impasse historiográfico que perdurava há séculos, poder-se-ia constatar a inexistência de uma definição consensual, acurada e definitiva quanto ao local de nascimento de *Publius Aelius Hadrianus*, ocorrido em 24 de Janeiro do ano 76 de nossa era (BENARIO, 1980:44; BOATWRIGHT, 2008:259). Cindidos entre os adeptos da possibilidade de o referido príncipe ter nascido em Roma, e aqueles que reivindicam a sua origem para Itália, na Bética,

estudiosos de primeira importância no âmbito internacional, até recentemente, lidavam com perspectivas discordantes acerca dessa controvérsia: endossando, presumimos, o caráter contraditório da *Scriptores Historiae Augustae*⁵, fonte histórica que, paradoxalmente, embasou ambas as perspectivas históricas (SYME, 1964A:143; BIRLEY, 1997:19; CANTO, 2004: 401). Com efeito, já nos primeiros versos da *Vita Hadriani*, podem-se entrever diversos excertos suscetíveis à dualidade interpretativa.

A circunscrição do espaço geográfico bético enquanto o lugar de origem dos ancestrais de Adriano, aliás, é tema do primeiro parágrafo da narrativa:

Origo imperatoris Hadriani uestutior a Picentibus, posterior ab Hispaniensibus manat, si quidem Hadria ortos maiores suos apud Italiam Scipionum temporibus resedisse in libris uitae suae Hadrianus ipse commemoret.

A origem mais antiga do imperador Adriano remonta aos Picentinos, e a mais recente aos Hispânicos. De fato, é o próprio Adriano, em sua autobiografia, quem nos recorda que os seus antepassados, embora oriundos de Ádria, se assentaram em Itália à época dos Cipiãoes (S.H.A. *Hadr.* I,1).

Igualmente relevante para essa questão é a contundente (e única) assertiva que reivindica para Roma o local de nascimento do referido *princeps*:

Natus est Romae VIII .kl. Feb. Vespasiano septies et Tito quinquies consulibus.

[Adriano] Nasceu em Roma, nove dias antes das calendas de Fevereiro, no sétimo consulado de Vespasiano e no quinto de Tito (S.H.A. *Hadr.* I,3).

O suposto retorno à terra pátria (Itália ou Roma) também é protagonista nas produções historiográficas modernas:

Quinto decimo anno ad patriam redit ac statim militiam iniit (...).

Aos quinze anos voltou à sua pátria e rapidamente iniciou nas milícias (S.H.A. *Hadr.* II, 1).

Diante dessas e de outras fundamentações na mesma biografia, se estabeleceu um embate histórico de largo dispêndio intelectual, envolvendo não apenas uma quantidade

⁵ Discorreremos os pormenores concernentes à *Scriptores Historiae Augustae* no capítulo III da dissertação, intitulado *Adriano e a História Augusta. Gênero e Poder na Vita Hadriani*. A compilação textual utilizada neste estudo foi a edição bilíngue (latim-francês) publicada pela *Les Belles Lettres* no ano de 1992. A tradução do documento para o português, exceto quando indicado, será sempre de nossa autoria.

significativa de investigadores, mas também a compilação de um respeitável e aprofundado *corpus* documental (textual e material) que, com maior ou menor intensidade, foi empregado nas urdiduras argumentativas desses estudiosos.

De um lado, puseram-se aqueles que atribuem o local de nascimento do imperador à capital do Império: sempre sob a regência da influente produção de Ronald Syme. Pode-se presumir que este modelo interpretativo tem sido adotado sobretudo nos estudos originários de âmbito anglófono⁶.

Estudioso dedicado aos pormenores da História Augusta, Syme (1964A) atribuiu à palavra *Origo* o mesmo significado de *Patria*, e a ambas uma acepção que não corresponde àquela que se refere à terra natal de uma pessoa. Conforme perspectiva adotada no *paper* intitulado *Hadrian and Italica* (1964A), o aludido historiador argumenta que *Origo* e *Patria* estariam relacionados à linhagem, à estirpe e à ascendência do indivíduo (CANTO, 2004:402). Assim, as diversas anedotas da *Vita Hadriani* que se reportam ao regresso de Adriano à sua pátria (como o *ad patriam redit*), foram interpretadas pelo autor neozelandês enquanto um retorno à região dos antepassados do imperador, e não ao seu local de nascimento propriamente dito. Como faz notar Ronald Syme:

No entanto, o lugar de nascimento de um homem nem sempre corresponde à origem legal de sua família (...) a distinção elementar entre ‘*patria*’ e local de nascimento deve ser observada de maneira escrupulosa. Caso contrário, ocorre confusão e erros perigosos⁷ (SYME, 1964A:142).

Tributários da perspectiva interpretativa proposta por Syme (1964A), Herbert Benario (1980:43-44) e Anthony Birley (1997:10; 2004:60), cada qual a seu modo, rejeitaram as considerações de outras fontes históricas – como Eutrópio, por exemplo -, e, em seus respectivos estudos, também aderiram à solitária afirmação da História Augusta a propósito de ter sido Roma a cidade natal de Adriano. Ora, o próprio Syme explicitamente relegava a obra⁸ do senador Eutrópio a um patamar inferior, “*among the unscholarly*” (1964A:142), e Benario (1980:44) chegou a transcrever em seu ensaio o excerto que

⁶ As obras de Bernard Henderson (1923) e Mary T. Boatwright (2008), ao menos dentre as obras que consultamos, parecem ser uma exceção a essa regra. Redigido em língua inglesa, o texto de Henderson acreditava que Itália fosse a cidade natal nascimento de Adriano (1923:10-11). Boatwright, autora cujas obras seminais também foram publicadas em inglês, opta por deixar a questão em aberto (2008:259).

⁷ Tradução nossa. No original: “*However, the place of a man’s birth is not the same as the legal ‘origo’ of his family (...) the elementary distinction between ‘patria’ and birthplace must be scrupulously observed. Otherwise, only confusion and dangerous error*”(p.142).

⁸ Trata-se da obra *Breviarum ab Urbe condita*, redigida por Eutrópio à época do imperador Valente, entre 364-378 da Era Comum (CANTO, 2004:384. Nota nº.79).

contradizia o discurso da História Augusta, porém, não o creditou fidedignidade diante da “possibilidade de a H.A. estar correta” (BENARIO, 1980:44)⁹. O estudo de Birley (1997), por sua vez, não especifica os critérios utilizados para a seleção de suas bases documentais, tampouco as vantagens e/ou limitações da postura interpretativa por ele adotada no decorrer da narrativa histórico-biográfica de sua autoria.

Quanto a Itálica, além disso, pouca ou nenhuma relevância é creditada nessas apreciações. A aludida cidade bética sempre desponta seguida de adjetivos que encurtam a sua importância para o Império Romano, como um todo, e para a formação intelectual de Adriano, individualmente. Syme (1964A:144) a caracteriza como “*A smalltown (...)*”, e atribui à helenizada Roma dos Flávios a proeza de ter instruído o futuro imperador que, ainda na Antiguidade, fez-se reconhecer enquanto detentor de respeitosa (quicá pedante, procuraremos demonstrar) formação intelectual, nos estudos gregos e latinos (SYME, 1964B:245; ZANKER, 1995:219; BIRLEY, 2000:144).

A suposta feição irrisória de Itálica também é perceptível nos escritos de Birley (1997:24), cuja suposição assevera que Adriano, por ocasião de visita a Itálica, a avaliou negativamente devido aos gostos provincianos, comuns às pequenas cidades. Indispensável advertir, em contrapartida, que a imputação de um caráter cosmopolita ao imperador havia sido proposta pioneiramente não por Syme, mas por Bernard W. Henderson em sua obra histórico-biográfica *The Life and the Principate of the Emperor Hadrian AD 76-138*, entregue a público no ano de 1923.

A adesão a esse paradigma ocorre de maneira apenas parcial na publicação de Thorsten Opper (2008). Mesmo se filiando àqueles que outorgam à *Città Eterna* o local de nascimento do *princeps* em questão, o autor não relega as cidades hispânicas à obsolescência. Ao contrário, Thorsten Opper (2008) faz menção à potencial atividade agrícola daquela província, e assevera que:

Públio Élio Adriano nasceu em Roma no dia 24 de Janeiro do ano de 76 d.C. Ninguém naquele tempo poderia ter predito que em algum dia ele seria imperador. Nascer na capital foi uma mera coincidência, decorrente de exigências de residência por parte do seu pai, senador da Espanha Romana. A família de Adriano veio de fora da aristocracia romana tradicional. Eram originais de Itálica, cidade situada próxima ao Rio Baetis e próxima de *Hispalis* (a moderna Sevilha) no sudoeste da Espanha. *Baetica*, como a província era chamada, se tornou famosa por seus recursos naturais, sua abundante produção agrícola e pela riqueza em minérios. O azeite de oliva, em particular, uma

⁹Tradução nossa. No original: “(...) *the H.A. may well be right*” (p.44).

mercadoria indispensável no Império, estava entre as mais lucrativas exportações béticas (OPPER, 2008:09-12)¹⁰.

Do outro lado da contenda histórica se dispuseram os investigadores que reivindicam para Itálica, a atual *Santiponce*, a qualidade de cidade natal de Adriano. Ao passo que as suas respectivas tessituras procuram guarida em um *corpus* documental que excede a afirmação da História Augusta, concomitantemente, alguns estudiosos também recorrem às assertivas da própria *Vita Hadriani* com o fito de tornar patente o seu semblante contraditório e, deste modo, conferir pouca legitimidade ao discurso a propósito do nascimento em Roma. Essa postura teórica foi adotada, por exemplo, nos trabalhos de Henderson (1923), Canto (2004) e de José Remesal (2013).

Já no primeiro capítulo de sua obra (1923:10), Henderson ressaltava a fiabilidade limitada (*untrustworthy*) do relato biográfico da História Augusta a respeito da cidade natal do imperador¹¹, notadamente quando comparada ao testemunho de outras fontes da tradição textual antiga. De maneira paradoxal, no entanto, é da *Vita Hadriani* que o estudioso britânico extrai a maior parte dos argumentos que apresenta em sua obra, interpretando de maneira distinta os excertos textuais que, *a posteriori*, sustentariam uma perspectiva histórica de desfecho antagônico. Assim, com efeito, teria sido para Itálica (*ad patriam*) - e não para Roma -, assim interpreta Henderson, o regresso (*redit*) do jovem Adriano para fins de filiação aos domínios militares (Cf. S.H.A. *Hadr.* II,1).

Seminal (quicá definitivo) para o atual estado da discussão foi o oportuno ensaio historiográfico organizado por Canto (2004). Na publicação *Itálica, Sedes Natalis de Adriano – 31 textos históricos y argumentos para una secular polémica* (2004), a arqueóloga e epigrafista da *Universidad Autónoma de Madrid*, compila, coteja e comenta trinta e um documentos históricos antigos e medievais, textuais e epigráficos que, passados por rigorosa análise filológica, seriam - assim reivindica a autora - mais que suficientes para assegurar definitivamente o nascimento de Adriano em Itálica. Em uma réplica à

¹⁰Tradução nossa. No original: “*Publius Aelius Hadrianus was born in Rome on 24 January AD 76. No one at the time could have foretold that one day, he would be emperor. His birth in the capital was a mere coincidence, due to the residency requirements of his father, a senator from Roman Spain. Hadrian’s family came from outside the traditional Roman aristocracy. Their home was Italica, a town on the River Baetis near the city of Hispalis (modern Seville) in south-west Spain. Baetica, as this province was called, was renowned for its natural resources, its plentiful agricultural produce and mineral wealth. Olive oil, in particular, a key commodity without which the empire could not function, was among Baetica’s immensely lucrative exports*” (p.09-12).

¹¹*En passant*, Bernard Henderson (1923:10. Nota nº.01) chega mesmo a cogitar a possibilidade de alguns trechos da História Augusta terem sido substituídos por algum editor posterior da obra.

assertiva “*Natus est Romae (...)*”¹² apresentada pela História Augusta, a autora assevera de modo enfático:

Como acabamos de verificar nas seguintes fontes mais antigas: Apiano, Antígono de Nicéia, Aulo Gélio, Dião Cássio, Eusébio de Cesaréia, Aurélio Vítor, Eutrópio, Latínio Pacato e Cláudio Claudiano, todas de alto nível cultural, [escritas por] senadores ou [escritores] próximos à corte [imperial], ou ambos, todos com fácil acesso à informação e bibliotecas, *todos*, repito, afirmam que Adriano nasceu em Itália (CANTO, 2004:404. Grifos da autora). (...) Do ponto de vista das técnicas e métodos do historiador, portanto, faltam bases para seguir negando tal quantidade de testemunhos antigos (CANTO, 2004:405)¹³.

Em publicação recente, Remesal (2013) contribuiu de maneira expressiva para a linha interpretativa centrada sob a ideia de que Adriano nasceu e cresceu em território hispânico. Enaltecendo a imprescindibilidade do cotejo documental na produção do conhecimento histórico, o estudioso também tirou proveito de informações conflitantes da História Augusta para assegurar ao território bético o local onde o imperador teria não apenas nascido, mas também vivido nos primeiros anos de sua vida.

De acordo com Remesal (2013:139-141), a pouca familiaridade de Adriano com o latim, demonstrada durante risível discurso proferido no Senado em 101, ainda como *quaestor*, seria uma evidência indiscutível da hispanidade do *princeps*. Na *Vita Hadriani*, o referido episódio é retratado sob os seguintes termos:

Quaesturam gessit Traiano quater et Articuleio consulibus, in qua cum orationem imperatoris in senatu agrestius pronuntians risus esset, usque ad summam peritiam et fecundiam Latinis operam dedit.

[Adriano] Exerceu a questura no quarto consulado de Trajano e no primeiro de Articuleio, quando, por ocasião de proferir um discurso do imperador no Senado, suscitou risos por sua pronúncia rústica, se dedicou intensamente ao latim até atingir a máxima destreza e eloquência (S.H.A. *Hadr.* III.1).

¹² S.H.A. *Hadr.* I.3.

¹³ Tradução nossa. No original: “*Como acabamos de verificar, la totalidad de las fuentes directas más antiguas: Apiano, Antígono de Nicea, Aulo Gelio, Dión Casio, Eusebio de Cesarea, Aurelio Víctor, Eutropio, Latínio Pacato y Claudio Claudiano, todos ellos de alto nivel cultural, o senadores, o próximos a la corte, o todo ello junto, y com fácil acceso a La información y bibliotecas, todos repito, afirman que Adriano nació em Itália (p.404).(...) Desde el punto de vista de los métodos y las técnicas del historiador, por tanto, carece de base seguir negando tal cantidad de testimonios antiguos (p.405)*”.

Contrapondo-se à perspectiva de Birley (1997:46), que outorga a rusticidade da dicção de Adriano à sua vivência em âmbito militar, Remesal (2013:140), ao contrário, é favorável a uma interpretação que põe em evidência o jeito bético da sua pronúncia. Sob o respaldo das obras de Cícero, e influenciado pelas assertivas apresentadas no *paper* de Canto (2004:400), Remesal (2013:140-141) argumenta que o riso dos senadores não se dirigiria a uma pessoa educada no seio da elite romana, mas a uma pessoa possuidora de uma pronúncia provincial do latim. Tratar-se-ia, em última instância, de reconhecer um possível ‘sotaque sevilhano’ nas assertivas proferidas pelo imperador – tipo de pronúncia reivindicada também pela romancista belga Marguerite Yourcenar¹⁴, conforme consta na sua entrevista acerca da ficção histórica *Memórias de Adriano* (*apud*: GUAL, 2004:160). Abrangida em um contexto histórico mais amplo, nesses ensaios, a ascensão dos imperadores de origem bética, de um modo geral, e de Adriano, especificamente, tem sido compreendida como resultado de uma paulatina integração política e econômica das elites hispanas no seio do Império Romano (FUNARI, 1994:92; 2014A:22).

Sob a justificativa de uma dissemelhança (ideológica e jurídica) que polarizava o romano invasor e o indígena hispano, a ocupação da Península Ibérica – iniciada no século III a.C. por ocasião do conflito bélico contra os cartagineses -, ao menos em seus pródromos, teria se pautado em relações de exploração e imposição tributária, apesar da existência de alianças políticas e militares entre o colonizador romano e as lideranças locais (FUNARI, 1994:90; 2014A:22).

A produção do azeite e a viticultura do Vale do Guadalquivir, com efeito, capitanearam a inserção daquela região ao comércio interprovincial romano por meio do abastecimento urbano e militar do Império, às vésperas do Principado. Este processo, por seu turno, teria suscitado mudanças sociais significativas no que concerne à exploração de recursos na Bética: tanto no aperfeiçoamento dos transportes fluviais e marítimos envolvidos no comércio com o mercado mediterrâneo, quanto na progressiva atenuação da cisão social que opunha romanos e provinciais (FUNARI, 1994:91; 2014A:22).

Ao passo que, já à época de Júlio César é possível entrever senadores, cavaleiros e cônsules de origem hispânica, também as concessões do direito latino aos habitantes da

¹⁴ Marguerite (Crayencour) Yourcenar (1903–1987) acabou por se tornar a primeira mulher a ser admitida na *Académie Française*. Tradutora, ensaísta, dramaturga e poetisa francófona, Yourcenar é reconhecida internacionalmente como uma intelectual dotada de respeitoso conhecimento sobre a Antiguidade (ALDRICH, 1993:188). Sua principal obra, *Les Mémoires d'Hadrien* (publicada no Brasil sob o título “Memórias de Adriano” (1974), pela editora Nova Fronteira), teve a sua versão original publicada no ano de 1951, embora tenha sido iniciada sob manuscritos redigidos entre os anos de 1924 e 1929.

Hispania promovidas por Vespasiano foram caracterizadas por diversos estudiosos enquanto exemplos maiores de integração política, econômica e militar dos *novi homini* originários das províncias espanholas à época imperial. Assim, ao passo que a promoção de Galba (ex-governador da *Hispania Citerior*) no ano de 68 já havia demonstrado a força política das elites hispânicas, as ascensões dos imperadores de origem bética ao posto de *princeps* têm servido à historiografia como exemplos que representam o apogeu do longo processo de integração iniciado no século III a.C. (ALFÖLDY, 1989:105-106; 2000:452; REMESAL, 2013:141).

O ensaio de Canto (2003) é convergente com essa perspectiva, visto que argumenta acerca de uma possível soberania imperial hispana estabelecida entre os anos 98 e 192. Com efeito, o período histórico designado a partir de termos – segundo a autora, imprecisos - como “Dinastia Antonina”, “Antoninos”, “*Adoptivkaiser*” ou ainda “Século dos Bons Imperadores” corresponderia precisamente à época em que ascenderam ao trono os imperadores (mas também imperatrizes) pertencentes a uma única dinastia hispânica, oriunda de âmbito bético. Assim, segundo Canto (2003), seria imprescindível para o intervalo temporal em questão, a admissão de uma *Dinastia Úlpio-Aelia*, visto que, tendo Nerva como um introdutor necessário, os imperadores que se seguiram [de Trajano a Comodo] formavam “uma autêntica estirpe, mostrando nascimento, raízes, consanguinidade, parentescos e/ou fortes conexões com a Bética” (CANTO, 2003:305).

À guisa de conclusão, julgamos imperioso destacar, em primeiro lugar, que a referência ao caráter exploratório estabelecido entre o invasor romano e o indígena da *Hispania*, não se restringe a uma opção trivial pelo ‘politicamente correto’. Ao contrário, essa postura admite um posicionamento caracterizado pela ruptura com os paradigmas historiográficos que concebem a integração imperial como um processo que culminou em homogeneização social, harmonia e benefícios para todos: deixando, portanto, de destacar os aspectos negativos da imposição romana (HINGLEY, 2010:91). Esse tipo de interpretação, como salienta Hingley (2010:83), por um lado, reforça implicitamente a crença na suposta natureza emancipatória da globalização contemporânea. Por outro lado, ao mesmo tempo, negligencia tanto a existência, quanto a experiência histórica de grupos sociais marginalizados.

Em segundo lugar, se considerarmos que o apelo às origens béticas de Adriano advém majoritariamente da produção classicista espanhola contemporânea, poder-se-ia (certamente de maneira precipitada e pejorativa) reduzi-la aos domínios do ufanismo e do

essencialismo patrióticos. Pode-se entrever, em contrapartida, que o emprego de adjetivos pátrios modernos, bem como o fomento de uma suposta oposição entre a historiografia espanhola e aquela produzida nos outros países, nos remete a uma contenda dotada de um discreto teor nacionalista, ainda que as diferentes regiões da Espanha possuam interesses identitários distintos em relação ao passado romano, como faz notar Simon Keay (2001:122). A revisão das diversas tradições históricas sobre as origens de Adriano produzidas em âmbito espanhol, no entanto, extrapola o escopo deste trabalho.

Ao discorrermos criticamente a respeito dos diversos procedimentos teóricos adotados na feitura desses trabalhos, por fim, esperamos ter tornado explícito ao leitor, antes de qualquer coisa, o caráter subjetivo, arbitrário, seletivo e interpretativo que acompanha a produção do conhecimento histórico.

III - DAS FILEIRAS MILITARES À ADOÇÃO POR TRAJANO

Adotado como sucessor direto de Trajano, Adriano permaneceu como *princeps* romano entre 11 de Agosto de 117 e 10 de Julho do ano de 138, tendo falecido aos sessenta e um anos de idade em sua vila de *Baiae*, após um principado de considerável longevidade¹⁵. A aludida adoção por Trajano ocorreu quando Adriano já possuía quarenta e um anos de idade, à época em que gozava de respeitável prestígio, porquanto tivesse alcançado êxito junto à carreira militar.

Segmentada em duas concepções interpretativas principais, a historiografia tem procurado apontar – sem dúvidas de maneira e teleológica, portanto à maneira das biografias (BOURDIEU, 1998:184) – os possíveis motivos que, ainda na idade jovial de Adriano, teriam sido imprescindíveis para tal fim. Influenciada pelos estudos que outorgam à corte imperial a qualidade de espaço fundamental das relações políticas e clientelísticas das elites romanas à época do principado, a primeira perspectiva historiográfica considera fundamental para a feitura do *princeps* a proximidade com Trajano e o favorecimento dos demais integrantes da sua casa imperial, fossem eles cavaleiros, libertos, mulheres ou senadores. As mulheres da família de Trajano, em especial, teriam atuado de maneira peremptória na consolidação da carreira política de Adriano, inclusive para a sua adoção e herança do trono imperial¹⁶ (BIRLEY, 1997: 42; COPETE, 2004:75;).

¹⁵ Principalmente quando comparado aos dois anos (96-98) de governo do imperador Nerva, por exemplo.

¹⁶ S.H.A. *Vita Hadriani*. IV.1.

Com efeito, após a morte do pai de Adriano, Públio Élio Adriano Afer em 85 (ou 86), Trajano - juntamente com o futuro prefeito do pretório, Públio Acílio Atiano – pôs-se na condição de protetor do futuro imperador. Sob a tutela do *Optimus Imperator*, Adriano, desde a juventude, gozou de grande estima junto à futura imperatriz Pompeia Plotina, a ponto de ter se casado, sob sua influência (provavelmente no ano 100 da Era Comum) com a sua sobrinha-neta, a jovem Víbia Sabina, filha de Matídia, e neta de Marciana, sua irmã (HENDERSON, 1923:23). De acordo com Birley (1997:42), as referidas núpcias teriam somado “um significativo passo a mais para Adriano”¹⁷.

O respeitoso dispêndio honorífico por ocasião da morte dessas mulheres, presumimos, atestaria de maneira fidedigna a contiguidade de Adriano com as integrantes da casa imperial de Trajano: Marciana, após a sua morte em 29 de Agosto de 112, foi declarada *diua*, enquanto Matídia recebera o epíteto de *Augusta*. Após a sua morte em 29 de Agosto de 119, Adriano a elevaria à mesma condição das *diuae*, além de proferir uma *laudatio* fúnebre em sua homenagem (BENARIO, 1980:82; BOATWRIGHT, 1987:61). Em decorrência da morte¹⁸ de Plotina, igualmente, Adriano teria guardado luto por nove dias, entoado hinos de louvor em sua memória, e erigido edifícios religiosos em sua homenagem: em Nemauso¹⁹ – cidade natal da imperatriz, e atual Nîmes -, mas também em Roma, onde o *princeps* teria dedicado um templo aos Divinos Trajano e Plotina, pouco antes de 128 (BOATWRIGHT, 1987:94).

O favorecimento pessoal (*fauore*) da imperatriz Plotina, em especial, tem sido destacado por diversos estudiosos como o resultado de um suposto envolvimento afetivo de Adriano com a mesma, chegando-se mesmo a cogitar que a sua adoção por Trajano – feita às pressas, já que Trajano não houvesse legado sucessores ao longo de sua vida – teria sido manipulada por uma conspiração capitaneada pela esposa do imperador. Imprescindível destacar que a imputação em questão, de certa forma encontra guarida na documentação antiga: tanto o relato histórico de Dião Cássio²⁰, quanto a Vida de

¹⁷Tradução nossa. No original: “(...) a significant further step forward for Hadrian”. (p.42).

¹⁸ Não há consenso entre os estudiosos quanto à data precisa da morte de Plotina. De acordo com Boatwright (1987:96), a imperatriz teria perecido no primeiro dia de Janeiro do ano de 123. Uma datação diferente é atribuída à morte na obra de H. Benario (1980:51). Para o autor, a esposa de Trajano não teria sobrevivido mais do que cinco anos após a ascensão de Adriano. Sua morte, portanto, teria ocorrido, argumenta Benario, em 122 da Era Comum.

¹⁹ S.H.A. *Vita Hadriani*. XII. 2. “Per idem tempus in honorem Plotinae basilicam apud Nemausum opere mirabili extruxit”.

²⁰ CASSIUS DIO. *Historiae Romanae*. 69.1.1-3. Neste estudo utilizamos a edição bilíngue (inglês-grego) da obra de Dião Cássio publicada em 2001 pela Loeb Classical Library, com tradução de Earnest Cary.

Adriano²¹ narrada na *Scriptores Historiae Augustae*, aludem às possíveis relações amorosas entre os personagens em questão, e também dão indícios de uma transição imperial fraudulenta, operada pela imperatriz e seus asseclas (*factione*). Agraciada pelo favor de Plotina, a (ilegítima) adoção de Adriano teria ocorrido de maneira similar à ascensão de um impostor. Na *Vita Hadriani*, o suposto fingimento que marcou a sucessão imperial é narrado sob os seguintes termos:

Nec desunt qui factione Plotinae mortuo iam Traiano Hadrianum in adoptionem adscitum esse prodiderint, supposito qui pro Traiano fessa uoce loquebatur.

Não falta quem demonstre que Adriano foi agraciado com a adoção, já que Trajano estava morto, graças à facção de Plotina, por recurso a um imitador que falou por Trajano com voz débil (S.H.A. *Vita Hadriani*. IV.10).

Se seguíssemos a influente obra de Birley (1997:77), bem como o ensaio de Juan Manuel Cortés Copete (2004:75), por exemplo, não nos restariam dúvidas quanto ao caráter ilegal do desígnio imperial de Adriano. Reiterando as assertivas apresentadas na documentação antiga supracitada, esses autores destacam a influência da imperatriz Plotina que teria se posto à frente de uma adoção dissimulada e, portanto, ilegítima. Com efeito, ao passo que Birley (1997:77) menciona o caráter extralegal da empreitada, salientando que “*the adoption was, at best, by a dying man and stage-managed by Empress*”, Copete (2004:75) argumenta que a notificação da adoção chegada a Adriano na Síria no dia nove de Agosto de 117 da Era Comum se seguiu a uma “*conspiración de las mujeres de la corte capitaneadas por Plotina, la emperatriz (...)*”

Convém reconhecer, em contrapartida, que o caráter retórico, intrínseco à tradição textual antiga, bem como a *estética persuasiva* (FUNARI, 2003:20) dessa documentação, nem sempre é observado. Não raro, tais fundamentações acabam sendo empregadas de maneira acrítica pelos estudiosos que, conseqüentemente, as concebem enquanto retratos fidedignos da vida e dos feitos referentes aos personagens que ali são apresentados.

Assim, como argumenta José Luís Lopes Brandão (2013:15), uma interpretação mais acurada acerca da anedota da adoção demandaria situá-la na economia da *Vita Hadriani*, concebendo-a enquanto um recurso retórico que, empregado juntamente com outras anedotas negativas a propósito do imperador, teria por finalidade colaborar com a

²¹ S.H.A. *Vita Hadriani*. IV.01-10.

composição de um retrato de Adriano que o desqualificasse e o relegasse à categoria de um impostor. Segundo Carlos Augusto Ribeiro Machado (1998), tanto as histórias autênticas quanto aquelas desprovidas de fidedignidade são empregadas na História Augusta com o intuito de compor um caráter sobre algum personagem (MACHADO, 1998:42).

Uma segunda perspectiva historiográfica, por seu turno, lida com certo ceticismo em relação ao caráter clientelístico e fraudulento da aludida transição, e procura interpretar a outorga imperial favorável a Adriano enquanto uma espécie de ‘gratificação’ à sua suposta qualificação pessoal, cujos méritos já haviam sido demonstrados junto ao seu pai adotivo nos âmbitos militares, religiosos e políticos. Se, por um lado, em determinadas narrativas históricas o vínculo familiar (*i.e.* dinástico) que, de antemão o unia a Trajano, é convencionalmente aceito enquanto uma prerrogativa de relativa importância para a aludida sucessão imperial, por outro lado, tal entendimento não tem se desassociado de um enaltecimento da sua consolidação por meio das conquistas na carreira militar e da observância estrita no que concerne ao *cursus honorum*.

Essa postura interpretativa já era patente, por exemplo, na obra histórico-biográfica de B. Henderson (1923). Apesar de não descartar a possibilidade de uma intervenção favorável por parte da imperatriz Plotina, Henderson (1923:35-37) considerava que a adoção de Adriano por Trajano seria não apenas justificável, mas também previsível devido ao fato de o casal imperial não ter deixado herdeiros, e Adriano ser o único descendente varão do *Optimus Imperator*. O argumento da sucessão dinástica ganharia novo fôlego (e novos matizes, sem dúvida) quase um século, depois com a publicação do ensaio de A. Canto (2003). Para a estudiosa, seriam muitas as evidências textuais que nos possibilitariam constatar, inclusive desde a juventude de Adriano, uma discreta predileção de Trajano pela adoção do sobrinho-neto, mormente no que concerne à consolidação de sua carreira política e militar. Salienta a autora, entretanto, que a preferência por um herdeiro também de origem bética, e a conseqüente possibilidade de estabelecer uma *factio hispana* no poder, teria sido o fator determinante para a transição a favor de Adriano (CANTO, 2003:341).

Ao vislumbrar retrospectivamente a constituição das carreiras civil e militar de Adriano, Boatwright (2008) reconhece que o filho adotivo de Trajano teria recebido respeitável instrução nos empreendimentos bélicos. Segundo a professora da *Duke University*, Adriano teria ocupado lugar de destaque nas tropas imperiais, ainda na juventude, a partir de três tribunados militares. No limiar entre dezoito e dezenove anos de

idade (entre 94 e 95 da Era Comum, portanto), se tornou tribuno da *Legio II Adiutrix*, na Panônia. Entre os anos 96 e 97, Adriano cumpriu o seu segundo tribunado, junto à *Legio V Macedonica*, na Mésia. Por fim, entre 97 e 98, foi novamente tribuno, agora vinculado à *Legio XXII Primigenia*, voltada à região germânica, em *Moguntiacum*, atual Mainz na Alemanha (BOATWRIGHT, 2008:255).

À frente das legiões movidas por Trajano por ocasião das duas campanhas na Dácia (101-102 e 105-106), Adriano teria logrado importantes êxitos militares: de tal modo que, os méritos alcançados por ocasião de uma suposta perícia bélica, teriam sido devidamente reconhecidos pelo imperador que, então, lhe confiou o posto de governador de província da Panônia Inferior (provavelmente entre 106 e 108). A nomeação para o governo provincial da Síria em 117, por seu turno, teria ocorrido em situação bastante distinta daquela de outrora, estando Trajano já enfermo e a província apresentando conspícuo potencial subversivo.

Observante rigoroso do *cursus honorum* romano, Adriano foi tribuno da plebe (em 102 ou 105) pretor, e também questor (em 101). O cargo de cônsul (*consulsuffectus*) foi ocupado por Adriano também em três ocasiões: em 108 (dez anos antes da idade habitual), 118 e, novamente, em 119, quando já era o *princeps* de Roma (BIRLEY, 1997:102-103). Como *abactis senatus*, esteve à frente dos informes oficiais das atas do Senado, ao passo que, enquanto *quaestor imperatoris Traiani* e redator dos discursos de Trajano, Adriano teria gozado da afinidade, mas sobretudo a proximidade política e militar com o imperador e pai adotivo. Os pormenores apresentados na urdidura de Mary Boatwright (2008) nos permitem constatar, enfim, um posicionamento de ruptura em relação ao paradigma historiográfico já apresentado, uma vez que a autora qualifica como obsoletos os rumores de um possível favorecimento pessoal a favor de Adriano partindo de Trajano ou Plotina, argumentando que, ao contrário, “sem o seu talento pessoal e determinação, Adriano jamais poderia ter logrado êxito”²² (BOATWRIGHT, 2008:259).

Se considerarmos que Adriano, em geral, é mensurado de maneira hostil junto à tradição textual de autoria senatorial (CANTO, 2003; 2004), e que as referidas anedotas que o associam a uma adoção ardilosa carregam consigo uma finalidade retórica específica dentro da História Augusta, poder-se-ia interpretar tais assertivas enquanto discursos desprovidos de fidedignidade histórica. O cotejo com uma documentação proveniente de

²²Tradução nossa. No original: “*Pero sin su talento personal y su determinación, Adriano no podría haber logrado el éxito sostenido*” (BOATWRIGHT, 2008:259).

outro âmbito, no entanto, nos permitiria inferir que, durante o tempo em que esteve no poder (117-138), Adriano, em suas emissões e inscrições oficiais, lançou mão de diversos referenciais que se reportavam, física ou simbolicamente, à ideia de uma legitimidade dinástica.

Assim, a cunhagem²³, em Roma, de um áureo²⁴ datado do período entre os anos de 128 e 132, pode estar associada ao propósito de reiterar a sua ascendência legal junto ao imperador Trajano e à sua esposa, a imperatriz Plotina (**RIC. Vol. II, nº. 387. Vide Catálogo, Ficha Nº 01**). Enquanto no anverso da referida moeda pode-se vislumbrar a representação de Adriano associada à legenda HADRIANVS AVGVSTVS P[ATER] P[ATRIAE] (Adriano Augusto, Pai da Pátria), no reverso da mesma moeda são apresentados os bustos de Trajano e Plotina, postos frente a frente, juntamente com a inscrição latina DIVIS PARENTIBVS (Para os divinos pais).

O tema da adoção [ADOPTIO] já era recorrente em cunhagens de Adriano no início do principado (117). Tal referência pode ser observada, por exemplo, nos áureos e denários de prata cunhados em Roma, mas também na Síria - província que Adriano governava à época em que foi aclamado imperador (**RIC. Vol. II, nº.03. Vide Catálogo, Ficha Nº 02**). No que concerne à representação iconográfica dessa moeda, ademais, é notório um cumprimento entre Trajano e Adriano que, posicionados paralelamente, incorrem em um amistoso aperto de mãos. Togados e laureados, também portam documentos (testamentos?) em suas mãos esquerdas, aludindo à concessão estabelecida entre sucessor e sucedido, e deste modo fazendo alusão ao caráter legítimo da herança imperial (BOATWRIGHT, 1987:238).

O ideal de pertencimento à dinastia imperial instalada por Augusto também teria feito parte dessa política de apelo à legalidade da herança imperial. Além da adesão ao epíteto HADRIANVS AVGVSTVS ou nas cunhagens emitidas a partir de 125, a possibilidade de uma continuidade em relação ao primeiro *princeps* também foi colocada em manifesto nas próprias reformas promovidas no espaço urbano da cidade de Roma (SPAWFORTH, 2012:243). As reformas no Campo de Marte e a progressiva valorização dos

²³De acordo com o escopo estabelecido previamente para este capítulo, a moeda é propositalmente pensada apenas como um suporte para a disseminação de ideologias e símbolos imperiais (*cf.* WALLACE-HADRILL, 1981; CARLAN, 2007). A discussão pormenorizada acerca de sua funcionalidade, bem como o potencial simbólico inerente às moedas romanas, no entanto, será realizada no capítulo IV da dissertação, intitulado *O Imperador e suas Virtudes: Adriano e as representações numismáticas*.

²⁴MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. *The Roman Imperial Coinage*. Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926. Nº 387, p.384.

monumentos outrora erigidos por Augusto teriam sido constantes durante todo o governo de Adriano. A explicitação do vínculo a Otaviano Augusto, por sua vez, teria se materializado especialmente na fachada de um monumento específico, cuja reforma em relação ao edifício original (destruído por um incêndio no ano de 110) carregaria a ousadia arquitetônica típica da época de Adriano, mas também a homenagem e o desejo de se filiar de maneira legítima ao regime inaugurado por Augusto: o Panteão.

Ao estabelecer uma datação para o Panteão a partir dos selos impressos no material construtivo nele empregado, Mary Boatwright (1987:42-44) atribuiu o início da sua reforma definitiva para o ano de 118, portanto à época de Adriano. A contribuição da referida autora repousa de maneira precisa sobre uma questão espinhosa, e que envolveu significativo dispêndio intelectual por parte de diversos estudiosos, ao menos entre os séculos XIX, e início do XXI (BOATWRIGHT, 2013:19). O cerne deste debate, por sua vez, está associado à inscrição principal do Panteão, que atribui a sua feitura a Marcos Agripa, contemporâneo do imperador Augusto. Apresentada de maneira pormenorizada no *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL. 6.896), a famigerada frase inscrita na arquitrave do pronau oferece aos seus eventuais leitores a concepção de que teria sido:

M AGRIPPA L F COS TERTIVM FECIT.

M(arcus) Agrippa L(ucii) F(ilius) Co(n)S(ul) Tertivm Fecit.

Marcos Agripa, filho de Lúcio, o fez em seu terceiro consulado.

(CIL. 6896).

Segundo consta na História Augusta (*Vita Hadriani*. XIX.10), com o intuito de incorrer em um gesto de modéstia, Adriano costumava preservar as inscrições dos edifícios que reformava, sempre com o intuito de enaltecer o feito dos seus proponentes iniciais. É outro testemunho, apresentado nesta mesma obra²⁵, no entanto, que nos permite conjecturar que Adriano, ao contrário, não hesitaria, em Roma ou nas províncias, em explicitar qual era a sua real contribuição para a feitura de suas reformas e edificações. Uma dedicatória encontrada próxima ao Fórum de Trajano, outrora pertencente ao templo dos Divinos Trajano e Plotina, do mesmo modo, também constitui uma exceção à alegada despretensão de Adriano (BENARIO, 1980:51; BOATWRIGHT, 1987:74). A inscrição, por um lado, outorgava ao *princeps* a responsabilidade pela instalação do referido edifício religioso, inaugurado pouco antes do ano 128. Por outro lado, qualificava como legítima a

²⁵S.H.A. *Vita Hadriani*. XX.04-05

sua (usualmente contestada) adoção e consequente descendência (*parentibus suis*) junto ao *Optimus Imperator* e sua esposa Plotina (CIL. 6.966).

Em meio ao caráter contraditório das informações disponíveis, tem ganhado proeminência a interpretação de que a despretensão de Adriano está diretamente relacionada à sua postura de continuidade, mas também de reconhecimento aos fundadores do Império: Augusto e Agripa, seu genro e principal companheiro militar durante os conflitos que marcaram o período republicano tardio e o processo de transição para o regime de *princeps* (BOATWRIGHT, 1987:43; 2013:25-26). A posição de destaque deste paradigma se justifica mediante o reconhecimento do próprio contexto histórico que suporta o principado de Adriano, marcado também por uma série de políticas reafirmativas das proposições outrora capitaneadas por Augusto (SPAWFORTH, 2012:235).

Em última instância, Adriano mantinha uma predileção ao arcaísmo que, não obstante lhe servisse como marca de distinção social, de modo algum se restringia a um preciosismo trivial (ZANKER, 1995:208; BOATWRIGHT, 2000:13). Em respeito à própria História de Roma, portanto, escolheu Agripa e não a si próprio para figurar como protagonista na fachada do Panteão: era preciso se filiar a uma dinastia imperial. A obliteração de imperadores como Calígula, Nero e Domiciano – considerados inimigos do Senado - por meio da *damnatio memoriae*, por fim, tornou-se uma compreensível. Mas, e quanto ao *princeps* Augusto? O uso do passado, neste caso, situaria Augusto e Agripa na base fundamental do seu regime: daí o caráter político, arbitrário e seletivo intrínseco aos mecanismos de lembrança e esquecimento empregados na constituição da memória social.

IV – ADRIANO, UM IMPERADOR FILO-HELÊNICO

Ainda na juventude, Adriano já era reconhecido como um indivíduo de notória dedicação e apreço à cultura grega, característica que lhe rendeu, segundo o redator da História Augusta, a alcunha de *Graeculus* - o pequeno grego (S.H.A. *Vita Hadriani*. I. 05). Nem sempre observado é o fato de a referida atribuição fazer referência ao *princeps* de maneira pejorativa²⁶, e sugere o caráter ambíguo e contraditório que marca a relação entre gregos e romanos à época imperial (FUNARI, 2001:123). Retornaremos a essa discussão ainda neste capítulo.

²⁶ De acordo com Caroline Vout (2006:100), o conceito de *Graeculus* carregaria uma conotação desdenhosa, e teria sido empregado com o intuito de caracterizar Adriano enquanto um indivíduo cuja tentativa de imitar os gregos não teria logrado êxito. Para a autora, o ‘pequeno grego’ seria um grego menor, uma imitação.

Explicitada em diversas ocasiões na tradição textual e na cultura material antigas, a produção histórica acerca do filo-helenismo de Adriano apresenta duas perspectivas principais que, embora figurem, *a priori*, de maneira distinta, a nosso ver, em última instância, são complementares. A primeira delas diz respeito às iniciativas subjetivas do *princeps*. Nesse ínterim, até mesmo a barba de Adriano tem sido interpretada na historiografia enquanto uma evidência da sua inclinação à cultura grega e aos intelectuais da Hélade Clássica (CALANDRA, 2004:90; WALKER, 2004:109; VOUT, 2006:98).

A idealização de Adriano enquanto intelectual não era estranha aos antigos, e o opulento (mas também pedante) repertório cultural do imperador foi apresentado na *Vita Hadriani*²⁷, reiterado mais tarde por Syme (1964:245), e posteriormente desenvolvido de maneira pormenorizada por Paul Zanker, em seu livro *The Mask of Socrates: the image of the intellectual in Antiquity* (1995). Após desqualificar o relato histórico da História Augusta que alude à possibilidade de Adriano ter aderido ao uso da barba com o fito de escamotear uma possível cicatriz facial, Zanker (1995:108), ao contrário, argumenta que um novo tipo de relação com a cultura grega teria se iniciado com o principado Adriano, e o estilo arcaizante adotado pelo imperador teria se tornado, segundo as palavras do próprio autor, uma verdadeira “moda” aos demais habitantes do Império Romano, mas também para os imperadores subsequentes que também teriam adotado feições similares.

Nesse ínterim, ao interpretar as inúmeras representações do imperador que chegaram até os dias atuais, diversos estudiosos têm procurado colocar em evidência os supostos desígnios de helenidade que lhe eram característicos. Convém destacar que a recorrente interpretação iconográfica de dois artefatos da estatuária de Adriano, em particular, tem servido como a ‘evidência definitiva’ da suposta identidade grega do imperador romano. O primeiro deles (Imagem 01), encontrado no Templo de Apolo da cidade de Cyrene, em 1861, apresenta o único retrato de Adriano em vestes gregas que nos foi legado. Já o segundo (Imagem 02), de menor protagonismo na literatura que versa sobre Adriano, apresenta o fragmento (apenas o torso) de uma estátua de Adriano feita em mármore, e que foi encontrada em escavações arqueológicas empreendidas na ágora ateniense:

²⁷ S.H.A. *Vita Hadriani*. XV.10.



Imagem 01: Estátua de Adriano em vestes gregas. Encontrada no norte da África em 1861, é a única representação de Adriano trajado à maneira grega (VOUT, 2006:102; OPPER, 2008:30-31).



Imagem 02: Fragmento de uma estátua de Adriano feita em mármore. As influências gregas e romanas seriam observáveis no detalhe artístico do traje militar (ALCOCK, 2001).

No que concerne à primeira representação (Imagem 01), além da ‘barba grega e filosófica’ de Adriano, também o uso da veste grega (*himation*) atestaria de maneira irreversível a suposta helenidade do imperador. Embora tenha adquirido ampla circulação nas produções acadêmicas, a referida estátua foi recentemente submetida a diversas averiguações e exames pormenorizados no *British Museum*²⁸, dos quais se pôde constatar que o corpo e a cabeça da estátua nunca foram originalmente concebidos como uma única peça, mas seriam, ao contrário, o resultado de uma restauração malsucedida da época vitoriana (OPPER, 2008:30-31). Considerando esta hipótese, o seu valor como documento histórico e arqueológico precisa ser reformulado, não servindo mais para o propósito que lhe foi atribuído até então.

²⁸ No *site* do *British Museum*, o impasse concernente à referida estátua recebeu merecido esclarecimento, e os visitantes podem tomar conhecimento do mesmo por meio do *site*: http://www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/gr/m/marble_statue_of_hadrian.aspx Acessado em: 08/07/2015, às 10h23.

Pertencesse a referida estátua (Imagem 01) à época de Adriano, poderíamos constatar que a assertiva de Horácio (*Graecia capta ferum victorem cepit*) teria encontrado respaldo na imagem deste imperador ? A cultura grega, enfim, teria alcançado o seu patamar mais alto entre as elites romanas, a ponto de o próprio imperador ter se tornado um vetor do helenismo no Mediterrâneo? Em suma: teriam os romanos sofrido um processo de aculturação em relação aos gregos passível de ser interpretado a partir do conceito de Helenização?

As contradições que permeiam a relação entre gregos e romanos, presumimos, não nos permitem uma resolução tão simples e o emprego de um conceito tão problemático. Ao admitirmos uma unidade identitária grega trans-histórica, outorgarmos à cultura grega a chancela de cultura superior e por fim reconhecermos que os romanos não tiveram outra escolha a não ser se renderem à *Humanitas* dos gregos, com efeito, reproduzimos os pressupostos racistas intrínsecos aos conceitos elaborados no século XIX para interpretar a referida experiência histórica sob os signos de “Helenização” ou “Romanização”, que em última instância, operam sob a dicotomia da vitória da “civilização sobre a barbárie” (FUNARI & GRILLO, 2014:210).

Apesar de a cultura grega fazer parte da formação de um destacado grupo social romano, nem tudo o que vinha da parte grega do Mediterrâneo (ou das colônias gregas na parte Ocidental) era benquisto entre os romanos, o que nos permite constatar critérios fundamentais de seletividade por trás da simples passividade e assimilação dos costumes estrangeiros (MOMIGLIANO, 1991:24; FUNARI, 2001:123). A título de exemplo, poder-se-ia argumentar que, a despeito das incorporações da cultura grega nos planos artístico, político e religioso, os romanos recusaram, por exemplo, a relação entre *erastes* e *eromenos* que fundamentava a pederastia grega, e que, em Roma, foi moral e juridicamente rechaçada.

Negligenciar a heterogeneidade (étnica, social e cultural) subjacente ao espaço circunscrito pelo Império Romano, e lançar mão de uma concepção estanque e homogênea de identidade romana que se modifica e é transposta mediante o contato com uma “cultura superior” grega (que também é heterogênea), não nos parece a melhor forma de interpretar o referido contexto histórico. Ao contrário, ao fugirmos da premissa de que apenas uma identidade é possível, nos deparamos com a possibilidade de interpretarmos a referida experiência histórica a partir de conceitos como hibridez cultural, miscigenação e identidades fluidas (FUNARI, 2001:123; WALLACE-HADRILL, 2007:355; FUNARI & GRILLO, 2014:310). Segundo Andrew Wallace-Hadrill (2007):

Um romano aprender a ler e falar a língua grega já era ser helenizado, do ponto de vista da cultura grega. Para um romano, isso de modo algum influenciaria sobre a sua identidade romana (...). O latim era um idioma de uso limitado, ao passo que o grego poderia ser compreendido em todo o mundo [mediterrâneo]: e ser celebrado em uma linguagem mundial era algo bom para os romanos (...). Assim, você poderia se tornar ou não se tornar romano: tratava-se de um *status* jurídico e não-afetado por suas escolhas culturais (...)²⁹. (WALLACE-HADRILL, 2007:360).

Admitindo a possibilidade de algumas comunidades não terem modificado radicalmente as suas estruturas sociais, políticas, econômicas e religiosas em decorrência da conquista romana, tem-se trabalhado com a percepção de que, juntamente com os programas de urbanização, mas também a concessão da cidadania e do direito romano aos governantes locais em troca de tributação e braços para o exército, Roma estabelecia o predomínio sobre as populações provinciais sem que houvesse a destituição das posições sociais e políticas pré-estabelecidas: preservando, deste modo, a autonomia das comunidades na gerência dos negócios internos (KELLY, 2006:46).

Nesse contexto, a utilização (em nível administrativo) da língua grega nas províncias orientais do Império Romano, teria desempenhado um papel crucial para a manutenção imperial romana naquela região, e por isso mesmo foi incentivada, primeiro por Augusto e, no século seguinte, em uma escala ainda maior, por Adriano (MOMIGLIANO, 1991:26; SPAWFORTH, 2012:252). É sob esse prisma, presumimos, as intervenções de Adriano (principalmente em Atenas, mas também em outras cidades) ganham inteligibilidade. A promoção de um *helenismo à romana* tendo em vista o acirramento dos laços imperiais, a nosso ver, é o que justifica a amplitude e a intensidade das ações que se seguiram nas províncias orientais sob o seu governo.

Se, por um lado, a fundação do *Athenaeum*, em Roma, marca o desejo de disseminar os principais expoentes da cultura helênica na capital do Império por meio de um centro de estudos destinado à difusão da língua e literatura gregas, por outro lado, a finalização do *Olympieion* e a fundação do *Panhellenion* em 131 e 132, atestam o papel de protagonismo que o passado (inclusive o mitológico), mas também as instituições e a

²⁹ Tradução nossa. No original: “For a Roman to learn and to speak Greek was already “Hellenizing” from the viewpoint of Greek culture. Latin was a language of limited usage, whereas Greek was understood throughout the world: it was a good thing for Romans to be celebrated in the world language. (...) Thus you could both become, and unbecome, a Roman: it was a legal status, unaffected by cultural choices” (WALLACE-HADRILL, 2007:360).

cultura das cidades gregas, e de Atenas, em particular, desempenharam na vida e no principado de Adriano (KELLY, 2006:64-65; SPAWFORTH, 2012:252). A propósito das aludidas intervenções operadas por Adriano em Atenas, o ensaio de Barbara Levick (2000) redigido por ocasião da compilação o volume XI da *Cambridge Ancient History*, salienta que:

Ao concluir o Templo para Zeus Olímpico, Adriano (...) demonstrava ter superado Pisístrato, que havia iniciado o projeto, mas também Antíoco IV Epifânio, que havia o retomado há três séculos; uma nova região, de nome Adrianópolis, foi distinguida da cidade antiga e dividida por um arco construído em homenagem ao imperador, e que ainda está em pé, no local do templo dedicado ao Zeus Olímpico; para aqueles que o dedicaram, ele [Adriano] era um novo fundador, um segundo Teseu. O prestígio e a prosperidade da cidade foram reforçados por três novos festivais religiosos fundados por Adriano para rivalizar com as Panatenaicas³⁰ (...) (LEVICK, 2000:623).

O paralelo com Teseu indicaria o renascimento de uma nova Atenas, sem que o passado glorioso e mítico da cidade percesse. No referido arco dedicado a Adriano, há uma inscrição que une o fundador mitológico da cidade ao imperador romano. A legitimidade do domínio imperial, neste caso, é apresentada como uma linha contínua entre o passado mitológico e o presente de uma província submetida por um Império, numa tentativa de unificar ambas as experiências históricas sob a égide da memória, que, ao invés de obliterar as referências do passado helênico, recria, reinterpreta e ressignifica a experiência pretérita à luz da nova dinâmica imperial por meio de comemorações, inscrições e monumentos (ALCOCK, 2001:338).

Assim, enquanto Atenas é referida como a cidade de Teseu em uma das faces (A) do arco, no lado oposto (B), é Adriano quem figura como o senhor daquela cidade: a referência ao passado da cidade permite que o imperador romano se coloque na posição de um novo fundador, que inaugura uma nova época tão (ou mais) gloriosa do que aquela de outrora:

Face A: αἰδ' εἶς' Ἀθῆναι Θεσέως ἢ πρὶν πόλις

³⁰ Tradução nossa. No original: “*Hadrian’s completion of the temple of Olympian Zeus (...) showed him surpassing Peisistratus, Who had begun the project, and Antiochus IV Epiphanes, Who had taken it up again three centuries before; a new quarter, named Hadrianopolis, was divided from the old city by the arch built in the emperor’s honour that still stands by the site of the temple of Olympian Zeus; in the view of the dedicators, he was a new founder, a second Theseus. The prestige as well as the prosperity of the city were enhanced by three new sacred festivals founded by Hadrian to match the Panathenaic*” (LEVICK, 2000:623).

Face B: αἶδ' εἶς' Ἀδριανοῦ καὶ οὐχὶ Θησέως πόλις

Face A: Esta é Atenas, a antiga cidade de Teseu

Face B: Esta cidade não é de Teseu, mas de Adriano

(*Inscriptiones Graecae* II², 5185)

Tais indícios, associados à análise da segunda estátua (Imagem 02), em boa medida nos remete àquilo que Spawforth (2004:123) observou de maneira perspicaz e original: no que concerne à sua estreita relação com os gregos: Adriano soube conciliar os seus anseios pessoais pelo passado e cultura gregos à lógica de integração exigida pelo Império Romano. Conforme se pode depreender a partir da análise da couraça de Adriano apresentada na estátua encontrada por meio de escavação na ágora de Atenas (Imagem 02), a representação histórica do imperador, ao menos neste caso, o situava como líder absoluto dos gregos e dos romanos, e o estímulo ao passado mitológico das duas civilizações (representado pela imagem da loba amamentando os gêmeos, mas também pelo destaque à deusa Atena em primeiro plano), remetem ao papel centralizador que Adriano teria desempenhado nas províncias gregas, sem deixar de reconhecer a sua ligação com a cidade do Lácio, onde residiria o Senado e o cerne do seu poder.

Para uma análise mais acurada da experiência imperial romana, no entanto, consideramos inapropriado fazer deste paradigma uma regra definitiva e passível de ser aplicada como uma regra geral de relacionamento entre Roma e as suas províncias, e é o próprio principado de Adriano quem nos insta a repensar os limites dessa perspectiva. Nesse ínterim, o conceito de *Experiências Divergentes*³¹ apresentado por Mattingly (2011:29) a propósito das distintas relações estabelecidas entre Roma e suas províncias em época imperial, poderia nos oferecer um importante suporte metodológico, já que o estudioso em questão nos convida a “romper com um pensamento binário simplista que opõe conquistadores e subjugados (...) e explorar todos os distintos impactos e reações à ação colonialista”³² (MATTINGLY, 2011:29).

³¹ Como é sabido, o conceito de *Experiências Divergentes* é oriundo da obra *Cultura e Imperialismo* (2011), de autoria de Edward Said. Originalmente, Said (2011) o empregara visando interpretar relações de imperialismo na modernidade, reiterando o imperativo pós-colonial de valorização da experiência histórica e resistência política daqueles que foram subjugados às potências imperiais capitalistas.

³² Tradução nossa. No original: “to break free from the tendency to see the colonial world as one of rulers and ruled (...) encapsulates all the varied impacts of and reactions to colonialism” (MATTINGLY, 2011:29).

Assim, ao passo que, por um lado, o respeito às tradições e aos cultos religiosos locais ancestrais, o incentivo à urbanização, a inauguração de anfiteatros, termas, aquedutos e bibliotecas nas províncias gregas e da Península Ibérica (BOATWRIGHT, 2000:37) nos possibilitam entrever uma empreitada imperial, *a priori*, marcada pelo incentivo à autonomia das populações nativas, por outro lado, o mesmo não pode ser dito a respeito da experiência na Judeia, onde Adriano teria promovido um massacre por ocasião da Segunda Revolta judia, também conhecida por Revolta de Bar Kochba³³. Tampouco condiz com a relação estabelecida por Adriano com a Bretanha, por exemplo. No início do seu principado, entre os anos de 119 e 120, Adriano teve de lidar com diversas sublevações entre as populações nativas desta província, tendo ali perdido quantidade significativa de soldados (BIRLEY, 2004:63).

É importante ressaltar que Adriano, já à época de sua nomeação como imperador, havia sido forçado a abandonar os territórios romanos conquistados na Mesopotâmia, Assíria e na Armênia, o que coloca em evidência o caráter potencialmente subversivo daquela época. Contrariando a lógica expansionista romana do *Imperium Sine Fine* presente nos versos de Virgílio, Adriano, ao que tudo indica, parece ter desistido dos empreendimentos voltado a sua atenção à manutenção dos territórios já conquistados. A visita à Bretanha em 122, com efeito, teria sido decisiva a esse propósito, e a construção de uma imponente barreira artificial naquela província, se relaciona diretamente com essa nova postura. Assim, embora a ideia apresentada na História Augusta (*Vita Hadriani*. XI.02) de que o referido marco territorial fora erigido na Bretanha visando assegurar a separação entre os habitantes do Império e os bárbaros, o Muro de Adriano, mas também as paliçadas instaladas na região germânica, significariam, física e simbolicamente, o abandono do ímpeto expansionista do Império Romano (BIRLEY, 1997:133; 2004:66; HINGLEY, 2012:17).

V - ADRIANO, UM IMPERADOR HOMOSSEXUAL?

³³ Não há consenso quanto às causas que culminaram no embate bélico de Bar Kochba. Os estudiosos têm apresentado dois motivos principais: o desejo de Adriano de transformar Jerusalém em uma cidade pagã, com o estatuto de colônia e nomeada *Elia Capitolina*, ou a proibição, por força imperial, da prática da circuncisão (ISAAC, 2004:141). De acordo com Anthony Birley (2000), aliás, a proibição da circuncisão também estaria diretamente relacionada ao filo-helenismo do imperador, já que essa prática “era repugnante entre os gregos” (BIRLEY, 2000:143).

Uma das principais imagens hodiernas associadas ao personagem Adriano, sem sombra de dúvidas, é aquela que deriva do seu envolvimento afetivo com o seu amante, um bitiniano chamado Antínoo. Amado de maneira inescrupulosa pelo *princeps* romano, pereceu junto à escuridão da morte por ocasião de um afogamento ocorrido no Egito durante uma visita imperial em 130. Vítima de um infortúnio fatal ou condescendente de um auto-sacrifício religioso operado em proveito da longevidade de Adriano, é de conhecimento geral que a Antínoo foram despendidas inúmeras homenagens: além do processo de divinização ocorrido após a sua morte, também é digno de menção a fundação de Antinópolis, cidade que leva o seu nome e que supostamente marca o local do precoce perecimento. As suas imagens, retratadas em diversos suportes e por vezes figurando à guisa de divindades, foram disseminadas de modo acentuado por todo o Império Romano, ainda na Antiguidade (WILLIAMS, 1999:60-61; BOATWRIGHT, 2000:190; OPPER, 2008:72-75; VEYNE, 2008:232).

Os estudiosos sobre o tema não admitem resolução para a contenda que discorre sobre a condição social (livre, escravo ou liberto) do jovem oriental, e essa discussão ganha ainda mais importância na medida em que situamos a referida relação dentro de um contexto histórico específico. Ao passo que o exotismo e o prestígio associados ao envolvimento afetivo com um jovem escravo, liberto (*puer*) ou estrangeiro, figuram de maneira elevada na escala dos desejos eróticos do homem romano, o mesmo não se aplica à experiência histórica daqueles nascidos livres, independente do sexo de que sejam detentores (WILLIAMS, 1999:19; THUILLIER, 2013:88).

O que pode soar de maneira estranha aos ouvidos modernos, é o fato de que uma relação homoerótica desse cunho não serviria como motivo de rechaço social para um cidadão comum, de um modo geral, e muito menos ao imperador, em particular, ao menos diante de dois agravantes: se Antínoo tivesse nascido livre, fosse filho de um cidadão romano e, portanto, impenetrável do ponto de vista moral e legislativo, ou se Adriano fosse penetrado, se submetendo assim à vontade sexual de outrem, rompendo com os protocolos de masculinidade sobre como um *vir* romano deveria proceder (WILLIAMS, 1999:18; PINTO, 2012A:114-118).

Como argumentam Lambert (1984:25), Brown (1990:35-36) e Birley (1997:02), a herança cultural da pederastia presente nos territórios do oriente grego, teria condicionado

um espaço social tolerante³⁴ às relações sexuais envolvendo jovens de nascimento livre (*eromenos*) e seus respectivos tutores, ao menos até a chegada à idade adulta. Apesar da possibilidade de Adriano e Antínoo não terem sido motivos de escárnio por configurarem uma relação de caráter homoerótico, nos parece que uma interpretação sobre as relações pederásticas gregas sob esses termos a qualifica enquanto um *laissez-faire* desregrado, mediado apenas pelo bom-senso (ou não) dos indivíduos envolvidos nessas práticas. Portanto, consideramos salutar a matização das periodizações e contextos históricos em questão. É notória, por exemplo, a contribuição de Keneth Dover em *A homossexualidade na Grécia Antiga* (2007), livro que destaca a ilegalidade de um cidadão livre conciliar a prostituição do seu próprio corpo à prática da atividade política com os demais cidadãos, como fica patente nos argumentos utilizados na acusação de Ésquines contra Timarco, político ateniense acusado (em 346 a.C) de ter se prostituído, portanto, vendido o seu corpo aos desejos, prazeres e violações (*hybris*) de um outro homem (DOVER, 2007:30 e 57).

A experiência histórica ocorrida na face latina do Império Romano, por seu turno, difere da experiência pederástica grega, e a impenetrabilidade dos indivíduos (de ambos os sexos) nascidos livres, de antemão, era assegurada por força de lei, e a sua respectiva transgressão configuraria aquilo que o vocábulo latino, com toda a sua amplitude semântica, denominou por *Stuprum*.

Uma digressão a partir de um excerto do *Digesto* de Justiniano permite-nos vislumbrar, sem dúvida de maneira preambular, um arranjo legislativo a propósito da impertinência e ilegalidade da perseguição seguida de penetração sexual dos indivíduos nascidos livres. Embora esta deliberação esteja provavelmente relacionada a um contexto histórico contemporâneo ou posterior ao século III (WILLIAMS, 1999:131), pode-se entrever o peso da intervenção jurídica prevista àqueles que cometessem ou fossem cúmplices do *Stuprum*:

Qui puero praetextato stuprum aliudve flagitium abducto ab eo vel corrupto comitê persuaserit, mulierem puellamve interpellaverit, quidve pudicitiae corrumpendae gratia fecerit, donum praebuerit pretiumve quo id persuadeat dederit, perfecto flagitio capite punitur, imperfecto in insulam deportatur: corrupti comitês summo supplicio adficiuntur.

³⁴ Em *Grécia e Roma* (2001:56), Pedro Paulo Funari faz notar que, embora a prática pederástica encontrasse aceitação entre os gregos, o descomedimento e a entrega desenfreada aos desejos sexuais e afetivos serviam como motivo de rechaço àqueles e àqueles que nessa prática incorressem.

Quem induzir ao *stuprum* um garoto já de toga pretexta, tendo subornado o seu acompanhante, interpelar ou fazer algo a alguma mulher ou menina com o intuito de corromper a sua castidade, presenteando-as e fazendo ofertas para convencê-las: sofre a pena capital se o crime tiver sido feito por completo, é deportado para uma ilha caso não seja consumado; os acompanhantes que foram corrompidos serão punidos com o suplício máximo (PAULUS. (5Sent.) Dig. 47.11.1.2).

À luz das diversas tradições interpretativas que versaram a propósito dessas práticas, mas também congregando as diversas acepções contempladas pelo referido conceito à época imperial, Renato Pinto (2012A: 118) comentou a abrangência do conceito em evidência sob os seguintes termos:

O *stuprum* era o crime das relações sexuais, voluntárias ou não, consideradas indignas. Tanto homens, quando faziam sexo com uma mulher casada que não fosse a sua esposa legítima, com uma honrada viúva ou renunciavam à sua condição de virilidade, quanto mulheres, quando cometiam adultério ou envolviam-se em atos sexuais fora do casamento, podiam ser acusadas de *stuprum*. (...) A pederastia poderia ser um tipo de *stuprum*, mas não porque o penetrado era do sexo masculino, mas, sim, por causa do *status* de *ingenuus* do jovem penetrado (PINTO,2012A:118).

Mas, quais seriam os fatores que efetivamente influenciariam sobre essas práticas e as qualificaria sob a dicotomia do que era digno ou indigno? Os estudos de Williams (1999), Veyne (2008) e a já aludida contribuição de Pinto (2012A) estabelecem relações (que não são necessariamente óbvias) entre as concepções em curso num plano estritamente moral e as prerrogativas reclamadas pela legislação³⁵. A condenação moral do *Stuprum* e a posterior confirmação dessa postura no plano jurídico, de acordo com estes autores, teriam sido trazidas à luz, em primeiro lugar, por meio da obscura *Lex Scantinia*. Conhecida de maneira indireta e vulgarmente concebida sob o epíteto de “lei contra a homossexualidade”, a referida lei, de acordo com Williams (1999:130) teria sido uma exceção legislativa no combate ao *Stuprum*, fosse ele cometido com homens ou mulheres: portanto sem um caráter específico voltado à proibição da pederastia.

A promulgação em 18 a.C. da *lex Iulia de adulteriis coercendis*, para o autor, teria sido fundamental nesse sentido, visto que passava a condenar uma das possíveis maneiras de promover a prática do *Stuprum*: o adultério. Perspectiva similar é apresentada no

³⁵ Convém ressaltar que essa dissociação não destitui as ponderações morais sobre o sexo da sua condição de *dispositivo histórico*, construído culturalmente e, portanto, passível de ser examinado (FOUCAULT, 2012).

ensaio de Veyne (2008:233) que observa uma repressão legal, não da ‘homossexualidade’, mas sim da eventual penetrabilidade do cidadão, do adolescente e da virgem livres: a misteriosa *Lex Scantinia*, segundo o historiador francês, também seria confirmada pela legislação à época de Augusto.

A reflexão crítica sobre a funcionalidade das diversas deliberações (legais ou não) sobre o sexo constitui uma extensa lista de autores envolvidos, brasileiros e estrangeiros que já se debruçaram sobre essas e outras questões³⁶. A título de exemplo, poder-se-ia mencionar o recente ensaio sobre as *Virilidades Romanas* de Jean-Paul Thuillier (2013:75). Neste artigo, o referido estudioso argumenta que os ideais morais de austeridade sexual elaborados pelos romanos no século II (como a obra *Meditações* de Marco Aurélio, por exemplo) são, em última instância, assertivas morais excepcionais, e restritas a alguns filósofos.

Seria imprescindível, observa Williams (1999:54-55), circunscrever um espaço limitado de atuação para as ponderações (sobre o sexo) advindas dos âmbitos filosóficos, visto que as mesmas não podem ser interpretadas enquanto um retrato fidedigno das práticas correntes em âmbito popular. Com base nessas fundamentações, por fim, julgamos pertinente que a prática, em Roma, de perseguição e posterior penetração, consentida ou não, de jovens (homens e mulheres) nascidos livres (o *Stuprum*), não pode ser considerada nula pelo fato de encontrar restrições severas, tanto no plano moral, como também no jurídico.

A propósito da “pederastia” envolvendo Adriano e Antínoo, adotamos como a premissa de que não havia, ao menos no recorte aqui adotado (séculos II-IV por meio de fontes pagãs), represálias explícitas, manifestas na documentação antiga quanto ao fato de o imperador e seu favorito configurarem uma relação envolvendo dois indivíduos do sexo masculino. As críticas suscitadas a Adriano, com efeito, aludem ao caráter supostamente inoportuno dos seus envolvimento – tanto com homens, quanto com mulheres. Este posicionamento, presumimos, seria justificável por dois motivos principais. O primeiro deles diz respeito ao próprio *corpus* documental concernente à vida e ao principado de Adriano. Além do distanciamento temporal de mais de um século em relação ao personagem retratado para fontes como a *História Augusta*, por exemplo, tem-se aludido à

³⁶Veyne (1990:157), Brown (1990:29) e Jean-Nöel Robert (1997:279) argumentam que as fundamentações morais sobre o sexo concebidas no século II antecipam as bases fundamentais sobre as quais irão se assentar as diretrizes da renúncia sexual cristã à época romana tardia. Foucault também vê nos preceitos médicos e filosóficos do século II, o esboço de uma economia sobre a ética sexual que, posteriormente, poderia ser atribuída ao cristianismo por meio de uma simples transposição (FOUCAULT, 2011:145-146).

posição de supremacia e imunidade dos imperadores tendo em vista a produção das críticas que lhes eram dirigidas à sua época. Este argumento foi apresentado, por exemplo, no estudo de Amy Richlin (1993:532). Para esta estudiosa, os imperadores romanos encontravam-se em um patamar social diferenciado, e embora protagonizassem escárnios no âmbito social, estavam imunes para o rompimento de algumas regras sem que isso resultasse em *infamia*. A questão da suposta imunidade também foi examinada por Jean-Nöel Robert (1999). Este estudioso, com efeito, apresenta uma conclusão bastante similar àquela proposta por Richlin (1993). Robert (1999), com efeito, propõe ao leitor o seguinte questionamento:

Estariam, portanto, os poderosos acima das leis que ditavam pelo fato de se situarem sobre os mortais comuns? A resposta está na formulação da pergunta: é uma constante válida para todos os períodos da história. Mas, os antigos condenavam os seus líderes por violação das leis morais? De fato, só condenavam os excessos, e principalmente os desvios que manchavam a imagem tradicional do homem e da virtude³⁷ (ROBERT, 1999:208-209).

Em segundo lugar, conforme já demonstrado por diversos estudiosos, a constituição de identidades fixas baseadas na atividade sexual é uma prática moderna que não encontra paralelos nas sociedades antigas (FOUCAULT, 1984:237; FUNARI, 2001:55; PINTO, 2011:58). Reiterada de maneira exaustiva entre os/as especialistas que versam sobre a Antiguidade Greco-Romana, a inaplicabilidade dos conceitos de homossexualidade e heterossexualidade para a interpretação de sociedades pré-modernas parece sucumbir à força dos discursos modernos sobre a sexualidade (FOUCAULT, 1984:237; FUNARI, 2001:55; PINTO, 2011:58). No âmbito de sua urdidura acerca das tradições acadêmicas das práticas sexuais antigas, o estudioso Renato Pinto (2012A) constata uma “obsessão moderna com a taxonomia das práticas sexuais e de seus praticantes, categorizando seres humanos como ‘homossexuais’, ‘heterossexuais’ ou ‘bissexuais’, por exemplo” (PINTO, 2012A:115). Assim, ao passo que a transposição dessas categorias é adjetivada como uma postura “catastrófica” na obra de Florence Dupont e Thierry Éloi (2001:09), Foucault

³⁷ Tradução nossa. No original: “¿Estarían, pues, los poderosos por encima de las leyes que dictaban por el hecho de hallarse sobre el común de los mortales? En el planteamiento de la cuestión está la respuesta: es una constante válida en todas las épocas de la historia. Pero ¿condenaban los antiguos a sus dirigentes por violar en tal manera las leyes de la moral? De hecho, sólo condenaban los excesos y, sobre todo, las desviaciones que ensuciaban la imagen tradicional del vir y de la virtus” (ROBERT, 1999:208-209). A discussão acerca da pluralidade semântica, mas também da tradução de conceitos como *virtus* como sinônimo de masculinidade será feita no segundo capítulo.

(1984:237), no Volume II da *História da Sexualidade* (1984) comenta a inadequação dessa postura sob os seguintes termos:

De fato, a noção de homossexualidade é bem pouco adequada para recobrir uma experiência, formas de valorização e um sistema de recortes tão diferentes do nosso. Os gregos não opunham, como duas escolhas excludentes, como dois tipos de comportamento radicalmente diferentes, o amor ao seu próprio sexo ao amor pelo sexo oposto. As linhas de demarcação não seguiam uma tal fronteira (FOUCAULT, 1984:237).

Se, em geral, as obras ficcionais e literárias evocam imagens sexuais de gregos e romanos com ênfase na aceitação e funcionalidade das práticas homoeróticas dentro de Atenas e Roma, por exemplo, a relação entre o imperador e o jovem bitiniano, em particular, ocupa um papel de destaque nesses trabalhos (WALKER, 1995:194-195; ALDRICH, 1993:13; VOUT, 2006:53). Narrados por tradições literárias distintas, e muitas vezes colocados entre o amor grego, a devassidão e a pederastia, no limiar entre os séculos XIX e XX, Antínoo e Adriano inspiravam e ilustravam versos e prosas sobre paixões entre pessoas do mesmo sexo. (WALKER, 1995:195-197 e 220; VOUT, 2006:53).

Poder-se-ia, a partir de uma leitura superficial, recorrer ao antagonismo que opõe a cientificidade histórica ao relato literário e constatar que este último concerne ao âmbito do fictício e do fantasioso, “informa do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele” (CHARTIER, 2009:24). No entanto, não é esse o caso no que concerne à experiência histórica protagonizada por Adriano: é notório que a História também tem recorrido a conceitos modernos de homossexualidade e heterossexualidade para interpretar a Antiguidade e os seus personagens.

Esse emprego, por seu turno, tem assumido dois padrões distintos na historiografia. O primeiro, melhor elaborado do ponto de vista teórico, pondera e problematiza a viabilidade, os êxitos e os limites da aplicação de tais identidades para um contexto antigo. É o caso, por exemplo, do estudo proposto por Richlin (1993). Para esta estudiosa, embora o conjunto léxico latino não admitisse nenhum vocábulo cuja abrangência semântica se assemelhasse àquilo que posteriormente foi designado por homossexual, a aplicação do referido conceito como metodologia de estudo sobre as sociedades antigas encontra guarida devido à sua acuidade quanto às relações sexuais em que o cidadão romano preferisse ser penetrado por outro indivíduo. De acordo com Richlin (1993:530), tal configuração é retratada na literatura antiga sob os signos de desvio sexual, doença e

aversão à natureza: evidências que, na perspectiva da autora, atestariam (juntamente com a *Lex Scantinia*) de maneira fidedigna a vigência de práticas e discursos homofóbicos na Roma imperial (RICHLIN, 1993:530).

De maneira similar, o historiador John Boswell (1980) também contribuiu com a contenda teórica em questão. Distinguindo a amplitude semântica e política inerente aos conceitos de “gay” e “homossexual”, Boswell (1980:44-45), em seu estudo, opta pela primeira opção. O estudioso justifica a sua escolha salientando que, por um lado, “gay” se refere às pessoas que conscientemente preferem indivíduos de gênero similar. Por outro lado, carregado de resquícios patológicos e pejorativos, o conceito de homossexualidade afirma o desejo por pessoas do mesmo sexo, mas também “compreende todos os fenômenos sexuais entre pessoas do mesmo gênero, sejam eles resultados de preferências conscientes, desejos subliminais ou exigências circunstanciais”³⁸ (BOSWELL, 1980:44. Tradução nossa).

Com base nesses fundamentos, e sem maiores subterfúgios, Boswell assevera na versão original, em inglês, do seu livro (1980:84), mas também em edição posterior traduzida para o castelhano (1992:107-108), que “Adriano parece ter sido exclusivamente gay”. Para o autor, na esteira da documentação textual antiga, seria imperativo reconhecer que Adriano parece ter nutrido uma predileção especial por outros homens. Em detrimento, inclusive, do interesse pelas mulheres. Daí a pertinência dos rumores sobre um possível assassinato por envenenamento da sua esposa (BOSWELL, 1980:84. Nota nº.118). A utilização exclusiva de fontes textuais, bem como a indiferença quanto à faceta retórica das mesmas, todavia, compromete o arremate teórico do autor.

O segundo padrão historiográfico tem como característica principal a projeção das identidades sexuais modernas para o passado greco-romano de maneira acrítica. Benario (1980:99-100) e Birley (1997), cada qual a seu modo, compartilham dessa postura teórica, e fazem uso indistinto de taxonomias contemporâneas como homossexual e heterossexual para explicar a experiência sexual-afetiva de Adriano. Conforme sugere Birley (1997:02), sem filhos e falta de amor, o casamento com Sabina teria sido um verdadeiro trauma pessoal na vida do imperador, visto que “Adriano era, de todo modo, mais interessado em homens”³⁹ (BIRLEY, 1997:02. Tradução nossa). Sem problematizar o caráter arbitrário da

³⁸Tradução nossa. No original: “*It comprises all sexual phenomena between persons of the same gender, whether the result of conscious preference, subliminal desire, or circumstantial exigency*”. (BOSWELL, 1980:44).

³⁹“*Hadrian was in any case more interested in males*” (BIRLEY, 1997:02).

Historia Augusta e o papel cumprido pelas anedotas de caráter sexual dentro da *Vita Hadriani*, o estudioso britânico argumenta que desde a juventude, quando se envolvia com os serviçais de Trajano, Adriano já expunha as suas verdadeiras paixões que posteriormente “fariam a sua homossexualidade universalmente conhecida”⁴⁰ (BIRLEY, 1997:42. Tradução nossa).

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja na literatura de caráter ficcional, mas também nos discursos históricos produzidos no âmbito acadêmico, é patente a transposição de conceitos atuais de sexualidade visando à interpretação de sociedades antigas nas quais essas expressões não têm valor epistemológico (PINTO, 2011:58; FUNARI, FEITOSA & SILVA, 2014:27). A expressiva assiduidade nas interpretações históricas, presumimos, é derivada de dois fatores principais. O primeiro seria a influência da intersecção “sexo-verdade” constituída no seio do cristianismo e aperfeiçoada à época vitoriana por meio dos discursos da *Scientia Sexualis* (FOUCAULT, 1988:66). O questionamento conjecturado por Foucault nos permite vislumbrar a importância adquirida pela sexualidade no âmbito dos discursos, mas também na realidade das instituições enquanto princípio fundante da ‘verdade’ sobre o sujeito:

O problema é o seguinte: como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa “verdade” profunda é lida, é dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer “Para saber quem és, conheças teu sexo”. O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, com o devir de nossa espécie, nossa “verdade” de sujeito humano (FOUCAULT, 2012:344-345).

O segundo motivo, de caráter metodológico, enaltece a aplicação da sexualidade enquanto ferramenta de análise histórica devido à sua percuciência na interpretação sobre como, do ponto de vista cultural, os fatos individuais do sexo ganham significados sociais dentro do mundo no qual estão integrados (FEITOSA, 2014:280-281). Discricionários e abertamente associados a relações de poder, os discursos sobre o sexo constituíram, entre outras coisas, perspectivas sociais assimétricas entre os homens e as mulheres, de modo

⁴⁰ “His open passion, thirty years later, for a beautiful youth would make his own homosexuality universal knowledge” (BIRLEY, 1997:42).

que estas últimas, por conta da diferença percebida entre os sexos, foram relegadas a um patamar social inferior, subordinado ao poder masculino (FEITOSA, 2005:30; 2014:281). Funari, Feitosa e Silva (2014), com efeito, discorrem da seguinte maneira acerca da amplitude teórica circunscrita pelos estudos sobre a sexualidade:

A análise da sexualidade integra a historicidade do corpo, do que pode ser definido como erógeno, das prescrições estabelecidas à prática sexual e às suas emoções, evidenciando variados sentidos de acordo com os valores socialmente constituídos em grupos, tempos e espaços históricos estabelecidos (FUNARI, FEITOSA & SILVA, 2014:27).

Considerando, portanto, que a importância teórica da leitura sobre os significados sociais da sexualidade não pode ser subestimada mesmo nos estudos das sociedades pré-modernas, outrossim, por fim, consideramos imprescindível uma reflexão criteriosa quanto à utilização indistinta das designações de “heterossexual” ou “homossexual” para além do contexto histórico que lhes é peculiar. Nesse ínterim, o segundo capítulo reconstitui os caminhos percorridos pelos estudos de gênero e sexualidade e explora a sua respectiva interface com a disciplina histórica: partindo da premissa de que as designações de gênero são construídas socialmente, conviria explicitar os pormenores que permeiam as idealizações de masculinidades e feminilidades entre os antigos romanos.

CAPÍTULO II

ESTUDOS DE GÊNERO E A ANTIGUIDADE GRECO-ROMANA

I – INTRODUÇÃO – GÊNERO: UMA QUESTÃO ATUAL

Poucas questões sociais hodiernas têm recebido atenção similar àquela despendida às políticas e estudos sobre gênero. Heterogênea, a extensa pauta de reivindicações sociais unificadas sob este signo, alude à urgente necessidade de igualdade de direitos entre homens e mulheres, explicita as formas físicas e simbólicas de violência contra a mulher, condena as formas de perseguição a homossexuais, travestis, bissexuais, transexuais e, por fim, denuncia a arbitrariedade das matrizes heteronormativas que regem a vivência social do nosso cotidiano.

Essa postura de contestação, com efeito, só foi possível mediante o crescente acúmulo de reivindicações sociais inscritas sob as bandeiras políticas do feminismo. Nesse ínterim, foi de suma importância a investida contra as atribuições de papéis sociais a partir da configuração sexual biológica dos sujeitos, porquanto legitimassem, ao longo dos séculos, diversas formas, mecanismos e discursos de sujeição imputados às mulheres, tanto na hierarquia das sociedades, quanto na própria divisão do trabalho social (BOURDIEU, 1999:18-20).

O recente embate político envolvendo a inserção (ou a invisibilidade) das questões de gênero nas escolas brasileiras com base na sanção, *a priori* prevista, mas posteriormente suprimida do Plano Nacional de Educação pela intervenção do Senado Federal, por exemplo, nos permite constatar o patamar de destaque que essas questões têm recebido atualmente.

A partir das assertivas contidas no inciso III do artigo 2º do referido Plano, estava previsto, dentre as metas educacionais para o período entre 2014 e 2024, “a promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (*apud*: BRASIL, 2014:22). A proposta, no entanto, sucumbiu à determinante deliberação senatorial que obliterou os conceitos de gênero e orientação sexual, e os substituiu pelo objetivo de “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014:43).

Coagidos por força de lei⁴¹ a elaborar ou adaptar, no prazo de um ano, os planos de educação “em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE” (BRASIL, 2014:46) as unidades federativas e seus municípios protagonizaram expressivo embate político em torno da possibilidade de inclusão das questões de gênero em seus respectivos Planos de Educação para o decênio em questão.

Diante de um quadro marcado pelo antagonismo político e ideológico, se opuseram, grosso modo, setores sociais que, embora heterogêneos, se mobilizaram de maneira favorável ou contra a abordagem sobre gênero nas escolas. De um lado, com efeito, se posicionaram deputados e vereadores que consideram a chamada *Ideologia de Gênero* uma verdadeira ameaça àquilo que conceberam como tradicional família cristã⁴² brasileira. Na cidade de Campinas, por exemplo, em tumultuosa sessão na Câmara Municipal ocorrida na noite de 29 de Junho de 2015, foi aprovada por 25 votos a 5 uma emenda que proíbe, em nível municipal, qualquer tipo de proposição legislativa concernente ao âmbito educacional inscrita sob questões gênero⁴³. É digno de nota o fato de que a própria designação (certamente pejorativa) *Ideologia de Gênero*, com efeito, alude ao suposto caráter arbitrário, nefasto e doutrinário dessas políticas.

No outro lado da contenda, em contrapartida, se alocaram intelectuais e militantes de diversos grupos sociais favoráveis à oficialização do estudo de gênero no âmbito escolar, porquanto o consideram imprescindível para a construção paulatina de uma educação que reconhece, aceita, valoriza e coexiste – e, portanto, não apenas tolera – com a diferença, de um modo geral, e com os indivíduos que não são reconhecidos dentro dos padrões da cultura hegemônica, em particular (MISKOLCI, 2012:47).

Reconhecendo que a experiência educacional escolar atua de maneira decisiva na formação social dos indivíduos inseridos na sua dinâmica por meio do desenvolvimento de estados físicos, morais e intelectuais (DURKHEIM, 2010:37), com efeito, também tem sido discutido o caráter disciplinador das instituições de ensino no que concerne à sua atuação na formação de “modelos de comportamento, padrões de identidade e gramáticas morais aos estudantes, sobretudo crianças e jovens” (MISKOLCI, 2012:36), inclusive na esfera do

⁴¹ Lei nº13.005, de 25 de Junho de 2014.

⁴² Cf. publicado no jornal *Folha de S.Paulo* em 25/06/2015. Disponível para acesso via *internet* em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>
Acessado em 19/09/2015, às 17h04.

⁴³ Cf. publicado no *website*: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/06/sob-tensao-camara-de-campinas-rejeita-chamada-ideologia-de-genero.html>
Acessado em 23/10/2015, às 11h00.

gênero e da sexualidade. Se, por um lado, as instituições de ensino não necessariamente proclamam de maneira explícita a sua abjeção aos indivíduos que não se enquadram nos padrões estabelecidos e reiterados pelas convenções culturais heterossexuais, é inegável, por outro lado, que o convívio escolar visa à naturalização e a generalização de uma identidade de gênero e sexual considerada normal: o padrão heterossexual cristão e ocidental (LOURO, 2000:20; MISKOLCI, 2012:44). Por conseguinte, a violência (física e simbólica) aplicada aos indivíduos que destoam do que é considerado usual, acaba se tornando previsível e naturalizada no cotidiano estudantil.

Nesse contexto, o ensino sobre gênero, com efeito, atuaria em duas frentes principais: em primeiro lugar, no reconhecimento e valorização da experiência social feminina por meio da identificação e conseqüente desnaturalização das formas e discursos de sujeição social aplicados ao corpo patologizado da mulher. Em segundo lugar, tem-se argumentado que a discussão sobre as questões de gênero no âmbito escolar colaboraria de modo decisivo para a construção de um espaço escolar democrático, menos normalizador e respeitador das diferenças, porquanto “convida a uma perspectiva crítica em relação às normas e convenções de gênero e sexualidade” (MISKOLCI, 2012:32).

Com o fito de apresentar os pormenores que tangenciam a elaboração e a aplicação do conceito de gênero como instrumento teórico-metodológico nos âmbitos da História e da Arqueologia, e mais especificamente, junto aos estudos que versam acerca da Antigüidade Greco-Romana, este capítulo também procura ressaltar a intersecção entre produção intelectual e mobilização social que caracteriza esse campo.

II – AS ORIGENS DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Desdobramento intelectual das reivindicações sociais feministas, o estudo sobre as mulheres surgiu e se aperfeiçoou no limiar entre as décadas de 1960 e 1970 (DÍAZ-ANDREU, 2005:37-38). Além da expectativa de uma nova História, reconhecendo e valorizando a obliterada experiência social feminina, a reviravolta fomentada pelas estudiosas do feminismo operou ampla reavaliação crítica sobre os critérios científicos e metodológicos do trabalho histórico, tanto pela ampliação sobre o que era considerado historicamente importante, quanto pela rejeição à utilização de categorias identitárias universais baseadas em discernimentos de caráter biológico (SCOTT, 1995:75; RAGO, 2006:25; FEITOSA, 2005:26).

Discutido à guisa da interdisciplinaridade, e, por vezes, irresoluto quanto à amplitude de sua atuação teórica, o estudo de gênero, vez ou outra, é caracterizado como sinônimo de ‘estudos sobre mulher’, mas também vulgarmente pensado em oposição a este último: negligenciando, deste modo, a trajetória intelectual do pensamento feminista na segunda metade do século XX (PISCITELLI, 2002:16; DÍAZ-ANDREU, 2005:39). Com efeito, como argumenta Joan Wallach Scott (1995:75), mais do que um simples substituto para “mulher”, o termo “gênero” passou a ser utilizado de maneira frequente na década de 1980 para fins de legitimidade política e acadêmica. De acordo com a historiadora estadunidense:

Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa a sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. “Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. (...) Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80. Mas esse é apenas um aspecto. O termo “gênero” além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro (SCOTT, 1995:75).

Importante não perder de vista, todavia, que as Ciências Humanas, em sua generalidade, se depararam com ressalvas suscitadas tanto no âmbito intelectual quanto nas demandas reivindicadas na esfera social, que acabaram por lhes promover modificações epistemológicas fundamentais (SILVA, 2004:352-353). Assim, a ampliação da abrangência dos estudos de gênero às construções culturais das identidades de mulheres e homens se torna mais inteligível quando vislumbrada no âmbito endógeno do feminismo, mas também à luz das críticas de descentramento dos sujeitos iluministas, construídos sob os signos do essencialismo e da universalidade (SILVA, 2004:353; HALL, 2006:34).

Devido à pluralidade disciplinar contemplada pelo conceito, portanto, não há ausência sobre quando o termo ‘gênero’ tenha sido empregado pela primeira vez com a finalidade de discernir as identidades sexuais. De acordo com Margarita Díaz-Andreu (2005:40), o uso do referido conceito teria chegado à Antropologia na década de 1970 e à Arqueologia Pré-Histórica na década de 1980. No estudo de Adriana Piscitelli (2002:17.

Nota nº09), a autora argumenta que a identidade cultural de gênero foi aplicada enquanto categoria analítica pioneiramente pelo psicanalista Robert Stoller no ano de 1963 por ocasião do Congresso Psicanalítico de Estocolmo. Na História, de acordo com Joan Scott (1995:75), o principal referencial temporal teria sido a década de 1980. Nos estudos sobre a Antiguidade Mediterrânea, como procuraremos demonstrar, cobra-se referência à mesma época sugerida por Scott.

III – MULHERES, GÊNERO E HISTÓRIA

Ao reconhecermos que a dinâmica do presente é determinante na interpretação sobre o passado, a multiplicação de trabalhos voltados às temáticas femininas se torna plenamente compreensível tendo em vista a progressiva inserção das mulheres nos mais variados quadros sociais das sociedades hodiernas (SILVA, 2004:353; JENKINS, 2013:26). A emancipação social feminina, por sua vez, deriva das lutas sociais que debutam de maneira acentuada no crepúsculo oitocentista e se aperfeiçoam ao longo de todo o século XX por meio das ondas (ou fases) do feminismo.

É importante destacar, conforme já fora apresentado pela historiadora Rachel Soihet em *História das Mulheres* (1997:275-276), que já teria havido desde o século XVIII, sem dúvida de maneira embrionária, um interesse pelo estudo sistemático sobre as mulheres no âmbito da História, sobretudo com a obra de Michelet. Após um período de exclusão à época da História Positivista do século XIX - momento em que ênfase recaía sobre as questões políticas e de vida pública – a temática da mulher teria voltado de maneira definitiva à produção histórica. A contribuição da terceira geração dos *Annales* que fizeram do imaginário da e sobre a mulher um profícuo campo de estudo (BURKE, 2010:90), mas também o impacto das referidas ondas do feminismo, com efeito, fez com que na década de 1960 se multiplicassem (a princípio nos Estados Unidos e na Europa) os centros de estudo a propósito da mulher: inclusive no Brasil, cujo desenvolvimento incipiente teria ocorrido já na década de 1970 (SOIHET, 1997:277).

Se, por um lado, é justo e percuciente considerar que as mulheres, desde a Revolução Francesa, têm a sua importância social e política reconhecida e reiterada em variados discursos, por outro lado, também é forçoso advertir que esta mesma relevância foi fundada sob um progressivo isolamento feminino aos núcleos domésticos, à família e à

esfera da maternidade (PERROT, 1988:178-179). Usualmente relegado a um patamar de irrelevância social, o espaço doméstico é subestimado e concebido de maneira antagônica às questões públicas e políticas. Ora, ao passo que a fronteira entre o público e o privado é tênue, variável e sinuosa, também não se pode negligenciar a importância social e econômica do trabalho doméstico (PERROT, 1988:180; GONÇALVES, 2006:43). Em seu estudo sobre a inserção das mulheres nas sociedades industriais europeias à época vitoriana, a historiadora Andréa Lisly Gonçalves (2006:43) demonstra que as tarefas domésticas outorgaram às mulheres saberes e poderes específicos, associados mormente à articulação orçamentária da família. De acordo com a autora, todavia:

Mais importante que tudo isso, no entanto, é destacar que o desempenho de tarefas domésticas está longe de se constituir um trabalho improdutivo. Diversamente do que se pensa, trata-se de uma atividade produtiva não remunerada. A garantia de sua realização, juntamente com o trabalho feminino e infantil nas fábricas com sua baixíssima remuneração, por serem considerados como complementares aos salários recebidos pelos homens adultos, propiciou a acumulação e a reprodução ampliada do capital, num momento em que a industrialização ainda não apresentava os avanços técnicos que se verificarão mais tarde (GONÇALVES, 2006:43-44).

Reconhecendo deliberada exclusão de mulheres e operários dos espaços políticos na França do século XIX, Michelle Perrot (1988:177-178) aponta que mesmo intelectuais de grande eloquência como Hegel e Conte, ao se debruçarem sobre a questão do engajamento das mulheres na política, teriam identificado supostas inaptidão e infantilidade do sexo feminino quanto à ocupação de cargos públicos.

A taxonomização da mulher com base no seu respectivo sexo biológico desempenha um papel fundamental na produção da desigualdade sexual, visto que as funções maternais e reprodutivas atribuídas ao corpo feminino também influenciam sobre as definições dos papéis sociais de homens e mulheres (PISCITELLI, 2002:11-12). Arbitrária, a construção sobre a natureza biológica dos corpos transforma a diferença entre os sexos em duas essências sociais hierarquizadas e impõe uma visão androcêntrica à divisão social do trabalho e às atividades produtivas e reprodutivas (BOURDIEU, 1999:32-33 e 45). Com base nos postulados científicos da biologia e da medicina, a diferença entre os sexos teria subsidiado e justificado diversas cisões sociais: ocasiões fundamentais para

compreendermos a constituição das identidades sexuais nas sociedades europeias no limiar entre os séculos XIX e XX⁴⁴. Conforme salienta Michelle Perrot:

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado de operários da exposição mundial de 1867 (PERROT, 1988:178).

A lacuna existente entre a desejada coadjuvação feminina e o pragmatismo da vida cotidiana, contudo, se torna bastante explícita quando vislumbrados os movimentos sociais capitaneados pelas mulheres no final do século XIX e início do XX. O paulatino acesso à educação e às letras aprovisionou as mulheres de saberes médicos, políticos, culturais e religiosos, e ampliou as possibilidades de intervenção na esfera social, tanto nos âmbitos formais quanto informais (PERROT, 1988:181).

Vistos com desconfiança pelos líderes do operariado por motivos de autonomia, diversos motins organizados por mulheres se agitaram com veemência no norte da França durante o verão de 1911. Dos setores de mineração à indústria têxtil, as “Ligas de Donas-de-casa” foram o estopim das manifestações contrárias às altas dos preços de produtos de laticínios e dos artigos de mercearia daquela região (PERROT, 1988:211). Fosse por meio de charivaris noturnos (que disseminavam a balbúrdia em frente à residência dos prefeitos e patrões), ou durante os cânticos da “Internacional pela manteiga a quinze vinténs”, as mulheres aderiram a formas originais de luta social que destoavam das usuais greves socialistas. Malquistas pelos sindicalistas, as mulheres não gozavam de boa reputação devido ao ‘caráter folclórico’ do seu modo de intervenção e expressão (PERROT, 1988:212).

Privilégios masculinos, os direitos civis, políticos e educacionais faziam parte da pauta da primeira onda de manifestações sufragistas estruturadas pelas mulheres na

⁴⁴ Em sua análise sobre os discursos médicos relacionados à histeria feminina, Michel Foucault (1988:115) salienta que a saturação de sexualidade do corpo feminino o qualificou “sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a ‘mulher nervosa’, constitui a forma mais visível desta histerização”.

Inglaterra, França, Estados Unidos e Espanha nos primeiros decênios novecentistas. Ressurgido em âmbito francês e estadunidense nas décadas de 1960 e 1970, o feminismo da segunda geração denunciou a opressão patriarcal contra as mulheres. Eficaz na denúncia dos discursos de naturalização da subordinação feminina, o conceito de patriarcado foi empregado de maneira assídua pelas teóricas feministas com o fito de mapear as origens da dominação masculina exercida por meio de um sistema opressivo então entendido como trans-histórico e trans-geográfico (PISCITELLI, 2002:15).

Embora demonstrasse que a sujeição das mulheres não era algo natural (e consequentemente combatível) o crivo essencializante reivindicado pela análise do patriarcado, contudo, aos poucos caiu em desuso no plano epistemológico dos estudos feministas e foi substituído por “ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão” (PISCITELLI, 2002:16).

Deslocada das metanarrativas e marcada pela militância social e acadêmica, a terceira onda feminista foi influenciada pelo pensamento pós-moderno e adentrou ao domínio das subjetividades. Por meio do progressivo trabalho de descentramento dos sujeitos normativos e universais, a própria ideia de mulher enquanto categoria universal e trans-histórica foi reduzida à obsolescência e passou a coexistir, a partir da década de 1980, com os estudos de gênero (SCOTT, 1995:75; HALL, 2006:49; NARVAZ & KOLLER, 2006:649). De acordo com Margarita Díaz-Andreu (2005:41):

Por ser uma identidade socialmente construída, necessariamente está cultural e historicamente determinada. Isto é, não podemos esperar que o significado de *mulher* seja o mesmo na Antiguidade e nos dias atuais, ou o mesmo nos mundos grego e romano, posto que não é, e nem foi, uma categoria universal, e, por estar submetida a contínuas negociações, seu significado se transforma ao longo do tempo. O gênero – falando com mais precisão -, as categorias de gênero, a ideologia de gênero, variam no tempo e no espaço, já que são histórica e culturalmente determinadas (DÍAZ-ANDREU, 2005:41. Grifos da autora) ⁴⁵.

⁴⁵Tradução nossa. No original: “Al ser una identidad socialmente percibida, por necesidad está cultural e históricamente determinada. Es decir, no podemos esperar que el significado de mujer sea el Antigüedad que hoy en día, o incluso entonces en mundos como el griego y el romano, puesto que no es, ni fue, una categoría universal, y al ser sometida a negociaciones continuas, su significado cambia a lo largo del tiempo. El género – para hablar con más precisión - , las categorías de género, la ideología de género, por tanto, presentan una variación en el tiempo y en el espacio social, ya que son histórica y culturalmente determinadas” (DÍAZ-ANDREU, 2005:41).

Devidamente reconhecida e valorizada nas narrativas históricas, a experiência social das mulheres rompe com os desígnios do cárcere doméstico e da apatia política e se integra de maneira definitiva à mobilização social: a “formas concretas de resistência às hierarquias, às disciplinas e à racionalidade do poder” (PERROT, 1988:212). Revisitada à luz dos seus efeitos posteriores, pode-se ponderar que a apreciação feminista promoveu: a desnaturalização da divisão social do trabalho entre homens e mulheres; denunciou o ‘fardo da maternidade’ que se confunde com a própria configuração biológica do corpo feminino; expandiu a luta social das mulheres para novas frentes de ação e contestação política: a sexualidade, o trabalho, a família e o, até então, apolítico âmbito doméstico (PISCITELLI, 2002:12; HALL, 2006:45). Sujeito de direito naturalizado e trans-histórico devido às suas propriedades sexuais e reprodutivas, a categoria ‘mulher’ passou a ser pensada à luz do conceito de gênero, cuja finalidade incide em “se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres” (SCOTT, 1995:75).

Embora distintas quanto aos seus propósitos específicos, as questões propostas pelas gerações feministas contemporâneas não substituíram as demandas de outrora. Ao contrário, tem-se procurado entender os propósitos políticos e os aspectos epistemológicos suscitados pelas três gerações do feminismo desde uma perspectiva histórica que não seja linear, demonstrando que “as diferentes propostas características de cada uma das fases do feminismo coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade” (NARVAZ & KOLLER, 2006:650).

Fundamental para este trabalho é o entendimento de que a categoria de gênero não fica circunscrita à possibilidade única do estudo acerca das mulheres e da construção social do feminino (DÍAZ-ANDREU, 2005:39). Ao contrário, também preconiza estudos sobre os homens e os diversos roteiros sociais atribuídos à masculinidade (BURKE, 2008:108). Enceta-se, deste modo, uma perspectiva diferenciada, oriunda da reviravolta epistêmica ocasionada pela crítica feminista, na qual os homens, assim como as mulheres, não mais são percebidos enquanto sujeitos universais e passíveis de uma abordagem essencialista (SCOTT, 1995: 75; RAGO, 2006:16). De acordo com o aporte teórico apresentado por Margareth Rago:

Em relação aos estudos feministas, e a despeito das inúmeras polêmicas em curso, vale notar que a categoria do gênero abre, ainda, a possibilidade da

constituição dos **estudos sobre os homens**, num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado. Após a “revolução feminista” e a conquista da visibilidade feminina, após a constituição da área de pesquisa e estudos feministas, consagrada academicamente em todo o mundo, os homens são chamados a entrar, desta vez, em um novo solo epistêmico. É assim que emergem os estudos históricos, antropológicos, sociológicos - interdisciplinares - sobre a masculinidade, com enorme aceitação (RAGO, 2006:16. Grifos da autora).

Diante desse quadro, consideramos oportunas duas considerações. Em primeiro lugar, convém destacar que a intensidade da crítica feminista que, como procuramos demonstrar, embasou os estudos de gênero desde o seu início, ainda se confunde com o seu próprio espaço de atuação desse campo teórico: mulher e gênero, por vezes, ainda são sinônimos.

De acordo com David Morgan (1992:185), Miguel Almeida (1995:15) e Pierre Bourdieu (1999:137-138), essa proximidade não seria infundada, mas compreensível devido à própria posição social das mulheres em relação aos homens, tanto na vivência social, quanto na própria produção científica. Por meio do questionamento dos lugares de fala, sobre onde e por quem são produzidos os diversos discursos sobre gênero e mulher, argumenta-se que os homens (em essência, considerados privilegiados) não seriam capazes de ponderar de maneira acurada sobre a experiência social e cultural feminina, já que não teriam experimentado os pormenores e as mazelas que as estruturas sociais impõem à vivência das mulheres em sociedade (RAGO, 2006:03). Assim, ao passo que, para Raewyn Connell (1995:03), os sexos possuiriam propósitos distintos com seus discursos, Morgan (1992), de maneira análoga, argumenta que:

Não há, e não pode haver, um simples paralelo entre mulheres estudando mulheres (e homens), e homens estudando homens (mas também mulheres). Por um motivo: devido às contínuas desigualdades de poder, os relatos dos homens, ainda que munidos das melhores intenções possíveis no mundo, serão sempre confissão ou alibi (MORGAN, 1992:185)⁴⁶.

⁴⁶ Tradução nossa. No original: “*There is not, and cannot be, a simple parallel between women studying women (and men) and men studying men (and women). For one thing: given the continuing inequalities of power, then men’s account with all the best will in the world may become either confession or alibi*” (MORGAN, 1992:185).

Em segundo lugar, consideramos imprescindível reconhecer que as construções sociais a propósito da masculinidade (em termos de gênero e sexualidade), segundo Bourdieu (1999:64), também são, de certa forma, uma *carga* imposta aos indivíduos por meio de práticas e discursos provenientes de instituições como a família, a igreja, a escola e até mesmo postulados das áreas médicas que, cada qual ao seu modo, inscreve normas e padrões de conduta e adequação também sobre aqueles que são portadores de um corpo dotado do sexo masculino (ALMEIDA, 1995:17; LOURO, 2008:18; SOUSA, 2010:113).

Uma vez que as concepções de masculinidade só existem mediante o contraste com a feminilidade, tem-se constatado que, enquanto ferramenta teórica e analítica junto às Ciências Sociais, os estudos inscritos sob essa temática podem acrescentar dados de primeira importância para a interpretação das relações de gênero (OLIVEIRA, 1998). Sua principal contribuição, com efeito, residiria na possibilidade de compreender as relações de poder entre varões e mulheres, mas também entre os próprios homens, mediante a constatação da oposição entre as “masculinidades hegemônicas” e outras modalidades de masculino, consideradas inferiores, efeminadas e (MORGAN, 1992:196-197; CONNELL, 1995:68,77; 1997:32; SOUSA, 2010:113).

Dissociada da condição de dado natural e concebida enquanto um constructo histórico e social permeado por relações de poder que lhe legitimam, mas que também lhe extraem legitimidade, a masculinidade configura, ao menos nas últimas décadas, um espaço legítimo e profícuo para os estudos de gênero. Levando em consideração o seu caráter transdisciplinar (ALMEIDA, 1995:16), e a impossibilidade de reconstituir de maneira pormenorizada o desenvolvimento desses estudos em cada uma das áreas do conhecimento que lhe dizem respeito, consideramos oportuno apresentar, certamente de maneira lacunar e fragmentada, alguns dos pressupostos dessa temática.

IV – ESTUDOS SOBRE MASCULINIDADE (S): GÊNERO, PODER E SEXUALIDADE.

À constatação de que os desígnios sociais de gênero ocorreriam de maneira constante em diversas sociedades humanas, tem-se contra-argumentado que o mesmo não pode ser dito quanto à prescindibilidade do conceito de masculinidade, cuja existência nessas mesmas civilizações não é um dado assegurado de antemão, já que a percepção da virilidade é dependente também da elaboração de um conceito de feminilidade que lhe é

contrastante (CONNELL, 1995:67-68; 1997:32). Sobre o caráter relacional da virilidade, Bourdieu (1998:67) salienta que:

A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo (BOURDIEU, 1998:67).

Nesse contexto, é salutar reconhecer que as concepções sobre a masculinidade podem: variar e adquirir feições específicas conforme a diferenciação das culturas observadas; se modificar radicalmente com o passar dos anos, séculos e até milênios, respondendo às demandas das instituições e ao condicionamento gerado pela configuração geopolítica de uma época; adquirir variações significantes (e conflituosas, como procuraremos demonstrar) dentro de uma mesma sociedade. Daí o emprego corrente entre os estudiosos do conceito de *masculinidades*, grafado sempre no plural com o intuito de elucidar o caráter dinâmico que marca as negociações e conflitos em torno das definições sobre o indivíduo homem (CONNELL, 1995:44-45; 1997:39; KIMMEL, 2007:01; BIRD, 2007:07)

Longe de ser uma condição assegurada naturalmente pela fórmula cromossômica XY que inscreve sobre o corpo do indivíduo apenas uma primeira configuração sexual de macho, a virilidade enquanto um constructo sócio-cultural que não é dado de saída, “requer dever, provas e provações” (BADINTER, 1993:4). Ainda que não se refira ao potencial conflitivo ao qual fizemos alusão, a definição proposta pela cientista social Maria das Dores Honório (2009:04), com efeito, nos parece oportuna, uma vez que opera uma ruptura em relação às possíveis atribuições biológicas sobre a masculinidade:

(...) a masculinidade não é a mera formulação cultural de um dado natural. Ela é um valor social, um ideal a ser conquistado, um objetivo a ser atingido, um caminho a ser percorrido. Uma construção diária que requer sacrifícios, deveres, provações, sofrimento. No âmbito dos estudos de gênero, a masculinidade pode ser definida como um conjunto de valores ou ideias que os homens conhecem (modelo central de masculinidade) e procuram aplicar (...). São atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados, em constante processo de construção, que se diferenciam ao longo do tempo, nas classes e segmentos sociais (HONÓRIO, 2009:04).

Visto que as discussões concernentes à construção social da masculinidade se estendem por domínios de diferentes disciplinas, não há entre os seus adeptos, proponentes e estudiosos, nenhum consenso quanto à origem precisa das pesquisas que versam a respeito dessa temática. Reconhece-se, ao contrário, que de maneira concomitante à consolidação dos estudos de gênero a partir das críticas feministas e das discussões das identidades, os estudos sobre a masculinidade teriam sido paralela e concomitantemente abordados junto aos domínios da Psicologia Social (por meio da discussão dos papéis sexuais, os *sex roles*), e também dos estudos produzidos no âmbito dos *men's studies* nas universidades estadunidenses (BADINTER, 1993:06-07; ALMEIDA, 1995:149. Nota nº. 16).

A avaliação conjunta das produções acadêmicas advindas dessas empreitadas, no entanto, tem sido a tônica da literatura especializada. Assim, por meio de uma avaliação crítica retrospectiva das produções acadêmicas sobre os homens e a masculinidade (sobretudo aquela produzida no limiar entre os séculos XX e XXI), pondera-se que esta última alcançou o seu ápice no final do milênio porquanto estivesse relacionada, num primeiro momento, ao encorajado processo de esfacelamento das identidades e papéis sociais masculinos, ainda na década de 1960 (HONÓRIO, 2009:05). Seguidos de uma paulatina acomodação, “da paixão que sempre acompanha as denúncias” (BADINTER, 1993:05), os estudos voltados à desnaturalização da virilidade aderiram também à tarefa de compreender os pormenores e desdobramentos da chamada *crise da masculinidade*, caracterizada pelo questionamento de uma perspectiva unitária, essencialista e hierarquizante em relação aos homens e à masculinidade. Em outras palavras, se a configuração sexual biológica já não servia mais como justificativa para a submissão feminina, tampouco poderia continuar a justificar (com base na biologia enquanto fundamento epistêmico fundamental) o protagonismo masculino também na ordem social (LAQUEUR, 2001:17-18).

A propósito da relação entre a construção social da masculinidade e as modificações políticas, sexuais, econômicas e sociais decorrentes das contestações e conquistas femininas (e feministas) na segunda metade do século XX, Elisabeth Badinter salienta que: “a masculinidade, atributo do homem, é relativa e reativa. Tanto que, quando a feminilidade muda – em geral quando as mulheres querem redefinir as suas identidades –, a masculinidade se desestabiliza” (BADINTER, 1993:11). Ao avaliar o destino e o impacto dessas modificações no plano da sexualidade, Anthony Giddens (1993:38), de maneira similar, pondera que a década de 1960 (ponto de chegada, mas também de partida de

diversas reivindicações feministas) teria operado uma ruptura fundamental nas percepções, formas e discursos sobre as sexualidades feminina e masculina.

De acordo com Giddens (1993:37), a proliferação de tecnologias de contracepção, mas também a diferenciação entre sexo e reprodução consolidada neste período, teriam conduzido homens e mulheres a uma “libertação final para a sexualidade” (1993:37), e operado, por fim, uma verdadeira revolução, inclusive nas relações de gênero. Se, por um lado, chama-se atenção a uma suposta autonomia sexual feminina desprovida do temor de gravidez e morte de outrora, por outro lado, conseqüentemente, também teriam ocorrido mudanças significativas no âmbito da sexualidade dos homens, sobretudo com a afirmação de homossexualidades masculinas e femininas para além da ortodoxia vigente (GIDDENS, 1993:38).

Deslocada dos papéis sociais usuais, a ideia de masculinidade teria sido levado às últimas contradições, porquanto tornava-se patente a existência de uma dissonância entre a tradicional imagem do varão hegemônico e a condição real de existência dos homens: daí a emergência contínua, segundo Pedro Paulo de Oliveira (1998), de uma série de discursos – oriundos de diversas vertentes teóricas da Psicologia e até mesmo da Sociologia Funcionalista - a propósito da masculinidade. Dentre essas produções, argumenta Oliveira (1998:03), destacam-se, a título de exemplo, as propostas chamadas de “vítimas”, que aludem às dificuldades causadas por fatores sociais e psíquicos, tanto na própria construção de uma identidade masculinidade, quanto na própria impotência social diante da alienação no trabalho e da burocracia política (OLIVEIRA, 1998:03).

Submetida à análise também no âmbito da Psicologia, a masculinidade teria sido associada a ideais de fragilidade e insegurança: por meio da relação entre interior e exterior, os homens experimentaríamos, por um lado, a masculinidade segundo expectativas formuladas socialmente. Por outro lado, um verdadeiro conflito interno contra questões de sensibilidade “passividade e fraqueza” (OLIVEIRA, 1998:06). Nesse sentido, a construção do ego masculino far-se-ia “sobre uma estrutura de violência internalizada, ou seja, o homem não apenas transforma a mulher em objeto de sua violência, mas é vítima de si próprio” (OLIVEIRA, 1998:06). A precarização da masculinidade, nessa perspectiva, estaria diretamente relacionada à subversão dos papéis sociais, já no pós-feminismo.

Embora não haja consenso quanto às peculiaridades desses papéis, Oliveira (1998:08) apresenta quatro necessidades comuns (transformadas em angústia e tensão para os homens diante da resistência feminina ativa) apontadas pelos estudiosos, e que estariam

associadas à construção simbólica da masculinidade nas sociedades contemporâneas: a necessidade de diferenciação em relação às mulheres; a necessidade de superioridade em às demais pessoas; ideais de independência e autoconfiança; e, por fim, o sentimento de soberania sobre as pessoas, inclusive através da violência (OLIVEIRA,1998:08).

As ressalvas tecidas por Oliveira (1998:11) às propostas de psychologização, e consequente vitimização dos sujeitos em relação à masculinidade, no entanto, merecem destaque para este estudioso, as críticas feministas teriam resultado na elaboração e emergência de um novo paradigma de homem, agora marcado pela capacidade de expressividade emocional. A chamada ‘reelaboração da masculinidade’, argumenta Oliveira (1998), não teria atingido um amplo alcance, e a própria constituição dos discursos vitimários, com efeito, serviria para justificar a violência social contra as mulheres e a proliferação do machismo nas sociedades. Nesse sentido, esses discursos passaram a ser utilizados pelos homens enquanto subterfúgios, uma “compensação para o sentimento de inferioridade” (OLIVEIRA, 1998:12).

Sem uma abrupta alteração nas relações fundamentais de poder entre homens e mulheres, argumenta o estudioso, qualquer modificação seria ineficaz. De acordo com Oliveira (1998:19):

A insistência dos críticos recai na necessidade de se discutir as formas de dominação que ainda vicejam nas relações de gênero e não teorizar sobre a docilidade aprazível do novo homem e a truculência deselegante do tradicional. Questiona-se, com muita pertinência, se as tais alterações alardeadas por muitos cientistas sociais no comportamento masculino não seriam apenas mudanças de estilo, restritas a um segmento de classe média, sem alterações efetivas e substanciais no contexto das relações de poder que permeiam as relações de gênero (OLIVEIRA, 1998:19).

Igualmente, Sharon Bird (2007:07), em seu verbete sobre os estudos destinado à masculinidade, publicado em 2007 na *International Encyclopedia of the Social Sciences* (2007), argumenta contra o caráter essencializante das teorias sobre papéis sociais, e atenta à necessidade de matizar as contradições, conflitos, resistências e subjetividades que permeiam as definições sobre homens e sobre mulheres. Sobre o caráter conflituoso desses processos, Bird (2007:07) argumenta que:

As teorias dos papéis [sociais] e de socialização, além do mais, reificam as noções dualistas de gênero, uma vez que, minimizam e obscurecem as diferenças entre uns e outros homens e entre umas e outras mulheres, e também falham no endereçamento das intersecções de categorias sociais que geram diferença e desigualdade – como classe, raça, e orientação sexual – e como essas negociações formam imperativos de masculinidade dominante. (...) Ao longo da História dos Estados Unidos, por exemplo, homens e meninos de cor têm resistido a muitas das práticas e crenças, “ideais” e “apropriadas” para o “verdadeiro homem” construídas por homens brancos e de classe média, e que sempre colocaram os homens de cor num patamar inferior (BIRD, 2007:07)⁴⁷.

A observância das formas de poder que permeiam as relações de gênero, de um modo geral, e a constituição social da masculinidade, em particular, não pode ser dissociada de outras categorias de análise sobre as sociedades. Assim, presumimos que o conceito de *masculinidades hegemônicas*, conforme apresentado nas obras de Connell (1995; 1997), nos parece bastante oportuno, já que nos possibilita compreender a amplitude e a polivalência da supremacia masculina sobre as mulheres, mas também sobre outros homens a partir de diversos referenciais: conduzindo, portanto, a uma compreensão mais dinâmica e fiel ao caráter conflituoso das masculinidades (OLIVEIRA, 1998:14).

Em consonância com a definição de hegemonia proposta por Antonio Gramsci, a ideia de *masculinidade hegemônica* preconiza “a capacidade de impor uma definição específica sobre outros tipos de masculinidade” (ALMEIDA, 1995:155), principalmente sobre aquelas que destoam da matriz heterossexual, desprovidas de indivíduos predominantemente brancos e pertencentes às classes sociais menos abastadas (CONNEL, 1997:40-42; SOUZA, 2010:114).

Assim, o modelo interpretativo proposto por Raewyn Connel (1997:39-40) acerca do caráter partícular e permanentemente conflituoso das masculinidades, é definido sob os seguintes termos:

Em qualquer tempo dado, se exalta culturalmente uma forma de masculinidade no lugar de outras. A masculinidade hegemônica pode ser definida como uma configuração da prática de gênero que incorpora a resposta correntemente aceita ao problema de legitimidade do patriarcado, aquela que garante (ou que é tomada

⁴⁷ Tradução nossa. No original: “*Socialization and role theories, in addition, reify the obscuring differences between men and other men, and between women and other women, and fail to address the intersections of social categories of difference and inequality – such as class, race, and sexual orientation – and how these shape negotiations of dominant masculinity imperatives. (...) Throughout the U.S. history, for example, boys and men of color have resisted many of practices and beliefs constructed by white and middle- to upper-class men as appropriate and ideal for “true men”, especially those practices and beliefs that cast men of color as inferior*”. (BIRD, 2007:07).

como garantida) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres (p.39). Dentro deste contexto geral há relações de gênero específicas de dominação e subordinação entre grupos de homens. O caso mais importante na sociedade europeia/americana contemporânea é a dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais. (...) Estas práticas (...) incluem exclusão política e cultural, abuso cultural, violência legal (...), violência de rua (da intimidação ao assassinato), discriminação econômica e boicotes pessoais (CONNELL, 1997:39-40)⁴⁸.

Se, por um lado, o reconhecimento de múltiplas masculinidades (negra, branca, classe média, operária, homossexual e heterossexual) nos conduz à constatação de que a categoria de gênero pode ser compreendida de maneira melhor acurada quando interseccionada com outros referenciais analíticos, por outro lado, é igualmente imperativo reconhecer que a construção social da masculinidade hegemônica está diretamente relacionada ao contexto cultural que lhe confere sentido.

Na qualidade de “modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerce sobre todos os homens um efeito controlador” (ALMEIDA, 1995:17), os ideais de masculinidade hegemônica, no entanto, ressoam sobre os indivíduos de maneira ambivalente e contraditória. Ao passo que, segundo Oliveira (1998:15), tais referenciais são sustentados e enaltecidos por séquitos de uma população que se beneficia do poder que lhes é outorgado por meio deste discurso, não pode ser obliterado o fato de haver negociações, conflitos e resistência a esses mesmos referenciais, inclusive por indivíduos que, mesmo pertencentes às chamadas masculinidades não-hegemônicas, resistem aos preceitos disseminados pela matriz hegemônica, possibilitando produções de subjetividades e até mesmo tipos de masculinidade que se estruturam de maneira antagônica ao paradigma vigente (ALMEIDA, 1995:155; OLIVEIRA, 1998:14; SOUZA, 2010:115).

V – ARQUEOLOGIA E GÊNERO

⁴⁸ Tradução nossa. No original: “*En cualquier tempo dado, se exalta culturalmente una forma de masculinidad en lugar de otras. La masculinidad hegemónica se puede definir como la configuración de práctica genérica que encarna la respuesta corrientemente aceptada al problema de la legitimidad del patriarcado, la que garantiza (o se toma para garantizar) la posición dominante de los hombres y la subordinación de las mujeres. Dentro de ese contexto general hay relaciones de género específicas de dominación y subordinación entre grupos de hombres. El caso más importante en la sociedad europea/americana y la subordinación de los hombres homosexuales. (...) Estas prácticas (...) incluyen exclusión política y cultural, abuso cultural, violencia legal (...), violencia callejera (que va desde la intimidación al asesinato), discriminación económica y boicots personales*”. (CONNELL, 1997:39-40).

Conforme já demonstrado, o emprego do conceito de gênero se tornou cada vez mais corrente no âmbito das Ciências Sociais a partir da década de 1980: uma nova categoria de análise histórica para “se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres” (SCOTT, 1995:75). Considerado uma verdadeira reviravolta epistemológica, o referido conceito teria desnaturalizado as percepções acerca dos corpos e aberto a possibilidade de se historicizar o efeito da cultura sobre as identidades de gênero que, a partir de então, romperam com modelos essencialistas baseados na configuração sexual dos indivíduos, e passaram a ser concebidas enquanto objetos histórica e culturalmente construídos (DÍAZ-ANDREU, 2005: 41; FUNARI, 1995A: 180; GILCHRIST, 1999:01; RAGO, 2006: 102; VOSS, 2006:368).

O encontro da Arqueologia com os estudos de gênero, grosso modo, tem sido interpretado como resultado da convergência de duas tendências interpretativas principais: por um lado, as reivindicações sociais, políticas e científicas relacionadas à segunda e à terceira ondas do feminismo, e por outro lado, a vertente pós-processualista do pensamento arqueológico. De antemão, convém reconhecer que tal compatibilidade residiria do permanente questionamento sobre os lugares de fala e os sujeitos envolvidos na produção do conhecimento, de um modo geral, e da Arqueologia, em particular (GILCHRIST, 1999:26). Deve-se destacar, no entanto, que as tradições interpretativas da Arqueologia produzidas na Europa e na América do Norte, segundo Roberta Gilchrist (1999:07), teriam seguido caminhos distintos, e se relacionado também de maneira distinta, tanto com as críticas feministas, quanto com o pós-processualismo. Para a estudiosa, no entanto, algumas linhas gerais podem ser observadas entre ambas as vertentes: daí a pertinência, presumimos, de uma digressão (sem dúvida lacunar e introdutória) a propósito da consolidação da Arqueologia de Gênero como aparato teórico-metodológico.

Conforme já apresentado nos estudos de Hodder, seria indispensável para qualquer tipo de estudo social, mas também à Arqueologia ressaltar que o significado das categorias ‘homem’ ou ‘mulher’ é variável conforme o tempo e o contexto histórico da qual a cultura material faz parte. Assim, a atuação da Arqueologia de Gênero, segundo o arqueólogo britânico, possuiria as seguintes premissas:

Ao invés de assumir que o termo “mulher” possui características culturais universais, há uma necessidade de analisar como as estruturas sexuais podem

variar. Os dados arqueológicos evidenciam profusamente estruturas culturais relativas às relações entre ambos os sexos (HODDER, 1994:179)⁴⁹.

Por vezes inclinada às teorias evolucionistas oriundas das ciências naturais, cujas tendências evolucionistas visavam, entre outras coisas, justificar a supremacia dos europeus sobre os povos africanos colonizados, a Arqueologia, desde o seu início enquanto disciplina científica, carrega consigo propósitos políticos, manifestados implícita ou explicitamente por seus proponentes: fator que torna imperativo o entendimento sobre o contexto histórico e social do qual o conhecimento arqueológico é proveniente (FUNARI, 2004:01; TRIGGER, 2004:131-142).

A preocupação com a dimensão política da disciplina impactou sobre o âmbito epistemológico da Arqueologia por meio das propostas teóricas fomentadas pela crítica chamada pós-processual, desenvolvida por estudiosos como o arqueólogo inglês Ian Hodder, Michael Shanks e Christopher Tilley ao longo da década de 1980 (FUNARI, 2004:02; 2010:50-52). Entre outras coisas⁵⁰, o pós-processualismo gradualmente se voltou à tarefa de problematizar o caráter subjetivo das interpretações que os arqueólogos ofereciam sobre a cultura material das sociedades do presente e do passado (HODDER, 1994:175; GILCHRIST, 1999:26-27; TRIGGER, 2004:373).

Nesse ínterim, pôde-se constatar que as concepções, narrativas e teorias da Arqueologia são inevitavelmente permeadas por anseios, estratégias e relações de poder que são incorporadas e construídas subjetivamente por aqueles e aquelas que interpretam e versam sobre o vestígio arqueológico e as sociedades contempladas por seus estudos (HODDER, 1994:175-176; TRIGGER, 2004:373). Bruce Trigger (2004:373), se referindo ao contexto de produção científica da Arqueologia, apontou que:

À medida em que os arqueólogos ficam mais conscientes da complexidade daquilo que eles têm de explicar, tornam-se, também, mais interessados em descobrir como, e até onde, sua experiência do presente influencia suas interpretações do passado. Muitos consideram que o meio no qual atuam afeta tanto os questionamentos quanto as respostas que estão predispostos a considerar razoáveis. É talvez decepcionantemente fácil mostrar que, no mundo inteiro, a

⁴⁹Tradução nossa. No original: “*Más que presuponer que el término <<mujer>> tiene unas características culturales universales, se plantea la necesidad de analizar en qué forma pueden variar las estructuras sexuales. Los datos arqueológicos evidencian profusamente estructuras culturales relativas a las relaciones entre ambos sexos*” (HODDER, 1994:179).

⁵⁰De acordo com o estudo de Ian Hodder (1994:166) a vertente pós-processual na teoria arqueológica repousaria sobre quatro discussões principais: a superação das dicotomias entre indivíduo e norma, estrutura e processo, ideal e material e, por fim, a oposição entre sujeito e objeto.

interpretação arqueológica é influenciada por condições políticas, sociais e econômicas (...). Além do mais, as interpretações arqueológicas são diretamente influenciadas por preconceitos de gênero, por interesses étnicos, pelo controle político da pesquisa e da publicação, pelo financiamento das atividades arqueológicas, por conflitos de geração entre os pesquisadores (...). (TRIGGER, 2004:373).

Hodder (1994:176) e Funari (2010:105) constataram que dentro dessa perspectiva a Arqueologia praticada em diversas configurações sociais mundo afora se tornou não apenas um refúgio, mas também e sobretudo, um importante mecanismo de reivindicação de direitos por parte de grupos subalternos e marginalizados “na luta por seus direitos ou para criticar as injustiças e opressões sociais” (FUNARI, 2010:105). É patente desse engajamento político por parte da Arqueologia, por exemplo, o alinhamento favorável da disciplina em causas de caráter étnico e racial, mas também de gênero, visto que se tratam, em última instância, de ocasiões em que, por meio das suas interpretações, os arqueólogos e as arqueólogas assumem uma proposta claramente antirracista; por vezes preocupada com questões indígenas e abertamente identificada com as lutas operárias e reivindicações feministas. (HODDER, 1994:176; FUNARI, 2010:105).

As chamadas “três ondas do feminismo”, de maneira similar ao ocorrido na História, teriam contribuído para a paulatina aproximação da Arqueologia com as teorias de gênero. Iniciada com uma profunda crítica ao androcentrismo científico, a crítica feminista, de maneira gradual, também passou a reconstituir o obliterado passado das mulheres. Fundamental para este processo teria sido a contestação (capitaneada pelas arqueólogas feministas) do uso constante de um viés masculino na Arqueologia: o questionamento dos chamados lugares de fala, a naturalização da supremacia masculina no seio da disciplina.

Embora a prática já tivesse se iniciado na década de 1970 no âmbito escandinavo, as primeiras publicações contra o caráter misógino da disciplina datam de 1984 (GILCHRIST, 1984:04-06). A partir de então, colocava-se em xeque não apenas o conhecimento produzido pela Arqueologia (caracterizado pela obliteração da atuação histórica feminina), mas também seus indivíduos e métodos: principalmente no que concerne à posição, espaço e visibilidade das mulheres dentro do seu campo científico (GILCHRIST, 1999:19).

A proximidade entre a Arqueologia Pós-Processual e a terceira onda do feminismo (reconhecida, como vimos, pelo caráter pós-moderno que lhe é inerente) teria sido crucial

para o desenvolvimento da Arqueologia de Gênero, já que ambas, de certa forma, contestam a possibilidade de objetividade no conhecimento científico, como um todo, e na Arqueologia, em específico. Essa aproximação, conforme definição proposta por Gilchrist (1999:26), pode ser concebida sob os seguintes termos:

Como a terceira onda do feminismo, o pós-processualismo é eclético: feministas e pós-processualistas compartilham interesses sociais, interesses em relações de poder e uma ênfase no potencial das agências individuais. O feminismo e a Arqueologia crítica têm sido aliados do relativismo cultural, e afirmam que a construção do conhecimento é subjetiva (p.26). Michael Shanks e Christopher Tilley, por exemplo, os pós-processualistas *par excellence*, introduziram a noção de ‘círculo hermenêutico’ na Arqueologia, pelo que o passado só pode ser entendido em relação com o presente, e as interpretações só podem ser formuladas com base na experiência do mundo contemporâneo. O processo de interpretação demanda subjetividade (...). (GILCHRIST, 1999:26-27)⁵¹.

Em síntese, tem-se conjecturado que a assimilação da crítica feminista por parte da Arqueologia culminou em interpretações arqueológicas interessadas em reconhecer e valorizar a experiência das mulheres (HODDER, 1994:178-179). Hodder (1994) e Gilchrist (1999) argumentam que essa tendência na Arqueologia se empenhou em discutir e desnaturalizar as atribuições sexistas dos artefatos arqueológicos enquanto ‘evidências’ de uma natureza feminina adaptada ao âmbito doméstico e, portanto, afastada das ‘funções masculinas’ consideradas indispensáveis para as sociedades como a liderança política, o controle de recursos, as relações de poder, a guerra e a caça (HODDER, 1994:178-179; GILCHRIST, 1999:19-21).

É importante destacar, à guisa de conclusão, que apesar de possuir uma perspectiva claramente emancipatória em relação às mulheres do passado e do presente, a Arqueologia de Gênero não deixou de encontrar ressalvas dentro do próprio feminismo, cuja atuação política tinha como intuito, também, desconstruir a própria categoria “mulher” enquanto um sujeito de direito estático, universal e transhistórico (HODDER, 1994:179; RAGO,

⁵¹ Tradução nossa. No original: “*Like third wave feminism, postprocessualism is eclectic: feminism and postprocessualists share concerns with the social, an interest in power relations and an emphasis on the potential of individual agency. Feminism and critical archaeology have both been allied to cultural relativism, and assert that the construction of knowledge is subjective. Michael Shanks and Christopher Tilley, for example, the postprocessualists par excellence, introduced the notion of ‘hermeneutic circle’ to archaeology, whereby the past can only be understood in relation to the present, and interpretations are formulated only on the basis of our own experiences in the contemporary world. The process of interpretation demands subjectivity (...)*” (GILCHRIST, 1999:26-27).

2006:106; SCOTT, 2002:41). A própria compreensão dos fenômenos sociais dentro de uma matriz binária heterossexual, com efeito, será colocada em xeque a partir da teoria *Queer*, cuja abrangência teórica, como procuraremos demonstrar, também se fará sentir no âmbito da Arqueologia. As premissas dos estudos *Queer*, no entanto, devem ser apresentadas noutra parte desta pesquisa.

VI – ANTIGUIDADE ROMANA E GÊNERO: ESTUDOS SOBRE A MULHER

Os estudos sobre a Antiguidade, sem dúvida de maneira paulatina, aderiram aos referidos embates, e têm se modificado de maneira significativa nas últimas décadas, inclusive em âmbito nacional. Conviria explicitar, a título de exemplo, algumas disposições teóricas atuais que, motivadas pelas questões feministas supracitadas, vêm qualificando de maneira exponencial as produções acadêmicas sobre as civilizações do Mediterrâneo Antigo. De antemão, presumimos que seja possível, grosso modo, reconhecer três posturas metodológicas principais e de igual importância para o aprimoramento desses estudos.

A primeira tendência, com efeito, visa à superação da invisibilidade feminina na documentação textual antiga (FINLEY, 1991:150; DÍAZ-ANDREU, 2005:38). A obliteração histórica das mulheres romanas, já na década de 1960, fora tema da abordagem de Moses Finley, por meio da publicação, em 1965, do capítulo *The silent women of Rome*⁵². Naquela ocasião, Finley já aludia às dificuldades de se promover um estudo histórico sobre as mulheres romanas devido à inexistência (tanto em âmbito aristocrático quanto entre as mulheres pertencentes aos grupos sociais desfavorecidos daquela sociedade) de uma documentação reconhecidamente feminina: segundo o historiador estadunidense, “sempre faltará uma peça fundamental – aquilo que as próprias mulheres teriam dito se lhes fosse permitido falar por si mesmas” (FINLEY, 1991:150).

Por vezes anônima e involuntária, a cultura material – compreendida neste estudo de acordo com a definição⁵³ apresentada por Funari (2010:15) –, tem oferecido boas

⁵² A edição utilizada neste estudo foi o artigo *As silenciosas mulheres de Roma*, publicado em 1991 na coletânea de capítulos de Moses Finley intitulada *Aspectos da Antiguidade* (1991)

⁵³ Segundo a definição de Funari, conforme apresentado no livro *Arqueologia* (2010): “Entende-se assim, que a apropriação humana da natureza não é, portanto, a-histórica, mas dá-se sempre nos quadros de uma determinada organização social com um potencial produtivo definitivo. Valendo-se dessas considerações,

alternativas no sentido de superar tais limitações. Como é sabido, o paulatino alargamento do conceito de documento, associado ao extensivo uso de fontes arqueológicas nas tessituras históricas, por sua vez, ampliou quantitativa e qualitativamente o olhar do historiador sobre o passado (LE GOFF, 2003:531; FUNARI, 2008:93-94).

A complexa relação de Finley com a Arqueologia, no entanto, mereceria um capítulo à parte neste ou em outro estudo: ora argumentando sobre a impossibilidade de “deduzir organizações ou instituições sociais, atitudes ou crenças tomando-se por base unicamente objetos materiais” (FINLEY, 1999:95), ora reivindicando a utilização da cultura material (a nosso ver, apenas) como confirmação daquilo que a documentação escrita anuncia (1999:95), Finley sempre se mostrou bastante cético, mas também contraditório quanto à relação entre História e Arqueologia. Noutro ensaio dedicado a esta mesma temática (1994), por exemplo, o estudioso desconversa quanto à função ilustrativa da cultura material, e se refere aos pormenores entre ambas as disciplinas sob os seguintes termos:

Longe vão os bons tempos em que os historiadores da Antiguidade (fosse ela do Oriente Próximo ou greco-romana) podiam relegar a arqueologia à condição de atividade subsidiária de menor importância, que fornecia informações pitorescas sobre a vida privada, e de arte de adornar a história ‘real’ obtida a partir dos testemunhos escritos. O estudioso de história antiga de hoje tem de aceitar o fato de que seu arsenal inclui tipos qualitativamente diferentes de testemunhos, que amiúde parecem mutuamente contraditórios ou, no mínimo, não relacionados (1994:11) (...) Não estão em questão duas disciplinas qualitativamente distintas, mas dois tipos de testemunhos relativos ao passado, dois tipos de testemunhos históricos. Portanto, não pode haver dúvida quanto à prioridade geral ou à superioridade de um tipo de testemunho sobre o outro; tudo depende, em cada caso, do tipo de testemunho disponível e das questões particulares a serem respondidas. Existem contextos em que os dois tipos de testemunhos têm de se combinar de maneira tão estreita, que nenhum dos dois será de grande utilidade sem o outro (FINLEY, 1994:28).

Desde o seu início nas Ciências Sociais, o estudo de gênero carrega consigo a predeterminação de que, na melhor das hipóteses, o papel social das mulheres na Antiguidade foi relegado a um patamar inferior, secundário, menor (RICHLIN, 1992: XXI; SILVA, 2001:46; DÍAZ-ANDREU, 2005:40; JENKINS, 2013:26). Uma breve assertiva redigida pelo historiador francês Paul Veyne nos possibilita entrever, ainda que de modo

pode-se concluir que, do ponto de vista aqui adotado, a Arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriadas pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 2010:15).

preambular, uma amostragem na qual essa aversão histórica às mulheres se torna patente. A partir de uma interpretação normativa sobre a mulher, na qual a submissão feminina ao poder do *paterfamilias* (fosse ele seu pai ou seu marido) é tomada como um princípio inabalável e inviolável, Veyne (1990:168; 1978:43) argumenta que:

A enorme liberdade de costumes na aristocracia do Alto Império e, sem dúvida também, na plebe urbana não tem evidentemente nada a ver com uma emancipação da mulher nem com uma elevação da sua dignidade; as mulheres continuaram seres menores que não teriam a capacidade de compreender os seus maridos, os quais, antes de mais, pensam no dote (VEYNE, 1990:168; 1978:43).

A influência dos estudos da Arqueologia, outrossim, tem propiciado novos suportes documentais que, em boa medida, oferecem um novo horizonte histórico para as mulheres da Antiguidade⁵⁴, extrapolando, portanto, o domínio discursivo no qual a experiência social feminina é inferiorizada e colocada a serviço de um mundo cuja hegemonia é masculina (FUNARI, 1995A:180-182; FEITOSA, 2008:126).

Mais do que um deslocamento metodológico em direção aos testemunhos da cultura material, no entanto, consideramos de suma importância uma modificação quanto à postura diante da produção do conhecimento histórico. Os estudos de Rago (1998:03), Gilchrist (1999:01) e Nelly Richard (2002:131), por exemplo, trouxeram à tona a possibilidade de uma escrita feminina, um projeto feminista de ciência em detrimento de uma visão de mundo que, sob a égide da neutralidade, reforça o *status quo* da ordem social contemporânea e suas relações de dominação, uma vez que o masculino universalizado sempre se coloca na qualidade de “representante absoluto do gênero humano” (RICHARD, 2002:131). Não se trata de criar uma dicotomia com base no sexo biológico daquele ou daquela que produz o conhecimento científico, mas sim da aplicação (ou não) de uma epistemologia feminista nas diferentes produções históricas.

Sob a influência dessas intervenções feministas, a postura de dominação masculina que é recorrente na documentação literária antiga, por exemplo, já tem sido reconhecida, mas também repensada a partir de diversas críticas. Variáveis entre si, tais interpretações

⁵⁴ Apesar de se tratar de um estudo voltado ao contexto histórico grego antigo, a tese de doutoramento de Nathalia Monseff Junqueira (2011) a propósito das mulheres atenienses descritas por Heródoto, por exemplo, também é bastante elucidativa. Neste estudo, a narrativa do historiador grego sobre a mulher ideal é confrontada pelas imagens das mulheres retratadas na cerâmica ática dos séculos VI e V a.C.

aludem (por vezes em tom de denúncia) tanto ao caráter falocêntrico e patriarcal que permeia as instituições e a produção cultural da Antiguidade Romana, quanto às manifestações de resistência por parte das mulheres a esta mesma supremacia masculina: os atos sexuais, particularmente, tem recebido significativa ênfase nesses estudos. No livro *The Garden of Priapus* (1992), por exemplo, Richlin pondera que a tradição textual legada pelos romanos (inclusive os textos de humor) possuiria um caráter misógino, convergente com uma cultura de violência, estupro e opressão das mulheres. A longevidade e consequente naturalização dos discursos fundados nessas premissas, segundo a autora, poderiam inclusive ser compreendidas a partir de uma perspectiva histórica fundada na *longue durée* (RICHLIN, 1992: XVIII).

No estudo de Renato Pinto (2012A:114), por sua vez, a dimensão retórica dessa mesma documentação é colocada em xeque. Segundo o estudioso, os protocolos sexuais de masculinidade do homem romano por meio da dominação e da submissão sexual compõem um ideal moral sobre como o aristocrata *deveria* proceder e, de modo algum, podem ser tomados enquanto retratos fidedignos de toda a sociedade romana: daí a importância, presumimos, de um cotejo com as teorias sociais que versam a propósito da produção de *masculinidades hegemônicas* (CONNELL, 1995; 1997). De acordo com Almeida (1995), este tipo de discurso possuiria um “efeito controlador, através da incorporação da ritualização das práticas de sociabilidade cotidiana” (1995:17), mas, não seria atingível por quase nenhum homem (ALMEIDA, 1995:17).

Na qualidade de estudiosa das inscrições populares da cidade de Pompéia, Lourdes Feitosa (2005:116) salienta que, em diversas ocasiões, o testemunho grafado nas paredes pompeianas nos permite vislumbrar situações em que os homens, desejosos do amor feminino, se submetiam à satisfação do prazer das mulheres (FEITOSA, 2005:127). Práticas consideradas vexatórias pelos padrões de moralidade masculinos, como a cunilíngua, por exemplo, seriam amplamente evidenciados nas paredes pompeianas, grafadas no cotidiano das pessoas comuns (FEITOSA, 2005:127).

A segunda postura metodológica, também em diálogo com a interpretação da cultura material antiga, tem questionado e desnaturalizado a embaraçosa concepção do ambiente doméstico enquanto espaço habitualmente ocupado por mulheres desprovidas de qualquer importância política e social (HODDER, 1994:178-179; FEITOSA, 2008:127; FUNARI, FEITOSA & SILVA, 2014:24). Por um lado, por meio do estudo da cultura material antiga, puderam ser conjeturadas divisões sociais do trabalho para além da dicotomia

homem/público *versus* mulher/doméstico, produzindo evidências que atestam o engajamento das mulheres romanas em atividades agrícolas, militares, políticas e comerciais (FEITOSA, 2005:35-36). Por outro lado, concomitantemente, a partir da releitura da tradição textual antiga, têm sido revistas as limitações inerentes às percepções a respeito da casa enquanto um espaço completamente desprovido de articulações políticas⁵⁵.

A atuação feminina junto aos imperadores, senadores e membros da *Aula Caesaris*, de acordo com Aloys Winterling (2009:60), teria se tornado recorrente nos principados romanos. Da mesma forma, em seu livro *Gender, Domesticity and the Age of Augustus. Inventing Private Life* (2005), a estudiosa Kristina Milnor argumenta que à época de Augusto teria ocorrido uma miscelânea entre as pretensões políticas e os anseios familiares dentro da casa imperial: daí a inadequação em pensar a domesticidade de modo antagônico às arenas de discussão política (MILNOR, 2005:47-48).

A terceira tendência interpretativa estimulada pela crítica feminista consiste na própria constituição social das categorias “homem” e “mulher” enquanto sujeitos históricos universais e invariáveis. Construídas cultural e historicamente à luz dos significados sociais que lhes acompanham, as identidades de gênero podem eventualmente comportar outras categorias, e até mesmo dialogar com questões sociais, étnicas, sexuais e de poder (MESKELL, 1998:139; DÍAZ-ANDREU, 2005:46-47; FEITOSA, 2014:281). Todavia, é permanente a constatação de que os significados de “homem” e “mulher” não são universais, e variam de acordo com o tempo, espaço e cultura, inclusive na Antiguidade. O estudo Funari e Garraffoni sobre a Dama de Éfeso no *Satyricon* de Petronio, por exemplo, apresenta por meio da diversidade semântica, como o próprio designação de “mulher” pode adquirir matizes e significados distintos dentro de um mesmo contexto histórico e social (FUNARI & GARRAFFONI, 2008:114).

Na História Antiga, de um modo geral, os estudos de gênero passaram a ganhar destaque no cenário internacional na década de 1990, ao passo que no Brasil, os principais resultados obtidos com esse tipo de abordagem vieram à tona já no limiar entre os séculos XX e XXI. A tarefa social e epistemológica assumida por muitos estudiosos e estudiosas que se voltaram a essa empreitada foi repensar e reescrever sobre o mundo antigo a partir de uma outra perspectiva que dota de valor as perspectivas femininas sobre as sociedades

⁵⁵ Para uma discussão acerca da aplicabilidade dos conceitos de público, privado e imperial no primeiro século do principado, vide: WINTERLING, Aloys. *Politics and society in Imperial Rome*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009. Especificamente as páginas 58-76.

em questão, mas que também investiga – para além de uma perspectiva essencialista - a constituição social da masculinidade na Antiguidade.

Assim, os estudos de gênero têm se mostrado um profícuo campo de investigação para as ciências sociais, de um modo geral, e para a História, em particular, porquanto permitem a compreensão (por parte daqueles que os investigam) de como se instituem historicamente as relações de poder protagonizadas por instituições, pessoas e discursos. Conforme já apresentado por Funari, Feitosa & Silva (2014:25):

(...) os variados aspectos que envolvem mulheres e homens, em seus diversos papéis, atuações, silêncios, manifestações, a partir do contexto de uma história relacional, preocupada com a sociedade como um todo. A busca é por uma história plural, que considere não *a* mulher, mas *as* mulheres; não *o* homem, mas *os* homens, diferentes na sua condição social, étnica, crença religiosa, valores culturais e no seu itinerário individual (FUNARI, FEITOSA & SILVA, 2014:25. Grifos dos autores).

Compartilhando das premissas teóricas aqui expostas, julgamos conveniente explicitar que a nossa pretensão em analisar as categorizações de gênero relacionadas e/ou atribuídas ao imperador romano Adriano (e tudo o que ela implica em termos de discurso social) não se confunde de modo algum com uma proposta de enaltecimento da sua figura como grande líder político e militar, imperador ou filósofo. Ao contrário, partilhamos com Andrea Giardina (1991:10) e Lourdes Feitosa (2005:130), a perspectiva de que a abstração “romano” implica em totalizações e na criação de um ‘tipo ideal’, parcial e generalizante: incompatível, portanto, com a experiência social romana, permeada por clivagens sociais, étnicas e religiosas que, inscritas nas instituições, discursos e práticas culturais, não podem ser amortizadas ou mesmo simplificadas sem a devida apreciação.

VII – MASCULINIDADES ROMANAS: VIRILIDADE, SEXO E PODER

A já aludida proximidade entre gênero e estudos das mulheres também pode ser observada no âmbito das pesquisas voltadas à Antiguidade Romana. Conforme procuramos demonstrar, além da superação da invisibilidade feminina, as mulheres – tanto em âmbito aristocrático quanto popular – têm ocupado papel de destaque nas pesquisas atuais. Os estudos sobre a constituição social da masculinidade entre os antigos, no entanto, também têm se proliferado de maneira significativa nas últimas décadas. Esse interesse, *a priori*,

nos parece pertinente e salutar para as Ciências Sociais, já que nos convida a examinar (neste caso, no âmbito da História Antiga) a arbitrariedade política dos discursos, instituições e práticas de poder vigentes na ordem social que concorrem de maneira decisiva para “a marginalização imposta às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos” (BOURDIEU, 1998:34).

Concebida como uma categoria relacional (BOURDIEU, 1998:34; GILCHRIST, 1999:09), a masculinidade está diretamente relacionada (por analogia e/ou oposição) a formas sociais assimétricas, hierárquicas e desiguais, já que usualmente é colocada como fiadora da condição social, jurídica e sexual, tanto da mulher, quanto daqueles homens que não se enquadram no padrão de virilidade vigente, as chamadas masculinidades hegemônicas. Sem pretensão a exaustão, convém apresentar algumas das principais diretrizes interpretativas propostas pela crítica especializada nas últimas décadas.

Nesse contexto, em primeiro lugar, cabe destacar que as formas e discursos sobre o sexo têm ocupado o cerne dos estudos sobre a(s) masculinidade(s) antiga(s): a influência da trilogia *História da Sexualidade* de Foucault no sentido de elucidar a sexualidade enquanto um dispositivo histórico, mesmo entre seus principais críticos⁵⁶, não pode ser subestimada.

Desde a Antiguidade são muitos os conhecimentos produzidos sobre os sexos: de tal maneira que qualquer tentativa de elucidação a propósito desta temática, será sempre o recorte de um *corpus* documental maior que perpassa diversos e distintos gêneros textuais. O mesmo pode ser dito em relação à documentação de caráter material. Seja como for, a proeminência do sexo nos estudos sobre a Antiguidade Romana no mundo contemporâneo se justificaria pelo fato de este se tratar de uma questão fundamental, que reproduz e está incorporada “nas estruturas de poder, *status*, políticas, religião, retórica e outros aspectos” (LANGLANDS, 2006:05).

Discutido por filósofos, médicos e moralistas, o sexo de modo algum pode ser pensado única e exclusivamente na dimensão da relação sexual propriamente dita. É inegável que o ato sexual (concebido por antagonismos como penetrador/penetrado, atividade/passividade, dominador/dominado) carrega consigo um potencial simbólico de poder que é baseado na própria hierarquia social das sociedades antigas. O prejuízo feminino e a conseqüente supremacia masculina adquirida de antemão com base na sua

⁵⁶ Para uma crítica feminista à obra *História da Sexualidade* de Michel Foucault, vide: Richlin, 1992:XVIII-XXII.

configuração sexual biológica, no entanto, já seria um dado alegado pelos discursos médicos antigos: fator que nos impede de pensar o sexo apenas durante o ato sexual.

Até mesmo a barba como uma marca fundamental de virilidade tem sido interpretada sob o prisma da suposta superioridade dos homens em detrimento das mulheres. De acordo com o estudo de Dominic Montserrat (2000:154-155), as ideias romanas a propósito da barba masculina devem ser lidas dentro de uma tradição científica que outorgou à mulher uma condição biológica cuja ausência de um tipo específico de calor no corpo (manifestada pela condição imberbe), a colocaria na parte subordinada da hierarquia social (MONTSERRAT, 2000:154-155). De maneira similar, para J.P. Thuillier (2013:74-75), do ponto de vista da constituição social da virilidade, a barba marcaria simbólica e religiosamente a passagem de um adolescente à idade adulta, mas também a suposta impenetrabilidade do *vir* romano:

O porte da barba foi por longo tempo considerado, em Roma, como sinal de virilidade, antes de tornar-se, sobretudo, uma questão de moda: a prática de barbear-se começou por volta de 300 anos antes de nossa era, foi abandonada no final da República (Cícero e César são representados imberbes), e ela voltou à moda com Adriano, no início do século II (...) Em Roma, em primeiro lugar e principalmente, a barba é a marca do adolescente chegado enfim à idade de homem, com o abandono do ornamento e da pretexta: a raspagem completa desta primeira barba, entre os 17 e os 20 anos, por outro lado é um ato religioso, sendo ela conservada num cofre e dedicada aos deuses do lar. (THUILLIER, 2013:104).

A configuração sexual feminina descrita como um sistema falho (quando comparado ao masculino) nos escritos datados do século II, por exemplo, já foi analisada de maneira pormenorizada pelo historiador Thomas Laqueur (2001:16). Avaliando as considerações a propósito do sexo único no mundo greco-romano, o estudioso argumenta que:

Durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que a delas fica dentro do corpo e não fora. Galeno, que no século II d.C desenvolveu o mais poderoso e exuberante modelo da identidade estrutural, mas não espacial, dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa (2001:16). (...) Eu gostaria de propor, em vez disso, que nesses textos pré-iluminismo e mesmo em alguns textos posteriores, o sexo, ou o corpo, deve ser compreendido como um epifenômeno, enquanto que o gênero que nós consideraríamos uma categoria

cultural, era primária, ou 'real'. (...) Ser homem ou ser mulher era uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVIII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica (LAQUEUR, 2001:19).

Para Aline Rousselle (1984), com efeito, as ponderações dos médicos antigos devem ser analisadas enquanto preceitos imbuídos de conotações políticas que não podem ser dissociadas de questões sociais centrais como o casamento, o divórcio, o adultério e a gravidez (ROUSSELLE, 1984:46-47). Nesse sentido, segundo a estudiosa, antes de qualquer coisa, esses discursos seriam considerações políticas masculinas em torno da função reprodutora da mulher na elaboração de um filho (ROUSSELLE, 1984:40). Acompanhada de um profundo desconhecimento em relação à configuração anatômica feminina, a questão política pertinente ao corpo feminino é apresentada por Rousselle (1984) da seguinte maneira:

Ignorância anatômica, ignorância fisiológica, fantasia: a partir de tudo isso, o raciocínio médico lógico construiu uma ciência masculina do corpo feminino, nela integrando todos os dados positivos recolhidos por uma tradição oral feminina, uma ciência empiricamente acumulada (p.40). (...) Não se trata mais, nesse caso, de um controle das mulheres sobre seu próprio corpo através da observação, nem da concentração dessas observações por algumas mulheres especialistas. São questões que se apoiam numa política, uma política masculina, que requer a reflexão médica para ter maior eficácia: uma gineconomia, política em face das mulheres, a qual, nesse caso, é essencialmente uma política que os homens exercem sobre o corpo feminino. A política de dois homens: o pai e o marido. A política de todos os homens, por meio da lei (ROUSSELLE, 1984:46).

Ao problematizar a arbitrariedade discursiva acerca da configuração sexual dos indivíduos, Laqueur (2001) se aproxima de Foucault (2013) e das suas deliberações sobre o caráter político dos discursos, de um modo geral, e sobre as questões sexuais, em particular. A ênfase na questão do sexo, com efeito, o aproxima também das questões propostas por Bourdieu (1998), cuja argumentação, apesar do foco no papel desempenhado pelas estruturas sociais, alude à necessidade de desnaturalização da divisão sexual, inclusive no que diz respeito às atividades produtivas no âmbito social, como um todo (BOURDIEU, 1998:60).

Em segundo lugar, a relação sexual (no caso, a fállica) tem ocupado papel de destaque nos estudos que versam sobre a masculinidade. Questões pontuais como a

penetração fálica, a receptividade, a felação, a escravidão, a prostituição, o homoerotismo, o adultério, o aborto e até mesmo a chamada submissão sexual, têm recebido aprofundada averiguação de diversos estudiosos, que, dentro da temática em questão, evidenciam a isomorfia existente entre o ato sexual e a vida social do homem romano (SILVA, 2001:127).

Indispensável para a constituição metodológica desses estudos, a analogia em questão, com efeito, teria sido apresentada de maneira pioneira por Foucault (1984:269) sob os seguintes termos:

Trata-se do princípio de isomorfismo entre relação sexual e relação social. Deve-se entender por esse princípio que a relação sexual – sempre pensada a partir do ato modelo da penetração e de uma polaridade que opõe atividade e passividade – é percebida como do mesmo tipo que a relação entre superior e inferior, aquele que domina e aquele que é dominado, o que submete e o que é submetido, o que vence e o que é vencido. As práticas de prazer são refletidas através das mesmas categorias que o campo das rivalidades e das hierarquias sociais: analogias na estrutura agonística, nas oposições e diferenciações, nos valores atribuídos aos respectivos papéis dos parceiros (FOUCAULT, 1984:269).

Argumentação similar é apresentada por Veyne (2008:241) em diversos artigos⁵⁷ de sua autoria. Reiterar os referenciais de virilidade entre os romanos, segundo o historiador francês, não dizia respeito ao envolvimento (ou não) de um homem com outro homem, mas sim com o respeito ou o descumprimento daquilo que Williams (1999:30-31) denominou como *protocolos sexuais de masculinidade*. Penetrar, ocupar o papel insertivo, mas em hipótese alguma ser penetrado durante o ato sexual, com efeito, seria a máxima do *vir* romano: do ponto de vista da hierarquia social, há indivíduos cujo *status* social apresentariam, segundo pode-se depreender a partir de fontes datadas do final do período republicano e início do principado (séculos I a.C. a II d.C), maior compatibilidade com a receptividade e conseqüente satisfação sexual do homem dominador: as mulheres, escravos, libertos, prostitutas de ambos os sexos (não necessariamente escravos) e estrangeiros. É importante destacar que, ao se envolver com estes indivíduos, o *vir* romano deveria sempre considerar a eventual reprovação coletiva quanto aos excessos que tais relacionamentos poderiam suscitar (CANTARELLA, 1991:138). De acordo com Richlin (1992:XVIII) o padrão discursivo da sexualidade romana masculina repousaria sobre uma

⁵⁷ Conforme consta na coletânea *Sexo & Poder em Roma* (2008), Veyne teria publicado tais artigos ainda no início da década de 1980. (Cf. VEYNE, 2008:227).

cultura de estupro, baseada em ideais de xenofobia, homofobia⁵⁸ e misoginia. Para a autora, aliás, seria imperativo lidar com a produção cultural romana considerando que “não apenas a mulher é vista como um estrangeiro, mas também o estrangeiro é visto como uma mulher”⁵⁹ (RICHLIN, 1992:XVIII).

A oposição entre o *vir* e tudo aquilo que se associa ao feminino, mas também às possíveis atribuições do *puer*, em última instância, marca uma cisão etária que não pode ser compreendida de maneira desassociada da definição jurídica: o *puer*, de acordo com Thuillier (2013:76), também pode ser um jovem escravo, e enquanto tal, portador de uma conotação estritamente sexual⁶⁰. Com base nas considerações morais de Sêneca a propósito da temática em questão, Veyne (2008) enfatiza a questão do *status* social destoante daquele do cidadão romano. Segundo o historiador francês

Na época pagã, a moral sexual varia segundo o *status* social, ou antes político dos indivíduos. Por exemplo, a homossexualidade passiva era um crime para o cidadão (porque a dignidade cívica exige que se seja um verdadeiro macho), mas, para um escravo, era um dever (o escravo tinha que desempenhar, para o seu dono, o papel passivo, se o dono o exigisse). É inútil acrescentar que a moral sexual não se preocupava em saber se o homem tinha a alma pura, mas se ele cumpria seu dever de cidadão (VEYNE, 2008:217). (...) Em compensação, era monstruoso por parte de um cidadão ter prazeres servilmente passivos (VEYNE, 2008:230).

O pressuposto hierárquico social inscrito da suposta dicotomia *atividade x passividade* sexual, aliás, é apresentado por diversos estudiosos como critério fundamental para a manutenção da virilidade. Dialogando com os pressupostos de Foucault (1984) e Veyne (2008), por vezes de maneira explícita, mas também de modo implícito, vários autores fizeram deste modelo explicativo um lugar-comum, um paradigma explicativo bastante peculiar junto à literatura acerca do tema.

Sem a pretensão de reconstituir de maneira exaustiva a constituição da tradição interpretativa inscrita sob tais premissas, consideramos pertinente uma breve revisão dos principais trabalhos influenciados pelas tessituras dos estudiosos franceses, juntamente

⁵⁸ Conforme demonstrado no capítulo I, as categorias modernas de heterossexual e homossexual, na perspectiva adotada por Amy Richlin, seriam recomendáveis para a compreensão das relações homoeróticas na Antiguidade Greco-Romana.

⁵⁹ Tradução nossa. No original: “(...) *these cultures not only saw the female as foreign but the foreign as a female (...)*”. (RICHLIN, 1992:XVIII).

⁶⁰ De acordo com João Ângelo Oliva Neto, “o termo *puer* vem, por vezes, associado à função de *minister*, aquele que ministra o vinho na taça, o escanção” (OLIVA NETO, 1995:49, nota nº.06).

com as reações e críticas suscitadas por este modelo explicativo da historiografia. É importante destacar, segundo a definição sugerida por Thomas Kuhn (1998), que, no âmbito da ciência (em geral, e da História, em particular), os paradigmas seriam, antes de qualquer coisa, “exemplos aceitos na prática científica real – exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação (...) modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica” (KUHN, 1998:30).

Uma obra particularmente influente na historiografia sobre o homoerotismo na Antiguidade Greco-Romana, cuja tessitura argumentativa também se desenvolve a partir do modelo proposto, é de autoria de Eva Cantarella (1991). A confirmação da potência viril do homem romano, argumenta a classicista italiana, estaria relacionada à imposição e, em hipótese alguma, à submissão durante o ato sexual. Ao enfatizar a suposta impenetrabilidade do *vir* e a suscetibilidade dos outros membros do corpo social destinados a tal fim, Cantarella (1991) reforça a isomorfia entre sexo e *status* social reivindicada por Veyne (2008) e Foucault (1984). A diferença fundamental desta estudiosa em relação aos demais, no entanto, seria precisamente o emprego (de maneira acrítica) de categorias modernas como homossexualidade e principalmente bissexualidade. De todo modo, Cantarella (1991) faz notar que:

A homossexualidade, em suma, era ao mesmo tempo uma manifestação social do poder pessoal do cidadão sobre os escravos e também uma confirmação de sua potência viril, cuja expressão somente se colocava um limite pelo bem da cidade: mulheres e homens, indiferentemente, de acordo. Mas não os homens livres. Que tipo de cidadão se transformaria um menino que, em seus anos de formação, tivesse de suportar outro homem? Como poderia se tornar o adulto supermacho que deveria ser em todos os terrenos se, em lugar de aprender a impor-se, tivesse de se submeter aos desejos alheios?⁶¹ (CANTARELLA, 1991:134).

A proximidade entre hierarquia social e sexual, à luz das considerações de *atividade x passividade*, também foi adotada nos ensaios com autoria de Peter Brown (1990:35-36; 2009:219). Estudioso de nacionalidade irlandesa e pioneiro na problematização do conceito de Antiguidade Tardia, Brown também é autor de obras que

⁶¹ Tradução nossa. No original: “*La homosexualidad, en suma, era al mismo tiempo una manifestación social del poder personal del ciudadano sobre los esclavos y una confirmación de su potencia viril, a cuya expresión solamente se le ponía un límite por el bien de la ciudad: mujeres y hombres indiferentemente, de acuerdo. Pero no hombres libres. ¿En qué clase de ciudadano se convertiría un muchacho que, en sus años de formación, hubiese debido suportar a otro hombre? ¿Cómo habría podido convertirse de adulto en el supermacho que debía ser en todos los terrenos, si en lugar de aprender a imponerse hubiese debido someterse a los deseos ajenos?*” (CANTARELLA, 1991:134).

se voltaram às questões de caráter sexual entre cristãos e pagãos nos primeiros séculos do principado romano (I e II d.C). Ao comentar os preceitos morais inerentes às práticas homoeróticas entre os antigos romanos, Brown (1990), notoriamente alinhado à perspectiva interpretativa supracitada, salienta que:

O fato de os homens poderem sentir desejo de acariciar e penetrar outros homens bonitos causava aos gregos, pelo menos, pouca surpresa. O que se julgava com rigor era o fato de que a busca do prazer podia levar alguns homens ao desejo de desempenhar o papel feminino, oferecendo-se para serem penetrados por seus amantes: esse comportamento intrigava os médicos e era chocante para a maioria das pessoas. Nenhum homem livre deveria permitir-se ficar tão enfraquecido pelo desejo a ponto de se deixar desviar da hierarquia ferozmente mantida que situava todos os homens livres, em todos os seus procedimentos, acima das mulheres e dos escravos (BROWN, 1990:35-36).

A naturalização de um suposto papel feminino invariável e permanente, a nosso ver, diz respeito ao caráter estritamente normativo inerente a essas interpretações. Tampouco poderíamos assumir, conforme já procuramos demonstrar, que os preceitos morais reivindicados nas fontes antigas ocorriam dessa mesma maneira na vida prática e quotidiana: a presença de restrições (sejam elas morais ou oriundas do plano legal) não implica na sua completa supressão no âmbito social (WILLIAMS, 1999:31). Ao contrário, trata-se de um modelo de masculinidade concebido e voltado aos grupos sociais aristocráticos, e seriam, portanto, enviesadas demais para que pudessem ser tomadas como correspondentes às práticas correntes em todas as camadas sociais do mundo romano (THUILLIER, 2013:94).

Williams (1999:42-43) vê nesses preceitos um aspecto político, e argumenta que a grande preocupação dos homens romanos dependentes da vida pública consistiria em se tornarem imunes de eventuais acusações perante a comunidade: o não cumprimento das proposições morais seria incompatível com a própria condição política do *vir* romano, podendo resultar na perda de *status*, privilégios legais e diversas prerrogativas institucionais (LANGLANDS, 2006:18). Assim, a necessidade de se manter distante das práticas sexuais infames, ou ao menos obliterá-las, fazia com que os indivíduos envolvidos nas carreiras públicas internalizassem e colocassem em prática certas regulações comportamentais quanto ao sexo, de modo a não transpassar a linha divisória existente

entre a boa reputação social e a perda da mesma: entre os homens romanos, “a virilidade é inconcebível fora de uma masculinidade social”⁶² (DUPONT & ÉLOI, 2001:11).

Dialogando explicitamente com as assertivas propostas por Veyne (2008), Thuillier (2013:82-83) reconhece a relatividade presente na dicotomia *atividade x passividade*, mas mantém como fundamental a relação entre homem, virilidade e penetração insertiva. Segundo o estudioso francês, o contrário dessa relação também seria válido, uma vez que, ao desempenhar um papel receptivo durante o ato sexual, o *vir* romano estaria abdicando de sua virilidade e se tornando um indivíduo efeminado. Para Thuillier (2013):

Esta fórmula eficaz e direta de Paul Veyne resume perfeitamente a situação e, sem dúvida, conquistará a adesão geral: em Roma, a virilidade se caracteriza primeiramente por uma sexualidade ativa e não passiva ou, para falar mais precisamente, visto que alguns contestam esta ideia de uma atitude passiva – o parceiro ‘passivo’ num casal não o sendo totalmente -, homem é aquele que penetra sexualmente seu parceiro seja qual for o modo de penetração bem como o parceiro penetrado. Em contrapartida, ser penetrado sexualmente não pode ser senão coisa de efeminado, de um homem que abdicou de sua virilidade, ao menos parcialmente (2013:82-83). (...) Virilidade, portanto, é penetrar analmente os garotos, penetrar vaginalmente as mulheres (*futuere*, transar), e fazer-se fazer uma felação (THUILLIER, 2013:84).

As assertivas de Thuillier (2013), presumimos, inserem novos elementos na discussão que propomos. Em primeiro lugar, convém destacar o relativismo mencionado *en passant* pelo historiador supracitado quanto à dicotomia entre atitudes sexuais ativas e passivas. Com efeito, diversas ressalvas têm colocado em destaque os limites das tradições interpretativas concebidas sob a analogia do ativo/passivo, e as pesquisas científicas desenvolvidas em âmbito nacional, em particular, destacam-se nesta empreitada.

Por meio de estudos das inscrições populares de temática sexual em Pompéia, Funari (1995B; 2014B) fez alusão ao caráter apotropaico e religioso inerente às representações fálicas. O historiador e arqueólogo brasileiro também enfatizou que a expressão sexual mais comum gravada nas paredes pompeianas, representada pelo latino verbo *futuo* – traduzido pelo autor para o português com o significado de “possuir” - também fazia parte do vocabulário feminino (FUNARI, 2014B:306-307). Mais do que um atributo masculino associado exclusivamente à dominação e à violência sobre um

⁶² Tradução nossa. No original: “(...) *la virilité est inconcevable en dehors d’une masculinité sociale*” (DUPONT & ÉLOI, 2001:11).

indivíduo menor (quase sempre a mulher passiva, mas também o escravo e os libertos), a representação fálica entre os antigos romanos (e a alusão implícita à relação sexual nele contido), segundo Funari (2014B), deve ser compreendida para além de uma visão de poder unilateral, mas também interpretado a partir de sua dimensão apotropaica:

O poder do falo residia na sua capacidade de proteger dos perigos e do mau-olhado e, ao mesmo tempo, trazer sorte e proteção. Sua potência advinha da sua associação mágica à vida e à fertilidade. Embora o falo fosse, por definição, um atributo masculino, as representações jocosas de mulheres que comandam os falos parecem indicar que o efeito propiciatório da relação sexual era compartilhado pelas mulheres. O próprio uso do verbo ‘possuir’, utilizado sempre em relação com a ação sexual do falo, tanto por homens como por mulheres, está a sugerir que a sorte e a proteção, derivadas do ato sexual, podiam ser compartilhadas por todos (FUNARI, 2014B:306-307).

A proposta interpretativa apresentada por Pinto (2011B), igualmente, alude à falta de precisão deste modelo. Para este pesquisador, a oposição entre ativo *versus* passivo pode, certamente de maneira enganosa, conduzir à falsa constatação de que “os parceiros sexuais penetrados estivessem tolhidos de prazer” (PINTO, 2011B:113). Conforme apresentado no estudo de Marina Cavicchioli (2014) sobre as pinturas parietais pompeianas de temática sexual, a penetração fálica durante o ato sexual não implica necessariamente em supremacia masculina diante de uma posição passiva e inoperante da mulher que é penetrada. Ao contrário, de acordo com as interpretações da estudiosa, nas diversas cenas em que a mulher é retratada em uma posição *sobre* o homem durante o ato sexual, evidenciando, portanto, a prática do *equus eroticus*, seria importante reconhecer uma relação de dominação explícita, neste caso, por parte da mulher, mesmo diante da já aludida penetração sexual apresentada na pintura (CAVICCHIOLLI, 2014:269).

Em segundo lugar, destacamos outro aspecto fundamental sugerido pelo excerto em questão: a prática do sexo oral, a felação (mas também a prática da cunilíngua nas mulheres). Importante destacar que esta também integra o conjunto de práticas elencadas por Veyne (2008:235) como ignominiosas e inadmissíveis para a virilidade do homem romano. Mais uma vez é a questão da passividade e da servidão em relação ao prazer de outra pessoa que o estudioso coloca no cerne da questão. A propósito da felação, Veyne (2008) afirma que:

A felação era a injúria suprema, e citem-se os casos de feladores vergonhosos que tentavam, sabe-se, disfarçar sua infâmia por trás de uma vergonha menor

fazendo-se passar por homófilos passivos! (...) Pois não era a felação o cúmulo do rebaixamento? Ela assume passivamente seu prazer ao dá-lo a outrem e não recusa servilmente a outrem a posse de nenhuma parte do corpo; o sexo nada faz nesse caso: porque havia uma segunda conduta não menos infame e que da mesma forma era obsedante para os romanos: o cunilíngue (VEYNE, 2008:235).

No argumento apresentado por Dupont & Éloi (2001) acerca das felações entre os romanos, pode-se observar, a ideia (já apresentada por Veyne e também em outros autores) de que ser penetrado oralmente, de fato, significaria ao homem romano, física e simbolicamente, a perda da sua virilidade. Ao comentar as atribuições simbólicas atribuídas às práticas de *fellatio* e *irrumatio*, Dupont & Éloi (2001) argumentam que, a julgar pela condição livre e política do corpo do cidadão romano, sem dúvida, esta seria a prática mais humilhante e nociva à sua virilidade, já que a inserção de um pênis no corpo de um homem adulto, e, mais especificamente, na região responsável pela manifestação política do indivíduo (a boca), caracterizaria, sempre do ponto de vista simbólico, um verdadeiro insulto à sua condição social.

À alusão às práticas sexuais punitivas àqueles e àquelas que incorressem em adultério ou fossem flagrados cometendo o *stuprum* de *ingenui* e *puellae*, os autores acrescentam que, embora se refiram a gestos sexuais similares relacionados à mesma prática do sexo oral, a distinção semântica entre *fellatio* e *irrumatio*, no entanto, precisa ser respeitada: novamente é a dicotomia entre atividade e passividade que serve como referencial, uma vez que a primeira estaria relacionada a uma prática voluntária e ativa, ao passo que a segunda, ao contrário, faria referência a uma situação passiva, uma resposta obrigatória mediante alguma imposição (DUPONT & ÉLOI, 2001:169). Sobre a violação simbólica infligida à virilidade do homem romano, os autores argumentam que:

A violência punitiva da *irrumatio* é uma mutilação simbólica até mesmo pior que as mutilações físicas (2001:167). (...) A força da *irrumatio* não se deve à função manducatória da boca, mas à oral. É por isso que ela visa o homem adulto e não à criança ou à mulher (2001:170). (...) A *irrumatio* é o não dito e o não dizer. A *irrumatio* é uma forma de violência simbólica que visa à humilhação social por meio da mudez. O *irrumatus* não pode dizer mais nada. Ele não pode mais debater com seus rivais ou adversários diante do círculo social. Reduzido ao silêncio, ele deve reconhecer a sua derrota⁶³ (DUPONT & ÉLOI, 2001:172).

⁶³ Tradução nossa. No original: “La violence punitive de l’irrumatio est une mutilation symbolique pire que les mutilations physiques. (...) La force de l’irrumatio ne tient pas à la fonction manducatoire de la bouche mais à sa fonction orale. C’est pourquoi elle vise l’homme adulte et non l’enfant ou la femme. (...) L’irrumatio est le non-dit et le non-dire. L’irrumatio est une forme de violence symbolique visant à la humiliation sociale par le mutisme. L’irrumatus ne peut plus rien dire. Il ne peut plus combattre par la parole son adversaire ou

Ao comentar os limites discursivos da distinção entre atividade e passividade, Feitosa (2014) faz notar que as fundamentações morais apresentadas nestes discursos eram, antes de qualquer coisa, restritas a alguns filósofos: de tal modo que, apenas de maneira forçosa e imprecisa, poderiam ser tomadas como correspondentes fidedignas dos ideais de masculinidade discutidos em âmbito popular. Por meio das assertivas contidas nos grafites populares de Pompéia, com efeito, a estudiosa salienta que as menções e referências explícitas à prática de *cunnum lingere* coexistem de maneira harmoniosa com a ação sexual pretendida pelo verbo *futuere* (apresentado pela autora como ‘possuir’, mas também ‘foder’), sem nenhuma pretensão à incompatibilidade (FEITOSA, 2014:294).

Do exposto até aqui, julgamos necessárias duas considerações. A primeira delas diz respeito à contribuição intelectual do modelo interpretativo em questão, apresentado nesta breve digressão. Esperamos ter demonstrado que as intervenções críticas de Michel Foucault (1984) e Paul Veyne (2008) acerca das relações sexuais antigas acabaram por se tornar um modelo explicativo de amplo alcance na historiografia que trata desta temática. Assim, não consideramos salutar (do ponto de vista da produção do conhecimento) o seu simples descarte, tampouco a manifestação de negligência por parte dos estudiosos que se voltaram às questões referentes à constituição da masculinidade por meio da prática sexual.

A segunda, por seu turno, diz respeito à própria especificidade que a ressonância deste paradigma carrega entre os diversos estudiosos. Desde a publicação do livro de Richlin (1992) sobre sexualidade e violência na tradição textual romana, tornou-se usual na historiografia associar os discursos sobre a constituição da virilidade entre os romanos enquanto um elemento única e exclusivamente restrito ao ato sexual.

A simbologia do Priapo⁶⁴ - divindade fálica em permanente ereção, associado à ideia de fertilidade, mas também a uma obscenidade jocosa (OLIVA NETO, 2006:11; FUNARI, 2014:305) - retratada nos mais variados suportes materiais e textuais, ocupa um papel central na obra desta estudiosa por dois motivos principais: de maneira objetiva, a autora retoma diversos poemas latinos interpretados como priapeus com o intuito de

son rival devant le circle sociel. Réduit au silence, il doit reconnaître sa défaite (...) (DUPONT & ÉLOI, 2001:172).

⁶⁴ De acordo com o estudo de João Ângelo Oliva Neto (2006:14), originalmente concebida em grego, a palavra Πρίαπος era, de fato, portadora de acento na letra “i”. Por meio da incorporação na língua latina, no entanto, exigiu-se que a penúltima sílaba fosse grafada quando concebida na longa duração. Assim, segundo este estudioso, a pronúncia mais adequada em português, neste caso por ocasião do contexto latino, seria “Priápo”, obedecendo, portanto, à designação do latim *Priāpus*.

demonstrar a intersecção entre agressividade e humor entre os romanos. Empregadas também como metáfora, as variadas representações do Priapo reproduziriam por metonímia os preceitos de constituição da masculinidade entre os romanos por meio do sexo. Tal associação foi construída por Richlin (1992) a partir dos seguintes referenciais:

Uma figura ameaçadora permanece no centro de todo o complexo sistema de humor romano, e ele aqui será representado pelo deus Priapo. A postura geral desta figura é aquela do macho ameaçador. Ele está preparado para se defender por meio de sua força, virilidade e (em geral) todos traços considerados normais – e este é o apelo ao cômico que o narrador faz aos seus ouvintes (...) A sexualidade normal do homem em Roma era agressiva e ativa, também porque era dirigida a objetos masculinos e femininos⁶⁵ (RICHLIN, 1992:58).

Conforme já apresentado nos estudos de Williams (1999:18) e Vout (2007:17-19), os referenciais de isomorfia entre os papéis social e sexual acabaram por padronizar muitas das interpretações históricas acerca da masculinidade romana, tornando usual o emprego e a reprodução do chamado modelo priapeu de virilidade, com ênfase no papel de um penetrador sem escrúpulos, mas que não pode ser penetrado em nenhuma circunstância. Sem discutirmos sobre a pertinência (ou não) da utilização do Priapo como símbolo maior da virilidade entre os romanos – já que o fator religioso e apotropaico que lhe é inerente, segundo Funari (1995B:13), também é plausível de ser estendido às mulheres –, consideramos digno de nota o fato de que tal modelo, a despeito da sua acurácia e aplicabilidade comprovadas em diversos contextos históricos, negligencia os diversos discursos, ritos religiosos, práticas e instituições que, embora também estivessem relacionados com a constituição social da masculinidade entre os romanos, não diziam respeito ao ato sexual propriamente dito.

De encontro com essa perspectiva, convém fazer menção às chamadas “práticas intermediárias” apresentadas no livro de Williams (1999:127), uma vez que tais práticas permitem-nos vislumbrar os diversos domínios discursivos que a virilidade (mas também a perda da mesma) de um indivíduo poderia adentrar. Dentre os possíveis e diversos condicionantes de feminização do *vir* romano, o autor salienta que o excesso de higiene, a

⁶⁵ Tradução nossa. No original: “*One minatory figure stands at the center of the whole complex of Roman sexual humor; he will be represented here by the god Priapus. The general stance of this figure is that of a threatening male. He is anxious to defend himself by adducing his strength, virility, and (in general) all traits that are considered normal – and this is the appeal of the joke teller to his audience (...). Normal male sexuality at Rome was aggressive and active, also that it was directed at both male and female objects*” (RICHLIN, 1992:58).

vaidade exacerbada, além da suavidade no jeito de andar e na fala quotidiana. Mesmo o uso de roupas excessivamente coloridas, femininas e frouxas, perfume em excesso e o penteado inadequado, com efeito, poderiam servir de prerrogativas para o questionamento da virilidade de qualquer indivíduo. Dentre os conceitos comumente empregados nas narrativas textuais romanas com o intuito de destituir os homens de seus supostos aspectos *viris*, Williams (1999:128) destaca *muliebris*, *delicatus*, *enervis*, *teneris*, *leve*, e principalmente *mollis* e *mollitia*.

Convém ressaltar também que o termo *cinaedus*, usualmente empregado com o intuito de adjetivar de modo negativo o indivíduo que foi sexualmente penetrado (usado juntamente com o termo *pathicus*, também para tal fim), alude também ao fato de haver nos discursos sobre a masculinidade certa aversão a atividades artísticas, sobretudo a atuação como cantores, atores e dançarinos: é inegável, portanto, o já aludido caráter relacional da masculinidade. Vale ainda observar que a conduta dos indivíduos (ao menos a do *vir*, o cidadão e participante ativo do corpo político da cidade) é avaliada sempre publicamente, e deve ser preservada segundo essa premissa inextinguível (WILLIAMS, 1999:175). Tampouco deve-se perder de vista o fato de que a proliferação destas assertivas, em boa medida, vai de encontro com a rivalidade política protagonizada por estes mesmos homens, daí a possível presença, nestes discursos, de hipérboles e metáforas empregadas com o fito de comprometer, sempre na esfera pública, a legitimidade política de tais indivíduos.

A valorização de um homem excessivamente penetrador, com efeito, não nos parece ter sido consensual entre os antigos gregos e romanos, já que vai à contramão de outros preceitos morais que, desde o início da época imperial, valorizavam a constituição de uma vida comedida, e, portanto, desprovida de excessos sexuais: o uso, no caso dos meninos, de uma insígnia como a *bullae*, mas também a *stolla* trajada pelas mulheres casadas, com efeito, servem para pôr à mostra, disponibilizar no espaço público, a necessidade de respeito à *pudicitia*, à respeitosa integridade sexual destes indivíduos, devidamente marcados no âmbito social como sujeito de nascimento livre (ROBERT, 1999:245; LANGLANDS, 2006:41).

Segundo o argumento oferecido por Williams (1999:141), os discursos sobre virilidade não podem ser dissociados do imperativo fundamental de uma vida sexual construída (inclusive socialmente) de maneira controlada. A displicência em relação ao controle sexual caracterizaria um motivo crucial para que a masculinidade de qualquer

indivíduo fosse colocada em xeque: mesmo o indivíduo que penetra, ao fazê-lo de maneira desmesurada, acaba por incorrer na falta de controle característica dos indivíduos considerados efeminados (WILLIAMS, 1999:139). Assim, de maneira paradoxal, a constituição da virilidade pela via sexual poderia também passar pelo domínio de si por meio da temperança no uso dos prazeres. A própria ideia de uma “virilidade social” presente nos preceitos filosóficos antigos, segundo Foucault (1984) não poderia ser dissociada de uma “virilidade ética” consigo mesmo, neste caso, quanto à vivência sexual:

Assim como na casa cabe ao homem comandar, assim como na cidade não é aos escravos, às crianças nem às mulheres que compete exercer o poder, mas aos homens e somente a eles, do mesmo modo cada um deve pôr em obra sobre si mesmo as suas qualidades de homem. O domínio de si é uma maneira de ser homem em relação a si próprio, isto é, comandar o que deve ser comandado, obrigar à obediência o que não é capaz de se dirigir por si só (...). Nessa moral de homens feita para os homens, a elaboração de si como sujeito moral consiste em instaurar de si para consigo uma estrutura de virilidade: é sendo homem em relação a si que se poderá controlar e dominar a atividade de homem que se exerce face aos outros na prática sexual. (...) A temperança é, no sentido pleno, uma virtude de homem (FOUCAULT, 1984:102-103).

Veyne (1990:157), mas também Robert (1999:159) e Brown (2009:223) nos oferecem um contexto histórico (correspondente à época entre Cícero e os imperadores Antoninos) no qual as transformações na moral sexual romana se aproximam muito das propostas de austeridade e valorização do matrimônio apresentadas nas propostas éticas cristãs de regulação da vida sexual. Veyne (1990:159; 2012:46) argumenta que a passagem do período republicano para a instalação do principado teria sido fundamental para a progressiva elaboração de novos ideais e percepções a propósito do matrimônio e da sexualidade. Isto porque, segundo o estudioso, as transformações políticas ocorridas fora do âmbito doméstico se fizeram sentir também dentro deste último. Com a perda de parte da sua efetividade política - mas também o desenvolvimento de preceitos morais específicos como o estoicismo, por exemplo - o homem romano (ao menos aquele pertencente a um décimo de toda a população do Império) teria passado de uma moral cívica a uma de casal, na qual o respeito do esposo e a valorização pública do casamento a partir da *concordia* passaram a significar também um símbolo da harmonia social (VEYNE, 2012:46; BROWN, 2012:223). A despeito do caráter restrito que supostamente lhe seria peculiar, no entanto, consideramos proveitoso destacar o antagonismo destes preceitos em

relação àqueles do penetrador descomedido, o *vir priapeu*: fator que nos permite constatar que as relações sociais, tanto no passado como no presente, são fundamentadas sobre discursos contraditórios a respeito de uma mesma questão.

A título de exemplo, destacaríamos a seguir outros quatro aspectos igualmente profícuos para uma leitura da constituição social da masculinidade entre os romanos, também pensados para além do ato sexual em si. Dentro dos limites atingidos por esta pesquisa, com efeito, pôde-se observar que tratam-se, em última instância, de questões que foram abordadas pelos estudiosos apenas de maneira marginal: de modo similar, portanto, às já aludidas “práticas intermediárias” que figuram no estudo de Williams (1999) apenas de maneira auxiliar.

O primeiro deles diz respeito às práticas e ritos romanos relacionados à iniciação social da masculinidade. Segundo Bourdieu (1999:34-35), os ritos institucionais marcariam, por um lado, uma cisão entre aqueles que já receberam a marca distintiva proporcionada pelo rito e aqueles que ainda não a receberam, devido a pouca idade, por exemplo. Por outro lado, de maneira concomitante, a iniciação ritualística também discerne os indivíduos aptos a recebê-la daqueles que não a receberão sob nenhuma hipótese. A diferenciação sexual, com efeito, também pode ser reiterada nesses cerimoniais. No caso da Antiguidade Romana, com efeito, merece destaque a este propósito o procedimento ritual de substituição da toga *praetexta* pela toga viril, não bordada em púrpura, mas totalmente branca. À raspagem da primeira barba entre os 17 e 20 anos, segue-se também a ruptura com a vida de adolescente e a iniciação do homem na vida política: o caráter religioso do cerimonial de iniciação do varão na idade adulta é assegurado pela conservação desta mesma barba junto aos deuses do lar.

Os símbolos que remetem à infância, como a *bulla* e a própria toga *praetexta*, por exemplo, também são destinados ao mesmo local. Assegura-se, por meio deste ritual, a integração do homem romano (e não da mulher, ou do escravo, ou do liberto) ao corpo sócio-político romano (MCDONNELL, 2006: 177; THULLIER, 2013:104). É importante destacar, em contrapartida, que rituais voltados especificamente à iniciação religiosa de mulheres casadas, com efeito, possuíam efeito análogo, e também merecem destaque nas pesquisas acadêmicas, uma vez que nos permitem vislumbrar os pormenores relacionados à construção social do(s) feminino(s) (LANGLANDS, 2006:42).

O segundo ponto diz respeito à produção dos edifícios e monumentos, sempre à luz das concepções de masculino e feminino naquela sociedade. O estudo de Barbara Kellum

(2003) sobre o Fórum de Augusto, por exemplo, alude ao suposto caráter notoriamente masculinizado daquele espaço político. De acordo com a estudiosa, as figurações femininas representadas como cativas dentro do referido estabelecimento, as cariátides, estariam ali dispostas com o intuito de reiterar simbolicamente a condição de submissão das próprias mulheres romanas. Alguns críticos consideram exageradas as fundamentações de Kellum (2003). Entretanto, o fato é que, para esta autora, o reconhecimento do caráter misógino do edifício em questão poderia ser observado inclusive por meio de uma simples observação da planta baixa do edifício, por meio da qual seria observável o seu formato tipicamente fálico (Cf. **Imagem 03**, abaixo).

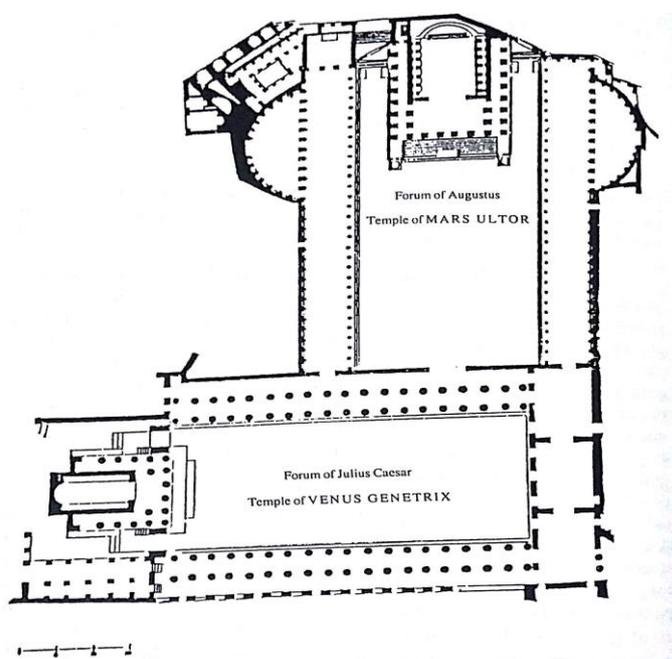


Imagem 03 – Planta Baixa dos Fóruns de Augusto e Julio César em Roma (KELLUM, 2003:282)

O caráter apotropaico associado à representação fálica é observado por Kellum (2003:284), cuja interpretação vê uma relação de ampla proximidade entre o sentido de proteção da figuração fálica e as práticas e rituais realizados no Fórum de Augusto. Embora o edifício em questão configure uma situação isolada, é importante destacar que a produção do espaço social também não pode ser destituída de sua função política, de tal maneira que também carregam consigo questões de gênero fundamentais: daí a sua

relevância para a compreensão da constituição social da masculinidade entre gregos e romanos (RICHLIN, 2003:204).

O terceiro objeto, munido de gestos, versos e práticas associados à virilidade romana, e que usualmente acabavam por ser inscritos sobre o corpo dos indivíduos que a praticavam, seria a retórica. Richlin (2003) constatou que durante os processos de instrução na oratória, os meninos romanos também eram iniciados em um paradigma de masculinidade que era construído não só por palavras, mas também por gestos e performances que, se seguidos rigorosamente, permitiriam que o aprendiz na retórica futuramente gozasse de mais prestígio, porquanto fosse portador de uma masculinidade exuberante, imperialista, superior e incontestável (RICHLIN, 2003:213). Por um lado, durante o exercício discursivo, a reincidência da temática dos orientais efeminados retrataria o caráter sempre relacional que marca a masculinidade do *vir* romano, mas também a supremacia imperial deste mesmo homem junto às demais populações do Mediterrâneo.

Por outro lado, a retórica também serviria como elemento disciplinador do corpo masculino: por meio da leitura da obra de *Marcus Fabius Quintilianus* sobre a Instituição Oratória, Richlin (2003:214) constata, entre outras coisas, a preocupação com a postura e performance social do orador para não parecer ser afeminado, e, com isso, manchar a sua credibilidade. O cuidado com a voz, com a retidão e o tamanho da toga, bem como a precaução quanto aos movimentos e olhares durante o exercício da oratória, segundo Richlin (2003:215-216), estariam diretamente relacionados à disciplina corporal tendo em vista a constituição social da virilidade. Outros referenciais neste mesmo sentido, afirma a autora, também podem ser observados nas obras de Cícero *Rhetorica ad Herennium*, e também em Sêneca, nas *Epistulae*.

O quarto – e último – ponto a ser explorado é o complexo e polissêmico conceito de *virtus*. Por vezes traduzido como “virtude”, o termo em questão, embora também fosse ocasionalmente atribuído às mulheres, às divindades a objetos inanimados em diversos textos antigos, estaria diretamente relacionado, antes de qualquer coisa, à ideia de masculinidade. Alguns estudiosos aludem à dificuldade de traduzi-la, sobretudo pela impossibilidade de encontrar correspondentes diretos para o termo *virtus* nas línguas modernas. Outros, no entanto, consideram a amplitude semântica abrangida pelo termo como empecilho maior para esta mesma empreitada. Thuillier (2013) tentou localizá-la no âmbito da qualidade moral do *vir* romano sob os seguintes termos:

Após termos seguido (bem a contragosto) os poetas satíricos por caminhos escorregadios, precisamos nos voltar a propósitos mais nobres: pois, *vir* não somente oferece estes termos girando ao redor de *virilitas* e exclusivamente da sexualidade; ele remete igualmente à *virtus*, à virtude, ao valor viril, que é primeiramente a coragem (*fortitudo* no discurso de Cícero), mas que, contrariamente à tradução que muito frequentemente os latinistas amadores oferecem deste termo, não se resume nisso. Por graça exclusiva da etimologia, adivinha-se, pois, facilmente, que o comportamento viril em Roma necessita de um determinado número de qualidades psicológicas e morais, que não se reduzem exclusivamente à coragem. É este quadro moral que devemos organizar, após a análise dos diversos códigos e tradições da sexualidade viril, que evidentemente dizem respeito unicamente aos cidadãos, e após estudar a pertença física do macho romano (THULLIER, 2013:80-81).

O percurso semântico esboçado pelo historiador francês, no entanto, foi trabalhado de modo pormenorizado apenas no livro *Roman Manliness: Virtus and Roman Republic*, de autoria de Myles McDonnell (2006). Neste estudo, com efeito, argumenta-se que o conceito de *virtus*, ao menos em suas acepções latinas de um período pré-clássico, estaria diretamente relacionado à ideia de uma virilidade constituída por meio da coragem, sobretudo em âmbito bélico.

Embora o seu significado primário tenha permanecido para os séculos posteriores, os estudiosos têm reconhecido modificações semânticas importantes, derivadas sobretudo do contato latino com conceitos oriundos do grego antigo, passando a fazer referência a qualidades e virtudes que, ao menos inicialmente, não estavam preconizadas no conceito de *virtus*. Conforme observou McDonnell (2006), conceitos complexos do grego antigo como *ἀνδρεία* (usualmente traduzido pelos estudiosos como sinônimo de coragem) e *ἀρετή* (significando excelência) teriam sido traduzidos pelos latinos como *virtus*, por vezes com o intuito de fazer referência a um conceito ético genérico que também poderia abranger outras qualidades virtuosas do homem romano em relação à sua atuação na esfera pública: daí a polissemia que marca o uso deste conceito no final do período republicano e durante toda a época imperial (MCDONNELL, 2006:06). A dissociação entre *virtus* e as práticas sexuais do *vir* romano, usualmente denotadas pelo termo *virilitas*, com efeito, é construída por McDonnell (2006) a partir dos seguintes referenciais:

Que *virtus* não possui uma denotação sexual é ainda mais surpreendente que o fato de *vir* e outras palavras a ela relatadas regularmente designarem atividades sexuais masculinas. *Vir* é frequentemente usado significando marido, e *virilitas* usualmente denota os aspectos sexual e procriador da masculinidade. Ocasionalmente *virilitas* carrega um significado não sexual, como quando descreve, por exemplo, como a virilidade romana seria afetada pelos teatros

permanentes da cidade. Mas ordinariamente a palavra carregaria um significado sexual, referente às características sexuais masculinas, maturidade sexual, e até mesmo testículos, ou pênis. *Virilitas*, no entanto, é uma palavra menos comum, e possui uma importância ideológica menor do que *virtus*⁶⁶ (MCDONNELL, 2006:167-168).

No período imperial, ao menos desde Augusto, a *virtus* integra o rol de virtudes que os imperadores atribuem a si mesmos em diversos veículos oficiais: além do famoso *clypeus virtutis* do *princeps*, também se tornou usual – e procuraremos demonstrar que Adriano também é um expoente desta prática – o emprego de imagens equestres, heroicas e bélicas nos mais variados suportes (estátuas, moedas, frisos) sempre aludindo às qualidades virtuosas do imperador, de um modo geral, e da sua excelência como homem, em particular.

VIII - DO MASCULINO X FEMININO AO *QUEER*

Embora a origem dos estudos *queer* seja plural e dispersa, o seu desenvolvimento político e intelectual, com efeito, remonta à segunda metade do século XX, como desdobramento dos chamados “novos movimentos sociais” como a luta contra o racismo no sul dos Estados Unidos, a segunda onda do feminismo, e também as reivindicações dos movimentos homossexuais (MISKOLCI, 2012:21-22). Oriunda de movimentos sociais que, diferentemente das lutas operárias, pleiteavam mudanças sociais para além da esfera produtiva e da redistribuição econômica, colocava-se em evidência que os critérios sociais de desigualdade não mais poderiam ser concebidos sob o signo usual da luta de classes.

O contexto histórico do surgimento político da teoria *queer*, segundo Miskolci (2012:22-23), remonta precisamente à década de 1980, sobretudo nos Estados Unidos. Fazendo-se sentir de maneira distinta em diversos países, a epidemia da AIDS/SIDA teria suscitado um antagonismo sem precedentes entre os movimentos sociais e as tendências conservadoras do governo Reagan. A radicalização das demandas, materializadas por parte

⁶⁶ Tradução nossa. No original: “*That virtus does not have a sexual denotation is all the more striking for the fact that vir and other words related to it regularly designate male sexual activities. Vir is often used to mean husband, and virilitas often denotes the sexual and procreative aspects of masculinity. Occasionally virilitas carries a non-sexual meaning, such as when it describes how Roman virility would be adversely affected by permanent theaters in the city. But ordinarily the word has a sexual meaning, referring to male sexual characteristics, sexual maturity, and commonly to testicles or the penis. Virilitas, however, is a rarer word with far less ideological importance than virtus*” (MCDONNELL, 2006:167-168).

de coalizões sociais como o *Act Up* e o *Queer Nation*, com efeito, colocava em evidência o fato de que “parte da nação foi rejeitada, foi humilhada, considerada abjeta, motivo de desprezo e nojo, medo e contaminação” (MISKOLCI, 2012:24). A problemática *queer*, portanto, não coincide com aquelas reivindicadas pelos grupos sociais quanto à homossexualidade. Ao contrário, o cerne da proposta *queer* seria precisamente o combate à abjeção social de indivíduos que não se enquadram nas propostas heteronormativas de sexo e gênero: estas últimas pautadas em valores morais excludentes (MISKOLCI, 2012:25).

O próprio termo *queer*, antes de qualquer coisa, nos parece sugestivo e oportuno para este contexto de manifestação social, uma vez que o mesmo caracteriza um turpilóquio, um xingamento, uma injúria em língua inglesa. Assim, a adoção proposital do termo *queer* pelos grupos sociais que passaram a lutar contra a abjeção social dos indivíduos, de certa forma elucida as prerrogativas políticas de suas demandas. A progressiva destanuralização dos ideais sociais de heteronormatividade, com efeito, faz parte da agenda política, mas também da tessitura argumentativa de diversos teóricos no campo intelectual. Embora muitos trabalhos tenham contribuído para esta empreitada, foi só na década de 1990 que a estudiosa Teresa de Lauretis unificou uma série de pesquisas sob o epíteto de “Teoria Queer” (MISKOLCI, 2012:31).

A obra da filósofa Judith Butler (2003), juntamente com outras produções que lhes são contemporâneas, ocupa um papel de destaque nos estudos *queer*, e o amplo alcance de sua trajetória intelectual se fez sentir em âmbito interdisciplinar. Reivindicando potencial subversivo às categorizações de gênero em relação à dualidade sexual, a filósofa estadunidense argumenta que:

Se o sexo não limita o gênero, então talvez haja gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade do sexo. Consideremos ainda a consequência de que, se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como uma ação incessante e repetida de algum tipo. Se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente proliferar-se além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo (BUTLER, 2003:163).

Além de conceber a categoria de gênero em associação com modalidades étnicas, raciais, sociais e pautadas por relações de poder, a obra de Butler possibilitou também

aos/às estudiosos/as de gênero (inclusive da Arqueologia e da Antiguidade) o estudo da construção performativa deste último nas práticas materiais da cultura para além da estrutura heteronormativa binária vigente (BUTLER, 2003:49). Com isso, tem-se argumentado que o fator sexual biológico não pode servir como base para uma teoria universal redutiva que opõe o masculino e o feminino enquanto as duas únicas categorias possíveis para a interpretação social. Por meio da relação entre sexo, gênero, performatividade, linguagem e relações de poder, a perspectiva teórica fomentada pela obra de Butler preconizou a instabilidade e a indeterminação “de *todas* as identidades generificadas e sexuadas” (SALIH, 2013:19. Grifos da autora). Embora não reivindique para si um papel proeminente na vanguarda destes estudos, Butler e suas teorias representam um ponto de inflexão nas teorias de gênero devido à amálgama entre os estudos de Foucault, da psicanálise e do feminismo sobre a desestabilização da categoria “sujeito”.

Prova do aspecto interdisciplinar alcançado pela teoria *queer* é o fato de que até mesmo a Arqueologia aderiu às prerrogativas destes estudos, e tem procurado reelaborar os seus referenciais analíticos em relação à cultura material com o intuito de atender (política e intelectualmente) à constatação de que as fundamentações de gênero podem proliferar-se para muito além dos limites e exclusões impostos pelos aspectos binário e heteronormativo do sexo (MESKELL, 1998:143; VOSS, 2006:369; PINTO, 2011A:56).

Uma breve assertiva apresentada por Pinto (2012B:47) nos permite constatar a aludida intersecção entre a produção intelectual da Arqueologia e o seu engajamento político na luta contra a intolerância e abjeção às minorias sociais:

Mais especificamente, a Arqueologia *queer* foca seus esforços no intento de mostrar como a diversidade sexual humana deixou marcas no vestígio material. Da mesma forma, denuncia as ausências capciosas ou como os discursos arqueológicos do homem branco heterossexual afetaram nossa forma de ver os vestígios do passado, assim como as práticas acadêmicas modernas (PINTO, 2012B: 47).

Nos estudos da História e da Arqueologia voltados à Antiguidade Greco-Romana, de maneira similar, tem-se reconhecido ocasiões oportunas para os estudos *queer*. O estudo de caso dos *galli* envolvidos no culto da deusa Cibele, de autoria dos professores Renato Pinto e Luciano Pinto (2014), por exemplo, embora não se alinhe explicitamente aos referenciais teóricos propostos pela teoria *queer*, nos permite repensar, por um lado, os limites de nossas categorias de sexo e gênero: sempre operantes em uma lógica

heteronormativa e excludente, tanto no presente quanto no passado. Por outro lado, de modo concomitante, ao problematizar o lugar de fala onde é produzido o conhecimento científico, depreende-se a faceta política e subjetiva que lhe é intrínseca e indissociável: daí o imprescindível diálogo entre a academia e os já mencionados grupos sociais abjetos por ocasião da sua diferenciação em relação aos paradigmas normativos de sexo e gênero.

IX – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliar o desenvolvimento dos estudos de gênero à luz das reivindicações sociais e intelectuais das mulheres, nos permite vislumbrar e avaliar a profunda reviravolta causada pelo impacto deste conceito no plano epistemológico das teorias sociais ao longo das últimas décadas. Se, por um lado, a ideia da mulher oprimida pelo patriarcado antigamente era presença obrigatória nas tessituras de caráter feminista, atualmente, por outro lado, passou-se a reivindicar o esvaziamento tanto da universalização da instituição patriarcal, quanto da própria categoria trans-histórica “mulher”.

Essa modificação, por sua vez, é produto do acúmulo de trabalhos desenvolvidos neste meio século de discussões teóricas, manifestações feministas e luta social e, de modo algum, pode ser interpretado de maneira linear e teleológica, de modo que o ‘menos elaborado’ antecede o requinte e a sofisticação do que vem depois. Ao contrário, tem-se reconhecido que o legado das primeiras gerações do feminismo ainda ressoa sobre os trabalhos mais recentes deste campo de estudo (NARVAZ & KOLLER, 2006:650). Ademais, longe de estarem superados ou resolvidos, tanto a busca pelos direitos sociais das mulheres quanto o horizonte epistemológico dos estudos feministas e de gênero encontram-se em aberto àqueles e àquelas que se voltarem à tarefa de explorá-los.

Elaborado para a compreensão do mundo moderno, o conceito de gênero, conforme procuramos demonstrar, nos parece oportuno para o estudo da Antiguidade por dois motivos principais. O primeiro deles diz respeito à sua agudeza e capacidade de propiciar ao investigador do mundo antigo a compreensão da intersecção entre gênero, poder, questões étnicas e políticas naquele contexto: portanto, como uma ferramenta teórica de extrema eficácia para a compreensão de sociedades que não podem ser alcançadas em seu pleno funcionamento.

O segundo, com efeito, se refere à capacidade de elucidar, por meio de analogias e rupturas entre a modernidade e o mundo antigo, que as mazelas, violências e desigualdades de sexo e gênero (por vezes inscritas e reiteradas no seio de nossas principais instituições) não são, e tampouco podem ser percebidas como naturais, estanques ou imutáveis. Ao contrário, são variáveis no tempo e também no espaço. A constatação de sua condição social, inscrita na cultura cotidiana por meio de práticas, símbolos, gestos e atitudes, submetida a conflitos e disputas políticas e discursivas entre pessoas, crenças e instituições, com efeito, nos oferece a prerrogativa de presumir um panorama social passível de mudanças.

CAPÍTULO III

ADRIANO E A HISTÓRIA AUGUSTA: GÊNERO E PODER NA VITA HADRIANI

I – INTRODUÇÃO – A DOCUMENTAÇÃO SOBRE ADRIANO

Protagonista de significativa intervenção (política, social, bélica e religiosa) em mais de cento e trinta cidades ao redor do Mediterrâneo Antigo, Adriano teve a sua trajetória registrada nos mais variados suportes, e a documentação referente à sua vida e atuação, por conseguinte, também possui como característica principal a heterogeneidade, tanto tipológica, quanto cronológica. À guisa de introdução, dividimos estes testemunhos, em dois tipos principais: a cultura material e a tradição textual oriundas da Antiguidade.

Conforme já demonstrado por Finley (1994:30) e Funari (2005C:83-84), a História Antiga, ainda em decorrência de seu surgimento no seio da crítica textual filológica, concedeu demasiada prioridade ao testemunho histórico outrora transmitido pelos copistas e atualmente apresentado na documentação literária. Enaltecendo a possibilidade de produzir uma ciência objetiva sobre o passado, destacava-se a necessidade, por parte do cientista da História, de possuir um conhecimento pormenorizado dos documentos escritos em sua língua original: a metáfora presente no próprio conceito de fonte histórica, de onde “jorrariam informações a serem utilizadas pelo historiador” (FUNARI, 2005C:85) mostra-se bastante oportuna e esclarecedora quanto ao propósito pretendido pela ciência histórica do século XIX.

A consolidação de uma disciplina de base preponderantemente literária, com efeito, tendeu a marginalizar o testemunho arqueológico. Na melhor das hipóteses, atribuiu a este último a tarefa (a nosso ver) limitada de complementar aquilo que já fora apontado pela tradição textual (FINLEY, 1994:30; FUNARI, 2005C:84). A mudança em relação a este paradigma ocorreria apenas posteriormente, com o acúmulo de discussões a propósito da própria estruturação do conhecimento histórico: desde as primeiras décadas do século XX, a História passou por mudanças conceituais fundamentais. A reivindicação de uma agenda interdisciplinar já estava na pauta dos *Annales* desde a criação da sua revista em 1929. Do mesmo modo, diversos estudiosos de inclinação marxista atentavam à necessidade de uma

narrativa que registrasse o testemunho histórico da população comum, do operário, do trabalhador e da trabalhadora. Nesse ínterim, pôde-se constatar que a história dos grandes personagens, a partir de então, coexistiria com as permanências, as trivialidades, o cotidiano das pessoas comuns, a chamada “história vista de baixo” (FUNARI, 2005:90-94; GARRAFFONI, 2008:174).

O paulatino alargamento do conceito de documento histórico, junto com o extensivo uso de fontes arqueológicas nas tessituras históricas, por sua vez, ampliou quantitativa e qualitativamente o olhar do historiador sobre o passado. A consolidação da Arqueologia⁶⁷ como uma disciplina científica distinta da História, da mesma forma, também tendeu a reforçar o caráter específico da cultura material no estudo das sociedades antigas e modernas. Sobre esse contexto de profunda modificação na ciência histórica, Funari argumenta que “a partir daí as fontes arqueológicas passaram a ser parte integrante e essencial da pesquisa histórica e os bons historiadores, mesmo quando não se dedicam, no detalhe, à cultura material, não deixam de levá-la em conta” (FUNARI, 2005C:90).

Visto que a documentação de caráter literário que nos foi legada dos antigos é, na maioria das vezes, escassa, lacunar, politicamente ideológica e limitada quanto à sua progressiva expansão, a cultura material, ao contrário, pode, em alguns casos, se caracterizar como o testemunho anônimo e involuntário dos indivíduos de uma sociedade, inclusive aqueles que foram desprovidos da escrita e que, por conseguinte, integram o testemunho literário apenas de maneira indireta (MOMIGLIANO, 1984:18; FINLEY, 1994:16; FUNARI, 2003:94; 2005C:90).

Deve-se destacar, no entanto, que a cultura material, assim como a tradição textual, também pode estar a serviço dos grupos sociais dominantes, e inclusive desempenhar um papel fundamental na disseminação da ideologia pretendida por estes mesmos grupos (CARLAN, 2007:08). Um exemplo que nos parece oportuno a este propósito foi apresentado no estudo de Zanker (1988) sobre as imagens imperiais (textuais, arquitetônicas, artísticas e numismáticas) empreendidas à época de Otávio Augusto. Segundo o estudioso alemão, a ascensão do regime de *princeps* após a vitória de Augusto sobre Marco Antônio foi acompanhada de um programa cultural de enaltecimento do novo regime político, e a disseminação da imagem do imperador, por vezes junto aos membros de sua família, mas sempre acompanhada dos referenciais morais, civis e religiosos por ele pretendidos, com

⁶⁷ O desenvolvimento da Arqueologia Clássica, mas também as diversas questões relacionadas à teoria arqueológica, conforme já mencionado, são objetos de estudo do capítulo IV.

efeito, passou a ocupar um papel de destaque nesta nova fase da História de Roma. De acordo com Zanker (1988):

Em raras ocasiões a arte foi colocada a serviço do poder político tão diretamente como na época de Augusto. A poesia e arte estão carregadas com as imagens de um mundo abençoado, um império em paz sob a influência de um grande governante (1988:V). (...) Mais importante, por meio das imagens visuais, tanto uma nova mitologia de Roma, quanto um novo ritual de poder para o imperador, foram criados. Construído sobre fundações relativamente simples, o mito se perpetuou e transcendeu as realidades da vida cotidiana ao projetar sobre as gerações futuras a impressão de que eles viveram no melhor mundo possível no melhor dos tempos⁶⁸ (ZANKER, 1988:04).

O profícuo cotejo entre as duas bases documentais nem sempre é levado em consideração. No caso dos estudos sobre a vida e o principado de Adriano, em contrapartida, esta postura parece ter sido bastante usual nas últimas décadas. Na obra *Hadrian and the city of Rome* (1987), por exemplo, M. Boatwright apresenta uma síntese das intervenções de Adriano na capital do Império a partir do confronto entre suportes documentais de tipo, origem e datação distintas. Boatwright (1987) compara os relatos históricos narrados na tradição textual com as informações históricas provenientes de estudos arqueológicos: nesse ínterim, a autora analisa a arquitetura e seu estilo decorativo, as estampas aplicadas sobre os tijolos (presentes nas reminiscências físicas dos edifícios), inscrições epigráficas em diversos edifícios e também representações em moedas.

Se, por um lado, pode-se observar que, por parte desta autora, nenhuma primazia é concedida a um tipo ou outro de fonte histórica ao longo de sua tessitura, por outro lado, em mais de uma ocasião, Boatwright (1987:13; 2000:20-21) argumenta que as fontes textuais que versam especificamente sobre Adriano seriam qualitativa e quantitativamente inferior se comparadas àquelas referentes aos imperadores romanos que o antecedem. Além do recurso à cultura material (e o papel da epigrafia nestes estudos é de protagonismo), à documentação epistolar e papirológica, outras duas alternativas têm auxiliado os estudiosos contra essa suposta escassez documental. A primeira delas é a

⁶⁸ Tradução nossa. No original: “Rarely has art been pressed into the service of political power so directly as in the Age of Augustus. Poetry and art are filled with the imagery of a blessed world, an empire at peace under the sway of a great ruler (1988:V). (...) Most importantly, through visual imagery a new mythology of Rome, and for the emperor, a new ritual of power were created. Built on relatively simple foundations, the myth perpetuated itself and transcended the realities of everyday life to project onto future generations the impression that they lived in the best of all possible worlds in the best of all times” (ZANKER, 1988:04).

leitura de obras produzidas dentro do contexto histórico em questão, mas que aludem a Adriano apenas de maneira implícita ou sutil. Este tipo de leitura tem sido feita, por exemplo, na coletânea biográfica sobre os *Doze Césares* de Suetônio, no paralelo entre Alexandre e Adriano desenvolvido por Arriano de Nicomédia, mas também nas obras *Germania* e *Agrícola* de Cornélio Tácito (BIRLEY, 1997:05; LEME, 2009:04).

A segunda, por seu turno, é a utilização de obras com datação tardia, ou mesmo posterior ao principado de Adriano, mas que também se reportam aos empreendimentos capitaneados pelo imperador ainda no século II. Esta conduta metodológica tem sido adotada, por exemplo, na leitura e interpretação de obras como a *Epitome de Caesaribus* de Aurélio Vítor, a *Descrição da Grécia* de Pausânias (Cf. KELLY, 2006:66-69) as *Noites Áticas* de Aulo Gélio, o livro 69 da *História Romana* de Dião Cássio e a *Vita Hadriani* narrada na *História Augusta*. Apesar dos percalços intrínsecos à sua utilização como fonte histórica, convém salientar, no entanto, que na grande maioria dos estudos sobre Adriano, as duas últimas obras ocupam um papel de destaque, já que têm sido empregadas de maneira particularmente privilegiada. Poder-se-ia argumentar que atualmente ambas as obras constituem-se como os principais referenciais documentais a propósito da vida e do principado de Adriano.

No que concerne à narrativa histórica de Dião Cássio (redigida entre os séculos II e III), e mais especificamente ao livro correspondente ao período histórico de Adriano, os estudiosos manifestam bastante ceticismo e alertam aos pormenores, quase sempre problemáticos, desta obra escrita em grego e composta inicialmente por oitenta livros. *Cassius Dio Cocceianus* teria nascido aproximadamente cerca 163 e 164, e pouco sabe-se sobre a sua vida antes de sua chegada a Roma, por volta do ano 180. Segundo Fergus Millar (1964), os textos de autoria do próprio Cássio estariam preservados integralmente apenas nos livros 36-54 (correspondentes à época de 68 a 10 a.C), de maneira fragmentada entre os livros 55-60 (que versam sobre o período compreendido entre 9 a.C. e 68 d.C), e desta mesma forma nos livros 79 e 80, cuja narrativa teria como foco principal o período entre a morte de Caracala e o governo de Heliogábalo. Outros livros, inclusive aquele dedicado a Adriano, seriam oriundos de uma edição posterior, capitaneada pelo monge bizantino João Xifilino no século XI: daí a imprescindibilidade do exercício filológico permanente por parte do estudioso que dedicar-se a esta obra (MILLAR, 1964:01-04; BOATWRIGHT, 1987:13-14; 2000:20-21). Apesar deste dispêndio, os méritos da obra de Dião Cássio repousam extrapolar a própria narrativa e repousam na própria experiência

histórica do seu autor. Enquanto aristocrata oriundo de uma família de senadores de origem grega, mas também por ter sido cônsul em Roma, Cássio pôde testemunhar de maneira privilegiada os pormenores da feitura política no período compreendido entre Marco Aurélio e os Severos. Embora defeituoso, lacunar e alterado segundo os interesses pessoais de Xifilino, o texto correspondente a Adriano, quiçá pela predominância de um viés senatorial manifestado por seu autor original, se caracteriza por um tom substancialmente crítico e hostil em relação ao imperador (MILLAR, 1964:63; BOATWRIGHT, 1987:14).

Também advém do âmbito senatorial aquela que, segundo a opinião de Boatwright (2000:21), mas também de estudiosos como Arnaldo Momigliano (1954:27) e Ronald Syme (1983:12), teria sido a mais completa e detalhada fonte literária a respeito da vida, principado e legado histórico de Adriano, a Vida de Adriano narrada na controversa História Augusta, coletânea biográfica convencional, mas não consensualmente, datada do século IV. Por vezes concebida de maneira pejorativa, sob o signo de um “pastiche literário” em decorrência das afirmações fraudulentas apresentadas em suas narrativas, a História Augusta tem acumulado críticas, análises e leituras de diversos estudiosos nas últimas décadas. A síntese destes debates, no entanto, merece um lugar privilegiado neste estudo, uma vez que a *Vita Hadriani* será nosso objeto de análise ainda neste capítulo.

II – A HISTÓRIA AUGUSTA – HISTÓRIA, CONTEXTO E CRÍTICA.

Derivada de um códice da Biblioteca Vaticana (*Codex Palatinus Latinus* 899) convencionalmente datado do século IX, a compilação textual, desde o século XVI conhecida como História Augusta, nos legou significativas trinta biografias romanas que versam sobre a vida e os feitos de imperadores, co-regentes, herdeiros e usurpadores do trono imperial romano dentro de um período histórico cuja abrangência temporal (mesmo consideradas as suas lacunas) se estende de 117 a 284 da Era Comum (BENARIO, 1980:01; CORASSIN, 1983; CAMERON, 2011:743). O próprio título *Scriptores Historiae Augustae*, a propósito no plural e indicando uma autoria coletiva, nos parece bastante oportuno para o início de uma digressão acerca dos principais debates concernentes à obra em questão.

Do ponto de vista de sua estrutura, a obra apresenta-se como uma composição empreendida por seis escritores distintos e inexistentes noutros referenciais textuais (CAMERON, 2011:743). Nesse ínterim, os autores em questão são apresentados na obra por

seus respectivos pseudônimos: Élio Esparciano, Júlio Capitolino, Vulcácio Galicano, Élio Lamprídio, Trebélíio Polião e Flávio Vopisco. Cabe destacar que a distribuição das vidas entre os autores é aleatória, e, ao que tudo indica, não obedece nenhum critério específico.

Outra característica é o fato de haver, em todas as *Vidas*, a referência a documentos históricos falsificados (CAMERON, 2011:744). De relevância similar para as discussões em torno da História Augusta é o fato de a própria obra sugerir, por meio de sua narrativa, uma datação para a sua feitura e faz referência a imperadores como Diocleciano e Constantino, seus possíveis contemporâneos (CORASSIN, 1997:207; BRANDÃO, 2013:09). A aceitação das informações oferecidas de antemão pelos próprios autores, no entanto, cairia na suspeita de diversos estudiosos, e, já nas décadas finais do século XIX, tais premissas seriam colocadas em xeque pela comunidade acadêmica, dando início a uma controvérsia que já se estende por mais de um século (MACHADO, 1998:06).

O mapeamento de regularidades linguísticas entre as biografias, mas também a constatação de que entre os seis autores havia o emprego de um estilo pouco variável de escrita, com efeito, ajudaram a compor uma hipótese interpretativa que foi apresentada pioneiramente na publicação de um artigo de autoria do estudioso alemão Herman Dessau, ainda no ano de 1889. Por meio da análise filológica e comparação com outros textos do século IV, Dessau sugeriu que a História Augusta era, antes de qualquer coisa, uma falsificação⁶⁹, uma vez que a obra possuiria, ao contrário do que preconizava, uma autoria única, mas também uma datação posterior àquela pretendida pelos *Scriptores*. Imprescindível à tessitura de Dessau teria sido o reconhecimento, na *Vida de Severo*, da utilização do texto de Aurélio Vítor, cuja data de publicação remeteria ao início da década de 360: estabelecendo a obra, portanto, como uma produção da segunda metade do século IV, quiçá à época de Teodósio (MOMIGLIANO, 1954:27). Apesar de algumas definições de Dessau permanecerem nos estudos sobre a História Augusta até os dias atuais, outros estudiosos também contribuíram com a controvérsia em questão.

Por conta do seu caráter pagão e senatorial não faltaram interpretações que aludiam à obra enquanto um produto literário característico de uma reação pagã contra a Roma

⁶⁹ Segundo Momigliano (1954:26), o sentido de “falso” ou “forjado” que é usualmente atribuído à História Augusta deve ser compreendido dentro do contexto de contestar a datação e autoria pré-estipuladas pelo próprio texto. A despeito de tais constatações, no entanto, o historiador italiano enaltece a contribuição histórica do documento em questão, seja por se tratar da principal fonte concernente ao período compreendido entre Adriano e Diocleciano, seja por sua importância às questões políticas e religiosas do período em que foi composta. Perspectiva similar é apresentada por Benario (1980:01-04).

cristã do período tardio. Neste segmento, destacam-se as propostas de alinhamento (e até mesmo propaganda) ao programa político e religioso do imperador Juliano entre os anos de 362 e 363 (MOMIGLIANO, 1954:29), mas também a própria explicação para a constituição da obra tal como a conhecemos: temeroso das represálias cristãs, o autor (um senador pagão) teria recorrido a pseudônimos e sugerido datações falsas (CAMERON, 2011:745).

Ainda na década de 1950, Momigliano (1954) manifestava peculiar ceticismo quanto a estas proposições, e argumentava que a despeito da evidente inclinação senatorial manifestada ao longo da História Augusta, a ideia de uma possível propaganda contra o cristianismo seria aceitável apenas de maneira forçosa. Ao contrário, segundo Momigliano (1954:40) a questão do cristianismo (mencionada oito vezes ao longo de toda a obra) de forma alguma pode ser entendida como o cerne das biografias. Cameron (2011:745), em boa medida, compartilha a opinião de Momigliano (1954), e também considera pouco pertinente a atribuição do signo de “resistência pagã ao cristianismo” à História Augusta principalmente devido à falta de evidências históricas para sustentar as premissas de uma censura pagã ao período romano tardio.

Conduzida principalmente sob a chancela de Ronald Syme, a discussão sobre as fontes da História Augusta realizadas a partir da década de 1960, segundo Machado (1998:07-08), representaria um verdadeiro divisor de águas no debate sobre a datação e autoria da obra em questão. Além de retomar os argumentos de Dessau quanto à autoria única das biografias, Syme (1983:12) julgou plausível a datação da obra por volta do ano 395 devido à possibilidade de vislumbrar relações entre a História Augusta e os escritos de Amiano Marcelino (SYME, 1983:12-13; MACHADO, 1998:07-08; CAMERON, 2011:749).

Quanto à constatação da influência de Aurélio Vítor, o historiador neozelandês (ainda em consonância com as críticas apresentadas por Momigliano) levantou a possibilidade de o autor da História Augusta ter consultado não apenas a obra de Vítor, mas também outra fonte que não teria chegado aos dias atuais, mas cuja existência havia sido proposta por Alexander Enmann⁷⁰ já em 1884: a chamada *Kaisergeschichte* (MACHADO, 1998:07; CAMERON, 2011:748; ANTIQUEIRA, 2012:53-54). A despeito das diversas datações propostas pelos estudiosos a esta obra, tem-se como ponto assente que ela teria sido fundamental na composição textual capitaneada por Aurélio Vítor, mas também Eutrópio (ANTIQUEIRA, 2012:54). Apesar de não fazer referência à

⁷⁰ De acordo com Antikeira (2012:53): “Esta, no entender de Enmann, teria sido produzida na virada do século III para o IV, uma vez que a opinião corrente até aquele momento era a de que a HA (História Augusta) teria sido elaborada de forma paulatina, durante os reinados de Diocleciano e Constantino”.

Kaisergeschichte de maneira explícita, Momigliano (1954) relativizava a suposta dependência da História Augusta em relação a Aurélio Vítor e também cogitava a hipótese de uma fonte comum a ambas as compilações textuais:

Se a História Augusta utilizou Aurélio Vítor, provavelmente foi escrita após 360 e, portanto, não foi compilada sob Diocleciano e Constantino como sugerido. Infelizmente, as coisas não são tão simples. Não que eu acredite seriamente que a passagem em questão da Vida de Septímio Severo seja uma interpolação de Aurélio Vítor muito posterior à composição da História Augusta: *a passagem não pode ser facilmente extraída de seu contexto*. Há, porém, três fatos a serem considerados: 1) Noutros casos a História Augusta e Aurélio Vítor dependeram de uma única fonte em comum; 2) Nós não estamos em uma posição possível de compará-las simplesmente porque esta “fonte em comum” não sobreviveu (...); 3) É comumente admitido que, em caso de analogias e correspondências não muito próximas entre a História Augusta e Eutrópio, uma fonte em comum é a melhor explicação⁷¹ (MOMIGLIANO, 1954:31. Grifos nossos).

Em primeiro lugar, deve-se enaltecer a valorização, por parte de Momigliano, do contexto histórico de produção da obra em questão: é ele quem confere inteligibilidade às assertivas (reais ou não) da História Augusta. Em segundo lugar, é importante perceber que, apesar de não desconsiderar a possibilidade de uma terceira fonte, nos parece, a partir do excerto supracitado, que Momigliano (1954) relega a referida discussão para o âmbito das possibilidades, já que qualquer outra conclusão nesse sentido seria insustentável devido à inexistência da fonte nos dias atuais. Entre os diversos comentários tecidos à História Augusta, entretanto, Syme (1983:15) insistiu na possibilidade de examinar outras fontes (igualmente desaparecidas) que, ao que tudo indica, teriam contribuído de maneira fundamental para a composição das biografias. Ao avaliar as primeiras nove *vitae* narradas na História Augusta, Syme (1968:500; 1983:15) concluiu que, além da compilação biográfica capitaneada por Mário Máximo (também perdida e conhecida pelos historiadores apenas de maneira indireta), o autor das vidas de Adriano a Caracala teria se

⁷¹ Tradução nossa. No original: “*If the Historia Augusta utilized Aurelius Victor, it must have been written after 360 and therefore was not compiled under Diocletian and Constantine as it purported to be. Unfortunately, things are not so simple. Not that I seriously believe that the passage in question of the life of Septimius Severus was interpolated from Aurelius Victor much after the composition of the Historia Augusta: the passage cannot be easily extracted from its context. But there are three other facts to consider: 1) In other cases Historia Augusta and Aurelius Victor undoubtedly depend on a common source; 2) We are simply not in a position to compare the Historia Augusta and Aurelius Victor with this common source because the common source has not survived (...); 3) It is now commonly admitted that in the case of an analogous but not quite so close correspondence between the Historia Augusta and Eutropius, a common source is the better explanation*” (MOMIGLIANO, 1954:31).

servido da contribuição de um biógrafo oculto, nomeado pelo historiador como *Ignotus*, também caracterizado como um “sóbrio continuador de Suetônio” (SYME, 1968:501).

A crítica de Momigliano (1973) quanto à ineficácia das ponderações compiladas no livro *Emperors and Biography. Studies in the Historia Augusta* de autoria de Ronald Syme (1971), com efeito, aludia à impossibilidade (do historiador neozelandês, mas também de seus seguidores) de sustentar tais fundamentações. Segundo Momigliano (1973), Syme teria iniciado uma verdadeira cruzada contra os estudiosos que não compartilhavam de suas fundamentações, e a datação da História Augusta para o final do século IV, para ele, teria se tornado uma verdadeira causa a ser vencida. As propostas de datação única, a influência de Amiano Marcelino, e até mesmo a hipótese do *Ignotus* reapareciam, agora na obra compilada em formato de livro, com a mesma feição apresentada nos inúmeros *papers* de Syme sobre a História Augusta: “desprovido de novas evidências e sem uma reorientação radical de seus ideais” (MOMIGLIANO, 1973:114). Entre outras coisas, Momigliano (1973) pondera que, em seus estudos, Syme não teria sido capaz de explicar de maneira satisfatória questões como a real contribuição de Marcelino para a História Augusta e tampouco o motivo que levou o autor da referida compilação biográfica a se passar por seis escritores inexistentes e de outra época, entre 70 e 100 anos antes (MOMIGLIANO, 1973:115; MACHADO, 1998:07).

Conforme já observado por Machado (1998:27), diante da inexistência das fontes citadas, mas também da amplitude atingida pela contenda apresentada, julgamos imprópria e dispendiosa a insistência nesse assunto. É importante reconhecer que a proposta de autoria única para a História Augusta, juntamente com sua datação para o final do século IV e início do século V (entre os anos 392-423) têm sido aceitas atualmente de maneira quase consensual entre os estudiosos da Antiguidade, inclusive no Brasil (BENARIO, 1980:01; CORASSIN, 1997:207; MACHADO, 1998:08). A discussão acerca dos objetivos textuais e políticos da História Augusta, por seu turno, tem ocorrido de maneira menos especulativa e hipotética do que aquela voltada aos pormenores de sua composição: sua utilização como fonte histórica requer, antes de qualquer coisa, uma breve digressão sobre o contexto histórico e político apresentado pela obra.

Nos dias atuais, há consenso entre os estudiosos que a História Augusta é oriunda de um setor social da sociedade romana definido: a aristocracia senatorial pagã da cidade de Roma do século IV (CORASSIN, 1997:208). Marcado por uma composição heterogênea, o Senado era integrado por indivíduos de origens sociais, étnicas e geográficas bastante

distintas. A diferenciação entre os membros pertencentes às aristocracias senatoriais tradicionais (*nobilitas*) e aqueles admitidos neste séquito em decorrência de ascensão social por meio de carreira burocrática e militar, com efeito, fazia-se sentir no cotidiano político senatorial (CORASSIN, 1997:208; MORENO, 2005:138). A heterogeneidade característica aos membros pertencentes à instituição senatorial em questão, todavia, não nos permite concluir que houvesse uma falta de unidade no referido grupo social, seja política ou ideologicamente: segundo Luis García Moreno, os senadores do século IV, não por acaso, possuíam riqueza, possessões fundiárias, formação educacional e influência social bastante similares (MORENO, 2005:139).

É ampla a produção acadêmica a propósito da tensão política entre o *princeps*, Senado e a corte imperial, desde o tempo de Augusto. Poder-se-ia afirmar que se trata de um debate que foi contemporâneo à própria consolidação da História Antiga como disciplina, já que até mesmo Theodor Mommsen teria tecido suas considerações sobre esta contenda. Há também outros autores que também opinaram nesse debate, como Wallace-Hadrill (1982), cuja interpretação sobre a vitória de Augusto preconiza certa ruptura em relação à ordem republicana, e o consequente funcionamento de um regime político monárquico escamoteado por uma fachada republicana para legitimar seu posto, o chamado *civilis princeps*, ou príncipe civil.

Winterling (2009), por seu turno, enfatiza a coexistência – nem sempre pacífica - entre imperador, Senado e uma instituição de poder tão eficaz quanto às duas anteriores: a corte (ou casa) imperial. Os laços clientelísticos estabeleciam relações de favor e trocas de benefícios entre indivíduos, por vezes, pertencentes à mesma ordem social, mas também podiam se sobrepôr às divisões oficiais, e concretizar vínculos de patronato entre pessoas pertencentes a grupos sociais distintos. As interpretações com base nas relações clientelísticas, com efeito, ainda ocupam o cerne da historiografia sobre como o poder político em Roma se manifestava na vida cotidiana.

É necessário reconhecer, no entanto, que o Império Romano deixado, primeiro por Diocleciano, e depois por Constantino aos seus sucessores (no período conhecido desde o século XVIII como Baixo Império Romano) é distinto daquele dos dois primeiros séculos de nossa era (KELLY, 2004:108). Para além das adjetivações pejorativas que possam caracterizar a passagem da época clássica para a tardia como uma transição para o chamado fim do mundo antigo, convém ressaltar que a instalação do *Dominato*, com efeito, inaugura uma série de reformas políticas, econômicas e sociais que precisam ser

compreendidas, ainda que de maneira preambular, já que compõem o contexto histórico do qual a História Augusta é oriunda.

Se, por um lado, o contexto histórico compreendido entre a Anarquia Militar e a queda de Rômulo Augusto costuma ser apresentado a partir de uma sequência de transformações catastróficas que conduziram à queda e fim do Império Romano do Ocidente, por outro lado, em contrapartida, convém reconhecer que um esforço teria sido empreendido por Diocleciano e Constanino visando à manutenção da unidade imperial e da estabilidade política no período histórico aqui compreendido (MORENO, 2005:19; SILVA & MENDES, 2006:196). Com a instalação da divisão tetrárquica entre (primeiro) Augustos e (depois) Césares, baseada em princípios de hierarquia, vínculos familiares, cooptação e casamentos entre famílias, iniciava-se um padrão de divisão territorial e administrativa que findar-se-ia apenas após a morte de Teodósio, no ano de 395 (SILVA & MENDES, 2006:200). A própria base ideológica concernente ao direito divino dos imperadores, com efeito, vai adquirir matizes que, se não eram novos na história de Roma em decorrência da experiência histórica de governantes como Calígula, Nero e Domiciano, ao menos adentrou uma profundidade que, até então, não fazia parte da agenda pública dos imperadores. De acordo com Silva & Mendes (2006):

Desse modo, no Baixo Império, a ficção jurídico-constitucional do Principado, um regime de exceção continuamente prorrogado, é definitivamente superada. O imperador era cada vez mais revestido dos atributos de salvador e restaurador com poderes suficientes para reordenar o mundo romano. (...) Diante do imperador, todos deviam permanecer de pé e em silêncio, sendo por vezes proibido o acesso do olhar à pessoa imperial, que se ocultava por detrás de uma cortina (*velum*). (...) Ficava assim consagrado o caráter sacro e inviolável do *dominus*, organizador supremo da sociedade mediante uma burocracia e um exército numerosos (SILVA & MENDES, 2006:202).

É importante destacar que a conduta apresentada no trecho supramencionado, segundo estes mesmos estudiosos, seria comum tanto aos imperadores adeptos do paganismo como aqueles que se autoproclamavam cristãos. Aliás, a passagem para o cristianismo não pode ser compreendida como uma ruptura abrupta, repentina e excludente da cultura pagã. Conforme apresentado no estudo de Cláudio Umpierre Carlan (2007:148-149), o emprego de símbolos pagãos nas amoedações de Constantino, cujas cunhagens continuavam a fazer reverência ao deus Sol, continuou a existir mesmo após a data de sua conversão: a ruptura com a realidade do principado dos primeiros séculos, também tem sido pensada como um processo paulatino (KELLY, 2004:112).

Segundo Kelly (2004:108-113), a manutenção da hegemonia romana sobre as suas províncias à época do início do principado caracterizava-se essencialmente na (segundo o autor, baixa) extração tributária, braços para o exército e uma complexa relação com as elites locais baseada e reiterada, por um lado, pelas demonstrações cívicas, festivais e na promoção do culto imperial em nível local. Por outro lado, a acuadora (mas nem sempre eficaz) ameaça de uma intervenção militar, com efeito, assegurava aquilo que o estudioso chamou de “sistema minimalista de governo a partir de uma grandiosa economia de esforços” (KELLY, 2004:109).

O período tardio, por seu turno, teria exigido uma profunda modificação nessa configuração: teria sido a partir do século III que fizeram-se necessárias reformas políticas, econômicas e administrativas com o intuito de tornar mais eficaz (e racional) o controle estatal sobre os recursos humanos e financeiros do Império. Silva & Mendes (2006:205), do mesmo modo, compreendem que o progressivo reaparelhamento estatal promovido durante o Baixo Império tinha como objetivo primordial ampliar o seu campo de atuação por meio da ampliação de tarefas, e, de maneira concomitante, aprimorar os mecanismos de controle sobre as populações do Império. Para tanto, argumenta Kelly (2004:110), teria sido criada uma burocracia central sofisticada praticamente inexistente nos períodos anteriores para atuar tanto nas proximidades da casa imperial, quanto nas cidades provinciais. À paulatina perda da autonomia local acrescentou-se uma rígida administração financeira operada também pela burocracia imperial cada vez mais efetiva (SILVA & MENDES, 2006:205).

O crescimento quantitativo dos funcionários oficiais, segundo Kelly, seria algo evidente: no primeiro século do principado havia em todo o mundo romano aproximadamente 10 mil funcionários imperiais, ao passo que o efetivo governamental romano dos séculos seguintes, e em especial do início do século VI, estaria entre os 30 e 35 mil indivíduos encarregados de deveres administrativos do Império Romano (KELLY, 2004:111). A consolidação da burocracia como um grupo coeso e distinto dos demais séquitos sociais governados, por sua vez, teria conduzido à promoção de um senso de interesse coletivo entre os seus indivíduos, inicialmente diferenciados pelas hierarquias e planos de carreira da burocracia imperial (KELLY, 2004:111).

As relações de patronato operadas pelas elites e seus clientes também sofreriam modificações significativas em decorrência das transformações sociais operadas neste período. Para Kelly (2004:111-112) o uso regulado do dinheiro, em detrimento dos usuais

favores clientelísticos, tornar-se-ia um elemento fundamental para o acesso aos favores imperiais para além das trocas e obrigações recíprocas inerentes ao clientelismo. Por serem impessoais, as transações estritamente monetárias permitiriam que os indivíduos que até então não eram contemplados pelo apadrinhamento político pudessem, a partir das reformas operadas no Estado, pleitear oportunidades de poder (KELLY, 2004:185).

Ainda que usualmente o século IV seja interpretado enquanto um período no qual a aristocracia senatorial ainda era detentora de prerrogativas, privilégios e prestígio no âmbito social, o poder político efetivo, segundo Corassin (1997:208), já não lhe pertencia mais. A sacralidade do imperador (por vezes atribuída às monarquias helenística e persa) e a manifestação do seu poder teriam operado um profundo distanciamento entre o governante e seus súditos: a realidade do século IV já não corresponde àquela do civilismo republicano de outrora (MACHADO, 2011:104). Destituído da magnificência e soberania de outros tempos, e concorrendo com outros grupos sociais que coexistiam naquele momento com a ordem senatorial para o exercício cotidiano do poder, o Senado já opera sob uma lógica distinta daquela do período republicano e também dos primeiros séculos do principado (KELLY, 2004:112).

Uma das questões atinentes às biografias da História Augusta é precisamente o papel político do Senado diante dos imperadores, mas também dos indivíduos da corte imperial, do exército e do povo de Roma. A avaliação sobre o caráter de um personagem retratado nas *Vitae* está pautada sobre um ideal senatorial do bom príncipe. Assim, História Augusta caracteriza-se como um constructo aristocrático acerca do poder imperial à época do Baixo Império Romano, período em que, por um lado, não se cogita a restauração de um regime de poder que poderia se sobrepor à monarquia (CORASSIN, 1997:209), mas que, por outro lado, enaltece-se a figura, tradição e papel político do Senado como um elemento fundamental para a instituição e preservação do Império. Sua perspectiva analítica, de acordo com Cameron (2011:781) estaria relacionada às “fantasias utópicas” de bons imperadores a serem escolhidos. O mérito pessoal de cada um dos personagens biografados, mas principalmente o respeito às carreiras e prerrogativas senatoriais seria o critério fundamental para caracterizar um ou outro imperador (CAMERON, 2011:781). O interesse pelo Senado, por sua vez, estaria diretamente relacionado à realidade política vivida pelos senadores à época de sua redação. Ao avaliar que a História Augusta, ainda no século IV, coloca em circulação (ao menos entre os séquitos sociais senatoriais) uma perspectiva específica sobre o poder imperial, Machado (2011) compreende que:

Não é exagero dizer que a HA (História Augusta) exerce, assim, um papel de grande importância: ao apresentar para seus leitores um tal quadro no qual o Senado é valorizado, influi na conformação das relações entre corte e cúria. Fornecendo uma visão “adequada” (do ponto de vista senatorial) do campo político, procura legitimar a ação política do meio no qual foi produzida. É importante observar que, em nenhum momento, as biografias destes imperadores expõem claramente uma teoria política: os julgamentos de valor, as opiniões políticas e as críticas ao poder imperial ficam dispersos entre as vidas analisadas (MACHADO, 2011:110).

Para além do relato histórico que promove a partir de suas biografias, portanto, a História Augusta também nos permite vislumbrar aspectos sobre as relações de poder à sua época, à qual fizemos menção nesta breve apresentação. O cotejo com a tradição textual desta mesma época, mas também de períodos anteriores, também tem se mostrado bastante profícuo, e corrobora com a nossa perspectiva de que o uso da História Augusta como fonte histórica é não apenas possível, como recomendável para as diversas finalidades já apresentadas.

Para os propósitos desta pesquisa, por sua vez, convém destacar que a avaliação que o redator apresenta na *Vita Hadriani*, especificamente, também é tributária da perspectiva senatorial da obra como um todo. Neste contexto, cabe o questionamento: tendo em vista a sua relação com os senadores, o retrato, a representação que a História Augusta constrói sobre Adriano é favorável ou depreciativa? E as atribuições de gênero e sexo? Qual o papel das anedotas concebidas sob esse tema na economia da narrativa biográfica sobre Adriano? Conforme já apresentado por Dupont & Éloi (2001:266-269), além do emprego da *crudelitas* para adjetivar os indivíduos (reis míticos, imperadores e governantes do mundo Greco-romano, em geral) considerados tiranos, o apelo ao sexo desmesurado também é comum em diversos documentos históricos da Antiguidade. Seria essa, afinal a imagem de Adriano construída pela História Augusta?

Visto que “as representações do mundo social (...) são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990:17), pretendemos discutir a peculiaridade dos discursos sobre gênero e sexualidade empregados na *Vita Hadriani* e aferir em que medida eles fazem parte de um grupo maior de discursos e anedotas empregadas no seio da fonte histórica em questão para a construção de um caráter para o personagem biografado. Se, por um lado, o mapeamento do lugar de fala desta e de outras tessituras nos permite constatar que a produção das práticas e discursos nunca é neutra, por

outro lado, de modo concomitante, a consideração em relação à característica literária da História Augusta também oferece-nos uma interpretação acurada sobre os objetivos desta obra.

III – O TEXTO BIOGRÁFICO DA ANTIGUIDADE

Embora o termo “biografia” possa nos remeter traiçoeiramente a um período demasiado longínquo, a referida palavra não teria sido empregada antes do século V para se referir ao gênero biográfico (SILVA, 2008:69). Entre as literaturas da Antiguidade identificáveis com a biografia, poderíamos mencionar a *bios*, ou a *de vita sua*, em latim. À guisa de apresentação, ambas as narrativas, de maneira similar àquela proposta pelo texto biográfico, podem ser conceituadas como “um relato que narra a vida de um indivíduo desde o seu nascimento até a sua morte” (MOMIGLIANO, 1993:11). O desenvolvimento dos textos biográficos, com efeito, remonta a meados do século V a.C, a partir dos textos de Isócrates (436-338 a.C) e Xenofonte (428-354). Em contexto romano, mais especificamente, o gênero em questão teria se desenvolvido pioneiramente a partir das tessituras de Varrão (116-27 a.C) e Cornélio Nepo (99-24 a.C), ainda no período republicano (FUNARI, 2007:02-03; LIMA, 2012:80).

São muitas as considerações acerca da similaridade (ou não) entre os textos históricos e biográficos antigos, e a proximidade ou o afastamento dos referidos gêneros textuais, com efeito, já fazia parte das digressões literárias de diversos escritores da Antiguidade: além da famosa cisão entre História e Biografia mencionada por Plutarco no início de sua *Vida de Alexandre*⁷², também a diferenciação entre a História e comentários elogiosos e de louvor, como o encômio e as *laudationes funebres* – tradições usualmente associadas ao desenvolvimento do gênero biográfico em Roma – teria chamado a atenção de outros estudiosos, como Cícero, Quintiliano e Luciano (LIMA, 2012:80). É importante ressaltar que a referida contenda se estende até os dias atuais: ao examinar os manuais de historiografia antiga, Lima (2012:28-29) constatou que a prática de considerar a biografia como um gênero textual independente, mas menor, inferior à História, é bastante usual.

Embora haja aproximações, miscelâneas e até mesmo ponto de contatos entre as características de ambas as tradições textuais – como a pesquisa erudita empreendida pelo

⁷² PLUTARCO. *Alexandre*, I, 2-3.

historiador e pelo biógrafo, a preocupação com a interação entre indivíduo e sociedade, e até mesmo a apropriação, por parte da biografia, de diversos dados históricos – tem-se reconhecido, a partir da própria tradição legada da Antiguidade, que História e Biografia, antes de qualquer coisa, foram pensadas como gêneros textuais distintos (MOMIGLIANO, 1993:12; FUNARI, 2007:03; LIMA, 2012:137). O que merece ser observado com parcimônia, presumimos, é o fato de esta mesma distinção, mas também os pontos de aproximação entre História e Biografia, terem sido (re) configurados a partir de diversos referenciais, e em distintos momentos.

Segundo Funari (2007:03), a biografia antiga possuiria um tipo e uma finalidade próprios: esta seria, antes de qualquer coisa, um empreendimento literário destinado à formação do caráter de um personagem. A feição filosófica desta empreitada é apresentada por Funari (2007) sob os seguintes termos:

Obra filosófica, portanto, a biografia ainda que relacionada ao encômio, vai além. Busca ser quase o inverso da historiografia, já que as vidas aparecem na História como elemento para a compreensão dos acontecimentos históricos, enquanto na Biografia são os eventos a ilustrar o caráter, ou *éthos*, de um personagem (FUNARI, 2007:03).

Também característico do texto biográfico é o emprego de relatos anedóticos no âmbito de sua tessitura textual: esta tradição, de acordo com as afirmações de Momigliano (1993:76) e Lima (2012:139), seria comum desde a intervenção intelectual dos filósofos peripatéticos para o gênero biográfico. Este padrão, ao que tudo indica, é corrente em todo o período imperial romano, e também fez parte dos textos biográficos voltados à narrativa sobre a vida e os feitos dos santos cristãos produzidos num período posterior. O estabelecimento de uma tradição coesa, oriunda do mundo helenístico até o mundo romano tardio, segundo Uiran Silva (2008:69-70), seria impossível para o estudioso moderno, já que a escassez documental concernente aos textos desta tradição seria significativa e decisiva neste caso.

Do exposto até aqui, consideramos necessárias duas considerações quanto à utilização da *Vita Hadriani* como fonte histórica. A primeira delas é a convergência entre o gênero textual escolhido (a biografia) e o viés senatorial que marca a História Augusta. Ao criar um retrato sobre os personagens biografados, a História Augusta o faz conforme a ideologia de um grupo social específico. A precisão biográfica para esta empreitada, com efeito, é bastante esclarecedora e salutar para a interpretação do texto: o bom ou o mau

imperador, para além do julgamento explícito que a obra possa emitir a seu respeito, pode ser observado também por meio do relato anedótico empregado no corpo do texto com o intuito de criar um caráter do personagem biografado.

Nesse ínterim, em segundo lugar, cabe deixar claro que a interpretação histórica sobre a *História Augusta* implica necessariamente levar em conta que muitas de suas assertivas, fontes e documentos citados são inexistentes, e não podem ser encontrados em nenhum outro referencial. A formulação e/ou reprodução de informações não fidedignas, como é sabido, não pertence à alçada de nenhum estudioso da História, ou da Arqueologia: diante do regime de verdade que rege a História científica atual, tal prática implicaria na perda de legitimidade do discurso científico. Vale observar, no entanto, que até mesmo as informações fraudulentas empregadas no corpo deste texto biográfico, com efeito, estão diretamente atreladas à tarefa última de criar um retrato (positivo ou negativo) do imperador, conforme as prerrogativas da ideologia senatorial.

A este propósito, Machado (1998) também considera o aspecto biográfico da *História Augusta*, e comenta o emprego de informações falaciosas no corpo da narrativa a seguinte maneira:

É importante observar, neste sentido, que tanto as comprovadamente autênticas quanto as invenções mais descaradas (como a carta de Avídio Cássio) são citadas não para provar a veracidade de alguma informação, mas para ilustrar o ponto de vista do autor sobre o caráter de algum personagem. (...) na *História Augusta*, como um todo, desde a seleção das informações que irá inserir em seu relato, até a maneira como cita suas fontes, passando pela maneira como é escrita, *Scriptor* esteve empenhado em construir dois modelos de imperador. Todo o resto foi subordinado a este objetivo (...) (MACHADO, 1998:42).

Exemplo oportuno a este propósito na *Vita Hadriani* é a apresentação de personagens fictícios como Marulino⁷³, o suposto tetravô de Adriano, e também Élio Adriano⁷⁴, tio-avô do imperador. Embora não tenham existido de fato, a sua presença na biografia tem por finalidade, presumimos, assegurar uma ascendência aristocrática para o governante romano, e, deste modo, ajudar a compor o retrato de um bom príncipe. A esta interpretação, no entanto, cabe o questionamento, também já proposto por outros estudiosos: seria a Vida de Adriano um constructo textual coeso e munido apenas de

⁷³ SHA. *Hadr.* I,2.

⁷⁴ SHA. *Hadr.* II,4.

anedotas favoráveis à criação de um príncipe virtuoso, ou ela também seria possuidora de elementos que nos permitiriam concluir uma imagem negativa sobre Adriano?

Conforme já demonstrado pelos comentários de Benario (1980:05-13), Poignault (1991:205) e Brandão (2013:14), a biografia em questão parece ser permeada de julgamentos contraditórios sobre Adriano. Esta discussão, como veremos, vai ao encontro dos estudos acerca das próprias fontes desta biografia. Para esmiuçá-los de maneira pormenorizada, no entanto, convém, enfim, seguirmos à leitura e análise dos excertos da *Vita Hadriani*, a partir do próximo subitem.

IV – A VITA HADRIANI

Redigida em 27 capítulos pelo “autor” Élio Esparciano, a Vida de Adriano é a primeira dentre as trinta narrativas biográficas compiladas na *Scriptores Historiae Augustae*. Alguns detalhes pontuais sobre a vida e o principado de Adriano, no entanto, também são apresentados, sem dúvida de maneira secundária, nas biografias de Avídio e Probo. Cabe destacar, segundo Brandão (2013:12-13), que as primeiras *Vidas* da História Augusta (e, dentre elas a *Vita Hadriani*) seriam precisamente aquelas providas de maior fidedignidade histórica. A diferenciação entre as *vitae* maiores e outras menores, além da relevância histórica do personagem retratado, também teria como critério o número de material empregado na narrativa: os personagens centrais teriam conteúdo suficiente para uma biografia, enquanto as histórias dos coadjuvantes teriam de ser complementadas com relatos anedóticos falsos e documentos inexistentes.

Conforme a divisão proposta por Herbert Benario (1980:03), a biografia de Adriano poderia ser dividida em quatro partes textuais principais: sem considerar as possíveis subdivisões que estas frações podem eventualmente comportar. A primeira, apresentada entre os capítulos 01 e 04, faz menção à família e aos primeiros anos de Adriano até sua ascensão ao trono imperial. A segunda, correspondente aos trechos 05 e 14, diz respeito à volta de Adriano a Roma, suas políticas, à relação com o Senado, às reformas militares e às viagens do príncipe. A terceira, compreendida entre os capítulos 14 e 22, apresenta alguns dos gostos pessoais de Adriano. Narra também os seus empreendimentos políticos referentes às reformas prediais, aos jogos e festivais, e também aspectos gerais da administração civil à frente do Império. Por fim, a quarta (e última) parte da *Vida de*

Adriano, apresentada entre os capítulos 23 e 27 da biografia, se reporta à volta de Adriano a Roma e os últimos momentos de sua vida.

De um modo geral, portanto, o núcleo da narrativa se desenvolve entre um relato inicial sobre os ancestrais e os primeiros anos de vida de Adriano e um texto de encerramento que trata dos pormenores da morte do imperador: esta estrutura textual, conforme a definição de Arnaldo Momigliano (1993:11), corresponde precisamente àquilo que se espera de um texto biográfico. Vale ainda destacar que a *Vida de Adriano* nem sempre é apresentada seguindo uma cronologia rigorosa. Por este motivo, Benario (1980:01-04) vê nela uma aproximação com os textos biográficos de Suetônio, centrados nos relatos anedóticos e pouco propensos ao rigor cronológico.

Segundo a opinião de alguns críticos contemporâneos (BENARIO, 1980; POIGNAULT, 1991; BRANDÃO, 2013:13-14), a *Vita Hadriani* é bastante oscilante quanto aos julgamentos que emite sobre o imperador Adriano, ora retratando-o como um príncipe virtuoso, ora expondo seus vícios e excessos como marcas de um indivíduo de caráter duvidoso.

Para Benario (1980:01-05), esta variação estaria diretamente relacionada às distintas tradições textuais consultadas pelo autor durante a feitura da *Vita Hadriani*. Assim, os julgamentos favoráveis a Adriano teriam como base a sua autobiografia, ao passo que as principais críticas emitidas pela *História Augusta*, segundo o estudioso, estariam baseadas na obra do senador Mário Máximo, que realmente existiu no século III, mas que não chegou à posteridade. Pognault (1991:204), de maneira diferente, observa que Adriano, na maioria das vezes, é retratado de maneira positiva em sua *Vita*, e a existência de considerações negativas seria, antes de qualquer coisa, uma regra comum ao longo da *História Augusta*.

Na *Introdução* à edição portuguesa da *História Augusta*, o classicista José Luís Lopes Brandão (2013:14) interpreta as contradições discursivas da *Vita Hadriani* como uma consequência da complexa e imprevisível personalidade de Adriano. Para o estudioso, por este mesmo motivo, haveria o predomínio de assertivas hostis ao imperador retratado. A comparação com Pio e Trajano, aliás, também seria artifícios retóricos empregados com esta mesma finalidade. Ao passo que o sucessor de Adriano é enaltecido pela sua *pietas*, o imperador Trajano, após receber “merecidas” honras junto ao Senado, é adjetivado nesta mesma obra como *Optimus Imperator* (S.H.A. *Hadr.* VI, 3). De antemão, presumimos que as anedotas com a temática de gênero e sexo apresentadas na *Vita Hadriani*, em geral,

seguem o padrão apresentado por Brandão (2013), e estão imbuídas da tarefa de retratar um príncipe dotado de inúmeros vícios.

Vale ressaltar, no entanto, que as atribuições concebidas sob estes signos, no entanto, também podem ser apresentados, de maneira paradoxal e contraditória como a própria *Vita Hadriani*, em relatos, *a priori*, elogiosos ao imperador. Para além da dicotomia em questão, e das fontes (favoráveis ou desfavoráveis ao *princeps*), a História Augusta é, em última instância, um retrato de Adriano construído a partir de um grupo social específico: a aristocracia senatorial romana do século IV. É nesse sentido que o cotejo com a documentação numismática sobre Adriano ganha sentido e relevância, uma vez que, esta última, na qualidade de imagem oficial sobre o imperador, pode não consentir com o relato senatorial quanto às designações de gênero e sexo atribuídos ao personagem representado em ambos os suportes.

A proximidade entre *virtus* e as noções de masculinidade, conforme já apresentado nos estudos de McDonnell (2006) e J-P.Thuillier (2013), oferece-nos uma interpretação bastante peculiar sobre a construção do papel social masculino, e, visto que a *Vita Hadriani* também faz uso do referido conceito para adjetivar Adriano, convém discorrer a propósito de suas características. As controvérsias quanto às possibilidades de tradução de *virtus*, com efeito, nos remetem a um contexto histórico complexo, registrado, neste caso, na abrangência semântica empregada para significar o comportamento viril na Antiguidade Romana. A despeito da polissemia que lhe é peculiar, *virtus* tem sido traduzida para outros idiomas como virtude, com o intuito de exprimir um conceito que comporta as várias qualidades morais masculinas⁷⁵.

Segundo McDonnell (2006:02), a origem de *virtus* estaria na palavra latina que significaria homem enquanto um indivíduo distinto de uma mulher e também de uma criança: *Vir*. Se, por um lado, este termo não era a única palavra latina empregada para se referir a um homem, uma vez que o uso de termos como *homo*, por exemplo, também era usual, por outro lado, reconhece-se que *vir*, por vezes, carregaria consigo conotações positivas e referentes sobretudo ao homem na sua qualidade política. Conforme já apresentado, em âmbito latino o conceito de *virtus* foi empregado com o fito de traduzir conceitos de origem grega: o que torna a sua polissemia e amplitude conceituais ainda mais

⁷⁵ Consta no Oxford Latin Dictionary (1974) que as diversas definições de *virtus* seriam: 1) As qualidades típicas de um verdadeiro homem, seu espírito viril, resolução, valentia, a constância ou similar. 2) Excelência de caráter ou mente, o mérito, a faculdade, a virtude ou mérito. 3) Excelência moral, virtude, benevolência. 4) *Virtus* como personificação ou divindade. 5) Em geral, uma qualidade ou atrativa ou valorizada. 6) Algo que se destaca, uma propriedade especial.

complexos. Não pretendemos, no entanto, aferir todos os possíveis significados que a palavra possa ter adquirido no vocabulário latino. Para os propósitos deste estudo, no entanto, cabe defini-lo como um conceito histórico e passível de ser interpretado enquanto tal. Na metodologia de História dos Conceitos apresentada por Reinhart Koselleck (2006:108-109), presumimos ser possível averiguar uma definição teórica compatível com as definições conceituais de *virtus*. Segundo o estudioso alemão:

Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social ou político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos. (...) A transformação de uma palavra em conceito pode, também, ter um caráter homogeneizante, conforme seu uso na língua examinada (2006:108). (...) O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve-se manter polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela (KOSELLECK, 2006:109).

Com base nestas reflexões, ponderamos que a potencialidade bélica, mas também a coragem, as qualidades da excelência e do discernimento político, o enfrentamento da dor e da morte, a conduta lúcida e virtuosa na vida pública cotidiana, com efeito, têm sido características que, entre a época republicana e a imperial, foram homogeneizadas pelo conceito de *virtus*. Este escopo conceitual, com efeito, integra o *corpus* documental do qual procuraremos interpretar as representações de Adriano. Nesse sentido, argumentamos que os referenciais atribuídos ao imperador sob a marca da *virtus*, tanto na *Vita Hadriani*, quanto nas representações numismáticas (analisadas no capítulo seguinte), estariam relacionados a uma proposta de gênero.

Ao avaliar as interferências de Adriano à frente das tropas, a História Augusta compara a ação deste imperador à ênfase na disciplina outrora capitaneada por Augusto. É também no âmbito militar que a *virtus* é atribuída ao mesmo, enfatizando o aspecto beligerante que, segundo McDonnell (2006), acompanha o referido conceito desde o período romano republicano. Conforme apresentado na História Augusta, Adriano:

Exemplo etiam virtutis suae ceteros adhortatus, cum etiam vicena milia pedibus armatus ambularet, triclinia de castris et porticus et cryptas et topia dirueret, vestem humillimam frequenter acciperet, sine auro balteum sumeret, sine gemmis fibula stringeret, capulo vix eburneo spatham clauderet (...).

Além disso, incentivava os outros com o exemplo de sua virtude, ao caminhar, mesmo armado, vinte mil pés; ao remover do acampamento os triclinos, pórticos, as criptas e os jardins; ao vestir, com frequência, roupas das mais simples; ao utilizar um cinturão sem ouro; ao apertar uma fivela sem pedras preciosas; ao consentir raramente ao empunhar uma espada com marfim (...). (S.H.A. *Hadr.* X,04).

De antemão, deve-se destacar que o trecho em questão possui uma inclinação elogiosa ao imperador. O discernimento que leva Adriano a se abster (na maioria das vezes) dos objetos de luxo, mas também a prioridade despendida pelo príncipe aos assuntos militares em detrimento dos seus anseios pessoais, constituem anedotas que, somadas àquela que enaltece a bravura e inteireza necessárias a uma caminhada sob condições desfavoráveis, ajudam a formar o caráter de um homem virtuoso, cuja soma das qualidades, amalgamadas no conceito de *virtus*, ajudam a compor o retrato de um líder interessado, antes de qualquer coisa, nos assuntos públicos. A excelência militar, neste caso, vai além da coragem manifestada pelos vinte mil pés caminhados sem regalias ou privilégios que a sua posição poderia reivindicar. Na qualidade de reformador das milícias, Adriano também tende a um recrudescimento das práticas nos acampamentos, sempre tendo em vista a supressão das preferências pessoais e o enaltecimento da disciplina necessária à atividade bélica.

Se, em geral, as intervenções de Adriano à frente dos assuntos militares ajuda o narrador da *Vita Hadriani* a pensar nas qualidades e potencialidades do *imperator* como um homem virtuoso, o mesmo não pode ser dito quanto à maneira que o personagem em questão supostamente lidava com os assuntos relacionados ao amor e ao sexo. Este, por sua vez, aparece na biografia com o intuito de desqualificar Adriano. A designação de gênero decorrente deste último, conforme procuraremos demonstrar, coloca em evidência a incapacidade, por parte do imperador, de controlar seus instintos, seus anseios, seus desejos: trata-se da ausência da relação de virilidade ética consigo mesmo, à qual Foucault (1984:102-103) e Williams (1999:139) fazem menção.

Ao apresentar as diversas habilidades em que Adriano era capacitado, a História Augusta também alude à instabilidade e oscilação de uma personalidade situada entre a crueldade e a clemência. É nesse ínterim que a relação de Adriano com os prazeres é mencionada de maneira explícita ao leitor. A despeito da capacidade intelectual de um

verdadeiro polímata, os excessos no prazer caracterizariam uma baixa na formação do seu caráter. Conforme consta na biografia, Adriano:

Fuit enim poematum et litteratum nimium studiosissimus. Arithmeticae geometriae picturae peritissimus. Iam psallendi et cantandi scientiam prae se ferebat. In voluptatibus nimius; nam et de suis dilectis multa versibus composuit. Amatoria carmina scripsit.

Era, de fato, um grande estudioso da poesia e das letras. Peritíssimo na geometria, aritmética e pintura. Carregava consigo a habilidade de tocar cítara e cantar. Nos prazeres era excessivo; e compôs muitos versos àqueles que amava. Escrevia poemas de amor (S.H.A. *Hadr.* XIV, 08-09).

À luz das considerações desenvolvidas no capítulo II, deve-se reafirmar que os discursos morais sobre masculinidade em Roma, embora restritos a um âmbito social aristocrático, também estariam relacionados à ideia de um domínio sobre si e sobre os outros, e os excessos em qualquer uma destas prerrogativas implicam na ruptura do protocolo social da virilidade. Usual na filosofia e da medicina do século II, a regulação dos prazeres faz parte da formação moral do homem de elite neste mesmo período. De acordo com a definição apresentada por Craig Williams (1999):

Eu sugeri que o autocontrole e o domínio constituíam as diretivas primárias da masculinidade. Um homem deve exercer o domínio sobre o seu próprio corpo e seus desejos assim como sobre aqueles submetidos à sua jurisdição – sua esposa, seus filhos e seus escravos (...). A masculinidade não é fundamentalmente relacionada à prática sexual, mas uma questão de controle⁷⁶ (WILLIAMS, 1999:141).

Embora não especifique os motivos que permitam caracterizá-lo como excessivo no que concerne ao uso dos prazeres, o autor faz menção à pluralidade de artes do interesse de Adriano. É importante destacar que o excesso nas volúpias, mas também a dedicação a diversas outras atividades (sobretudo artísticas) que não necessariamente estariam relacionadas com a administração política imperial, seriam características já apresentadas por imperadores anteriores, marcados geralmente por signos despóticos e desrespeitosos quanto à tradição senatorial. Além da suposta proximidade com o mundo e cultura gregos – cuja concepção de masculinidade, segundo os próprios romanos, não era aquela do *vir*

⁷⁶ Tradução nossa. No original: “I have suggested that the self-control and the dominion constituted the prime directives of masculinity. A man must exercise dominion over his own body and his own desires as well as the bodies and desires of those under his jurisdiction – his wife, children, and slaves (...). Masculinity was not fundamentally a matter of sexual practice; it was a matter of control” (WILLIAMS, 1999:141).

romano -, a dedicação ao canto, às danças e às performances teatrais, quase sempre associadas à ideia de abuso e displicência quanto aos assuntos do Estado, ajudariam a configurar uma falha na masculinidade do indivíduo (WILLIAMS, 1999:139).

Ainda na temática dos excessos cometidos por Adriano, a História Augusta apresenta outra anedota que retrata a conduta inadequada do príncipe no âmbito dos prazeres. Desta vez, no entanto, o autor da narrativa especifica a modalidade dos empreendimentos negativos de Adriano. Ao enfatizar sobre a intromissão do imperador nos assuntos e interesses das outras pessoas, a *Vita Hadriani* comenta que, em certa ocasião, Adriano teria tomado partido contra um indivíduo cuja esposa o repreendia por motivos de ordem sexual. Em sua resposta a Adriano, o homem questionava a integridade moral do imperador no que concerne aos prazeres. O autor da História Augusta, então, endossa este argumento e reitera o comportamento vil de Adriano sob os seguintes termos:

Et hoc quidem vitiosissimum putant atque huic adiungunt quae de adulatorum amore ac nuptiarum adulteriis, quibus Hadrianus laborasse dicitur, adserunt, iungentes quod ne amicis quidem servaverit fidem.

E, de fato, se o avaliam como viciosíssimo, acrescentam a este [comportamento] o amor com os adultos e o adultério de mulheres casadas, dos quais Adriano é dito ter sucumbido, afirmam, acrescentando que tampouco preservava a confiança dos amigos (S.H.A. *Hadr.* XI, 07).

Segundo Williams (1999:183), levando em conta o engajamento social e político dos indivíduos, ambas as acusações (a do *stuprum* seguido de adultério, mas também o envolvimento amoroso com indivíduos já formados socialmente) seriam relativamente graves para sua imagem e motivo de reprovação social para os moralistas. No que concerne à constituição da virilidade, no entanto, seria ainda pior associar a imagem de Adriano à condição de penetrado sexualmente. Esta afirmação, no entanto, não faz parte do excerto em questão, de tal modo que atribuir qualquer signo de julgamento tendo em vista práticas de efeminação por parte do imperador, seria, no mínimo, forçoso.

O atentado à integridade sexual (*puđicitia*) das mulheres casadas, com efeito, reitera a ilegalidade (jurídica e moral) do adultério, ao menos desde a época de Augusto. A importância do excerto em questão, presumimos, reside no fato de o autor ter qualificado como impróprio e vicioso (*vitiosissimus*, viciosíssimo) o envolvimento sexual e afetivo de Adriano, tanto com homens já adultos – partindo da hipótese de que *adulatorum*

corresponda ao o genitivo plural masculino de *adultus* – quanto com mulheres. Neste caso, não se trata do sexo, mas do *status* social dos indivíduos envolvidos no caso. Em primeiro lugar, enfatiza-se o desrespeito, por parte de Adriano, quanto ao fato de as mulheres acometidas serem casadas. O *stuprum*, neste caso, se configura junto à violação de sua *pudicitia*. Benario (1980:90) atribui pouca fidedignidade à acusação da História Augusta, e argumenta, por meio do cotejo com outros suportes documentais, que as únicas mulheres com quem Adriano teria se envolvido seriam Sabina, sua esposa, e Plotina, às quais já fizemos menção no primeiro capítulo deste estudo.

Em segundo lugar, *adulorum* muito provavelmente se refere a homens de nascimento livre, e que, já crescidos e provavelmente detentores da condição de *vir*, naturalmente poderiam submeter Adriano ao seu domínio, ao menos no âmbito sexual. É importante destacar que, embora a possibilidade de ocorrer uma situação similar mediante o envolvimento com um escravo (ou um prostituto) do sexo masculino, não se coloca em questão esta hipótese precisamente pelo fato de já estar assegurado de antemão, ao menos assim era esperado, a supremacia do homem livre romano sobre o seu cativo.

Não se deve perder de vista o fato de que a coexistência (*a priori*, sem signos pejorativos) de prostitutas de ambos os sexos é uma realidade constante no período imperial romano. A presença de jovens garotos (chamados de *delicatus* ou mesmo de *deliciae*), geralmente de origem oriental grega, nos banquetes aristocráticos serviria para configurar até mesmo uma ocasião de luxo: segundo Dupont & Éloi (2001:214), os *pueri delicati* introduzem o requinte, mas também a sensualidade e o erotismo a estes eventos.

As principais ressalvas quanto a esta prática, com efeito, serão concebidas apenas mediante os excessos nos prazeres (de ambos os sexos) em detrimento da atividade política. Segundo o relato da História Augusta, ainda na juventude, o próprio Adriano teria se envolvido com os *pueri* de Trajano, por ocasião de ter convivido com estes no íntimo da corte imperial. Conforme apresentado na *Vita Hadriani*, a atuação de Adriano em meio a libertos e delicados teria ocorrido da seguinte forma:

Corrupisse eum Traiani libertos, curasse delicatos eosdemque saepe inisse per ea tempora quibus in aula familiarior fuit, opinio multa firmavit.

Que ele tenha corrompido os libertos de Trajano, e cuidado de seus delicados por diversas vezes à época em que esteve na corte, é opinião geral e segura (S.H.A. *Hadr.* IV, 04-05).

Novamente, a despeito do envolvimento com indivíduos do sexo masculino, não há represálias no sentido de elucidar um comportamento que, no mundo moderno, chamaríamos de homossexual. Ao contrário, presumimos que a referida anedota tem a pretensão de caracterizar, por um lado, Adriano como uma pessoa que desde a tenra idade já era iniciado nos prazeres sexuais conforme os gostos do próprio Trajano. Por outro lado, a ênfase na corte imperial enquanto um espaço de atuação política por meio da proximidade entre Trajano, Adriano e outros convivas, recoloca a questão do Senado como herdeiro legítimo do poder em detrimento dos membros da *Aula*. A proximidade com Plotina e a alusão à adoção, do mesmo modo, também vão ao encontro desta última perspectiva.

Tampouco o envolvimento de Adriano com o jovem Antínoo é apresentado na História Augusta como uma relação homossexual. O excerto da *Vita Hadriani* que alude à relação entre os dois personagens é a única referência explícita na qual Adriano é retratado acompanhado por signos de efeminação, e, por isso, merece uma análise pormenorizada por parte de seus respectivos críticos. Uma leitura superficial com base nos preceitos modernos sobre heterossexualidade e homossexualidade, por exemplo, poderia conduzir a uma interpretação equivocada e errônea do episódio histórico aludido pela obra, a partir de referenciais inexistentes no período imperial romano. Ao apresentar as diversas viagens empreendidas por Adriano pelo Mediterrâneo à época de seu principado, a História Augusta comenta que:

Antinoum suum, dum per Nilum navigat, perdidit, quem muliebriter flevit

Enquanto navegava pelo Nilo, perdeu seu Antínoo, e chorou-o à maneira de uma mulher (S.H.A. *Hadr.* XIV, 05).

Recorrente nos estudos que versam sobre a temática do homoerotismo na Antiguidade Romana, o excerto supracitado tem sido interpretado de diversas maneiras entre os estudiosos. Ao passo que, para Benario (1980:99-100), teria havido uma “relação homossexual entre Adriano e Antínoo”, na opinião de Williams (1999:60-61) e Thuillier (2013:119-129), ao contrário, o referido episódio deve ser interpretado como mais uma manifestação crítica dos excessos de Adriano. A falta de comedimento emocional por ocasião da perda do seu amado - neste caso manifestado pelo choro exacerbado -,

juntamente com as inúmeras homenagens destinadas à memória do jovem bitiniano, com efeito, caracterizariam um comportamento que, por um lado, destoava do ideal de autocontrole previsto nos protocolos sociais de virilidade, e, por outro lado, era compatível com os discursos sobre as mulheres enquanto desprovidas desta mesma característica. Segundo Thuillier (2013):

A expressão acentuada, forte, dos sentimentos, é vista como desvirilizante. Um exemplo emblemático é aquele da relação entre Adriano e Antínoo: esta ligação não desencadeia em si uma condenação da opinião pública, que finalmente a considera normal, já que ela se dá entre um homem e um *puer*, Antínoo tendo então uns 20 anos e, por outro lado, sendo originário do Oriente, como muitos destes belos garotos ‘importados’ por Roma. O que se reprova, no entanto, é ele ter chorado seu amado morto como uma mulher sentimental o faz (*muliebriter*) e não como um homem viril que deve esconder e superar seu sofrimento (THUILLIER, 2013:119-120).

A moderação diante de uma ocasião luto, sempre tendo em vista não incorrer em situações descomedidas (expressas pelo conceito de *hybris*) por ocasião de luto já teria sido uma preocupação das populações do Mediterrâneo desde o surgimento das pólis. Conforme apresentado no livro *As origens do Pensamento Grego*⁷⁷ do historiador francês Jean-Pierre Vernant (2010), imbuídos de um sentimento, uma mentalidade inédita de coletividade, os habitantes da cidade clássica teriam se situado na condição de combatentes das manifestações individuais. A partir de então, os excessos, suscitados por ocasião de luto ou de glória, seriam vistos como uma verdadeira ameaça ao equilíbrio político do corpo citadino (VERNANT, 2010:68-69; ERKES, 2011:45).

Se, por um lado, o termo *mulier* faz referência a uma mulher socialmente considerada inferior quando comparado com *femina* e *matrona*, sendo que esta última estaria no seu extremo oposto e figura como um ideal feminino entre os antigos romanos (FUNARI & GARRAFFONI, 2008:114), por outro lado, é importante reconhecer que a caracterização de Adriano como uma mulher não pode, a princípio, ser interpretada de maneira descontextualizada e tampouco entendida como um sinal de uma suposta natureza efeminada do imperador. Ao contrário, uma vez que até mesmo as considerações, gestos, rituais e práticas relacionadas à morte entre os romanos, carregavam consigo designações de gênero específicas, deve-se levar em consideração que, à morte de qualquer indivíduo,

⁷⁷ A publicação de *As origens do pensamento grego* ocorreu na década de 1960. Para a elaboração desta pesquisa, no entanto, servimo-nos da 19ª edição, publicada pela Editora Difel em 2010.

esperava-se o cumprimento de tarefas socialmente entendidas como masculinas e outras femininas (HOPE, 2011:XVII; ERKES, 2011:41).

Após examinar um *corpus* documental sobre a morte no período imperial romano, Darja Erkes (2011) argumentou que as tarefas relacionadas aos rituais fúnebres entre os romanos também eram pensadas em termos de gênero, mas também do *status* social daqueles envolvidos nas práticas de luto. De um modo geral, segundo a autora, por meio dos textos filosóficos que versam acerca das ocasiões fúnebres, o papel da mulher é quase sempre descrito de maneira negativa e associado a práticas cuja falta de controle emocional seria bastante evidente. Para Erkes (2011) :

As mulheres expressavam a sua dor durante o funeral de três maneiras: por meio das lamentações, pelo canto de hinos fúnebres (*neniae*) e pelo choro com tristeza (*eiulatio, lessus*). As expressões de luto não-discursivas, tais como os gritos, são descritas como práticas femininas por excelência (...), já os gemidos e lamentos (*gemitus*), por outro lado, estão associados aos homens⁷⁸ (ERKES, 2011:44).

Conforme já explicitado, os discursos políticos e o pronunciamento das *laudationes* nos funerais eram ocasiões para homens. A dicotomia entre o homem racional e soberano quanto aos seus sentimentos e a mulher desprovida de qualquer tipo de controle emocional em situações de luto, com efeito, seria uma tônica que perpassa uma parte da documentação textual antiga, sendo esta última redigida por homens advindos do âmbito intelectual, como Cícero e Sêneca, por exemplo. Gestos usuais nos rituais fúnebres como desferir golpes contra o próprio peito, ou arranhar o rosto em sinal de lamentação e desconsolo, de um modo geral, eram tidos como condutas essencialmente femininas.

Erkes (2011:57) argumenta, no entanto, que qualquer interpretação histórica embasada na inflexibilidade destas premissas tende a ser conservadora e normativa, uma vez que, por meio da crítica textual, pode-se observar, não sem maiores críticas por parte dos moralistas, o envolvimento de homens nas chamadas práticas femininas. Se, por um lado, por meio dos discursos aristocráticos pode-se observar um movimento de padronização do luto com base na configuração sexual dos indivíduos – inclusive no que concerne ao prazo diferenciado do luto concedido ao homem e à mulher -, por outro lado, a

⁷⁸ Tradução nossa. No original: “*Women expressed their grief during the funeral ritual in a threefold way: by lamentation, the singing of dirges (neniae), and by crying out with sorrow (eiulatio, lessus). The non-discursive expressions of mourning, such as crying out, are described as feminine practices par excellence (...), groaning (gemitus) on the other hand is associated with men*” (ERKES, 2011:44).

transgressão ou mesmo a resistência a estes mesmos preceitos, a nosso ver, constitui práticas específicas de produção de subjetividades.

É nesse sentido, presumimos, que o choro de Adriano na História Augusta ganha sentido, porquanto nos possibilita entrever, a partir da morte de Antínoo, uma relação com o luto e com a memória de um indivíduo de *status* social inferior que, ao que tudo indica, era *sui generis* e inesperada de um *vir* romano. Não se trata, portanto, de um discurso aludindo a uma suposta *molitia* por parte de Adriano, tampouco a sua qualificação como *cinaedus*, *pathicus* e outros adjetivos pejorativos empregados com o fito de outorgar a um indivíduo os signos de efeminado. É inegável que o referido excerto trata-se, em última instância, de um desafio à masculinidade, mas, deve-se reconhecer que este foi elaborado a partir de características próprias.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerar a *estética persuasiva* da História Augusta, e recolocá-la na qualidade de um texto biográfico elaborado com o intuito de criar o caráter dos indivíduos que retrata, significa explorar apenas parte de seu potencial como fonte histórica. O cotejo com as demais biografias que compõem o referido compêndio, a comparação entre o perfil dos indivíduos apresentados nas narrativas, mesmo se nos limitássemos apenas à temática de gênero e sexualidade adotada neste estudo, infelizmente ultrapassaria em muito o escopo deste estudo. Assim, longe de ter finalizado qualquer coisa sobre a *Vita Hadriani*, reconhecemos que toda a feitura do conhecimento histórico exige recortes e limites, sejam eles temáticos, cronológicos ou geográficos.

A partir das propostas iniciais desta pesquisa, procuramos apresentar como as anedotas concebidas sob as temáticas de sexo e gênero - pensadas, neste caso, a partir de um grupo social específico, a aristocracia senatorial romana - são mobilizadas dentro de um discurso específico (a Vida de Adriano) com o intuito de construir um caráter para o personagem retratado pela narrativa. Deve-se reconhecer, portanto, que as anedotas referentes ao descontrole sexual de Adriano, por exemplo, deveriam ser relacionadas à crueldade, à covardia diante da morte, e a outras passagens (verídicas ou não) que foram incorporadas na tessitura textual para fins de composição de um personagem nefasto.

Na qualidade de principal fonte histórica sobre a vida e o principado de Adriano, a *História Augusta* não o apresenta como um indivíduo portador de uma sexualidade conhecida nos tempos modernos como homossexual. Ao contrário, mesmo fazendo referência ao envolvimento amoroso e sexual de Adriano com outros homens, a *Vita Hadriani* lança mão de uma interpretação pautada em preceitos morais e políticos pertencentes ao período imperial romano, e quiçá vigentes à época de sua composição.

Reconhecendo o caráter arbitrário (e político) das assertivas contidas na *História Augusta*, convém consultar as informações oriundas de outro suporte: as cunhagens numismáticas da época de Adriano. Enquanto um suporte oficial padronizado e produzido sob a chancela da autoridade política romana, presumimos que as moedas carregam consigo uma visão específica dos referenciais de gênero e sexualidade, e que destoa daquele proposto pelo autor da *Vita Hadriani*.

CAPÍTULO IV

O IMPERADOR E SUAS VIRTUDES: ADRIANO E AS REPRESENTAÇÕES NUMISMÁTICAS

I – A MOEDA E ANTIGUIDADE – APROXIMAÇÕES INICIAIS

A precisão no estabelecimento de cronologias, datas e sucessões políticas, as informações sobre os sistemas monetários e leis econômicas de diversos períodos históricos, o auxílio na datação dos sítios arqueológicos e o reconhecimento de modificações e adaptações de estilos artísticos ao longo dos séculos, seriam, *a priori*, alguns dos possíveis benefícios advindos da utilização da moeda como fonte interdisciplinar de conhecimento sobre as sociedades antigas e modernas. A referência a aspectos históricos obliterados pelas fontes escritas, do mesmo modo, reforçaria ainda mais os êxitos advindos da utilização da documentação numismática nesta finalidade (DUNCAN-JONES, 1994:98-99; CARLAN, 2008:137; CABANES, 2009:93).

Ao menos no âmbito das Ciências Sociais, a numismática se relaciona principalmente com a História Política, Antropologia, Economia, Semiótica, Arqueologia e História da Arte. Estudos empreendidos no âmbito da estatística, mas também da física nuclear, da mesma forma, têm possibilitado uma utilização cada vez mais segura deste suporte documental para o crivo da História, disciplina cujas raízes se firmaram (e ainda permanecem) sobre documentos escritos (FUNARI & CARLAN, 2012:18).

O interesse pela moeda é muito antigo, e a prática de colecioná-las pode até mesmo conduzir-nos à época e ao contexto histórico de sua consolidação enquanto meio de troca: a Antiguidade Greco-Romana. O profundo interesse dos intelectuais da Renascença pelo mundo antigo, com efeito, extrapolou o âmbito da literatura, e a nobreza italiana (amparada naquele momento por um processo de secularização da cultura) passou a adquirir, por interesse particular e rivalidade política entre os seus patronos, verdadeiras “obras de arte” e objetos gerais oriundos da Roma Antiga.

Se, por um lado, a prática do colecionismo teria estimulado o estudo sistemático das moedas, por outro lado, o antiquarismo tornou-se uma atividade restrita às famílias de origem nobre, já que eram estas pessoas que à época detinham recursos financeiros suficientes para a manutenção de hábitos deste tipo (CARLAN, 2007:21). Assim, ao passo

que o interesse moderno pelas moedas remonta ao século XVI, a elaboração, na modernidade, de um campo de estudo sobre os diversos sistemas monetários a partir das moedas só teria se concretizado no limiar entre os séculos XVIII e XIX, com a constituição da Numismática como disciplina (FUNARI & CARLAN, 2012:17). A falta de preocupação com os contextos e a ausência de métodos científicos de coleta, datação e escavação dos inúmeros sítios arqueológicos explorados pela “caça ao tesouro” deste período, aliás, tampouco nos permite constatar, a partir de tais práticas, a constituição científica da Arqueologia (TRIGGER, 2004:38).

Na qualidade de pedaço de metal cunhado por uma autoridade com a finalidade de servir como meio de troca, a moeda (e todo o universo semântico, econômico, político e simbólico a ela associado) está indissociavelmente ligada à história do Mediterrâneo Antigo, de onde é oriunda. Assim, ao passo que a sua utilização para a compreensão dos pormenores econômicos e políticos das sociedades contemporâneas seria de primeira importância, no que concerne aos estudos sobre a Antiguidade Greco-Romana, com efeito, a numismática seria, no mínimo, imprescindível. Assim, com o fito de aproximar-nos das cunhagens emitidas durante o governo do imperador romano Adriano (Século II), parece-nos oportuno discorrer sobre algumas das características da moeda imperial romana.

A alusão à famosa passagem sobre Jesus e o imposto romano narrada nos evangelhos sinópticos, presumimos, configura uma ocasião profícua para o início de uma reflexão (sem dúvida preambular) acerca das emissões monetárias dos primeiros séculos do Império Romano. De antemão, com base no excerto bíblico do evangelho de Mateus, ressaltamos os aspectos político e econômico compreendidos de maneira indissociável nas moedas, em geral, e nas romanas, em particular:

‘Mostrai-me a moeda do imposto’. Apresentaram-lhe um denário. Disse ele: ‘De quem é esta imagem e a inscrição?’. Responderam-lhe: ‘De César’. Então lhes disse: ‘Devolvei, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus’.
(MATEUS, 22, 19-21. *apud*: FUNARI & CARLAN, 2012:23).

Por um lado, a associação entre a taxaço tributária e o denário evidencia o seu uso em âmbito provincial na qualidade de moeda corrente, ou mesmo como medida padrão para o câmbio. É bem verdade que os *aes* também teriam sido empregados com regular assiduidade nas províncias com finalidade similares e também no comércio. Também se deve reconhecer que o referido recolhimento, com efeito, poderia ocorrer em espécie. A

centralidade do *denarius* como moeda referencial durante os três primeiros séculos do principado, no entanto, não pode ser subestimada, uma vez que outras moedas (de maior ou menor valor) romanas seriam calculadas, mesmo com as variações ao longo dos períodos históricos, a partir desta (GREENE, 1990:61; HARL, 1996:73).

Por outro lado, de maneira concomitante, a referência à representação de César e às respectivas inscrições que a moeda possivelmente carregava, com efeito, apresenta-nos uma peculiaridade das cunhagens romanas à época imperial: a chamada simbologia do poder (FLORENZANO, 2015:20). O retrato do imperador acompanhado de uma inscrição referente à sua trajetória política e militar é a cunhagem padrão do anverso das moedas romanas. Não se trata do emprego de um padrão único para cada imperador, já que a cumulação de cargos e títulos também variava durante o seu período de governo. Já o reverso traz representações ainda mais variadas, podendo ainda fazer referência a símbolos religiosos, edifícios, divindades, localizações geográficas e até mesmo membros da família do imperador (DUNCAN-JONES, 1994:98).

Permeadas de pretensões ideológicas e políticas, as representações dos governantes nas cunhagens monetárias configuram uma tradição que remonta ao período helenístico readaptada e utilizada em contexto imperial romano até tempos posteriores. Sobre a extensão da mensagem transmitida pelas moedas neste período, Funari & Carlan (2012) salientam que:

Por meio da imagem, a mensagem política de um governo era transmitida aos seus governados, analfabetos em sua maioria. Não podemos subestimar o fato que, até o século XX, a maioria das pessoas era analfabeta e que as imagens, em geral, e nas moedas, em particular, constituíam um elemento central de identificação (...). Atuavam como um meio de propaganda, onde as representações, em seus aversos e reversos, legitimavam seu poder (FUNARI & CARLAN, 2012:65-66).

Segundo Georges Depeyrot (1987:55) as moedas cunhadas em ouro, prata ou bronze carregavam imagens e pretensões distintas entre si, e estavam destinadas a públicos heterogêneos. As moedas de ouro – acompanhadas das emissões de medalhões – teriam uma circulação mais restrita, e as “mensagens” ideológicas cunhadas nestas moedas estariam endereçadas a uma população já sensibilizada com as propagandas imperiais. Já o bronze, em contrapartida, seria destinado ao uso cotidiano de um público mais vasto, e traziam consigo a finalidade de popularizar temas mitológicos e militares das propagandas

imperiais. Por fim, as cunhagens de prata, segundo o autor, desempenhariam um papel ambíguo e oscilante entre estes dois padrões, ora reproduzindo temas centrais, comemorativos e grandes acontecimentos, ora fazendo referência a temas considerados menores (DEPEYROT, 1987:55).

Se a proximidade entre política e economia, bem como representação iconográfica de autoridades nas cunhagens romanas configuram a permanência e intercâmbio de tradições mediterrânicas anteriores, presume-se que uma melhor compreensão sobre as moedas da época imperial de Roma, com efeito, implica na apresentação do próprio fenômeno monetário operado pelas emissões monetárias no Mediterrâneo Antigo, iniciado na Lídia, localizada Ásia Menor e atual Turquia, em meados do século VII a.C. (FLORENZANO, 2001:49; FUNARI & CARLAN, 2012:24-25).

II – ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA – O SURGIMENTO DA MOEDA ANTIGA

A cunhagem de moedas não configura uma atividade humana universal e trans-histórica: embora popular em nosso meio, a moeda nem sempre existiu, e mesmo impérios de grande envergadura e complexidade social como o maia, o asteca e o inca (no caso do continente americano) não fizeram uso deste instrumento em suas respectivas transações. A utilização de objetos valiosos empregados como meio de troca, segundo Funari & Carlan (2012:20-21), teria sido usual em diversas sociedades, e até mesmo as arriscadas etimologias, tanto antigas quanto modernas, aludem a objetos como o sal e a cabeça de gado tomados, neste caso, como medidas anteriores à moeda cunhada.

No caso da História das sociedades do Mediterrâneo Antigo, a introdução e uso corrente da moeda geralmente são vistos como uma verdadeira inovação tecnológica, porquanto representa a passagem (para alguns estudiosos, a evolução) da utilização de instrumentos de troca variáveis para o uso corrente da moeda cunhada. A proeminência dada à moeda, com efeito, faz com que os estudiosos, por vezes, classifiquem tanto o período histórico quanto os objetos de troca que a antecedem como “pré-monetários” ou “primitivos” (FLORENZANO, 2001:49).

Em seu estudo sobre as origens da moeda, Maria Beatriz Florenzano (2001:50; 2000:02) destaca que, desde os pródromos da Idade do Bronze, teria se tornado usual entre as populações do Mediterrâneo Antigo a valorização e conseqüente utilização de

instrumentos metálicos como meio circulante: a tradição de conhecimento e manuseio dos metais, segundo a estudiosa, chegava mesmo a atribuir qualidades consideradas mágicas àqueles que dominassem a técnica da metalurgia no Egito e Mesopotâmia antigos. No contexto grego posterior, especificamente, os poemas homéricos também reforçariam esta tradição de trocas mediadas por objetos metálicos com pesos e formatos padronizados, como barras metálicas, lingotes e até mesmo espetos (FLORENZANO, 2000:05-06).

A prática de marcação e assinatura de documentos com símbolos e imagens por meio de cunhos, da mesma forma, também configurava uma prática corrente em diversas civilizações mediterrânicas (FLORENZANO, 2001:50). Funari & Carlan (2012:25), ao fazerem alusão a esta tradição, observam que a utilização de selos em vasos cerâmicos e outros materiais fazia parte do cotidiano, e a própria escrita cuneiforme, há muitos séculos, já era derivada deste tipo de trabalho. É importante ressaltar, no entanto, que nem todo material estampado estaria relacionado a funções econômicas (FLORENZANO, 2000:03).

No que concerne à cunhagem monetária, por seu turno, a aplicação de um selo sobre a peça metálica representaria o controle e a fidedignidade de uma autoridade política sobre a quantidade de metal da peça cunhada. Para além da facilidade nas trocas do cotidiano, outorgava-se ao governante (responsável pela emissão da moeda) a confiança esperada em uma transação comercial. Em outras palavras, a cunhagem sobre o fragmento de metal asseguraria ao seu proprietário que o material que estava sob sua posse era realmente possuidor da quantidade de metal que preconizada, de tal maneira que, à sua utilização em qualquer tipo de transição, não seria necessária uma nova aferição de seu valor real e também da sua pureza (FUNARI, 2003:49; FUNARI & CARLAN, 2012:25).

Assim, conforme já mencionado, as primeiras moedas teriam sido cunhadas nas cidades gregas da Lídia, na Ásia Menor. Emitidas em formato esférico e com peso de 4,71 gramas, as primeiras moedas do rei Aliates possuíam a dimensão de 13 x 10 x 4 mm, e o seu material fundamental seria uma liga metálica (natural daquela região, e composta por ouro e prata) conhecida como *electrum*, e a figura leonina cunhada pelo governante no pequeno pedaço de metal, com efeito, assegurava a quantidade e a qualidade esperadas.

As representações imagéticas cunhadas nas moedas também variavam conforme a cidade emissora, e poderiam inclusive possuir um caráter mágico e apotropaico: daí a necessidade de um cotejo com outros suportes e objetos da arte religiosa (FLORENZANO, 2000:59; FUNARI & CARLAN, 2012:70). Ao comentar as distintas representações iconográficas das moedas gregas, Florenzano (2001) faz o seguinte questionamento:

Nos períodos arcaico e clássico, as moedas trazem imagens de características geográficas locais de uma cidade e especialmente as imagens de divindades e de seus atributos. De modo geral, estas têm sido interpretadas como uma demonstração da religiosidade do grego antigo ou como uma indicação segura da presença de determinado culto em uma cidade (...). O que significa, por exemplo, na cunhagem de Metaponto, uma espiga de trigo com um gafanhoto, a principal praga que assola esse tipo de plantação? Ou então, que sentido tem o touro na cunhagem de Síbaris no sul da Itália? (...) (FLORENZANO, 2001:57)

Seja como for, a partir da padronização dos pesos, e também da assinatura simbólica impressa na moeda por esta mesma autoridade, pretendia-se assegurar, sob a chancela de um rei, de um Estado, de uma cidade ou de uma confederação, um valor específico à moeda. É por este motivo, como demonstraram Funari e Carlan (2012:26), que a moeda na Antiguidade não pode ser pensada apenas em seus aspectos econômicos, mas também políticos. Uma análise etimológica segura, enfim, pode-se concluir que a própria denominação como *nomisma*, em grego antigo, é indissociável da ideia de lei, daí o seu caráter de objeto legal.

Embora originária da Ásia Menor, a moeda também se tornaria um meio circulante nas cidades gregas espalhadas ao longo do Mar Egeu e nas colônias gregas fundadas na Península Itálica, a oeste do Mediterrâneo, a partir do ano 500 a.C. O *electrum*, neste caso, foi substituído pela prata pura, e a adoção da prática de cunhagem com anverso e reverso também se tornou usual neste período. A utilização do ouro para fins monetários, de acordo com Kevin Greene (1990:48), ainda era bastante esporádico entre as cidades gregas, mas bastante comum entre os persas.

Não há consenso entre os estudiosos quanto aos motivos que capitanearam o processo de adoção e expansão das moedas na Grécia continental nos séculos seguintes às primeiras cunhagens na Lídia (FLORENZANO, 2000:18). Segundo Funari (2003:49), o surgimento das moedas em âmbito grego estaria diretamente relacionado a um contexto de transformação política e cultural protagonizado pelas cidades gregas neste período, e, de acordo com o seu argumento, seriam três os motivos que conduziram à proliferação da moeda em âmbito helênico:

O surgimento das moedas liga-se, desta forma, a três transformações culturais notáveis da Grécia nos idos do século VII a.C. Em primeiro lugar, é o desenvolvimento da pólis (cidade autônoma) e da vida política que permitirá, a médio prazo, a organização de cunhagens de moedas. Em segundo lugar, a

complexificação crescente das trocas comerciais exigia a introdução de meios práticos e confiáveis de troca. Esse fator foi ressaltado pelos próprios autores antigos, como Aristóteles, e estava na base da sofisticação métrica que as moedas logo sofreram. Em terceiro lugar, um fator crucial na popularização do uso da moeda foi a alfabetização (FUNARI, 2003:49).

Quanto aos períodos históricos subsequentes, por sua vez, as emissões monetárias das inúmeras cidades do Mediterrâneo são interpretadas como resultantes de ocasiões específicas, como a aceleração das questões financeiras nas cidades, a permanente manutenção de exércitos e também finalidades tributárias: em suma, sempre “em resposta a estímulos diversificados, mas relacionados sempre com necessidades específicas e pontuais” (FLORENZANO, 2000:22). Se concordarmos com esta assertiva, por seu turno, devemos reconhecer que o desenvolvimento das cunhagens em Roma teria seguido uma trajetória própria que também deve ser explicitada.

III – A MOEDA ROMANA E A EXPERIÊNCIA IMPERIAL NO MEDITERRÂNEO

Os estudos que versam acerca da adoção, desenvolvimento e características das emissões monetárias em Roma têm procurado interpretá-la em associação com o próprio processo de consolidação da hegemonia romana, primeiro na Península Itálica, e posteriormente no Mediterrâneo. A expansão imperialista sobre outros territórios, bem como as grandes modificações políticas que marcam a transição entre o período republicano e o principado, com efeito, também se fizeram sentir nas cunhagens.

Segundo Kevin Greene (1990:48), antes da utilização da moeda, as populações nativas da Itália também realizavam as suas trocas a partir de peças metálicas de bronze dessemelhadas (*aes rude*). A partir do século IV a.C. os irregulares lingotes metálicos tenderam à uniformização, e já apresentavam simples marcações. As primeiras cunhagens de moedas romanas em bronze, com efeito, teriam se iniciado a partir de 289 a.C. e o seu formato principal era baseado naquele do *as*. Deve-se destacar que já neste período, as enormes moedas de bronze (denominadas como *aes grave*) eram pensadas como uma unidade passível de ser dividida em submúltiplos (GREENE, 1990:48).

As primeiras cunhagens em prata, da mesma forma, também teriam se iniciado em meados do século III a.C. e a influência das cunhagens gregas empreendidas nas colônias da Itália, com efeito, parecem ter sido o seu principal referencial. O denário, por sua vez,

teria sido cunhado cerca de 211 a.C, e sua instauração caracteriza uma ruptura fundamental neste processo e marca a adoção da prata (em detrimento do bronze) como padrão de valor entre os romanos. Assim, também por influência do confronto bélico com os cartagineses, à moeda romana foi estabelecido o seguinte padrão:

De agora em diante a prata se tornou o padrão de valor, em detrimento do bronze, e o *as* com suas subdivisões continuou a declinar, em tamanho e peso. Um *denarius* de prata era equivalente a dez *asses* de bronze (...). A cunhagem romana estava assentada, portanto, em um consistente padrão de denominações com o ouro, a prata e o bronze, e, estas denominações perduraram até o término do período republicano, e ainda proveram as primeiras fundações do sistema monetário à época imperial⁷⁹ (GREENE, 1990:48).

Convém destacar que, ao longo do tempo, a relação entre o denário e as outras moedas também variou, embora este último tenha permanecido como o referencial principal para operações de câmbio. O estabelecimento, sob Augusto, de um novo regime de poder, representou outra modificação de significativa importância no sistema monetário romano. A concentração de grandes porções de metal oriunda dos espólios de guerra conquistados nos últimos séculos, por um lado, e a unificação do *denarius* como moeda de troca nas províncias tendo em vista o aprimoramento da extração tributária, por outro lado, ampliaram o espaço de atuação econômica do referido meio circulante romano em todo o Mediterrâneo.

Por meio do aperfeiçoamento do peso e da composição metálica (em termos de pureza) do *aureus* e também do *denarius*, as reformas monetárias de Augusto modificaram o valor de todas as demais moedas. A adoção do padrão de quarenta *aurei* por um *pondus* de ouro, e de quarenta *denarii* para esta mesma medida de prata, com efeito, tornou-se uma das marcas do principado de Augusto, e permaneceria em vigência até o principado de Nero, cujas regulações de peso passariam então a ser pensadas a partir da proporção de quarenta e cinco *aurei* e noventa e seis *denarii* pela mesma quantidade de seus respectivos metais (GREENE, 1990:49).

As regras estabelecidas por Augusto, com efeito, também foram adotadas nas casas de cunhagem instaladas nas províncias, e os valores monetários, enfim, passaram a seguir a

⁷⁹ Tradução nossa. No original: “Henceforth silver became the standard of value rather than bronze, and the *as* subdivisions continued to decline in size and weight. One silver *denarius* was equivalent to ten bronze *asses* (...) Roman coinage was now set into a consistent pattern of gold, silver and bronze denominations which lasted throughout the republic and provided the foundations for the monetary system of Roman empire” (GREENE, 1990:48).

seguinte relação: a partir da ascensão de Augusto, um *aureus* equivalia a vinte e cinco *denarii*; um denário correspondia a quatro sestércios; um sestércio valia o mesmo que dois *dupondii*; um *dupondius* equivalia a dois *asses*; um *as* era similar a dois *semisses*, ou quatro *quadrantes*. O incentivo às cunhagens fracionárias, especificamente a dos *quinarii*, também foi uma das características da reforma empreendida pelo primeiro imperador (GREEN, 1990:49; HARL, 1996:76).

O suprimento metálico utilizado na referida empreitada seria decorrente de dois tipos de duas propostas principais. A primeira delas é derivada da própria atividade imperial romana sobre o Mediterrâneo: de acordo com Harl (1996:78), a guerra e a conquista teriam desempenhado um papel fundamental no sentido de prover recursos metálicos para as cunhagens em questão. Os espólios oriundos das *Hispaniae* e do Egito, por exemplo, teriam sido cunhados em forma de *aurei* e *denarii* sob seu governo. O tesouro oriundo dos ptolomaicos, guardado em templos e cofres reais, teriam tido o mesmo destino, e também foi transformado em moeda.

A segunda, também relacionada à imposição imperialista de Roma sobre outros territórios, seria a mineração. Com a instalação do novo regime político, as explorações de reservas metálicas nas *Hispaniae*, na Dácia e também na região da Anatólia também teriam sido subordinadas à produção de moedas, impactaram de maneira significativa sobre diversos tipos de transações nos primeiros séculos do Império, embora já estivesse sob o controle dos romanos desde a sua tomada dos púnicos nos séculos anteriores. Em suma, a reforma monetária capitaneada por Augusto é apresentada por Harl (1996) sob os seguintes termos:

Entre 30 e 27 a.C. Augusto converteu os espólios de três continentes em *aurei* e *denarii* para quitar débitos de guerra e financiar programas construtivos, cerimônias e distribuições cujas somas totalizariam ao menos 750 milhões de denários (p.75). (...) O ouro, até então imobilizado como oferendas até os quinze anos finais da República, tornou-se novamente parte do dinheiro do mundo Mediterrâneo. O crescimento do abastecimento monetário do Império Romano pode, em parte, ser atribuído à mudança de uma moeda de prata para outra de ouro entre os reinados de Augusto e Constantino⁸⁰ (HARL,1996:77).

⁸⁰ Tradução nossa. No original: “In 30-27 B.C. Augustus converted the spoils from three continents into *aurei* and *denarii* to pay off war debts and to fund building programs, ceremonies, and distributions costing at least 750 million *denarii* (p.75). (...) Gold, immobilized in plate and votive offerings up until the last fifteen years of Republic, became again an integral part of the money supply of the Mediterranean World. The growth of the money supply of the Roman Empire can in part be told as the shift from a silver to a gold currency between the reigns of Augustus and Constantine” (HARL, 1996:77).

As considerações que os estudiosos têm apresentado sobre a variação das escalas de valor entre uma moeda e outra, e da própria composição metálica utilizada nas cunhagens romanas, por vezes retoma a questão da escassez ou abundância destes mesmos metais. Em linhas gerais, argumenta-se que o aviltamento monetário, ou mesmo a diminuição de metal empregado nas mesmas caracterizam situações de penúria financeira: a diminuição na quantidade de prata teria sido uma medida inevitável (DUNCAN-JONES, 1994:104-105).

Segundo Richard Duncan-Jones (1994:103), entre os anos 180 e 220 teria havido uma progressiva diminuição da utilização de ouro e prata nas cunhagens em decorrência de queda nas atividades de mineração. Embora reconheça que o período logo posterior ao reinado de Marco Aurélio possua amplas evidências de escassez de prata, e que sob os Severos as emissões em ouro também teriam sido bastante raras, o estudioso aponta outro fator fundamental: além da insuficiência de metal, as despesas imperiais e a manutenção dos exércitos tornaram-se uma despesa bastante onerosa para Roma.

De maneira similar, Kenneth Harl (1996:82-83) salienta que Roma dependeria de uma reserva metálica considerável para a manutenção e estabilidade, em médio prazo, do seu sistema monetário. É bem verdade que muitas moedas cunhadas em períodos anteriores, assim como muitas estátuas teriam sido reaproveitadas e foram transformadas em dinheiro. O paulatino esgotamento dos recursos naturais, no entanto, significou uma alta exorbitante nos preços, e o êxito econômico alcançado nos dois primeiros séculos do principado também teria sido comprometido por estes fatores.

Muitas das regras estabelecidas por Augusto no que concerne aos padrões de peso, pureza e medida das moedas, em decorrência do agravamento destes fatores, foram se tornando inviáveis nos séculos seguintes, e a moeda romana, aos poucos, passou a adquirir características bastante peculiares. A adesão de padrões bimetalicos, aliás, tem sido interpretado pelos estudiosos como uma “solução” para os percalços econômicos enfrentados pelo Império Romano no limiar entre os séculos II e III.

A elevação da pureza da prata na cunhagem dos denários a 98% é interpretada pelos estudiosos como uma das propostas mais exitosas de Augusto dentro de sua reforma político-monetária. O decréscimo no volume deste metal nas dinastias seguintes, no entanto, tornou-se um processo praticamente irreversível. Assim, ao passo que no tempo de Vespasiano a quantidade de prata por *denarius* ainda totalizava 91.75%, sob Marco Aurélio a moeda em questão era emitida com apenas 78% deste mesmo metal. A composição dos *denarii* à época dos Severos chegou a apresentar um volume de prata

pouco maior que os 50%, e, com Heliogábalo, a prata totalizava pouco mais que 45% do peso total de um denário (DUNCAN-JONES, 1994:224; Cf. **Tabela 01**, abaixo).

TABELA 01: AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO *DENARIUS*, SEGUNDO RICHARD DUNCAN-JONES (1994:227).

Emperor	Denarii per pound of silver	Median fineness (%)	Target denarius-weight
Augustus	84.9	98	3.80
Tiberius	86.1	98	3.75
Claudius	86.1	98	3.75
Nero, 54–64	89.4	97.5	3.63
Nero, 64–8	100.7	93.5	3.36
Vespasian	103.2	91.25	3.36
Titus	98.6	92.5	3.47
Domitian, 82–5	92	97.9	3.51
Domitian, 85–96	96.4	93.5	3.51
Nerva	97.8	93.25	3.47
Trajan	102.9	91.5	3.36
Hadrian	104.6	90	3.36
A. Pius	107	88	3.36
M. Aurelius	120	78.5	3.36
Commodus, 180–6	134.4	74.5	3.16
Commodus, 187–92	152.3	73.4	2.83
S. Severus, 193–8	156.4	64	3.16
S. Severus, 198–211	169.6	55.5	3.36
Caracalla	192	51	3.23
Elagabalus	228	45.5	3.05
S. Alexander	226.8	45	3.10

De acordo com os dados apresentados na tabela elaborada por Duncan-Jones (1994:227; Cf. **Tabela 01**), pode-se reconhecer, por um lado, uma diminuição não apenas do peso esperado para o *denarius*, como também da quantidade de prata utilizada em sua feitura. Para Greene (1990:58-60) a adoção destas medidas conduziu a uma nova realidade econômica marcada pela inflação. Para este estudioso, a desvalorização do denário teria conduzido a um progressivo abandono das moedas de menor valor cunhadas em bronze, especificamente as subdivisões do *as*.

Destaca-se neste modelo explicativo o fato de a economia romana ter sido (supostamente) regida à maneira de uma economia de mercado moderna, com base nas forças “invisíveis” de oferta e demanda operantes na lógica de mercado. A moeda, com efeito, ocuparia um papel central neste modelo, já que, por vezes, a simples presença desta última é tomada por alguns estudiosos como a prova fidedigna de que as sociedades do

Mediterrâneo Antigo seriam regidas por uma economia de mercado (FLORENZANO, 2001:54-56). A simples existência de um sistema monetário, no entanto, não nos poderia conduzir a esta simples constatação, e a proximidade com os ásperezos debates sobre a economia antiga, argumenta Greene (1990:50-12), torna a questão ainda mais complexa.

À primeira vista, de um lado, situaram-se os estudiosos que interpretam a expansão monetária no Império Romano como um empreendimento limitado, restrito às cidades e desprovido de uma política estatal permanente controlando as emissões. De outro lado, no entanto, posicionaram-se aqueles que interpretaram o processo de monetarização romana enquanto uma atividade de grande escala e regulada com assiduidade e consciência econômica pelas autoridades políticas romanas. Este controle, conforme procuramos demonstrar, se manifestaria em interferências pontuais, mas dotadas de plena percepção quanto aos fatores econômicos do Império: o controle sobre as práticas de mineração, as atribuições de peso e pureza das moedas, nesse sentido, também seriam interferências operadas sob esse prisma (GREENE, 1990:50).

As interpretações sobre a economia antiga, concebidas, *grosso modo*, a partir de ideais de continuidade e/ou ruptura em relação à Economia Política moderna, por vezes retoma a famosa contenda entre os chamados primitivistas e os modernistas. Apesar de o debate em questão ter ganhado novas nuances em tempos mais recentes, a permanência de perspectivas interpretativas conflitantes ainda pode ser observada em diversos estudiosos da Economia Antiga. Conforme apresentado por Paulo Pires Duprat (2015):

Os “primitivistas” insistem que há um grande hiato que nos separa da Antiguidade e consideram que a economia antiga tinha limites intrínsecos que cercavam o seu desenvolvimento; os “modernistas” procuram características modernas na economia antiga, tentando minimizar as diferenças que existem entre esta e a economia dos séculos XIX e XX, pois acreditavam que a Revolução Industrial poderia ter ocorrido na Antiguidade (DUPRAT, 2015:13-14).

A influência de Finley (1980) sobre os estudiosos que se debruçaram sobre os estudos da economia antiga não pode ser menosprezada. O historiador estadunidense argumentava que a Antiguidade Greco-Romana precisaria ser pensada em termos distintos das economias modernas, já que se trataria de uma configuração econômica que em momento algum conseguiu se constituir enquanto um sistema econômico que fosse um conglomerado de mercados interdependentes. Engastada, a economia antiga, neste caso, preconizaria a produção agrícola visando à subsistência, e o comércio entre as distintas

regiões, para além do seu tamanho limitado, também era prejudicado pela incompetência técnica no que concerne aos transportes a longa distância (DUPRAT, 2015:16).

No livro *A Economia Antiga*, Finley (1980) reitera a suposta feição mediterrânica do mundo greco-romano, e argumenta que a interiorização para territórios que hodiernamente correspondem à França, à Bélgica e à Inglaterra, em decorrência do alto custo dos transportes terrestres, não foi acompanhada do redimensionamento das “vantagens do tráfico mediterrânico, exceto nas zonas situadas nas proximidades de rios navegáveis” (FINLEY, 1980:38). Essas assertivas, no entanto, não resistem a uma análise fundamentada sobre o cotejo com a documentação material obtida a partir das intervenções arqueológicas realizadas na Península Ibérica, mas também em outras localidades, como a antiga província romana na *Britannia*.

Cada vez mais usual nos estudos sobre a Antiguidade Romana, os artefatos de uso cotidiano – como as ânforas, por exemplo – têm possibilitado uma interpretação privilegiada sobre a economia antiga que destoa da ótica normativa apresentada por Finley (1980) e outros estudiosos (FUNARI & GARRAFFONI, 2006:54; DUPRAT, 2015:19). A revisitação arqueológica tem propiciado a compreensão da experiência imperial romana na *Baetica* e na *Lusitania*, por exemplo, e elucidado os seus respectivos papéis como produtoras e distribuidoras de produtos agrícolas para diversas localidades do Império Romano: inseridas, portanto, na lógica que Funari (2014:22) e Duprat (2015:162) denominaram de mercado mundial, a saber, o comércio interprovincial.

Outro aspecto fundamental sobre a moeda à época imperial romana diz respeito ao estabelecimento de representações iconográficas do imperador (e de todo o manancial simbólico e político a ele associado) no anverso e no reverso de todas as moedas romanas. É inegável que, ainda no período republicano, as cunhagens já serviam como instrumento de afirmação política das grandes famílias. Com a instalação do regime de *princeps*, no entanto, a referida prática teria adquirido uma nova configuração. Segundo Florenzano (2003):

Depois do declínio do classicismo grego, os romanos não tardaram em aproveitar esse suporte tão eficaz para fazer circular as imagens de seu poderio, seja durante a República, estampando em suas moedas os bustos dos fundadores das principais famílias patrícias e a representação de suas realizações, seja no Império quando as moedas traziam o retrato do Imperador, da família imperial e dos feitos militares e de conquistas ou dos benefícios que promoviam em prol da população (FLORENZANO, 2003:19).

Em linhas gerais, a interpretação das representações iconográficas das moedas antigas (por vezes associado às inscrições nelas contidas) tem procurado estabelecer a sua utilização como fonte histórica e arqueológica a partir de alguns referenciais específicos e compartilhados de maneira quase consensual entre estudiosos nacionais e internacionais. Ainda que haja dissonâncias sobre o caráter objetivo e/ou subjetivo intrínseco às interpretações, considerações similares podem ser elencadas. Assim, com o fito de explicitarmos a metodologia escolhida para a análise das imagens monetárias de Adriano, apresentamos, a seguir, uma síntese desses pressupostos.

Em primeiro lugar tem-se considerado o caráter oficial da moeda, a sua qualidade de documento emitido por uma autoridade política que assegura a sua fidelidade econômica. Logo, todas as referências e símbolos nela impressos estarão associados à instituição, dinastia, cidade, confederação ou governante que a cunhou. Esta postura é importante já que evidencia o potencial discursivo e político das pretensões da moeda: as cunhagens monetárias estão indissociavelmente associadas de atributos de autoridade e poder (FUNARI & CARLAN, 2012:68).

Em segundo lugar deve-se contextualizar historicamente a moeda e seus respectivos símbolos e imagens: a numismática, neste caso, é pensada como um meio para a compreensão de aspectos sociais, políticos, religiosos e econômicos da sociedade que a emitiu. Embora a ideia de atribuir fidedignidade a um pedaço de metal possa ser comum a diversas populações do Mediterrâneo Antigo, o distanciamento espacial e cronológico entre suas diversas sociedades deve ser respeitado. A associação entre a representação iconográfica, os símbolos e as inscrições que a moeda possa porventura conter também faz parte deste processo de contextualização: é imperativo reconhecer as analogias e associações entre todos os elementos internos apresentados na moeda.

Em terceiro lugar, para além do aspecto da fidedignidade econômica, a impressão aplicada à moeda tem sido pensada como um meio de comunicação no qual as autoridades emissoras, neste caso de maneira intencional, se propõem a transmitir mensagens políticas aos receptores da moeda. No caso das moedas romanas cunhadas à época imperial (tanto em Roma quanto nas províncias), tem-se reconhecido que as mais diversas imagens, símbolos, inscrições, representações humanas e alusões a personagens mitológicos e até mesmo divindades retratadas neste meio circulante estavam subordinados à arbitrária tarefa de transmitir ideias e pretensões elaboradas por sua autoridade emissora. Sobre a condição de meio de comunicação da moeda, Carlan (2007) assevera que:

Ao possuidor romano de uma determinada espécie monetária estranha, esta falava-lhe pelo metal, nobre ou não, em que era cunhada, pelo tipo e pela legenda. O primeiro informava-o a riqueza de um reino e os outros dois elementos diziam-lhes algo sobre a arte, ou seja, o maior ou menor aperfeiçoamento técnico usado no fabrico do numerário circulante, sobre o poder emissor e, sobretudo, sobre a ideologia político-religiosa que lhe dava corpo (CARLAN, 2007:07).

Se, por um lado, a eficácia das imagens neste processo comunicativo já foi enaltecida por diversos estudiosos, por outro lado, tem-se depositado pouca confiança na possibilidade de as legendas monetárias terem logrado êxito nesta mesma tarefa. Embora fossem vistas, não se sabe ao certo se estas poderiam ser lidas pela grande maioria da população. Descartar a informação pretendida pelas inscrições, no entanto, não nos parece a opção mais adequada para o estudo dessas moedas.

Em quarto lugar, a partir de uma interpretação que contempla elementos externos, sugere-se que suas representações imagéticas sejam cotejadas com outros referenciais artísticos que, dentro do mesmo contexto histórico, também façam referência aos mesmos personagens, símbolos e divindades cunhados na moeda. A ausência de uma função estritamente decorativa na arte grega antiga torna este exercício ainda mais desafiador e profícuo para o estudo da História e da Arqueologia, porquanto pode possibilitar ao estudioso a observação de aspectos pouco explorados, mas indissociavelmente relacionados à iconografia (FLORENZANO, 2001:59). A observação da moeda a partir de elementos externos implica considerar as emissões monetárias em série (FUNARI, 2003:50), sempre levando em conta as possíveis analogias e modificações em relação às emissões anteriores e posteriores àquela examinada.

IV – ASPECTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO PRINCIPADO DE ADRIANO

De acordo com a lógica esboçada no item anterior, as modificações no tamanho e na composição das moedas ao longo dos séculos estariam diretamente associadas à conjuntura política e econômica do Império Romano. Do ponto de vista da utilização da quantidade de prata utilizada para a cunhagem dos *denarii*, o principado de Adriano não apresenta modificações abruptas em relação às moedas emitidas à época de seu antecessor:

a variação entre um e outro é calculada em aproximadamente 1,5% (Cf. **Tabela 01**). À primeira vista, e levando em consideração apenas o testemunho oferecido pelas moedas, a época de Adriano parece não oferecer grandes modificações do ponto de vista econômico àqueles que se dedicam a observá-la (ROVIRA-GUARDIOLA, 2013:120). Analisado à luz de uma documentação mais ampla, no entanto, o principado de Adriano nos aproxima de medidas políticas e econômicas bastante peculiares, e que merecem ser destacadas.

Segundo Rovira-Guardiola (2013:120), as intervenções de Adriano sobre a economia teriam ocorrido de maneira pontual, e a validade dos seus decretos, por vezes, se configura como medidas locais aplicadas apenas a algumas cidades provinciais. A despeito da inexistência de uma resolução única contemplando todo Império, Adriano teria capitaneado políticas esporádicas que, quando observadas em conjunto, compõem um quadro de aprimoramento e controle na gestão e distribuição de recursos (ROVIRA-GUARDIOLA, 2013:120).

Algumas das medidas fiscais aplicadas por Adriano teriam ocorrido logo no início do seu principado. Dentre os episódios que nos foram transmitidos pela tradição textual antiga, destaca-se o perdão de dívidas de impostos da Itália e das províncias acumulados nos últimos quinze anos e que, juntos, supostamente totalizavam a importância de novecentos milhões de sestércios⁸¹. Da mesma forma teria se recusado todo o *coronarium aurum* da Itália e parte daquele oferecido pelas províncias por ocasião de sua ascensão ao posto imperial⁸².

Na História Augusta, o primeiro evento figura como uma tentativa, por parte do imperador, de assegurar a confiança e o apoio de todos. O aspecto propagandístico intrínseco ao perdão das dívidas, segundo Rovira-Guardiola (2013:121) se tornaria patente inclusive nas próprias cunhagens de Adriano do início do principado (**RIC. Vol. II, nº.590 B. Vide Catálogo, Ficha Nº 03**).

Para Duncan-Jones (1994:13), tais medidas precisam ser interpretadas com certo ceticismo, e, de modo algum associadas à ideia de uma possível pujança econômica sob Adriano. Em primeiro lugar, deve-se lembrar de que, antes de qualquer coisa, Adriano abandonou algumas províncias orientais conquistadas por Trajano, quiçá diante da possibilidade de um corte de gastos. Ademais, em segundo lugar, a condição de restaurador da ordem em muitas províncias também faz alusão a uma época de dificuldade econômica.

⁸¹ S.H.A. *Hadr.* VII,06.

⁸² S.H.A. *Hadr.* VI,05.

Assim, segundo Anthony Birley (1997:98), a tentativa de Adriano seria precisamente a de assegurar a subsistência e conseqüente contribuição tributária do corpo citadino a médio e longo prazo.

Os investimentos em obras de infraestrutura tanto em Roma quanto nas províncias também teriam sido constantes ao longo do principado de Adriano. Aliás, conforme já apresentado, a relação entre Adriano e suas províncias supera em muito seus antecessores e sucessores imediatos. As reformas portuárias e em edifícios destinados ao armazenamento de alimentos, bem como a criação de vias terrestres interprovinciais interligando as cidades atestariam a preocupação com o abastecimento (mas também com a tributação) de todos os territórios subordinados a Roma, tendo em vista o aprimoramento da *annona* (GAMBIN, 2012:150; ROVIRA-GUARDIOLA, 2013:122).

Modificações nos *tituli picti* das ânforas Dressel 20 têm sido atribuídos ao reinado de Adriano, e a percepção de que grandes modificações na produção e envase do azeite bético não teriam ocorrido neste mesmo período coexiste com a possibilidade de uma reforma na distribuição. Segundo Rovira-Guardiola (2013:125), as novas impressões sobre os contentores cerâmicos béticos estariam relacionadas ao aprimoramento das políticas de fisco e controle sobre as mercadorias desembarcadas no *Portus* romano, neste caso, capitaneadas por Adriano.

A intervenção de Adriano sobre o abastecimento de azeite, no caso em Atenas, foi retratada em inscrições epigráficas. Datada⁸³ do período entre 124 e 125, a *Lei de Adriano sobre o azeite ático*⁸⁴ lida com questões políticas e econômicas específicas à condição de Atenas sob o domínio imperial romano. Apesar de sua extensão, convém apresentar alguns excertos que tornem patente a interferência de Adriano na questão de provimento de recursos para as cidades do Império:

Os oleicultores entregarão um terço, ou um oitavo, se são donos dos domínios de Hiparco vendidos ao fisco, pois só estes têm esse regime. Irão entregando por partes, desde o momento que comecem a colher e na proporção do colhido, dando-se o devido aos coletores de azeite, que são os que atendem à necessidade pública. Declarar-se-á o montante do colhido aos coletores e ao arauto, entregando duas cópias e recebendo uma delas. A declaração será feita sob juramento e deverá incluir a quantidade total do recolhido, especificando, ainda, a quantidade obtida pelo trabalho de cada um dos escravos e libertos, com menção expressa dos seus nomes e, se vende o fruto obtido o dono da fazenda,

⁸³ Para Boatwright (2000:91), a lei seria de 126/127. Rovira-Guardiola (2013:122), em contrapartida, atribui a feitura aos anos 124 e 125 por ocasião de uma visita de Adriano a Atenas neste mesmo período.

⁸⁴ *Inscriptiones Graecae*, II, 1100. *Apud*: FUNARI, P.P.A. **Antiguidade Clássica. A história e a cultura a partir dos documentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p.90-91. Tradução de Pedro Paulo A. Funari.

ou o agricultor ou o recoletor. O exportador declarará, também, a esses mesmos funcionários, o quanto exporta, a quem e onde está ancorada a embarcação. Quem exportar sem ter declarado terá sua mercadoria confiscada, ainda que tenha entregado o devido à cidade.

Aquele que declarar falsamente, no que se refere à colheita ou em relação ao que quer exportar ou sobre a condição do seu domínio – se alguém comprou ao fisco algo que não havia sido de Hiparco e entrega apenas a oitava parte – sofrerá confiscação... Também o que transporta por mar declarará quanto leva de azeite e de quem obteve cada partida. Se for surpreendido, lançando-se ao mar sem declaração, sofrerá confiscação. Se vai zarpar e for denunciado, o povo abrirá um processo contra ele, a sua cidade de origem e diante de mim. As contendas desse tipo, cujo reclamado não ultrapasse cinco ânforas, serão julgadas pelo Conselho por si só, os outros casos, o Conselho e o Povo, conjuntamente. Se o que acusa pertence à tripulação do navio, o estratega reunirá, obrigatoriamente, o Conselho no dia seguinte e, se o denunciado ultrapassar cinquenta ânforas, o Povo será reunido. O acusador receberá metade do que for confiscado. Se alguém apela a mim ou ao procônsul, o povo elegerá síndicos por votação. Para que os castigos contra os infratores sejam aplicados inexoravelmente, o azeite será entregue ao Erário ao preço de mercado do local. Se, como resultado de uma eventual abundância de azeite, as quantidades de um terço e um oitavo entregues cheguem a ultrapassar as necessidades públicas de todo o ano, os que não tiverem entregado a totalidade ou uma parte poderão realizar uma segunda declaração, indicando o que devem, neste momento, ao Erário, ou seja, a quantidade que os coletores ou tesoureiros não querem coletar...

(apud: FUNARI, 2003:90-91. Tradução de Pedro Paulo A. Funari).

A reserva, de um terço (ou um oitavo) da produção oleícola destinada às necessidades de suprimento da cidade, com efeito, tem sido interpretada pelos estudiosos enquanto uma medida voltada à garantia e prioridade do abastecimento local de azeite a um preço menor para os consumidores (públicos ou privados). A retenção de um terço da produção ao mercado local, por sua vez, teria ocorrido em detrimento de outras oportunidades de exportação (inclusive marítima) mais lucrativas para este mesmo produto. Nesse ínterim, a aquisição de suprimentos tendo em vista o seu consumo pela população a preço de mercado (ou abaixo), remete à prática romana da *annona* e sua respectiva aplicação junto ao abastecimento civil e militar.

Segundo Rovira-Guardiola (2013:122) a exceção a este padrão era aplicável apenas aos produtores que tivessem tomado posse das terras de Tibério Cláudio Hiparco, outrora expropriado por Domiciano. A referida imunidade, segundo a estudiosa, se devia ao fato de as terras de Hiparco terem sido vendidas a proprietários menos ricos que o antigo proprietário, por um lado, e até mesmo pela possibilidade de o pagamento referente a estas mesmas terras estar sendo recolhido em espécie, e, portanto, comprometendo parte da produção destinada ao abastecimento de Atenas (ROVIRA-GUARDIOLA, 2013:122). Deve-se

ressaltar, no entanto, que medidas desse cunho tenderam a ser pontuais, e seguiram as características específicas de cada uma das cidades provinciais, bem como a maneira com que Roma administrava estes territórios em termos políticos, econômicos e religiosos.

Outro aspecto apresentado pelo documento e que merece menção, diz respeito à própria administração imperial romana sobre Atenas. Se, por um lado, a existência de instituições de poder tradicionais aos atenienses (*boulé* e *demos*) atesta a relativa autonomia política que a cidade possuía, por outro lado, em contrapartida, a intervenção do imperador também faz-se sentir por meio deste decreto. À função de legislador ateniense (*nomothetes*) assumido pelo imperador somam-se outras instâncias de poder arraigadas na tradição política ateniense desde o período de fundação da pólis (FUNARI, 2003:94).

É certo, portanto, que as medidas político-econômicas capitaneadas por Adriano se fizeram sentir no cotidiano de milhões de pessoas. Uma adequada avaliação sobre cada uma delas, à luz das teorias sobre as economias antiga e moderna, todavia, extrapola o escopo deste estudo. A seguir, enfim, propomos uma análise acerca das representações imagéticas estampadas nas moedas de Adriano.

V– GÊNERO, SEXO E PODER NAS CUNHAGENS DE ADRIANO

A posição da documentação numismática do Império Romano, ao menos no que concerne à sua pluralidade e proximidade cronológica do indivíduo que a emitiu, é privilegiada. Logo, se a História Augusta constitui um testemunho histórico sobre Adriano construído em período bem posterior à sua morte, deve-se ressaltar que a emissão monetária reproduz questões que eram contemporâneas ao seu principado. Do ponto de vista das representações iconográficas, aliás, as moedas de Adriano são reconhecidas pelo caráter peculiar das temáticas que aborda (WALLACE-HADRILL, 1982; DUNCAN-JONES, 1994; NOREÑA, 2007).

Segundo Duncan-Jones (1994:97-98), os reversos das moedas romanas apresentavam temas e símbolos padronizados e pouco variáveis ao receptor, exceto em casos excepcionais. Para o estudioso, a regularidade artística expressa por estas referências permanecia quase inalterada: a partir disto, Duncan-Jones (1994:97-98) concluiu que os imperadores talvez não interferissem no referido procedimento artístico, tampouco no sentido de designar detalhes específicos da propaganda cunhada na emissão

monetária. Esse quadro de estabilidade, no entanto, teria se alterado com as emissões monetárias de Adriano. As temáticas retratadas em suas cunhagens, com efeito, aludem às suas viagens pelo Império, reformas militares e à atuação deste imperador como suposto restaurador das províncias (DUNCAN-JONES, 1994:98).

Para os propósitos deste estudo, selecionamos e analisamos algumas das moedas cujos referenciais, símbolos, legendas ou representações iconográficas fazem alusão à temática de gênero e sexo. Nesse sentido, nosso objetivo será examinar de que maneira um veículo oficial das imagens de Adriano se utiliza destes dois temas para compor um discurso sobre o imperador enquanto um indivíduo que segue estritamente os preceitos morais esperados nesses âmbitos. Assim, ao passo que a *História Augusta*, conforme procuramos demonstrar no capítulo anterior, recorre às questões de gênero e sexo com o fito de criar um caráter negativo do imperador, pretendemos examinar como a imagem oficial veiculada pelas moedas cunhadas em Roma ao longo de seu principado também aludem à temática em questão.

Se tomarmos como válidas as ideias sobre o descomedimento sexual de Adriano apresentadas na *Vita Hadriani*, o convívio social de Adriano junto os mais variados indivíduos (fossem eles portadores do sexo masculino ou feminino), de um modo geral, teria sido marcado pelo envolvimento do imperador de maneira desmesurada e desrespeitosa, tanto com libertos e escravos de ambos os sexos (ou mesmo os *pueri delicati*), quanto com mulheres casadas dos mais altos estratos sociais romanos, como a esposa de Trajano.

Mesmo a proximidade com Plotina, ainda no período que antecede à sua nomeação como príncipe e sucessor de Trajano, teria sido colocada sob suspeita pela tradição textual antiga. Na economia dessas narrativas, as anedotas de conduta inadequada junto à imperatriz (mas também outros personagens) ajudam, por um lado, a conceber como ilegítima a sua adoção (forjada). Por outro lado, de modo concomitante, aludem ao caráter desrespeitoso de Adriano a quem quer que fosse, e também às regras morais, religiosas e jurídicas sobre sexo, adultério e *stuprum*. Se recorrêssemos apenas ao testemunho histórico disseminado pelas cunhagens monetárias de sua época, no entanto, quiçá poderíamos vislumbrar a veiculação da imagem de um personagem que, ao menos no que concerne ao comedimento sexual, destoa do padrão apresentado pelo viés senatorial.

Particularmente interessante para esta discussão é o fato de Adriano ter incluído em muitas de suas emissões monetárias a alusão à prudência sexual: a *pudicitia* (Cf. **RIC. Vol.**

II, Nº 135. Vide Catálogo, Ficha Nº 04). Esta referência à *pudicitia*, segundo Carlos Noreña (2007:304), se relacionaria a um conjunto maior de virtudes imperiais apresentadas no reverso de suas moedas. Juntas, estas teriam por finalidade a criação do retrato de um bom imperador. A constante associação entre o retrato do imperador e uma divindade (ou a personificação de uma qualidade enquanto tal), com efeito, ajuda a enaltecer a figura de Adriano quanto ao seu comedimento sexual. Para compreender melhor as prerrogativas concernentes à *pudicitia* em termos de moral sexual, no entanto, convém explicitá-la de maneira detalhada.

Segundo a definição apresentada pelo *Oxford Latin Dictionary* (1968), o conceito latino de *pudicitia* estaria relacionado à “pureza sexual, castidade e virtude”. Da mesma forma, na qualidade de divindade, o referido dicionário faz alusão ao seu culto na antiga sociedade romana. Destacam-se, da mesma forma, sua dificuldade de transposição para os idiomas modernos e a abrangência semântica alcançada pelo referido conceito nas diversas ocasiões em que foi colocado em uso na Antiguidade.

O estudo de Langlands (2006) a propósito dos significados atribuídos à *pudicitia* entre os romanos, leva em consideração os diversos suportes (textuais e materiais) nos quais esta referência aparece. Se, por um lado, há referências à *pudicitia* enquanto uma qualidade moral que foi protegida e cultuada como uma divindade personificada – à maneira da *Pietas*, por exemplo -, por outro lado, a interpretação de seus significados dependeria muito do contexto em que era empregado. Assim, a estudiosa esboça uma definição sobre a *pudicitia* a partir dos seguintes referenciais:

Para resumir, [a *pudicitia*] é uma virtude moral pertencente à regulação de um comportamento (próprio ou de outra pessoa) especificamente associado ao sexo. Algumas das várias facetas adquiridas pela *pudicitia* que gostaríamos de apresentar neste estudo estariam associadas a: uma qualidade moral personificada e cujo culto estava associado às mulheres casadas; uma força moral, por vezes descrita como controle interno sobre si, à maneira do conceito grego (e depois cristão) de *sophrosyne*; um conceito relacionado ao moderno de “vergonha”, e aos antigos *pudor*, *verecundia* e *modestia* que servem para policiarem socialmente o comportamento sexual do indivíduo perante à comunidade⁸⁵ (...) (LANGLANDS, 2006:31).

⁸⁵ Tradução nossa. No original: “To summarise, it is a moral virtue that pertains to the regulation of behaviour (either of oneself or of the other people) specifically associated with sex. Some of the various facets of pudicitia that will come to light in our study of the sources can be outlined as follows; it is: a personified moral quality worshipped through cult – and associated with married women; a moral force, sometimes described as internal self-regulation, like the Greek (and Christian) concept of *sophrosyne*; a concept relating to modern ‘shame’, and to the ancient *pudor*, *verecundia* and *modestia*, that serves to police sexual behavior through invoking a sense of moralizing gaze of the community (...)” (LANGLANDS, 2006:31).

Fundamental para a interpretação que propomos é a assimilação do conceito de *pudicitia* no âmbito dos discursos políticos: para Langlands (2006:284), a acusação de que um homem público era desprovido de *pudicitia* poderia relegar a sua formação moral ao ostracismo, e conduzi-lo a derrotas irreversíveis em qualquer disputa política. Assim, com o intuito de assegurar uma imagem social compatível com aquela esperada por um cidadão, o apelo à *pudicitia*, mesmo no meio circulante do Império. No caso de Adriano, portanto, a disseminação de uma imagem contrária àquela do descomedimento sexual, teria sido fundamental. A nova moral sexual do século II também pode ter corroborado para a adesão da cunhagem com a *pudicitia*.

Ainda que a alusão à *pudicitia* fizesse parte das cunhagens das imperatrizes Plotina em um período anterior e, posteriormente, de Sabina⁸⁶ (de quem o biógrafo Suetônio teria supostamente adquirido demasiada proximidade), segundo Wallace-Hadrill (1982:313), a sua utilização por um imperador como uma dentre as muitas virtudes que compunham o seu caráter, teria sido uma inovação de Adriano (Cf. **RIC. Vol II, N° 733 e N° 466 – Vide Catálogo, Ficha N° 05 e Ficha N°06**).

Conforme já explicitado, por conta de o culto à *pudicitia* estar historicamente relacionado às mulheres casadas de Roma, seria comum a referência a esta divindade nas cunhagens com protagonistas mulheres. A própria representação iconográfica da personificação da *pudicitia* com um corpo coberto da cabeça aos pés retoma a ideia de comedimento, discrição e respeito esperados de uma mulher. De acordo com Noreña (2007:306-308), sob Adriano, a virtude sexual feminina teria sido incorporada ao rol de qualidades esperadas de um bom imperador, e a veiculação da imagem do imperador sob a guarida da *pudicitia* teria sido incentivada com o intuito de aprimorar a sua imagem pública quanto a essa temática. O mesmo, presumimos, pode ser dito em relação à Sabina: apesar de a tradição textual acusar esta imperatriz de incorrer em um comportamento reprovável (do ponto de vista moral), as cunhagens sob o signo da prudência sexual, com efeito, colocam-na na esfera pública como um símbolo para a estabilidade moral do governo de Adriano.

Deve-se destacar que a ideia de utilizar a moeda para estes mesmos fins já teria sido comum em governos anteriores, embora sem a referência à *pudicitia*. O mesmo Calígula

⁸⁶ S.H.A. *Hadr.* XI, 03.

que carregou nefasta imagem de incestuoso⁸⁷ a partir de Suetônio, com efeito, figura de maneira harmoniosa entre suas irmãs nas representações numismáticas (Cf. SEAR, 1988. N°613. Vide Catálogo, Ficha N° 07). É o caso, por exemplo, do famoso sestércio⁸⁸ (*as*) cunhado sob Calígula e que contém, no anverso, as inscrições do *cursus honorum* e a efígie do imperador laureado voltado para o lado esquerdo. No reverso, por sua vez, predomina a representação das irmãs com quem, segundo Suetônio, Calígula teria se envolvido sexualmente (*stuprum*).

Ao interpretar a iconografia da referida moeda, Wallace-Hadrill (1981:310) identifica atributos divinos (*Concordia*, *Securitas* e *Fortuna*) associados aos retratos das três irmãs, culminando em uma percepção que, em boa medida, destoa daquela fomentada pelo documento textual. A evidência iconográfica da moeda, mandada cunhar pelo imperador, aponta para a vida familiar de Calígula como *exemplum uirtutis*, em clara oposição à imagem que a tradição senatorial conferiu ao Príncipe.

Particularmente explorada pelas cunhagens de Adriano é a *virtus*. O uso desse referencial nas cunhagens teria sido regular desde a época de Nero (WALLACE-HADRILL, 1981:311). Já demonstramos nos capítulos II e III quais seriam as possíveis conotações associados ao conceito de *virtus* na Roma Antiga. No caso das séries numismáticas, no entanto, ela figura ao lado de onze outros referenciais empregados como qualificações dos imperadores. Dentre as dezenas de personificações cunhadas no reverso das moedas, as chamadas virtudes seriam: *Pudicitia*, *Virtus*, *Aequitas*, *Constantia*, *Clementia*, *Indulgentia*, *Iustitia*, *Liberalitas*, *Munificentia*, *Patientia*, *Pietas* e *Providentia*.

Nas cunhagens de Adriano, a *virtus* aparece sob três tipos principais. O primeiro dele seria enquanto uma das diversas qualidades sobre-humanas do imperador. A *virtus* figura como uma divindade diretamente associada à figura do imperador que figura no anverso da moeda. Neste caso, presumimos, a divindade em questão é empregada com o fito de outorgar a Adriano a coragem e bravura do *vir* romano na guerra (Cf. RIC, Vol. II, N° 638. Vide Catálogo, Ficha N° 08).

A segunda diz respeito às representações da *virtus* nas cunhagens de Adriano associadas à figura de Augusto retomada pela legenda VIRTUTI AVGVSTI aplicada ao reverso da moeda. O alinhamento à disciplina militar instalada por Augusto, com efeito, seria uma das metas do principado de Adriano, mesmo um século após a morte do primeiro

⁸⁷ SUET. Cal. 24.1. “Cum omnibus sororibus suis consuetudinem stupri fecit (...)”.

⁸⁸ SEAR, David. *Roman Coins and their values*. London: Seaby, 1988. n°.613. No catálogo *Roman Imperial Coinage* (R.I.C) a referida moeda está inscrita sob o número 33.

imperador. Divinizado, Augusto permanecera como um governante cujas virtudes foram enaltecidas por seus sucessores. Neste caso, a qualidade bélica do antigo imperador, conforme o recurso imagético e textual da moeda preconiza, seria uma das qualidades de Adriano como um líder militar. O caráter viril, presumimos, é derivado mais uma vez da atuação à frente das atividades bélicas. Vale lembrar que a suposta qualidade bélica que a moeda reivindicava para Adriano, seria posteriormente aludida pela História Augusta, já no século IV (Cf. **RIC, Vol. II, N° 605. Vide Catálogo, Ficha N°. 09**).

Por fim, o terceiro tipo de representação da *virtus* também remonta a Augusto por meio da legenda VIRTUTI AVGVSTI. Trata-se da cunhagem (entre 129 e 137) de um medalhão cujo anverso traz o busto de Adriano laureado e com a face voltada à direita. No reverso, por sua vez, há a imagem do imperador sobre um cavalo desferindo um golpe contra um leão que tenta fugir de sua investida. A legenda que acompanha esta representação iconográfica, por sua vez, remete à *virtus* de Adriano e também àquela que Augusto outrora protagonizou. Outra cunhagem deste mesmo formato, por sua vez, não faz menção à *Virtuti Avgvsti* em seu reverso, mas se assemelha ao anterior na medida em que retrata Adriano perseguindo um animal selvagem durante uma caçada (Cf. **Tuck, 2005, p.239. Vide Catálogo, Ficha N° 10 e Ficha N° 11**).

Em seu estudo sobre as representações de caça à época imperial romana, Steven Tuck (2005:238) observou que esta temática já era usual entre os imperadores romanos desde o tempo de Domiciano. Com Adriano, no entanto, as perseguições a animais selvagens tornaram-se uma verdadeira oportunidade para celebrar a sua *virtus* em diversos suportes (TUCK, 2005:238). Se, por um lado, tem-se reconhecido que os medalhões romanos não possuíam a mesma circulação de uma moeda, mesmo quando fabricados em metais menos nobres que o ouro (DEPEYROT, 1987:55), por outro lado, segundo Boatwright (1987:190) e Tuck (2005:238-239), as imagens de caça teriam integrado representações iconográficas em outros suportes, para além das moedas.

Certamente a mais conhecida (e controversa) referência a estas representações seria as imagens de Adriano no Arco de Constantino. De acordo com a interpretação de diversos estudiosos, tem-se trabalhado com a hipótese de que os *tondi Adrianei*, nome dado aos oito relevos que atualmente fazem parte do referido Arco, outrora teriam pertencido a outro monumento (BOATWRIGHT, 1987:190). Ainda que a sua datação para o período de Adriano não seja consensual entre os estudiosos, por meio da observação estilística e da presença de Antínoo em alguns *Tondi*, a interpretação mais aceita entre os estudiosos é a de que o

personagem retratado nas cenas de caça seria o imperador Adriano (Cf. **Imagem 04** e **Imagem 05**, abaixo).



IMAGEM 04
CENA DE CAÇA RETRATADA NO ARCO DE
CONSTANTINO (BOATWRIGHT, 1987:195)



IMAGEM 05
CENA DE CAÇA RETRATADA NO ARCO DE
CONSTANTINO (BOATWRIGHT, 1987:193)

Segundo Boatwright (1987:194), a cena retratada na **Imagem 04** estaria relacionada a uma atividade de caça empreendida por Adriano junto de alguns indivíduos que o acompanhavam. Para a estudiosa, o imperador seria o homem sobre o cavalo que desferiu um golpe sobre o javali selvagem. Pelo fato de tratar-se de um material reaproveitado na construção do Arco de Constantino, algumas das características físicas usuais de Adriano teriam sido tolhidas com o intuito de torná-lo similar ao jovem Constantino (BOATWRIGHT, 1987:195). De maneira similar, o recurso imagético empregado na **Imagem 05**, mais uma dentre os oito *tondi* que fazem parte do Arco de Constantino, faz referência direta a outra cena de caça na qual o imperador está presente. É inegável que uma análise aprofundada sobre o referido monumento implicaria no exercício comparativo entre os diversos recursos artísticos empregados em sua feitura, e também uma leitura pormenorizada das diversas inscrições que lhe são peculiares.

Para fins de comparação com a emissão monetária com a temática da caça, no entanto, julgamos suficiente um recorte preambular e amostral do recurso iconográfico em

questão. Assim, de acordo com Tuck (2005:238), simbolicamente a imagem do imperador à guisa de caçador (seja ele na moeda, ou nos *tondi* reaproveitados para o Arco de Constantino) estaria relacionada à *virtus* necessária a um governante para perseguir e eliminar os diversos elementos que possam vir a desestabilizar a ordem vigente do Império Romano. A bravura e ousadia do *vir* romano, portanto, residira na coragem e excelência, na virtude e no poder (TUCK, 2005:238).

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de uma pequena avaliação das representações numismáticas de Adriano pôde-se constatar um discurso sobre gênero e sexo concebido sob a égide de um imperador dotado de virtudes e méritos que o qualificam como um indivíduo que, além de ter seguido os preceitos morais concernentes a essas temáticas, também teria cumprido com excelência o seu papel à frente das tropas que comandou. Trata-se, em última instância, de um personagem cuja rigidez em relação ao sexo, em nada se parece com aquele narrado na tradição textual senatorial.

Sem dúvida, os discursos concernentes ao sexo são apenas parte de um conjunto maior de qualidades que o próprio imperador elencou como características suas, de tal maneira que o cotejo com séries numismáticas cunhadas com outras temáticas poderia certamente elucidar resultados mais expressivos para esta pesquisa. De acordo com os objetivos previamente estabelecidos para este estudo, no entanto, espera-se ter sido possível demonstrar que as formas discursivas, sejam elas produzidas no presente ou no passado, são sempre arbitrárias.

CONCLUSÃO

Neste estudo procuramos discutir questões concernentes a gênero e sexo atribuídas ao imperador romano Adriano. Concluiu-se, a partir desta empreitada, que a feitura do conhecimento histórico dá-se sempre de maneira seletiva e sob a influência da dinâmica social do tempo presente. Estes imperativos tornaram-se patentes em nosso estudo na medida em que observávamos, por exemplo, a escolha da temática “homossexual” para o personagem em questão, o recorte cronológico adotado pelos diversos estudiosos, ou mesmo as fontes históricas e arqueológicas empregadas em suas respectivas tessituras.

De antemão considerávamos imprescindível destacar a pluralidade de temas passíveis de serem abordados a partir de Adriano. Em outras palavras, desejávamos fazer uma síntese dos diversos discursos, estudos, apropriações, representações e interpretações concernentes ao nosso personagem principal para, a partir de então, encetarmos nas questões sobre gênero e sexo atribuídas ao imperador: este, enfim, nosso objeto de estudo. Ao longo desta empreitada, constatamos que tanto os antigos quanto os modernos interessaram-se por esta mesma temática e por este mesmo personagem, e procuraram interpretá-los a partir de seus próprios referenciais interpretativos. Conosco, portanto, não poderia ter sido diferente.

Nossa escolha, com efeito, foi partir da premissa de que as designações de gênero são construídas socialmente e não dependem unicamente da configuração sexual biológica dos indivíduos: embora os latinos fizessem uso corrente da palavra *genus*, o conceito de gênero que embasou nosso trabalho também é moderno, e diz respeito a questões de nosso tempo. O que os antigos não fizeram, no entanto, foi lançar mão de categorias como “heterossexual” e “homossexual” para interpretar sua realidade histórica: daí a nossa insatisfação quanto às produções acadêmicas concebidas a partir desta dicotomia. A partir de então, ao revisar as produções bibliográficas que se voltaram à tarefa de interpretar os inúmeros discursos sobre sexo e gênero na Antiguidade, podemos observar a predominância de modelos explicativos que pensavam a masculinidade romana a partir de um vetor fálico.

A amplitude, acurácia e importância do referido modelo explicativo, o chamado “paradigma priápico” apresentado ao longo do segundo capítulo, não foram colocadas em xeque, tampouco desqualificadas como ferramenta analítica para pensarmos o mundo

antigo. Mas, a da mesma revisão bibliográfica, constatamos a existência de outros discursos, outros símbolos e signos que também estavam relacionados à constituição ou à transgressão da masculinidade sem que necessariamente houvesse apelo ao ato sexual. A própria assertiva que desafiava a masculinidade de Adriano por ter “chorado feito uma mulher”, com efeito, não operava dentro da lógica de penetradores ou penetrados.

Ao avaliarmos as considerações da História Augusta sobre Adriano, presumíamos colocar a referida fonte dentro do contexto que lhe assegurava inteligibilidade. Assim, sua leitura como um parecer biográfico senatorial a propósito do imperador tornava-nos imunes quanto às assertivas da *Vita Hadriani* desprovidas de fideignidade: verídicas ou não, tratar-se-iam de anedotas construídas com o objetivo de criar um caráter para Adriano. A discussão a propósito das fontes da História Augusta, a nosso ver, seria muito mais profícua se fosse conduzida a partir de conceitos de intertextualidade, mas sempre com textos que chegaram ao nosso tempo. Cogitar hipóteses a partir de tradições textuais inexamináveis, a nosso ver, pouco tem a contribuir para o referido debate.

Por fim, a breve comparação com o testemunho histórico registrado nas emissões monetárias tinha por objetivo principal o confronto entre duas fontes de natureza e origem distintas acerca do mesmo personagem e da mesma temática. Os ideais de sexo e gênero em um e outro suporte, a despeito do enaltecimento da *virtus* de Adriano à frente das questões bélicas, seriam muito discrepantes. Sem a pretensão de uma exposição de grande proporção, o último capítulo colocou em evidência a arbitrariedade presente nos testemunhos históricos antigos, sejam eles textuais ou não. O Adriano da ideologia senatorial tem uma maneira própria de lidar com o sexo, aquele retratado nas emissões monetárias, possuía outra distinta.

BIBLIOGRAFIA

THE SCRIPTORES HISTORIAE AUGUSTAE. Volume I. Translated by David Magie. The Loeb Classical Library. Harvard: University Press, 1991.

ALCOCK, Susan (et al). **“Empires. Perspectives from Archaeology and History”**. Cambridge: University Press, 2001.

ALDRICH, Robert. *The Seduction of the Mediterranean. Writing, Art and Homosexual Fantasy*. London: Routledge, 1993.

ALFÖLDY, Géza. *A História Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

_____. *Spain*. In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic (Eds). **“The Cambridge Ancient History. Second Edition. Volume XI – The High Empire, A.D. 70-192”**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p.444-461.

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

ANTIQUEIRA, Moisés. *O império romano de Aurélio Vítor*. Tese de Doutorado apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, 2012.

BADINTER, Elisabeth. *XY – Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BENARIO, Herbert. *A commentary on the Vita Hadriani in the Historia Augusta*. Ann Arbor: The American Philological Association, 1980.

BERNAL, Martin. **“Atenea Negra: las raíces afroasiaticas de la civilización clásica”**. Barcelona: Crítica (Grupo Grijalbo Mondarori), 1993.

_____. “A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia”. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Organizador). “**Repensando o Mundo Antigo**”. Textos Didáticos N°49. IFCH/Unicamp, 2005.

BIRLEY, Anthony Robert. *Hadrian: The Restless Emperor*. London/New York: Routledge, 1997.

_____. *Hadrian to the Antonines*. In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic (Eds). “**The Cambridge Ancient History. Second Edition. Volume XI – The High Empire, A.D. 70-192**”. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p.132-194.

BOATWRIGHT, Mary Taliaferro. *Hadrian and the City of Rome*. Princeton: University Press, 1987.

_____. *Hadrian and the cities of the Roman Empire*. Princeton: University Press, 2000.

_____. *Adriano*. In: BARRETT, Anthony. “**Vida de los césares**”. Barcelona: Editora Crítica, 2008. p.253-291.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia. Construção e Crítica de um Preconceito*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BOSWELL, John. *Christianity, social tolerance and Homosexuality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

_____. *Cristianismo, tolerancia social y homosexualidad*. Barcelona: Muchnik Editores, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. “**A ilusão Biográfica**”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

BRANDÃO, José Luís Lopes. *Introdução*. In: **“História Augusta. Vol. I”**. Coimbra: Coimbra University Press, 2013.

BRASIL. *Plano nacional da Educação 2014-2024*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.
Disponível em:

<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>

BROWN, Peter. *Corpo e Sociedade. O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. *Antiguidade Tardia*. In: VEYNE, Paul (Org). **“História da Vida Privada. Volume 01: do Império Romano ao ano Mil”**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BURKE, Peter. *O que é história cultural ?*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

_____. *A Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAMERON, Alan. *The last pagans of Rome*. Oxford: University Press, 2011.

CANTO, Alicia Maria. **“La dinastía Ulpio-Aelia (98-192 d.C): ni tan “Buenos”, ni tan “adoptivos”, ni tan “Antoninos”**. *Gerión*, 21. núm.01. p.305-347, 2003.

_____. **“Itálica, Sedes Natalis de Adriano. 31 textos históricos para una secular polémica”**. *Athenaeum*. Univ. di Pavia. Vol.XCII. Fascicollo II, 2004. p.367-408, 2004.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *Moeda e Poder em Roma. Um mundo em transformação*. Tese de Doutorado apresentada ao IFCH/Unicamp. Campinas, 2007.

CAVICCHIOLLI, Marina Regis. **“A posição da mulher na Roma Antiga: Do discurso acadêmico ao Ato Sexual”**. In: FUNARI, P.P.A; FEITOSA, L.C. SILVA, G.J. (Orgs). *Amor, desejo e poder na Antiguidade. Relações de gênero e representações do feminino*. São Paulo: Editora Fap/Unifesp, 2014. p.265-278.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Miraflores: Editora DIFEL, 1990.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities. Knowledge, power and social change*. Berkeley: University of California Press, 1995.

COPETE, Juan Manuel Cortés; GRIJALVO, Elena Muñiz (Eds). *Adriano Avgvsto*. Sevilla: Fundación José Manuel Lara/ Universitaria, 2004.

_____. *Un nuevo governo. Una nueva base social*. In: *Adriano Avgvsto*. Sevilla: Fundación José Manuel Lara/ Universitaria, 2004. p.71-86.

_____. **“La organización social de la Masculinidad”**. In: VALDES, Teresa; OLAVARRÍA, José (Orgs). *Masculinidades: poder y crisis*. Santiago, ISIS-FLACSO, Ediciones de las Mujeres, 1997. p.31-48.

CORASSIN, Maria Luiza. *Um estudo sobre a História Augusta. A vita Alexandri Severi*. Tese de doutoramento apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, 1984.

_____. **“A Idealização do Príncipe na Ideologia Aristocrática de Roma”**. *Boletim do CPA/Unicamp*. Nº04. Campinas, 1997. p.197-211.

CRAVIOTTO, Enrique Gozalbes; BALLESTEROS, Ivan González. **“Visiones de la Romanización de Hispania (1887-1960)”**. *Iberia. Revista de la Antigüedad*. Nº10, 2007. p.37-48.

DÍAZ-ANDREU, Margarita. **“Gênero y Antigüedad: propuestas desde la tradición angloamericana”**. In: DOMINGUEZ, Arranz A. (Org.). *Política y género en la propaganda en la Antigüedad. Antecedentes y legado*. Gijón: Ediciones Trea, 2005.p. 37-61.

DUPONT, Florence; ÉLOI, Thierry. *L'erotisme masculin dans la Rome antique*. Paris: Belin, 2001.

DUPRAT, Paulo Pires. **“Economia e Romanização em *Bracara Augusta* durante o Alto-Império: uma reflexão comparativa”**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de História da UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

FEITOSA, Lourdes Conde. *Amor e Sexualidade. O masculino e o feminino nos grafites de Pompéia*. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

_____. **“Gênero e Sexualidade no mundo Romano: A Antiguidade em nossos dias”**. *História: Questões & Debate*. Curitiba, n.48/49, 2008. Editora da UFPR.

FINLEY, Moses Israel. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *História Antiga. Testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. *Uso e abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade. Volume II. O Uso dos Prazeres*. São Paulo: Edições Graal/Paz e Terra, 1984.

_____. *História da Sexualidade. Volume I. A vontade de saber*. São Paulo: Edições Graal/Paz e Terra, 1988.

_____. **“Não ao sexo-rei”**. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2012.

_____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02/12/1970. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **“Baetica and the Dressel 20 Production. An outline of the Province History”**. *Dialogues d’Histoire Ancienne*. 20.1. p.87-105.1994.

_____. **“Romanas por elas mesmas”**. *Cadernos Pagu (Unicamp)*. Volume 5, 1995A. p.179-200.

_____. **“Apotropaic symbolism at Pompeii: a Reading on the graffiti evidence”**. *Revista de História da USP*. 132. 1ºsem. 1995B, p.09-17.

_____. *Antiguidade Clássica. A história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____. *Repensando o Mundo Antigo*. Textos Didáticos, Nº 49. IFCH/Unicamp, 2005A.

_____. **Teorias e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica**. *Mneme Revista de Humanidades. Dossiê Arqueologias Brasileiras*. V.06, n.13, dez.2004/jan, 2005B.

_____. **“Os historiadores e a cultura material”**. In: PINSKY, Carla B. (Org) *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p.81-108.

_____. ; GARRAFFONI, Renata Senna. *Economia romana no início do principado*. In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco (Organizadores). **“Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural”**. Rio de Janeiro: Editora Mauad; Vitória: EDUFES, 2006. p.53-63.

_____. **“Introdução a Plutarco”**. In: SUETÔNIO & PLUTARCO. **“Vidas de César”**. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

_____. ; CARLAN, Cláudio Umpierre. *Arqueologia Clássica e Numismática*. Textos Didáticos Nº 62. IFCH/Unicamp, 2007.

_____. ; CARLAN, Cláudio Umpierre. *Moedas. Numismática e o estudo da História*. São Paulo: Editora Annablume, 2012.

_____. *Os historiadores e a cultura material*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). **“Fontes Históricas”**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

_____. ; GARRAFFONI, Renata Senna. **“Gênero e Conflito no *Satyricon*: o caso da Dama de Éfeso”**. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.48/49. p.101-117, 2008. Editora da UFPR.

_____. *Arqueologia*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. **“Falos e relações sexuais. Representações Romanas para além da Natureza”**. In: FUNARI, P.P.A.; SILVA, G.J. FEITOSA, L.C. (Orgs). *Amor, desejo e poder na Antiguidade. Relações de Gênero e representações do feminino*. São Paulo: Editora FAP/Unifesp. 2014B. p.301-323.

_____. **“Considerações sobre a contribuição da Arqueologia da Bética para o estudo da economia romana”**. *Ver. Museu de Arq. Etn. Supl.* São Paulo, n.18: 19-27, 2014A.

_____; FEITOSA, Lourdes Conde; SILVA, Glaydson José (Organizadores). *Amor, desejo e poder na Antiguidade. Relações de Gênero e representações do Feminino*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2014.

_____; GRILLO, José Geraldo Costa. **“Os conceitos de ‘helenização’ e de ‘romanização’ e a construção de uma Antiguidade Clássica”**. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri de Barros; PINHEIRO, Rosana Alves (Organizadoras). **“A construção da narrativa histórica. Séculos XIX e XX”**. São Paulo/Campinas: Editora da Unifesp/Editora da Unicamp, 2014. p.205-214.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. **“Entre Reciprocidade e Mercado: a Moeda na Grécia Antiga”**. Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **“O outro lado da moeda na Grécia antiga”**. In: Vera L.B. Tostes. (Org.). *O outro lado da moeda*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2001. p. 49-66.

_____. **“Pirro, herói helenístico”**. In: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; GIANEZE Angela. (Org.). *A linguagem das moedas: três leituras sobre iconografia numismática*. 1ª Edição. São Paulo: Museu Paulista-USP, 2003. p. 19-32.

GAMBIN, Timothy. **“Central Mediterranean Islands and Satellite Ports for Ancient Rome”**. In: KEAY, Simon (Editor). *Rome, Portus and the Mediterranean*. London: The British School at Rome, 2012. p.147-151.

GARCIA Y BELLIDO, Antonio. *La Italica de Hadriano*. In: “**Actes du Colloque International sur Les Empereurs Romains D’Espagne**”. Organisé à Madrid du 31 mars au 6 avril 1964. p.06-26.

GARRAFFONI, Renata Senna. “**História Antiga e as Camadas Populares: Repensando o Império Romano**”. Separata da Revista *Cadmo*. Nº.18. Lisboa, 2008. p.169-180.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

GIARDINA, Andrea. *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

GUAL, Carlos García. *Sobre Memorias de Adriano de Marguerite Yourcenar*. In: COPETE, Juan Manuel Cortés; GRIJALVO, Elena Muñiz (Eds). *Adriano Avgvsto*. Sevilla: Fundación José Manuel Lara/ Universitaria, 2004. p.153-170.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HENDERSON, Bernard. *The Life and the Principate of the Emperor Hadrian AD 76-138*. London, 1923.

HINGLEY, Richard. *Imperialismo Romano. Novas Perspectivas a partir da Bretanha*. Organização de Pedro Paulo Funari, Renato Pinto e Renata Senna Garraffoni. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

_____. *Hadrian’s Wall. A life*. Oxford: University Press, 2012.

HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueologia*. Barcelona: Crítica, 1994.

HONÓRIO, Maria das Dores. **“Cabra-macho sim senhor! Um estudo sobre a masculinidade no Nordeste do Brasil”**. *Sociologia e Política*. I Seminário Nacional Sociologia e Política. UFPR, 2009.

HOPE, Valerie M; HUSKINSON, Janet. (Editors). *Memory and Mourning. Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

JUNQUEIRA, Nathalia Monseff. **“Imagens da Mulher Grega: Heródoto e as pinturas em contraste”**. Tese de Doutorado apresentada ao IFCH/Unicamp. Campinas, 2011.

KELLY, Christopher. *Ruling the Later Roman Empire*. The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

_____. *Roman Empire. A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

KELLUM, Barbara. **“Concealing/Revealing: Gender and the Play of Meaning in the Monuments of Augustan Rome”**. In: GOLDEN, Mark & TOOHEY, Peter (Editors). *Sex and Difference in Ancient Greece and Rome*. Edinburgh: University Press, 2003. p.276-289.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LANGLANDS, Rebecca. *Sexual Morality in Ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEME, André Luiz. **“Arriano de Nicomédia, ideólogo do poder: considerações sobre os aspectos da formação do líder exemplar na Anábasis de Alexandre Magno”**. *Alethéia. Revista sobre Antiguidade e Medievo*. Vol.02, Agosto/Dezembro de 2009. p.01-15.

LEVICK, Barbara. *Greece and Asia Minor*. In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic (Editors). **“Cambridge Ancient History. Volume XI – The High Empire”**. Second Edition. Cambridge: University Press, 2000. p.604-634.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

_____. **“Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas”**. *Pro-posições*. Vol.19, nº.02 (56). Maio/Agosto de 2008. p.17-23.

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. *Imperadores Imaginários. Política e Biografia na História Augusta*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH/USP. São Paulo, 1998.

MATTINGLY, David. *Imperialism, Power and Identity. Experiencing the Roman Empire*. Princeton: University Press, 2011.

MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. **“The Roman Imperial Coinage”**. Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926.

McDONNELL, Myles. *Roman Manliness. Virtus and Roman Republic*. Cambridge: University Press, 2006.

MILLAR, Fergus. *A study of Cassius Dio*. Oxford: Clarendon Press, 1964.

MILNOR, Kristina. *Gender, Domesticity and the Age of Augustus. Inventing Private Life*. Oxford: University Press, 2005.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças*. Coleção Cadernos da Diversidade. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2012.

MESKELL, Lynn. “The irresistible body and the seduction of Archaeology”. In: MONTSERRAT, Dominic (Ed). *Changing bodies, changing meanings. Studies on the Human Body in Antiquity*. London/New York: Routledge, 1998. p. 139-161.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “An unsolved problem of Historical Forgery: The *Scriptores Historiae Augustae*”. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*. Vol.17, No. 01/02, 1954. p.22-46.

_____. **Review of Book:** Syme, Ronald. *Emperors and Biography*. Studies in the *Historia Augusta*. *The English Historical Review*. Vol.88, No.346. Jan, 1973. p.114-115.

_____. *Le regole del gioco nello studio della storia antica*. In: “**Sui fondamenti della storia antica**”. Turin: Einaudi, 1984.

_____. *Os limites da Helenização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

_____. *The Development of Greek Biography*. Expanded Version. Harvard: University Press, 1993.

MONTSERRAT, Dominic. “Reading Gender in the Roman world”. In: HUSKINSON, J. (Ed). *Experiencing Rome: Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. London: Routledge/Open University, 2000. p.153-180.

MORENO, Luis García. *El bajo Imperio Romano*. Madrid: Síntesis Editorial, 2005.

MORGAN, David. *Discovering men*. London/New York: Routledge, 1992.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. “**Metodologias Feministas e Estudos de Gênero. Articulando Pesquisa, Clínica e Política**”. *Revista Psicologia em Estudo*. Vol.11, N°03. Maringá: Set.-Dez. de 2006. p.647-654.

NOREÑA, Carlos. “**Hadrian’s Chastity**”. *Phoenix*. Vol.61, n°3/4 (Fall – Winter), 2007. p.296-317.

OLIVA NETO, João Ângelo. “**A Warren Cup e os poemas pederásticos de Catulo: considerações sobre o erotismo nas artes da Roma Antiga**”. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Vol.02, p.45-58. Unicamp, 1995.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **“Discursos sobre a masculinidade”**. *Revista de Estudos Feministas*. V.06, nº.01. UFSC, 1998.

OPPER, Thorsten. *The Emperor Hadrian*. London: The British Museum Press, 2008.

_____. *Hadrian: Art, Politics and Economy*. Londres: The British Museum Press, 2013.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História. Operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

PINTO, Renato. *Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. Tese de Doutorado apresentada ao IFCH/Unicamp. Universidade Estadual de Campinas, 2011A.

_____. **“Representações homoeróticas masculinas na cultura material romana e as exposições dos museus: o caso da Warren Cup”**. *Métis. História & Cultura*. Vol.11, Nº.20. p.111-132, jul./dez. 2011B.

_____. **“O ‘crime’ da homossexualidade no exército e as representações da masculinidade no Mundo Romano”**. In: CARLAN, C. U.; FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, M. M.; SILVA, E.C.M.(Orgs.).**“História Militar do Mundo Antigo: Guerras e Cultura”**. Volume III. São Paulo: Editora Annablume, 2012A. p.109-132.

_____. **“Museus e diversidade sexual. Reflexões sobre mostras LGBT e *Queer*”**. *Revista de Arqueologia Pública*. Nº05. Campinas: Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP/NEPAM/Unicamp), 2012B. p.44-55.

_____; PINTO, Luciano C.G.. **“Corpos emasculados, corpos sagrados: dos sacerdotes de Cibele ao Travesti de Catterick”**. In: FUNARI, P.P.A; MARQUETTI, F.(Orgs). *Corpo a corpo. Representações antigas e modernas das figuras humanas*. São Paulo: Editora FAP/Unifesp, 2014. p.109-131.

PISCITELLI, Adriana. “**Re-criando a (categoria) mulher?**”. In: ALGRANTI, Leila Mezan (Organizadora). “**A prática feminista e o conceito de gênero**”. Textos Didáticos N°48. IFCH/Unicamp, 2002.

POIGNAULT, Rémy. “**Images de l’Empereur Hadrien D’après L’Histoire Auguste relue par Marguerite Yourcenar**”. *Revue des Études Latines*. No.69, 1991. p.203-218.

RAGO, Margareth. “Foucault, a subjetividade e as heterotopias feministas”. In: SCAVONE, L; MISKOLCI, R; ALVAREZ, M.C. (Orgs). *O Legado de Foucault*. São Paulo: Unesp, 2006. p.101-118.

REMESAL, José. *The Impact of Roman Spain’s Transformation on Hadrian’s Life and Policies’*. In: OPPER, Thorsten (Ed). “**Hadrian: Art, Politics and Economy**”. London: The BritishMuseum Press, 2013.

RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas. Arte, Cultura, Gênero e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

RICHLIN, Amy. *The Garden of Priapus. Sexuality and Agression in Roman Humour*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1992.

_____. “**Not before Homosexuality: The materiality of the Cinaedus and the Roman Law against Love between Men**”. *Journal of the History of Sexuality*. Vol.03, N°04. Apr., 1993. p.523-573.

ROUSSELLE, Aline. *Porneia. Sexualidade e Amor no Mundo Antigo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

ROVIRA-GUARDIOLA, Rosario. *Reshaping the Empire. Hadrian’s Economic Police*. In: OPPER, Thorsten (Ed). “**Hadrian: Art, Politics and Economy**”. London: The British Museum Press, 2013.p.120-129.

RUFINO, Rafael Augusto Nakayama. *O Bimilenário de Augusto na Espanha (1939-1940): as construções discursivas do Franquismo sobre a Antiguidade Romana*. Dissertação de Mestrado: IFCH/Unicamp, 2013.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*. N.20, v.02. Jul/Dez de 1995. p.71-99.

_____. *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2002.

SEAR, David. *Roman Coins and their values*. London: Seaby, 1988.

SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco. **“Diocleciano e Constantino: A construção do Dominato”**. In: *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro/Espírito Santo: Editora Mauad/EDUFES, 2006. p.193-221.

SILVA, Uiran Gebara. **“A Escrita Biográfica na Antiguidade: Uma Tradição Incerta”**. *Politéia (UESB)*, v. 08, p. 67-81, 2008.

SILVA, Glaydson José. **“Gênero em Questão – apontamentos para uma questão teórica”**. *Mneme Revista de Humanidades*. V.05, N°10. 2004. p.350-358.

_____. *História Antiga e Usos do Passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Editora Annablume, 2007.

_____. **“Os avanços da História Antiga no Brasil”**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, C.F.S; VAINFAS, R. (Orgs). *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p.275-311.

SOUSA, Raquel. “**Rapazes negros e socialização de gênero: sentidos e significados de ‘ser homem’**”. *Cadernos Pagu*. (34), Unicamp: Janeiro-Junho de 2010:107-142.

SYME, Ronald. (1964a). “**Hadrian and Italica**”. *The Journal of Roman Studies*. Vol.54, Parts 01 and 02. p.142-149.

_____. (1964b). *Hadrian the Intellectual*. In: “Actes du Colloque International sur Les Empereurs Romains D’Espagne”. Organisé à Madrid du 31 mars au 6 avril 1964. p.243-253.

_____. “**Not Marius Maximus**”. *Hermes*. 96, Vol.03. 1968, p.494-502.

_____. *Historia Augusta Papers*. Oxford: Clarendon Press, 1983.

THUILLIER, Jean-Paul. *Virilidades romanas: vir, virilitas, virtus*. In: COURBIN, A; COURTINE, J; VIGARELLO, G. (Orgs). “**História da Virilidade**”. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p.71-124.

TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 19ª Edição. São Paulo: Editora Difel, 2010.

VEYNE, Paul. *A Sociedade Romana*. Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. “**La Famille et l’amour sous le Haut-Empire romain**”. *Annales, economies, sociétés, civilizations*. Ed.XXXIII, 1978. p.35-63.

_____. *Sexo & Poder em Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Império Romano**. In : Veyne, Paul (Org). *História da Vida Privada. Volume I : do Império Romano ao ano mil*. São Paulo : Companhia das Letras, 2012. p.17-211.

VOSS, Barbara. **“Sexuality in Archaeology”**. In: NELSON, Sarah Milledge. (Ed.) *Handbook of Gender in Archaeology*. Lanham: Altamira Press, 2006. p.365-399.

WALLACE-HADRILL, Andrew. **“The emperor and His Virtues”**. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. Bd.30, H.3 (3rdQtr), 1981. p.298-323.

_____. **“Civilis Princeps. Between Citizen and King”**. *The Journal of Roman Studies*. Vol.72. 1982. p.32-48.

_____. **“The creation and Expression of Identity. The Roman World”**. In: ALCOCK, Susan; OSBORNE, Robin (Eds). *Classical Archaeology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. p.355-377.

WATERS, Sarah. **“The most famous fairy in History: Antinous and Homosexual Fantasy”**. *Journal of the History of Sexuality*. Vol.06, N°02. Oct.1995. p.194-230.

WILLIAMS, Craig Arthur. *Roman Homosexuality. Ideologies of Masculinity in Classical Antiquity*. Oxford: University Press, 1999.

WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.

ZANKER, Paul. *The Power of Images in the Age of Augustus*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

_____. *The Mask of Socrates. The Image of the Intellectual in Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 1995.

CATÁLOGO

<p>IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA</p> <p>DENOMINAÇÃO: <i>AUREUS</i></p> <p>ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, ENTRE 128 E 132.</p>	<p>FICHA: 01</p>
<p>ANVERSO E REVERSO</p> 	
<p>INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO)</p> <p>ANVERSO: HADRIANVS AVGVSTVS P[ATER] P[ATRIAE]</p> <p>REVERSO: DIVIS PAREN TI BUS</p>	
<p>DESCRIÇÃO DA ICONOGRAFIA</p> <p>No anverso é retratada a imagem de Adriano laureado com a face barbada voltada para a esquerda. Neste lado da moeda também é apresentado o nome e a titulação do imperador, fazendo menção ao <i>princeps</i> Augusto. No reverso da moeda são apresentados os bustos de Trajano e Plotina, postos frente a frente, juntamente com a inscrição latina DIVIS PARENTIBVS.</p>	
<p>OBSERVAÇÕES</p> <p>Conforme mencionado no corpo do texto, a cunhagem fazendo referência aos pais adotivos – Trajano e Plotina – integrou o programa de representações de Adriano com o intuito, presumimos, de responder às possíveis acusações sobre a ilegitimidade do seu regime. Por um lado, a referência a Augusto o vinculava diretamente ao fundador do Império. Por outro lado, de maneira concomitante, Trajano e Plotina teriam assegurado uma descendência legítima ao <i>princeps</i>: daí o motivo da referência ao ‘divino’ casal imperial.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. The Roman Imperial Coinage. Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926. Nº.387.</p>	

IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA DENOMINAÇÃO: <i>AUREUS</i> ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, 117 .	FICHA: 02
ANVERSO E REVERSO 	
INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO) ANVERSO: IMP CAES TRAIAN HADRIANO OPT AVG GER DAC REVERSO: PARTHIC DIVI TRAIAN AVG F P M TR P COS P P ADOPTIO	
DESCRIÇÃO DA ICONOGRAFIA <p>No anverso há a imagem de Adriano laureado e com a face barbada voltada para a direita. A inscrição que acompanha a sua representação o alinha ao regime imperial iniciado por Augusto, mas também reconstitui a sua carreira em âmbito militar, enquanto o conquistador da Dácia e da Pártia. No reverso, por seu turno, a filiação a Trajano é reiterada tanto na inscrição quanto na representação iconográfica: pai e filho, com efeito, são retratados em um sinal de acordo e harmonia seguidos da palavra <i>Adoptio</i>: tentando, outrossim, reiterar o caráter legítimo da adoção de Adriano.</p>	
OBSERVAÇÕES <p>Denários de prata com imagens e inscrições similares, com efeito, também foram cunhadas na Síria. O tema da adoção envolvendo Trajano e Adriano, portanto, tenderia a ser disseminado também nas províncias. A Síria, em particular, seria historicamente uma província de difícil articulação política para os romanos. O apelo às conquistas da Dácia e da Trácia, outrossim, remetem às conquistas de Adriano à frente das tropas de Trajano, aludindo, portanto, à suposta continuidade entre ambos os imperadores.</p>	
BIBLIOGRAFIA MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. The Roman Imperial Coinage . Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926. N° 176,	

<p>IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA</p> <p>DENOMINAÇÃO: <i>SESTERTIUS</i></p> <p>ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, 119-121.</p>	<p>FICHA: 03</p>
<p>ANVERSO E REVERSO</p> 	
<p>INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO)</p> <p>ANVERSO: IMP CAESAR TRAIANVS HADRIANVS AVG</p> <p>REVERSO: RELIQUA VETERA HS NOVIES MILL ABOLITA S C</p>	
<p>DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA ICONOGRAFIA</p> <p>No anverso há o busto de Adriano com a face barbada voltada para a direita. No reverso há a representação do litor em pé, diante de uma pilha de papéis queimando.</p>	
<p>OBSERVAÇÕES</p> <p>A partir da inscrição que acompanha a iconografia, presume-se que o indivíduo esteja queimando as promissórias concernentes às dívidas que Adriano teria perdoado. Para Rovira-Guardiola (2013:120) a conduta de Adriano seria compatível com a necessidade de assegurar a confiança de todos no conturbado início de seu principado, marcado por sedições nas províncias e conspirações entre os cônsules. Segundo os organizadores do Roman Imperial Coinage (1926) esta moeda seria um espécime que destoaria de outros exemplares desta mesma temática, tanto pela titulação de Adriano (omite-se, nesta moeda a referência ao <i>Pontifex Maximus</i>, ao <i>Tribunicia Potestas</i> e os consulados), quanto pela cena da queima dos débitos.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. The Roman Imperial Coinage. Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926. N°590 B, p.416.</p>	

IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA DENOMINAÇÃO: <i>DENARIUS</i> ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, 119-125	FICHA: 04
ANVERSO E REVERSO 	
INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO) ANVERSO: IMP CAESAR TRAIAN HADRIANVS AVG REVERSO: P M TR P COS III PV DIC	
DESCRIÇÃO DA ICONOGRAFIA No anverso há a representação de Adriano, laureado e barbado. Sua face está voltada à direita. No reverso há a personificação da <i>pudicitia</i> aparecendo entre a legenda PV DIC, além das inscrições correspondentes aos títulos de Adriano. A <i>pudicitia</i> , por sua vez, é representada por uma divindade em pé, coberta da cabeça aos pés e com a mão direita sobre o peito.	
OBSERVAÇÕES De acordo com Andrew Wallace-Hadrill (1981:312), as cunhagens de Adriano têm o fito de construir uma galeria de virtudes associadas ao referido governante. Juntamente com outras onze atribuições de virtude, a <i>pudicitia</i> personificada associada a Adriano ajudaria a construir a imagem de um imperador cujos méritos e qualidades morais seriam várias e variadas, inclusive no que tange ao comedimento sexual.	
BIBLIOGRAFIA MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. The Roman Imperial Coinage . Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926. N° 135, p.335.	

IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA DENOMINAÇÃO: <i>DENARIUS</i> ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, 112-115	FICHA: 05
ANVERSO E REVERSO 	
INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO) ANVERSO: PLOTINA AVG IMP TRAIANI REVERSO: CAES AVG GERMA DAC COS VI P P ARA PVDIC	
DESCRIÇÃO DA ICONOGRAFIA <p>No anverso há o busto envolto de Plotina com a face voltada para a direita. No reverso, há a representação de um altar retangular com cinco degraus. Sobre o altar, há a figura da <i>pudicitia</i> coberta e disposta em frente a uma cadeira. Na inscrição abaixo, há a referência a um espaço de culto à <i>pudicitia</i>: ARA PVDIC.</p>	
OBSERVAÇÕES <p>A tradição textual dos séculos III e IV retrata Plotina muito próxima a Adriano, seja nos momentos que antecedem sua adoção como imperador, seja depois, com a dedicação de templos em sua homenagem. Dião Cássio chega mesmo a afirmar uma relação entre ambos. Assim, as cunhagens de Plotina concebidas sob este signo, presumimos, carrega a ideia de tornar pública a <i>pudicitia</i> da imperatriz. Enquanto mulher casada, também estaria associada ao culto da divindade.</p>	
BIBLIOGRAFIA MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. The Roman Imperial Coinage . Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926. Nº 733. p.298.	

<p>IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA</p> <p>DENOMINAÇÃO: <i>DENARIUS</i></p> <p>ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, 117-138</p>	<p>FICHA: 06</p>
<p>ANVERSO E REVERSO</p> 	
<p>INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO)</p> <p>ANVERSO: SABINA AVGVSTA HADRIANI AVG P P</p> <p>REVERSO: PVDI CITIA</p>	
<p>DESCRIÇÃO DA ICONOGRAFIA</p> <p>No anverso há o busto envolto de Sabina com a face virada à direita. No reverso, há a representação da <i>pudicitia</i> em pé, coberta, e com a mão direita sobre o peito. Na inscrição do reverso há também a legenda identificando a personificação: PVDICITIA.</p>	
<p>OBSERVAÇÕES</p> <p>A cremos no relato da História Augusta, o casamento de Adriano e Sabina não teria logrado grande êxito. Também nesta compilação textual, há a menção da proximidade entre Sabina e Sueônio Tranquilo – o biógrafo dos <i>Césares</i>. A referência à <i>pudicitia</i>, para além do envolvimento das mulheres casadas, também pode estar se reportando à ideia de uma mulher que (supostamente) cumpre os requisitos morais dela esperados.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA</p> <p>MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. The Roman Imperial Coinage. Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926. N° 406, P.388.</p>	

IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA DENOMINAÇÃO: <i>SESTÉRCIO</i> ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, 37-38.	FICHA: 07
ANVERSO E REVERSO 	
INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO) ANVERSO: C CAESAR AVG GERMANICVS PON M TR P REVERSO: AGRIPPINA DRUSILLA IVLIA SC	
DESCRIÇÃO DA ICONOGRAFIA <p>No anverso há a representação de Caio Calígula laureado e com a face voltada à esquerda. No reverso, a imagem e as legendas se referem às três irmãs de Calígula: Júlia, Agripina e Drusila, respectivamente figurando como <i>Fortuna</i>, <i>Securitas</i> e <i>Concordia</i>.</p>	
OBSERVAÇÕES <p>À guisa de divindades, as irmãs de Calígula figuram de maneira respeitosa e, associadas à imagem do irmão no anverso da moeda, aludem à ideia de uma família que compartilha dos preceitos morais vigentes, inclusive no que concerne aos âmbitos religiosos e sexuais.</p>	
BIBLIOGRAFIA <p>SEAR, David. <i>Roman Coins and their values</i>. London: Seaby, 1988. n.º.613. No catálogo <i>Roman Imperial Coinage</i> (R.I.C) a referida moeda está inscrita sob o número 33.</p>	

IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA DENOMINAÇÃO: <i>SESTÉRCIO</i> ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, 119-138	FICHA: 08
ANVERSO E REVERSO 	
INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO) ANVERSO: HADRIANVS AVGVSTVS REVERSO: COS III S C	
DESCRIÇÃO DA ICONOGRAFIA <p>No anverso há a representação de Adriano laureado, barbado e com a face voltada para a direita. O reverso traz a personificação da <i>Virtus</i> virada para o lado esquerdo e vestida em trajes militares. A figura da <i>Virtus</i> está portando uma lança e um parazônio.</p>	
OBSERVAÇÕES <p>Na legenda da moeda não há nenhuma referência à <i>Virtus</i>. A representação da divindade em trajes militares e, portanto, as armas, no entanto, estariam fazendo referência à coragem bélica sugerida ao <i>princeps</i>.</p>	
BIBLIOGRAFIA MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. The Roman Imperial Coinage . Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926. 638, p.424.	

IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA DENOMINAÇÃO: <i>DUPONDIUS</i> ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, 119-121 D.C.	FICHA: 09
ANVERSO E REVERSO 	
INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO) ANVERSO: IMP CAESAR TRAIANVS HADRIANVS AVG P M TR P COS III REVERSO: VIRTVTI AVGVSTI S C	
DESCRIÇÃO DA ICONOGRAFIA <p>No anverso é retratada a imagem de Adriano radiado com a face barbada voltada para a direita. No reverso há a figuração feminina da <i>Virtus</i> em pé, voltada à direita e vestindo traje militar completo. Com a sua mão direita a <i>Virtus</i> porta uma lança, enquanto na mão esquerda a personificação segura um parazônio. O pé esquerdo, por sua vez, pisa sobre um capacete que se encontra no chão. Em outras exemplares, a <i>Virtus</i> pode estar portando, também, um escudo ou a Vitória em suas mãos (SEAR, 1988:25). É importante destacar que Adriano se reporta aqui a Augusto, estabelecendo, deste modo, certa continuidade com o imperador.</p>	
OBSERVAÇÕES <p>Há muito debate sobre os significados da palavra <i>Virtus</i> e muita dificuldade na sua tradução. Isso se deve, em boa medida, à modificação denotativa que se seguiu ao contato com os gregos e sua filosofia ainda em época republicana. Entre permanências e modificações, por sua vez, tem-se reconhecido que uma de suas principais atribuições está associada à coragem bélica e viril do homem romano. Assim, de acordo com Myles McDonnell (2006:XIII), a amplitude semântica alcançada por <i>Virtus</i> abrange tanto a qualidade bélica, social e religiosa, quanto um ideal de virilidade a ser assegurado pelo homem romano por meio de suas condutas (MCDONNELL, 2006:02-03). Para Wallace-Hadrill (1981:316), em contrapartida, a sua conotação seria de ordem estritamente marcial.</p>	
BIBLIOGRAFIA MATTINGLY, H; SYDENHAM, M.A. The Roman Imperial Coinage . Volume II. Vespasian to Hadrian. London: Spink & Son, 1926. Nº 605, p.418.	

IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA DENOMINAÇÃO: MEDALHÃO EM LIGA DE COBRE ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, 129-137	FICHA: 10
ANVERSO E REVERSO <div style="text-align: center;">  </div>	
INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO) ANVERSO: HADRIANVS AVGVSTVS PP REVERSO: VIRTVTI AVGVSTI	
DESCRIÇÃO DA ICONOGRAFIA <p>No anverso há o busto de Adriano barbado, laureado e voltado à direita acompanhado da legenda e titulação de Pai da Pátria. No reverso há a representação de Adriano sobre um cavalo perseguindo um animal selvagem, provavelmente um leão. Presume-se que a referida representação iconográfica esteja se referindo a uma atividade de caça. A legenda que o acompanha, por sua vez, faz menção à <i>Virtus</i> e a Augusto.</p>	
OBSERVAÇÕES <p>Peso do Medalhão: 59.875 gramas. Diâmetro do Medalhão: 41 milímetros.</p>	
BIBLIOGRAFIA <p>TUCK, Steven L. “The origins of Roman Imperial Hunting Imagery: Domitian and the Redefinition of <i>Virtus</i> under the Principate”. <i>Greece & Rome</i>. Second Series. Vol.52, Nº.02. Oct. 2005. p.221-245.</p>	

IDENTIFICAÇÃO DA MOEDA DENOMINAÇÃO: MEDALHÃO EM LIGA DE COBRE ANO/LOCAL DE CUNHAGEM: ROMA, 129-137	FICHA: 11
ANVERSO E REVERSO 	
INSCRIÇÕES (TEXTOS QUE ACOMPANHAM AS FIGURAS NO ANVERSO E NO REVERSO) ANVERSO: HADRIANVS AVG COS III PP REVERSO: COS III	
DESCRIÇÃO DA ICONOGRAFIA <p>No anverso há o busto de Adriano barbado, e voltado à direita acompanhado da legenda e titulação concernente ao terceiro consulado. No reverso há a representação de Adriano sobre um cavalo perseguindo um animal selvagem, provavelmente um javali. Presume-se que a referida representação iconográfica esteja se referindo a uma atividade de caça.</p>	
OBSERVAÇÕES <p>Peso do Medalhão: 27.41 Gramas Diâmetro do Medalhão: 33 milímetros.</p>	
BIBLIOGRAFIA <p>TUCK, Steven L. "The origins of Roman Imperial Hunting Imagery: Domitian and the Redefinition of Virtus under the Principate". <i>Greece & Rome</i>. Second Series. Vol.52, Nº.02. Oct. 2005. p.221-245.</p>	